

ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA GERAL DO GTA

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU COPIA ARQUIVADA
EM MICROFILME SOB Nº 10446

Durante os dias trinta e um de julho a dois de agosto do ano de mil novecentos e noventa e dois, participaram na cidade de Marabá-Pará, cento e vinte uma entidades não governamentais devidamente credenciadas para a Assembléia Geral do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, como segue: Associação Unidos Venceremos; Associação de Mães Gonzaguenses; Associação dos Trabalhadores Rurais da Gleba Santo Antonio dos Velosos; Sociedade Beneficente Hei de Vencer; Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Luiz Gonzaga; Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA; Associação de Agricultores da Gleba Riachuelo; Associação Santo Antonio - ASA; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais - AMTR; Associação dos Trabalhadores Rurais de Aparecida; Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais Assentados de Lago do Junco - COPPALJ; Sociedade dos Trabalhadores Rurais de São Manoel; Sociedade de Trabalhadores de São Sebastião; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amarante; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz; Associação Cooperativa dos Trabalhadores de João Lisboa; Associação Popular de Saúde de Esperantinópolis - APSE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantinópolis; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Pio XII; Associação de Produtores Rurais de Santa Cruz; Associação Agrícola Tijupá; Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica - INDIA; Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia - IPHAE; Movimento de Apoio às Comunidades Extrativistas e a Preservação de Meio Ambiente do Vale do Guaporé - MATA; Centro de Alfabetização e Educação Popular - CEAP; Associação de Preservação Ambiental e Recuperação das Áreas Indígenas - APARAI; Ação Ecológica Vale do Guaporé - ECOPORÉ; Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR; Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua de Rondônia - ACARAM; Proteção Ambiental Cacoalense - PACA; Comissão de Apoio Indigenista ao Povo Nhambiguara - AWARU; Instituto de Antropologia e Meio Ambiente - IAMA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado; Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá - ASAREAJ; Comissão Pró-Índio do Acre- CPI/AC; Associação dos Pequenos Produtores do Projeto RECA; Associação SOS Amazônia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia; Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá - MPIVJ; Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA; Centro de Defesa dos Direitos

7

Humanos e Educação Popular - CDDHEP; Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX; Rede Acreana de Homens e Mulheres - REDE; União das Nações Indígenas - UNI/AC; Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS; Associação dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho da Liberdade - ASA-RIL; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul; Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira - COIAB; Fundação Vitória Amazônica - FVA; Fundação Mata Virgem - FMV; Fundação Pró-Natureza - FUNATURA; Centro de Trabalho Indigenista - CTI; Fundação Biodiversitas; Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia - GAIA; Associação Comunitária Unidos Venceremos - ACOMUV; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Repartimento; Associação dos Pequenos Produtores da Área Sagitário; Associação dos Mini Produtores da Gleba Repartimento; Associação Moradores de Palestina; Fundação Viver, Produzir, Preservar de Altamira; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira; Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Transamazônica - COOPERTRAN; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas; Uraim-CAPU; Comunidade Indígena Reserva Mãe Maria; Central Única dos Trabalhadores/Pará; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará - FETAGRI/PA; Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON; Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA; Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP; Central Única dos Trabalhadores/Marabá, Comissão Pastoral da Terra - CPT; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá; Movimento de Educação de Base - MEB/PA; Fundação Agrária do Tocantins Araguaia - FATA; Centro Agroambiental do Tocantins - CAT; Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental - APROAPA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Alegre; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alenquer; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Óbidos; Grupo de Defesa da Amazônia - GDA; Colônia de Pescadores Z-19; Colônia de Pescadores Z-20; Associação Comunitária de Negros do Quilombo do Pacoval de Alenquer - ACONQUIPAL; Associação Projetos Comunitários - APC/Oriximiná; Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP; Centro de Apoio aos Projetos de Ação



REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU CÓPIA EM MICROFILME SOMENTE. 10448

Comunitária - CEAPAC; Federação de Associações de Moradores das Organizações Comunitárias de Santarém - FAMCOS; Centro de Estudos Avançados de Promoção Social - CEAPS; Associação de Moradores do Eixo Forte - AMEIFOR; Associação Cultural Ximanga - ACUXI; Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas - AOM-TABM; Associação Comunitária dos Agricultores do Município de Juruti - ACAMJU; ACAMP; Movimento de Educação de Base - MEB/Santarém; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Amapá - SINTRA; Associação de Moradores do Curiaú; Central Única dos Trabalhadores - CUT/Amapá; Colônia de Pescadores Z-21; Conselho de Associações de Moradores do Município de Macapá - CAM; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extrativista do Pará e Amapá-STIEAPA; Associação dos Trabalhadores Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III - ATPA; Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Vale do Rio Cajari - ATEXCA; Instituto de Estudo e Defesa Ambiental do Amapá - IEDA, Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Vale do Rio Maracá - ATEXMA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Lago do Junco; Centro Comunitário São Luiz Gonzaga; Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Município de Oriximiná - ACPAMO; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Lago da Pedra; FETAET; Caixa Agrícola de São Domingos do Araguaia; Caixa Agrícola do Araras; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia; Associação de Seringueiros de Guajará-Mirim - ASGM; conforme lista de presença devidamente assinada. Participaram também dezenove entidades convidadas e treze como observadoras. Dia trinta e um de julho foi feita a abertura da Assembléia pelo presidente do GTA, Sr. Julio Barbosa de Aquino, que leu o Edital de Convocação da Assembléia Geral nos seguintes termos: "tendo em vista a necessidade de aprofundarmos a discussão e detalhamento sobre o Programa Piloto para Amazônia, assim como a Eleição da Direção Nacional do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, eleição dos representantes das ONG's da Amazônia para a Comissão de Coordenação do Programa Piloto e eleição dos representantes para a Secretaria Técnica do Projeto Demonstrativo. Estamos convocando Assembléia Geral do GTA, para os dias 01 e 02 de agosto de 1992, a ser realizada na cidade de Marabá-PA. Participarão da Assembléia as organizações não governamentais, membros do GTA e as que comprovadamente desenvolvem atividades na área de preservação dos recursos naturais ambientais e ecológicas. Para que sua entidade participe da Assembléia com direito a voz e voto é necessário que seja enviado para a coordenação da Assembléia em Marabá, cópia da

Ⓢ

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS. FIGOU INSCRITO EM 10/08/92

certidão de registro do Estatuto (via fax) e ficha de inscrição do representante da entidade no prazo máximo de 15 dias antes da realização da Assembléia; lembramos que cada entidade tem direito a um voto. O endereço da coordenação em Marabá é Rua Sororó, 129, Bairro Novo Horizonte, CEP: 68500, Tel: (091)321-1206 Tel/Fax: (091) 321-1680. Precisamos receber confirmação da inscrição de sua entidade com urgência, para que possamos viabilizar passagens, hospedagem e alimentação para o representante da entidade. Desde já ficamos muito agradecidos em contarmos com a participação desta entidade. Abertura: 20 horas do dia 31/07/92 Encerramento: 16 horas do dia 02/08/92. Logo em seguida foi apresentada uma nova proposta de pauta que incluía a discussão e aprovação da Reforma Estatutária. Por unanimidade dos presentes foi aprovada a alteração da pauta da Assembléia, incluindo assim, a Reforma de seu Estatuto, ocorrendo depois de exaustiva discussão, pois se chegou a conclusão que o atual Estatuto estava mal formulado, emperrando os objetivos do GTA, não contemplavam a existência das regionais e não se poderia perder a oportunidade de estarem reunidos, pela primeira vez, um número tão elevado de ONGs da Amazônia com legitimidade incontestável, ficando a nova pauta com os seguintes pontos: 1. discussão e detalhamento sobre o Programa Piloto para Amazônia, 2. Reforma Estatutária, 3. Eleição da Diretoria, 4. Eleição dos representantes das ONG's da Amazônia para a Comissão de Coordenação do Programa Piloto, 5. Eleição dos representantes para a Secretaria Técnica do Projeto Demonstrativo. No dia seguinte, primeiro de agosto, foi discutido assuntos referentes ao Programa Piloto para Floresta Tropical no Brasil, sobre o GTA e as alterações do estatuto, que passa a reger a entidade com as novas alterações, descritas a seguir: "Art. 1º igual ao anterior, parágrafo § 1º - excluído, § 2º passou a ser o 1º com pequena diferença: "A Entidade não participará de manifestação político partidária"; Art. 2º excluído, passando a ser igual ao art. 3º; Art. 3º - alterado para: São membros do GTA: I - As Entidades civis que assinaram a Ata de sua Constituição; II -As Entidades civis que atuam na região Amazônica organizadas em Regionais do GTA. § Único - suprimido, Art. 4º igual ao art. 5º, Art. 5º igual ao art. 6º, Art. 6º semelhante ao art. 7º, com alteração no item: c) receber as publicações oficiais e ser informados das atividades desenvolvidas pela Entidade; § 1º suprimido, § 2º passou a ser parágrafo único; Art. 7º semelhante ao art. 8º, com alteração no item: b) não tomar decisões que contrariem os interesses da Entidade, e acrescentado item: d) comparecer aos encontros e

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
FÍSICAS. FICOU COPIA
EM ANEXO Nº 10498

reuniões a que for convocado; Art. 8º semelhante ao art. 9º com as seguintes alterações: Novos associados serão admitidos mediante solicitação e aprovação das regionais. Parágrafo Único - As regionais são instâncias únicas para aprovação de admissão de novos membros, excetuando-se o previsto na alínea "d" do Art. 18. Art. 9º - acrescentado: Serão excluídos do quadro de associados da Entidade aqueles que contrariarem o presente Estatuto ou se abstiverem das atividades programadas pela Entidade, sem a devida justificativa. Art. 10 - igual ao anterior; Art. 11 acrescentado item: c) Regionais; Art. 12 igual ao anterior; Art. 13 alterado para: A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á a cada 2 (dois) anos antes de findar o mandato da Diretoria em exercício, instalando-se com a presença de 50% em primeira convocação; 1/3 (um terço) em segunda convocação; e em terceira, 30 (trinta) minutos após, com 20% dos associados; Art. 14 igual ao anterior; Art. 15 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á através de circular distribuída a todos os associados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contendo o local, a data, o horário e a pauta; Art. 16 - suprimido, passando a ser semelhante ao art. 17: À Assembléia Geral compete: a) reformar o presente Estatuto, desde que conste como ponto da pauta da convocatória; b) eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal; c) decidir sobre a extinção da Entidade destinando neste caso seu patrimônio à Entidades afins; d) aprovar os programas, relatórios de atividades e balanços, encaminhados pelo Conselho Deliberativo; e) aprovar a instalação de novas regionais. Parágrafo Único - No caso da alínea "a" deste artigo, as deliberações serão tomadas por 1/3 (um terço) dos associados e nos demais casos por maioria simples dos presentes; Art. 17 igual ao art. 18; Art. 18 igual ao art. 19, acrescentado na alínea "d" onde não exista regional instalada, excluindo a alínea "f"; Art. 19 passou a ser igual ao parágrafo único do art. 20; Art. 20 alterado para: O Conselho Deliberativo será composto por 11 (onze) membros eleitos em Assembléia Geral, dentre os quais cinco comporão a sua diretoria, eleita no mesmo ato; Art. 21 acrescentado - A eleição do Conselho Deliberativo da Entidade, dar-se-a através da apresentação de chapa especificando os membros da Diretoria. Parágrafo Único - Será eleita a chapa que conseguir a maioria de votos; Art. 22 acrescentado - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário; Art. 23 igual ao art. 20; Art. 24 igual ao art. 22, excluindo a alínea "i"; Art. 25 igual ao art. 23, suprimido a alínea "f"; Art. 26 -

Ⓟ

OFÍCIO
SERVIDOR CIVIL DE PESSOAS
RÍDICAS, FIDOU COPIA APROPRIADA
EM MICROFILME SOB Nº 10446

igual ao art. 24; Art. 27 acrescentado - Ao 2º Vice-Presidente compete: a) substituir o Vice-Presidente em suas ausências, licenças ou impedimentos; b) auxiliar o Vice-Presidente nos encargos que forem por ele determinados; Art. 28 igual ao art. 25; Art. 29 acrescentado - Ao 2º Secretário compete: a) auxiliar o Secretário nos encargos que forem por ele determinados; Art. 30 semelhante ao art. 26, passando a ser descrito da seguinte maneira: O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros; Art. 31 igual ao art. 27, excluído a alínea "c" e simplificado o parágrafo único: - O Conselho Fiscal delibera por maioria simples; acrescentado os seguintes artigos: Art. 32 - As regionais serão estruturadas com um número mínimo de 10 entidades legalmente reconhecidas e que pretendem cumprir com os objetivos do GTA. Art. 33 - As instâncias das regionais são: a) Encontros regionais; b) Coordenação Geral; c) Secretaria Executiva. Parágrafo Único - o papel e as atribuições dessas instâncias serão definidas pelo regimento interno das regionais. Art. 34 - A Coordenação Geral das regionais deverá manter intercâmbio permanente com a Diretoria do Conselho Deliberativo do GTA, de modo a assegurar o bom andamento das atividades da Entidade; Art. 35 igual ao art. 28; Art. 36 igual ao art. 29; Art. 37 igual ao art. 30; Art. 38 igual ao art. 32. Também foi decidido que em todos os artigos a palavra "Sociedade" passará a ser "Entidade". No dia dois de agosto seguiu-se com as eleições do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do GTA, com a apresentação de chapa única que contou com os votos da maioria, ocorrendo quatro abstenções e nenhum voto contra, ficando definido para os cargos os seguintes representantes: Presidente - Julio Barbosa de Aquino do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS/AC; 1º Vice-Presidente: Orlandino Melgueiro da Silva da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/AM - COIAB; 2º Vice-Presidente: Eugênio Scannavino Netto do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social - CEAPS/PA; 1º Secretário: Raimundo Nonato Brito da CUT/PA; 2º Secretário: José Heder Benatti da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH/PA; Conselho Deliberativo: Francisco Xavier Nunes Ramôes da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá - Cruzeiro do Sul/AC, Ana Maria Alves de Avelar do Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica - INDIA/RO, Carlos Miller da Fundação Vitória Amazônica - FVA/AM, Pedro Ramos de Souza do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS/AP, Vander Luiz Freitas de Almeida da Associação das Comunidades de Pequenos Agricultores do

Ⓟ

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
INDICAR, FICOU COPIA ASSINADA
EM MICROFILME POR SEU
10446

Município de Oriximiná/PA e José Maria S. Carneiro da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - Conselho Fiscal: Manoel Pinto Santos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amarantes, Joaquim Lopes dos Reis do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas e Ivaneide Bandeira Cardoso da Associação de Preservação Ambiental e Recuperação das Áreas Indígenas - APARAI/RO. Logo após passou-se a indicação e a aprovação dos nomes a serem encaminhados junto a Secretaria Executiva do Programa Piloto, que são os seguintes: para a Comissão de Coordenação do Programa Piloto - titulares: Julio Barbosa de Aquino e Orlandino Melgueiro da Silva, suplentes: Airton Faleiro e Eduardo de Souza Martins; Para a Secretaria Técnica do PD/A - titulares: Muriel Saragossi, Gerson Teixeira, Raimundo Gomes da Cruz Neto, Gilberto Azanha e Juan Carlos Carrasco Rueda; suplentes: Carlos Leandro Pereira da Silva, Luiz Augusto Mesquita Azevedo, Roberto Porro, Luiz Carlos Pinagé e Carlos Miller. As doze horas, não havendo mais nada a tratar, foi dado o encerramento da Assembléia, esta assinada por mim, Eduardo de Souza Martins, que lavrei a presente ata e pelo Presidente, Sr. Julio Barbosa de Aquino. Marabá, 2 de agosto de um mil novecentos e noventa e dois.



Julio Barbosa de Aquino
Julio Barbosa de Aquino
PRESIDENTE - GTA

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
DO ESTADO DO MARANHÃO

3.º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) ^{SUPRA} ASSINALADA(S) COM MEU SINAL PÚBLICO POR SEMELHANÇA COM A(S) DEPOSITADA(S) EM MEUS ARQUIVOS.
BRASÍLIA, 09 SET 1992
EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE

SCS Ed. Ant.º Variação da Silva - Loja 09/10 - Fone: 223-9968
Cil. de Expediente Assunto de Assunção
APRESENTADO EM LÍQUIDA, FOTOCOPIADO E REGISTRADO EM
MICROFILME SOB N.º 10446
ANOTADO A MARGEM DO REGISTRO N.º 234
DO LIVRO PROTOCOLO.

TÉCNICOS JUDICIÁRIOS AUTORIZADOS
CARLOS MAGNO DE ALVARENGA - ALBINO BASTOS RAMOS
JOSÉ SARTO MENDES CARNEIRO - ANTONIO A. DE OLIVEIRA
MARGARIDA DIVINA GUIMARÃES - DEUSDETE DE F. ALBERNAZ

BRASÍLIA, 09 SET 1992
[Signature]
SERVENTUÁRIO

***** ATENÇÃO GTAS *****

GRITO NO CAMPO
DO AMAPÁ

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Diretoria:

Julio Barbosa de Aquino (CNS/AC)

Orlandino Melgueiro da Silva (COIAB/AM)

1º Vice-Presidente

Eugenio Scannavino Netto (CEAPS/Santarém/PA)

2º Vice-Presidente

Raimundo Nonato Brito (CUT/Belém/PA)

1º Secretário

José Heder Benatti (SPDDH/Belém/PA)

2º Secretário

Coordenadores:

Francisco Xavier Nimes Ramos (ASARR-Altamira/AC)

Carlos Miller (FVA/AM)

Pedro Ramon de Souza (CNS/AP)

Vander Luis P. Almeida (ACPAMO/PA)

José Maria S. Carneiro (ASSEMA/MA)

Conselho Fiscal:

Manoel Pinto Santos (STR Amarantes/MA)

Joaquim Lopes dos Reis (STR Parauapebas/PA)

Ivanilde Bandeira Cardoso (APARA)

Secretário Executivo:

Juan Carlos Carrasco Rueda

SRT/SUL Quadra 701 Bl. 1 N°38 Sls 709/711

70340-906 - Brasília - Distrito Federal

Tel. : (061) 224-6735

Fax/Tel: (061) 226-5090

GTAs REGIONAIS:

GTA Acre:

Luis Augusto M. de Azevedo (CTA)

Av. Epaminondas Jacome, 1427

69900 - Rio Branco - Acre

Tel.: (068) 224-8231 Fax: (068) 224-6329

GTA Altamira/PA

José Geraldo Torres (MPST)

Rua Altamiro T. A. Cavalcante, 565

68370 - Altamira - PA

Tel/Fax: (091) 515-2490

GTA Amapá

João Alcindo Milhomem (STIEAPA)

Rua Padre Julio Maria Lombarde, 2832 - Santa Rita

68900 - Macapá - AP

Tel/FAX: (096)223-3474/4453(recado)

GTA Amazonas

Allogio Tibério (CPT/AM)

Rua Tapujós, 54 - CP 369

69010 - Manaus - AM

Tel/Fax: (092) 233-0322

GTA Maranhão/PA

Rocher Maranhão (ASSEMA)

Rua das Laranjeiras, 1436

65725 - Pedreiras - MA

Tel/Fax: (098) 642-2061

GTA Carajás/Pará

Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP)

Rua Sororo, 129 - Cx.P. 111

68500 - Marabá - PA

Tel/Fax: (091) 321-1680

GTA Rondônia

Ana Maria Alves de Avelar (INDIA)

Rua João Goulard, 826 - Bairro Mato Grosso

78900 - Porto Velho - RO

GTA Santarém/Pará

Isa Maria Castro dos Santos (ODA)

Av. Tapujós, 1259 - Aldeia

68100 - Santarém - PA

Tel/Fax: (091) 522-6852

GTA Tocantins

Divaldo Rezende (GALA)

Cx. Postal 84

77000 - Palmas - TO

Fone: (063) 862-1586

Fax: (063) 862-1765/1420

Padro Ramos, Secretário Geral do CNS e Diretor do SINTRA informa que desde o dia 7/12/92, cerca de 50 famílias de assentados do P. A. Piquiazal/INCRA/AP ocupam a sede do INCRA local.

Este é um indício do nível que já alcança os primeiros conflitos de terra na zona rural do Amapá, envolvendo queima de casas e ameaças de morte, além do confuso repasse de recursos para assentamentos provenientes do Fundo Constitucional do Tesouro Nacional. Ele informa também o nome de vários sindicalistas ameaçados de morte nos últimos dias.

TENSÃO NO
PICO DA NEBLINA

A COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - encaminhou fax para divulgação da situação que invasão de garimpeiros tem provocado naquela região, mais precisamente no rio Cauburis na divisa dos municípios de São Gabriel do Cachoeira com o Santa Isabel do Rio Negro.

Cerca de 5.000 garimpeiros e 300 balsas exploram o garimpo de forma arbitrária e ilegal, com a conivência do Governo do Amazonas, do IBAMA e do prefeito de Santa Isabel que, segundo uma nota oficial distribuída pela CNBB/Norte, é quem coordena a exploração ilegal, além de cobrar e gramas de ouro pelo funcionamento das balsas, sendo desconhecida a entrada desses valores nos cofres públicos municipais.

Segundo a COIAB, a febre pelo ouro é tão crítica que os barcos Comandante Sérgio Tanaka Neto II chegaram a levar garimpeiro com os sintomas de cólera, sem a mínima consciência de que não há na região um tratamento especializado para a cólera e que a peste já começou entre os próprios garimpeiros.

GTA TOCANTINS
CADASTRA ONGS

Levantar as condições de funcionamento junto a organismos que possam atuar em conjunto a Programa Piloto levou o GTA Tocantins a cadastrar, até o momento, 670 Organizações Não Governamentais da região.

A atuação nas áreas de Ação Social, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Rural foram as mais referenciais da pesquisa que levantou os nomes, localidades, atividades e representantes nos 79 municípios do estado do Tocantins.



PI SR
GILBERTO
AZANHA

INFORMEFAX

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Boletim nº9 - Ano I - dezembro/92

CTI

3 PÁGINAS

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA PILOTO REPRESENTOU UM GRANDE AVANÇO

A aprovação praticamente integral dos projetos demonstrativos tipo "A" e uma crescente disputa interna entre os diferentes órgãos do governo, marcaram a reunião da Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, realizada segunda-feira passada, dia 14/12/92.

Com todas as revisões já efetuadas, o PD/A foi aprovado sem ressalvas, o que significa o fortalecimento do GTA no apoio direto às organizações locais. Este avanço representa também a aprovação dos pré-investimentos para a elaboração dos projetos.

Entre os representantes de diversos órgãos governamentais que compõem a Comissão de Coordenação vem ocorrendo uma disputa interna muito grande. Possivelmente, o fato de ter o Ministério do Meio Ambiente como coordenador de todo o Programa Piloto provoca um retraimento (e conseqüente atraso) nas decisões dos demais representantes de Ministérios e Secretarias.

Não foram formadas, no entanto, as Secretarias Técnicas e Executivas do Programa Piloto. A única Secretaria Técnica indicada foi a do IBAMA para gerir as unidades de Conservação. Nesta Secretaria Técnica, por exigência das mesmas, as entidades não governamentais estarão integradas.

A próxima reunião da Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil ainda não está marcada. Mas já no próximo INFORMEFAX, daremos mais informações sobre as últimas decisões relacionadas ao Programa Piloto.

O INFORMEFAX EM 1993

O INFORMEFAX, que circula semanalmente, estará de volta na terceira semana de Janeiro de 1993. Mas logo na segunda semana do mês, o NIC - Núcleo de Informação e Comunicação - estará recolhendo as informações. Por isso, solicitamos aos GTAs regionais que, já a partir do dia 05/01/93, encaminhem os acontecimentos considerados importantes para serem veiculados via este informe.

O NIC, além dos informes semanais, ajudou a divulgar o GTA na imprensa nacional assim como algumas entidades filiadas tiveram divulgadas as diversas dificuldades do seu dia a dia. O acompanhamento do Congresso Nacional permitiu alguns encaminhamentos e contatos com deputados da região Norte assim como participação do Presidente do GTA em reuniões da Comissão do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. O programa semanal de rádio teve que esperar o início do ano para se chegar a uma fórmula mais adequada. Mas as negociações com a Radiobrás, Ministério do Meio Ambiente e WWF continuam. E com boas expectativas uma vez que já foi decidida a ampliação de meia para uma hora e meia de programa via a Rádio Nacional da Amazônia.

Quanto à questão mais específica da Informação, a diretoria do GTA deve apresentar em breve uma proposta recebida há poucos dias e que poderá interligar em rede todos os GTAs regionais e muitas entidades a eles ligadas.

Companheiro a),

A luta dos povos das Américas sempre foi marcada pela repressão.

Na Amazônia o processo não tem sido muito diferente.

Um dos grandes compromissos do GTA em 1992 foi o de buscar a mão das populações tradicionais da Amazônia índios, seringueiros, ribeirinhos, pecadores, quebradeiras de côco, populações agroextrativistas em geral.

Para nós, conservar as florestas é conservar os nossos lares.

Por este motivo, nesse Natal, convidamos todos a refletir sobre a importância de se unir em 1993 para podermos transformar nossos sonhos em realidade, nossas lutas em vitórias.

Desejamos um Natal em paz e um Ano Novo de unidade.

Em nome do GTA e com os votos de Julio Barbosa de Aquino, Presidente GTA

Feliz Natal

Prospero 1993



INFORMEFAX

GILBERTO
AZANHA

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Boletim nº8 - Ano I - dezembro/92

CTI

4) Págs. 1-4

INDIGNAÇÃO!!!!

Este é o sentimento diante da emboscada traiçoeira ocorrida no...
um sindicalista Francisco Gerônimo da Silva, o Pequenho, e o
ferimento de Valdina Pereira Barroo, presidente do STR/Imperatriz
e Representante da Reserva Extrativista Mata Grande e Ciriaco.

A emboscada ocorreu na noite do dia 7 de dezembro último, dois dias após o assassinato do líder indígena Domingos Gavião. Pistoleiros que não são do Maranhão assassinaram Francisco Gerônimo com 10 tiros e atingiram Valdina que ainda na semana retrasada participou da reunião do Conselho Consultivo do CNPT, em Brasília, conforme noticiou o INFORMEFAX - com um tiro no pulmão.

Valdiná já está fora de perigo e teve alta na terça-feira, dia 8. Francisco Gerônimo, lavrador associado ao STR/Imperatriz, deixa viúva e 9 filhos. Assim que tomou conhecimento da emboscada, na manhã do dia 4, o CNPT remeteu, através da procuradoria do IBAMA, fax de protesto e de preocupação com a segurança do líder hospitalizado à Procuradoria Geral da República e a diversas autoridades competentes. O CNS e o GTA mobilizaram-se na denúncia e divulgação do fato estupefecedor.

Além da indignação, o que nos entristece e revolta é quando trabalhadores, através de sua legítima organização de luta pela terra e pela preservação do meio ambiente, são vitimados pela prepotência de poderosos latifundiários e até políticos inescrupulosos que, utilizando-se de violência para intimidar e destruir a luta dos trabalhadores-impunemente, insultam os princípios da Democracia.

Diante destes fatos, o GTA e filiados, estupefatos, porém acreditando nos poderes constituídos como os únicos capazes de conter a violência contra os trabalhadores e suas famílias, procuramos a segurança para o sindicalista sobrevivente, sob pena de ver a VIOLÊNCIA e a PREPOTÊNCIA e, conseqüentemente, a IMPUNIDADE, triunfar em detrimento da JUSTIÇA.

JULIO BARBOSA DE AQUINO
Presidente GTA

PROGRAMA PILOTO: REUNIAO EXTRAORDINARIA

Com a expectativa do GTA de que a Comissão de Coordenação do Programa Piloto siga a orientação do Ministro do Meio Ambiente Coutinho Jorge em buscar o cumprimento de todos os compromissos assumidos anteriormente pelo Governo Brasileiro, além de garantir a continuidade dos trabalhos e a melhoria da qualidade dos projetos, realiza-se nesta segunda, dia 14/12/92, em caráter extraordinário, a reunião da Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. A pauta é a seguinte:

- Aprovação da Ata da 2ª Reunião;
- Proposta de Estruturação da Secretaria Executiva do Programa Piloto e das Secretarias Técnicas;
- Exame dos Documentos de projetos selecionados;
- Exame dos Termos de Referência para liberação de recursos de pré-investimentos;
- Assuntos Gerais.

Na segunda reunião, realizada nos dias 24 a 26/11/92 e noticiada no INFORMEFAX passado, o PD/A "Projetos Demonstrativos Tipo A" - foi objeto das seguintes manifestações:
O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: Aprovado. Condições a serem atendidas aos compromissos assumidos em Genebra
O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: Aprovado. Em princípio, é favorável ao projeto desde que seja reformulado em bases adequadas à proposta original da Comissão de Coordenação do Programa Piloto.
A PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL: Aprovado, com ressalvas. Considerou o projeto prioritário, mas endossa as observações do Ministério das Relações Exteriores/DEMA e a Secretaria de Assuntos Internacionais /SEPLAN.

O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: Aprovado. Entende que as modificações sugeridas virão em benefício do projeto.

O ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA AMAZÔNIA: Aprovado. Considera o PD/A como a base que permitirá a consolidação dos outros projetos. Comprometeu-se a atender às recomendações da Comissão.

O ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA: Aprovado. Destacou que o trabalho com ONGS não é simples, e que há uma grande expectativa para o início dos trabalhos.

O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: Aprovado. Considerou indispensável o resgate dos compromissos assumidos em Genebra. Posicionou-se contra o fortalecimento do GTA pois entende que não cabe ao Estado interferir no fortalecimento da representação da Sociedade. Recomendou diminuir a dispersão geográfica e a variedade de projetos.

O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: Aprovado. Destacou a necessidade de manter-se a concepção adotada em Genebra. Solicitou melhor definição sobre o papel do GTA e sobre o tipo de apoio oferecido ao fortalecimento institucional do GTA.

GUIA PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS AO CNPT

Por falta de espaço na última edição do INFORMEFAX, deixamos de publicar as informações básicas para apresentação de projetos ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT. Forma resumida e com 12 itens, veiculamos essas informações agora, lembrando que qualquer dúvida pode ser esclarecida na sede do CNPT em Brasília.

TÍTULO: Resumo dos objetivos do projeto;
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO NAS UNIDADES EXECUTORAS: indicar nome e endereço do técnico que responderá pela gerência e coordenação do projeto. Esta será também a pessoa autorizada a manter entendimentos, em nome do projeto, em sua instituição assim como será responsável pelos relatórios de execução. Devem constar informações que permitam uma fácil e segura comunicação (telefone, fax, telex, etc.);

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Apontar os meses e anos do início e do término do projeto;

OBJETIVOS: Definir os resultados gerais, intermediários e específicos que se pretende alcançar no período de execução do projeto, em função do desempenho das atividades previstas;

JUSTIFICATIVA: Descrever os aspectos que estabilizem a execução do projeto, destacando benefícios a serem conseguidos, o alcance de sua atuação e finalidade (Por que o projeto é importante?);

METAS: São os objetivos quantificados;

PÚBLICO-META: Caracterizar o conjunto de indivíduos cujos interesses comuns são atingidos pelas ações do projeto: nº de beneficiários diretos e indiretos, áreas média de propriedade, localização espacial (município), informações gerais sobre desenvolvimento socioeconômico e social (escolaridade, escala de nível de vida e conduta);

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO: Indicar os métodos de trabalho, atividades, etapas e práticas necessária à consecução dos objetivos (quais caminhos foram definidos para se alcançar os objetivos?);

CUSTO TOTAL DE PROJETO: indicar a participação financeira de cada uma das partes (apresentar planilha de custo por meta e por rubricas de maneira detalhada);

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: Indicar a época de desembolso dos recursos financeiros necessários para a execução das metas estabelecidas referentes aos recursos do CNPT.

LOCAL E DATA: Escrever o nome da cidade, Estado e data da elaboração do projeto;

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS: Este item deverá ser cumprido pelos dirigentes das Unidades Executoras.

NOTICIÁRIO GERAL

FNMA REALIZA SUA 8ª REUNIÃO

Realizou-se em Brasília, nos dias 1 e 2 de dezembro, a oitava reunião do Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente quando foram analisados 46 projetos para execução em 1993. Destes, 27 foram aprovados sendo 15 de entidades da administração pública e 12 de entidades não governamentais.

CALENDÁRIO - em relação ao calendário de 1992, o Comitê apresentou mudanças significativas:

- Projetos apresentados até 31/12/92, serão analisados na próxima reunião, com liberação de recursos prevista para o segundo semestre de 1993;

- Projetos apresentados até 30/06/93, serão analisados no segundo semestre de 1993, prevendo-se sua execução a partir do primeiro semestre do ano seguinte (1994);

- Os projetos apresentados e aprovados terão sempre como previsão do início de sua execução o semestre subsequente ao semestre de julgamento.

REUNIÕES - As próximas reuniões do Comitê serão nos dias 10 a 12 de fevereiro e 28 a 30 de abril de 1993. Todos os projetos apresentados serão julgados a cada semestre para execução no seguinte, sem

distribuição por área temática, como era previsto anteriormente, possibilitando a ampliação do atendimento do FNMA. Já estão no Fundo 235 projetos pleiteando recursos para 1993, sendo a maioria de governamentais.

INFORMAÇÕES - Para maiores informações e dúvidas quanto ao FNMA, entrar em contato com: GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA (Centro Agroambiental do Tocantins - CAT)

FONE: (091) 322-2135/324-1436

COMITÊ INTER-TRIBAL TEM NOVA DIRETORIA PARA A MEMÓRIA E CIÊNCIA INDÍGENA

Em assembléia realizada no dia 27/11/92, o Comitê Inter-tribal decidiu compor a seguinte diretoria:

Presidente - Marcos Terena (Povo Terena/MS)
Vice-Presidentes - Daniel Matenho Cabixi (povos Paresi/MT)
Catarino Sebirop (Povo

Esta nova diretoria dirigirá seus trabalhos para a Memória e Ciência Indígena, com uma aproximação mais efetiva junto aos trabalhos desenvolvidos pelo GTA.

SEMINAR DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA

Julio Barbosa de Aquino, na condição de vice presidente do CNS e Antonio Texeira Mendes, Presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, solicitaram ao Ministério do Meio Ambiente, em correspondências negociadas, a implantação de duas usinas de beneficiamento de borracha, gerenciadas pelos próprios seringueiros.

O documento ressalta que os preços praticados na região não chegam sequer a 50% do valor tabelado pelo governo, agravando-se ainda mais a intermediação existente. Os participantes lembram também que já existe um protocolo assinado entre o CNPT/IBAMA, Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda. e o Banco da Amazônia, para a aquisição dessas usinas a preços altamente convenientes.

ALTAMIRA PROMOVE DEBATE SOBRE PROGRAMA PILOTO

O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica realiza no dia 15/12/92, no Centro de Formação João XXIII, rua 1ª de janeiro, às 14:00 horas, um debate público sobre as decisões da ECO/92 e o Programa Piloto para a Amazônia, que tem os seguintes

convidados:

D. Erwin Krautler - Bispo da prelazia do Xingú.

Tema: AS DECISÕES DA ECO/92 E A CAUSA INDÍGENA

Senador Estadual Jorge - Ministro do Meio Ambiente.

Tema: AS DIRETRIZES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PARA O BRASIL E A AMAZÔNIA.

Julio Barbosa e Juan Carlos Rueda - Grupo de Trabalho Amazônico.

Tema: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PILOTO E O PAPEL DAS ONGS NA AMAZÔNIA

Jean Pierre - Coordenador do fórum de ONGs da ECO/92

Tema: EXPOSIÇÃO GERAL SOBRE AS DECISÕES DA ECO/92

Nelson Ribeiro - Secretário do Meio Ambiente do Pará
Tema: POLÍTICA AMBIENTAL PARA O PARÁ

Nonato Brito - Secretário do Meio Ambiente da CUT/PA

Tema: VISÃO DA CUT SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Um representante do IDESP
Tema: ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA TRANSAMAZÔNICA E DO PARÁ

Valdir Ganzer - Deputado Federal
PATENTES NO CONGRESSO.

TV MOCORONGA ORGANIZA A REGIONAL NORTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VÍDEO POPULAR

Caetano Scanavinno, da TV Mocoronga do Projeto Saúde e Alegria (Santarém/PA), coordenará a implantação da Regional Norte da Associação ABVP - entidade que tem como objetivo principal o fortalecimento e a qualificação do instrumento vídeo no contexto dos movimentos sociais, reunindo e promovendo o intercâmbio entre seus associados e usuários. A regional Norte da ABVP complementa a articulação nacional do Vídeo Popular nos movimentos sociais, integrando-se a outras regionais (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) já existentes e consolidadas. Caetano teve seu nome indicado durante o último encontro nacional da ABVP, realizado em Belo Horizonte nos dias 1 e 2 de novembro, quando a criação da Regional Norte foi aprovada em assembléia. Segundo ele, a próxima etapa é realizar um mapeamento de entidades e usuários que tenham interesse em compor a regional, não se restringindo apenas a movimentos sociais que

produzam ou utilizam o vídeo como forma de implementar suas respectivas atividades, mas também entidades que trabalhem com comunicação alternativa de um modo geral. Uma vez definidos os grupos interessados, haverá uma agenda de trabalho para a região Norte, com Encontros sub-regionais e o Encontro Regional, além de mostras de vídeos e cursos de capacitação nas diversas localidades da Amazônia.

Para melhor qualificação e representação do vídeo popular junto aos movimentos sociais amazônicos. Se você ou sua entidade estiver interessado em participar da Regional Norte/ABVP, procure entrar em contato com:
CAETANO, VALÉRIA OU ALEX
PROJETO SAÚDE E ALEGRIA
AV. BORGES LEAL, 2284
Cx. POSTAL: 243
SANTARÉM/PA, 68100
FONE/FAX: (091) 522-5090
Ou ainda com:
IZO ZEIGERMAN GTA/BRASÍLIA
FONE: (061) 224-6735

Pequeno produtor

O presidente Itamar Franco determinou ontem que sua Assessoria Especial analise com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) a possibilidade de reativar o Papp (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), que tinha recursos do Banco Mundial e participação financeira dos governos estaduais e foi desativado no governo Collor.

A medida foi tomada em audiência concedida ao presidente da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho, e aos presidentes das federações estaduais de trabalhadores na agricultura.

Fonte: J. do Brasil-26/11/92

6. sábado, 28/11/92

INFORME JB**MARCELO PONTES, com. sucursal**

O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente comemorará 20 anos no dia 9 de dezembro divulgando um relatório de 850 páginas, intitulado *World invaria-ment*, com um retrato assustador da devastação do planeta. Eis alguns dados:

- Nos últimos 20 anos, dobrou o número de veículos no mundo. Dobrará novamente nos próximos 20 anos.
- 300 espécies de animais são extintas a cada dia em todo o mundo.
- Os oceanos recebem todos os dias: 300 milhões de toneladas de esgoto, 15 milhões de toneladas de sedimento de lama, 11 milhões de toneladas de lixo industrial, 2,5 milhões de toneladas de óleo, 6,5 milhões de toneladas de lixo doméstico, 3,2 milhões de toneladas de petróleo.
- Deste material, 10% levam 50 anos para ser digeridos pelos organismos.

O Brasil receberá 12 exemplares desse relatório, um deles para o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge.

COOPERATIVISMO

O assessor jurídico da Pastoral da Terra, Daniel Rech, em audiência pública na Comissão de Agricultura, condenou a aprovação do projeto de lei nº 1.706-89, do ex-deputado Ivo Wanderlindo (RS), que submete as cooperativas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Sustentou a proposta atribuir "superordem" cartorial que garantiu privilégios a grandes empresários na área do cooperativismo.

Fonte: Correio Braziliense - 27/11/92

LEMBRETE

A finalidade destes INFORMEFAX é a de distribuir as informações de todas as maneiras possíveis, através de xerox, entre as entidades filiadas ao seu GTA regional e procure colocá-los em murais de forma visível.

GTA - Grupo de Trabalho Amazonico

Diretoria:

Julio Barbosa de Aquino (CNS/AC)

Presidente

Orlando Melgueiro da Silva (COLAB/AM)

Eugenio Scannavino Neto (CEAT/PA)

2º Vice-Presidente

Raimundo Nonato Brito (CUT/Belém/PA)

1º Secretário

José Heder Benatti (SPD/PA/Belém/PA)

2º Secretário

Conselheiros:

Francisco Xavier Nunes Ramos (ASARE-

AltoJurú/AC)

Carlos Miller (FVA/AM)

Pedro Ramos de Souza (CNS/PA)

Vander Luis P. Almeida (ACPAMO/PA)

José Maria S. Carneiro (ASSEMA/MA)

Conselho Fiscal:

Manoel Pinto Santos (STR Amarantes/MA)

Joaquim Lopes dos Reis (STR Paraupicaba/PA)

Ivanilde Bandeira Cardoso (APARAD)

Secretário Executivo:

Juan Carlos Carrasco Rueda

SRT/SUL Quadra 701 Bl. 1 Nº38 Sls 709/711

70340-906 - Brasília - Distrito Federal

Tel. : (061) 224-6735 / 226-5090

Fax/Tel: (061) 223-6800

GTAs REGIONAIS:

GTA Acre:

Luis Augusto M. de Azevedo (CTA)

Av. Epaminondas Gama, 1477

09900 - Rio Branco - Acre

Tel. : (068) 224-8231 Fax: (068) 224-8231

GTA Maranhão:

José Geraldo Torres (MPST)

Rua Altamiro T. A. Cavalcante, 565

68370 - Altamira - PA

Tel/Fax: (091) 515-2490

GTA Paraíba:

João Alcindo Milhomem (STIBAPA)

Rua Padre Julio Maria Lombarde, 2832 - Santa Rita

68900 - Macapá - AP

Tel/FAX: (096)223-3474/4453(recado)

GTA Roraima:

Allogio Tibério (CPT/AM)

Rua Tapajós, 54 - CP 369

69010 - Manaus - AM

Tel/Fax: (092) 233-0322

GTA Bahia:

Noemi Miyasaka Porro (ASSEMA)

Rua das Laranjeiras, 1436

63725 - Petropolis - RJ

Tel/Fax: (098) 642-2101

GTA Ceará:

Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP)

Rua Sororo, 129 - Cx.P. 111

68500 - Maranhá - PA

Tel/Fax: (091) 321-1680

GTA Mato Grosso:

Ana Maria Alves de Avelar (INDIA)

Rua João Clouard, 826 - Bairro Mato Grosso

78900 - Posto Velho - RO

Tel/Fax: (069) 223-1898

GTA Mato Grosso do Sul:

Iza Maria Castro dos Santos (GDA)

Av. Tapajós, 1436

68100 - Santarém - PA

Tel/Fax: (091) 522-6832

GTA Piauí:

Divaldo Rezende (GALA)

Cx. Postal 84

77000 - Palmas - TO

Fone: (063) 862-1586

Fax: (063) 862-1765/1420

**CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REPRESENTANTES DO GOVERNO BRASILEIRO, DA
COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS E DO BANCO MUNDIAL**

1. O Governo brasileiro informou que os seguintes projetos, discutidos na missão de agosto de 1992 do Banco Mundial e dos doadores, tiveram as suas concepções básicas aprovadas pela Comissão de Coordenação do Programa Piloto:

- a) Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida;
- b) Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais;
- c) Reservas Indígenas;
- d) Projetos Demonstrativos Tipo A.

2. O Governo brasileiro informou que as propostas aprovadas pela Comissão de Coordenação incorporaram comentários feitos pelo Banco Mundial e pelos doadores durante a missão de agosto de 1992.

3. Será encaminhada ao Banco Mundial, até 18 de dezembro de 1992, a seguinte documentação:

- a) Os documentos de concepção básica dos projetos aprovados pela Comissão de Coordenação;
- b) Os termos de referência de cada atividade de pré-investimento necessária ao detalhamento dos projetos;
- c) Outros documentos pertinentes.

4. O Banco Mundial reiterou a necessidade de solicitação do Ministro da Fazenda para possibilitar a utilização dos recursos do Programa Piloto para a contratação de atividades de pré-investimento.

5. Ficou esclarecido que existem duas modalidades de projeto no Programa Piloto:

- a) Os projetos definidos no documento básico do Programa Piloto (Reunião de Genebra 91). Estes projetos, dos quais quatro estão em detalhamento, serão financiados, após aprovados pelo Banco Mundial, por recursos do

[Handwritten signature]
RUK
1994

Rain Forest Trust Fund e por cofinanciamento dos doadores (cooperação técnica e financeira).

- b) Os projetos indicados pelos doadores no contexto do parágrafo 18 da Nota Institucional. Fica entendido que tais projetos limitam-se àqueles já submetidos ao Banco Mundial pelos doadores até 1º de julho de 1992, e que estes projetos são passíveis de inclusão no Programa Piloto após avaliação na reunião citada no parágrafo 12 a seguir.

6. Foi esclarecido pelo Governo brasileiro que a Comissão de Coordenação tem a função de aprovar a concepção básica de cada um dos projetos identificados na documentação apresentada em Genebra. Uma vez aprovada a concepção básica pela Comissão de Coordenação, torna-se competência da respectiva Secretaria Técnica o detalhamento do projeto com o Banco Mundial e os doadores, sempre mantendo a Comissão informada. Assim, compete às Secretarias Técnicas a assinatura das "Ajuda-Memórias" resultantes das missões de preparação e avaliação. Quanto às atividades de pré-investimento, a Comissão tomará conhecimento dos termos de referência para cada atividade, mas caberá às Secretarias Técnicas o detalhamento destes termos de referência diretamente com o Banco.

7. Ficou esclarecido que o PNUD somente desempenhará as funções que lhe poderiam ser atribuídas de acordo com o parágrafo 12 da Nota Institucional se solicitado pelo Governo brasileiro.

8. Com respeito ao Acordo-Quadro de Financiamento (Umbrella Agreement), ficou decidido que o Banco Mundial informará ao Governo brasileiro:

- a) O valor dos recursos atualmente depositados no RFT que poderiam ser utilizados para financiar projetos;
- b) Quais doadores já enviaram informações sobre as condições de suas contribuições financeiras ao Programa Piloto.

9. Após receber as informações acima, o Governo brasileiro toma as providências necessárias para viabilizar o encaminhamento do acordo-quadro para aprovação do Senado Federal.

10. Uma vez aprovado pelo Senado Federal, o Acordo-Quadro (Umbrella Agreement) poderá ser assinado pelo Governo brasileiro e pelo Banco Mundial.

11. Foi esclarecido que o Comitê Técnico de Trabalho ("Technical Working Committee") referido no parágrafo 35 da Nota Institucional se trata de um grupo "ad hoc" de representantes técnicos dos participantes, que será convocado para tratar de assuntos específicos, sejam técnicos ou de outra natureza, caso solicitado pelos participantes do Programa Piloto. O Banco espera convocar uma reunião desses representantes técnicos no início de fevereiro de 1993.

12. Nessa reunião será discutida:

a) Nova proposta do sistema de monitoria e avaliação, objeto do anexo III do documento constitutivo do Programa Piloto, negociado em Genebra em dezembro de 1991;

b) A inclusão no Programa Piloto dos projetos bilaterais indicados pelos doadores, conforme previsto no parágrafo 18 da Nota Institucional e no parágrafo 5b acima.

13. Para viabilizar esta reunião, o Banco Mundial enviará, no início de janeiro de 1993, ao Governo brasileiro e aos demais participantes do Programa Piloto nova proposta do sistema de monitoria e avaliação.

14. Foi esclarecido que o Grupo Consultivo Internacional (International Advisory Group - IAG) se constitui em grupo de assessoramento independente, com cerca de 10 membros, que anualmente produzirá um relatório técnico de acompanhamento a ser apresentado e distribuído na reunião anual de participantes do Programa Piloto. Este relatório será elaborado com base em informações fornecidas pela Secretaria Executiva, em dados coletados pelos membros do IAG durante visita ao Brasil e em reuniões com Instituições Executoras.

15. A proposta de composição do IAG, a ser apresentada

pelo Banco Mundial aos participantes do Programa Piloto, adotará como princípio a necessidade de compor um grupo com alta qualificação técnico-científica e ampla experiência internacional. Esta proposta será feita tomando por base os currículos recebidos pelo Banco Mundial até 18 de janeiro de 1993.

16. Foi ressaltado pelo lado brasileiro seu interesse de que a composição do IAG acolha representatividade substancial de técnicos indicados pelo Brasil, a fim de assegurar que os membros do Grupo estejam familiarizados com os objetivos e a multidisciplinariedade das atividades do Programa Piloto, e mesmo sua inserção no contexto nacional.

17. O Banco Mundial ajustará os termos de referência do IAG, especificando que seu relatório anual poderá incluir o exame dos fatores que afetem a implementação do Programa Piloto.

18. Os integrantes do IAG, sempre que solicitados pelo Banco Mundial, elaborarão pareceres técnicos durante a fase de detalhamento dos projetos do Programa Piloto com vistas a subsidiar o Banco Mundial e as equipes brasileiras. Durante a fase de execução dos projetos poderá ser solicitado pelo Banco Mundial e pelas equipes brasileiras a elaboração de notas técnicas sobre a experiência adquirida na implementação de projetos específicos.

19. O Brasil enviará imediatamente ao Banco correspondência informando os nomes dos responsáveis pelos seguintes projetos:

- . Reservas Indígenas;
- . Projetos Demonstrativos Tipo A;
- . Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais;
- . Pesquisa Dirigida/Centros de Excelência;
- . Monitoramento e Vigilância;
- . Fiscalização e Controle;
- . Fortalecimento Institucional das Organizações Estaduais de Meio Ambiente;
- . Zoneamento Ecológico-Econômico.

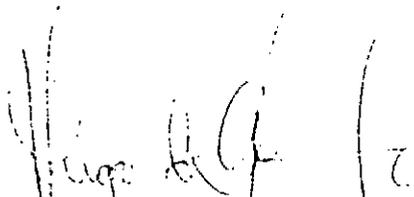
20. Os projetos Educação Ambiental, Parques e Reservas, Manejo de Recursos Naturais e Recuperação de Áreas Degradadas terão os nomes de seus responsáveis informados ao Banco Mundial até 18 de janeiro de 1993.

RANK

21. Decidiu-se que a Missão de discussão preliminar dos projetos de Monitoramento e Vigilância, Zoneamento Ecológico-Econômico, Fiscalização e Controle e Fortalecimento Institucional das Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's) ocorrerá a partir da 3ª semana de abril de 1993, sendo esta data condicionada ao recebimento pelo Banco Mundial, até 15 de março de 1993, dos documentos de concepção básica dos projetos aprovados pela Comissão de Coordenação.

22. Informou o lado brasileiro que os seminários previstos no âmbito do projeto "Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas" estão em processo de formulação, e que solicitará ao Banco Mundial, até 15 de janeiro, liberação de recursos de pré-investimento para sua realização.

Brasília, 17 de dezembro de 1992.

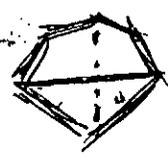


HUGO DE ALMEIDA
Ministério do Meio Ambiente



ROBERT KAPLAN
Banco Mundial

ROBERTO MEDEIROS FERNANDES
Comissão das Comunidades Européias



→ 6 milhões de dólares no Banco Adil é disponível no F.N.S.
e/c contata à Melini em caso indigentes

→ GTZ

— Frans Leuwenberg — zoolojo (P)
Ombudo Uvi — Hospit Pirendel Barbo
serviçomete zoolojo



GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Brasília, 14 de dezembro de 1992.

Prezados(as) Companheiros(as),

1992 foi para nós mais um ano de luta pela organização e participação do movimento social da Amazônia brasileira. Neste ano o GTA consolidou seu processo de organização no Encontro de Marabá-Pará, realizado em agosto com a participação de mais de 120 entidades.

Hoje já somos mais de 230 entidades, entre: ONGs de apoio, sindicatos, cooperativas, comunidades e movimentos indígenas, seringueiros, pescadores, ribeirinhos, organizações de mulheres e de pequenos produtores rurais que formam 10 GTAs Regionais (Acre, Altamira/PA, Amapá, Amazonas, Babaçu/MA, Bico do Papagaio/TO, Carajás/PA, Palmas/TO, Rondonia, Santarém/PA), os quais serão a espinha dorsal de todo o trabalho a ser desenvolvido na Amazônia.

Lutamos, e continuaremos lutando pela participação institucional e formal das ONGs na Coordenação do PROGRAMA PILOTO DE CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS BRASILEIRAS. Entendemos também que o nosso trabalho não se restringe somente ao Programa Piloto. Esta luta não tem sido fácil, desde o início existiram - e ainda existem - setores da burocracia do governo brasileiro que são radicalmente contra a participação da sociedade civil nos projetos e programas que são definidos para a Amazônia.

O trabalho de abrir e manter espaços de participação popular é infelizmente um trabalho que deve ser feito de forma permanente, no dia a dia de nossas atividades, pois sempre estaremos enfrentando boicotes e dificuldades para efetivar nossa participação.

É também conhecido por todos que durante este ano o GTA, recebeu infundadas críticas de algumas ONGs que se posicionaram contra a organização do movimento social amazônico. Temos consciência que aqueles que sempre falaram em nome dos povos da floresta e das ONGs amazônicas, jamais virão a apoiar o nosso trabalho. A razão é simples: com um GTA forte, acaba a marretagem ecológica na Amazônia.

Em 1992 foram efetuadas importantes negociações no que se refere ao relacionamento internacional do GTA. Desde o início nos colocamos contra a continuar mantendo relacionamentos internacionais na base do caráter pessoal. Entendemos que isso em nada contribui para a organização do movimento social. Pelo contrário, somente tem servido para autopromoção pessoal.

Assim, temos protocolos de cooperação formais de entidade para entidade, tais como: European Working Group on Amazônia (EWGA), com Friend of the Earth International (FOEI). Integramos também parte da rede Treeroots Network - Vancouver, Canadá e continuamos a desenvolver um trabalho com Environmental Defense Fund (EDF), USA. Iniciamos também negociações para desenvolver projetos conjuntos com CARE Canadá e com WWF Brasil.

Entendemos que o relacionamento e viagens internacionais dos representantes do GTA são de extrema importância e temos como filosofia de atuação que essas viagens sempre sejam em equipe. Um líder, para a condução política e um assessor, para apoiar as negociações e tentar na medida do possível voltar com resultados concretos.

Consideramos o GTA, na sua essência, uma rede de movimentos sociais. Desde o início temos defendido a idéia de que, tanto a Diretoria como o Conselho Consultivo deve ser formados, basicamente por entidades com sede na Amazônia.

A aliança dos povos tradicionais está claramente expressa na composição da presidência e vice-presidência do GTA, representadas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e pela Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) esta última integrante também da Coordenação da Coordinación Indígena de la Cuenca Amazónica - COICA.

O nosso relacionamento com entidades de governo, tanto a nível nacional como internacional, tem sido sempre na perspectiva da crítica construtiva. Entendemos que este é um papel importante e lutamos para que mais recursos sejam destinados ao desenvolvimento da Amazônia Brasileira, visando sobretudo, a melhoria da qualidade de vida de nossas populações.

Não compartimos da idéia de que a Amazônia é um santuário intocável, como também não compartilhamos da idéia de desenvolver projetos e programas sem levar em conta a variável ambiental. Existe lugar para todas as atividades econômicas, desde que seja feito um planejamento prévio e amplamente discutido com as populações atingidas.

Companheiros(as) queremos através desta, agradecer todo o apoio que recebemos, tanto a nível nacional como internacional, e acreditamos na perspectiva de, em 1993, iniciar projetos para um desenvolvimento real da região Amazônica, desenvolvimento este não para uns poucos, definidos em gabinetes fechados, mais progresso que realmente signifique uma melhoria na qualidade de vida das populações amazônicas, sobretudo aquelas que sempre foram marginalizadas. Justamente aquelas de que tanto se fala, porém quase nada é feito.

Um feliz 93 junto aos seus seres queridos.



Júlio Barbosa de Aquino
PRESIDENTE - GTA
Grupo de Trabalho Amazônico
Projeto BRA/COIAB
Júlio Barbosa de Aquino
Presidente
(Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS)

Orlandino Melgueiro da Silva
1º Vice-Presidente
(Coord. Indígena da Amazônia Brasileira - COIAB)

Eugenio Scannavino Netto
2º Vice-Presidente
(Centro de Estudos Avançados de Promoção Social - CEAPS - Projeto Saúde e Alegria)

Raimundo Nonato Brito
1º Secretário
(Central Única dos Trabalhadores - CUT/Pará)

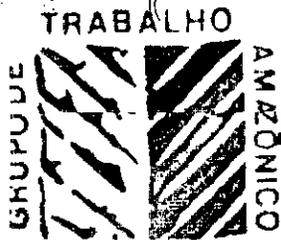
José Heder Benatti
2º Secretário
(Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH)

Juan Carlos Carrasco Rueda
Secretário Executivo

INFORMEFAX

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Boletim nº7 - Ano I - dezembro/92



D/ = ...
GILBERTO
AZANHA
CTI

PROGRAMA PILOTO:

COORDENAÇÃO REAFIRMA COMPROMISSOS DE PARCERIA

Após dois dias e meio de reunião (24 a 26/11), a Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil confirmou que os Projetos Demonstrativos "A" - PD/A - serão efetivados tendo as entidades não governamentais como parceiras. Esclarecimentos adicionais coram detalhados pelo GTA até o dia 15/12/92 e foram aprovados o apoio a projetos, a criação de uma rede de informação e o fortalecimento do GTA.

Hugo de Almeida, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e presidente da Comissão, garantiu que as ações do Ministério do Meio Ambiente em relação ao Programa Piloto serão acompanhadas sempre pela sociedade civil.

A extensa reunião analisou também os projetos de Reservas Extrativistas (RESEX), de Florestas Nacionais (FLONAS), de apoio a Pesquisa Dirigida e Centros de Excelência, e os das Áreas Indígenas que compreende demarcações e o projeto piloto de saúde e meio ambiente.

Eles foram aprovados em sua concepção para a fase inicial do Programa Piloto, a ser colocada em prática, segundo o Banco Mundial, no primeiro semestre de 1993.

CNPT REUNE CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT - reuniu-se nos dias 26 e 27 de novembro, para sua segunda Reunião Ordinária, em 26 de novembro de 1993. Cerca de 3 milhões de dólares provenientes do IBAMA e 4,5 milhões do G7 compõem o orçamento. Quanto aos projetos, cada representante deverá apresentá-los a partir já do mês de janeiro (no próximo informax publicaremos as informações básicas para a execução de projetos do CNPT).

Das algumas decisões da Reunião Ordinária:

- Foram estabelecidos os critérios para a criação de novas Reservas Extrativistas;
- Carta encaminhada ao Ministro Coutinho Jorge solicitando a inclusão de Gilberto Cirqueira, titular, e Adalberto Iannuzzi, suplente, como integrantes da Comissão de Acompanhamento da Reestruturação do IBAMA. Esta ação é muito importante para preservar a autonomia, a independência e a manutenção do CNPT;
- Carta encaminhada ao Ministro Coutinho Jorge solicitando que na avaliação e reestruturação do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA - sejam incluídas as seis Reservas Extrativistas já criadas;
- Carta encaminhada ao Dep.

Federal Tuga Angerami, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Minorias e Consumidor da Câmara dos Deputados, solicitando a realização de uma Audiência Pública sobre a Política Nacional da Borracha.

REALIZAÇÕES:

- Regularização fundiária para as 4 Reservas Extrativistas criadas em 1990, à exceção da do Rio Ouro Preto, em Rondônia, onde falta apenas o depósito em juízo;
- Financiamento para a execução direta (pela própria comunidade) de 22 projetos no valor de 2,4 bilhões de cruzeiros, beneficiando cerca de 30 mil extrativistas;
- Criação de 5 novas Reservas Extrativistas (Maranhão, Pará e Santa Catarina);
- Curso de fiscalização para 25 seringueiros colaboradores na Reserva Extrativista de Ouro Preto, Rondônia;

- Promoção de seminário para 30 técnicos do CNPT nas áreas de administração e gerenciamento;
- Elaboração de um livro sobre economia do Meio Ambiente, a ser publicado em dezembro deste ano, de autoria de Victor Bellia, consultor do CNPT;

Na avaliação de todos os escritórios do CNPT (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia), constatou-se a conclusão de muitas atividades em 5 meses de funcionamento efetivo ao longo deste ano,

uma vez que, de agosto a outubro, os escritórios do CNPT e a própria sede em Brasília, praticamente ficaram paralisados sob a gestão do Sr. Flávio Perri, enfrentando inclusive um processo de

Participaram da Reunião Ordinária do CNPT:

- Pedro Ramos - Reserva Extrativista do Rio Cajari/Amapá;
- Atanagildo de Mattos "Gatão"
- Conselho Nacional dos Seringueiros;

- Juan Carlos Carrasco Rueda - Grupo de Trabalho Amazônico;
- Alcemir da Silva - ResEx Marinha de Pirajubaé/SC;
- Ailton Krenak - União das Nações Indígenas;
- Ivo Fonseca da Silva - ResEx do Quilombo do Picochal;
- Antonio da Silva Luca - ResEx do Extremo Norte do Tocantins;
- Francisco Xavier Ramos - ResEx do Alto Juruá/Acre;
- Valdinar Pereira Barros - ResEx da Mata Grande e Ciriaco/MA;
- Luis da Silva Pereira - ResEx Chico Mendes;
- Francisco Lopes da Silva - ResEx do Rio Ouro Preto/RO;
- Joaquim Silva Ramos - Movimento Nacional dos Pescadores/MONAP;
- Fernando Allegretti - Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/IEA.

ATENÇÃO GTAs ***** ATENÇÃO GTAs

REALIZADO ENCONTRO DO GTA/ACRE

Mais de 35 entidades representando sindicatos rurais, associações de produtores, cooperativas e integrantes do projeto RECA, participaram, nos dias 28 e 29 de novembro passado, do primeiro encontro oficial do GTA/Acre, realizado no auditório do Inamps, em Rio Branco, sob a organização do Centro de Trabalhadores da Amazônia/CTA.

Ao oficializar o GTA/Acre, a coordenação foi formada por representantes da FETACRE, CMT/AC, PESACRE (Grupo de Trabalhadores do Acre), Movimento Indígena e o CTA que tem Luis Augusto Mesquita de Azevedo como Secretário Executivo regional.

Propostas para mecanismos de trabalho conjunto na formação de uma rede regional de movimentos e também a formulação de um grupo para assessorar projetos do PD/A são alguns dos planos iniciais de ação.

AMAZONAS ORGANIZA APRESENTAÇÃO OFICIAL

Um seminário de 3 dias no Centro de Treinamento da Emater, em Manaus, oficializa a apresentação oficial do GTA/Amazonas, com a palestra de abertura, dia 4 de dezembro, a cargo de Julio Barbosa de Aquino, presidente Nacional do Grupo de Trabalho Amazônico.

Ele apresentará uma análise de conjuntura sobre o Programa Piloto, as condições para a organização e as exigências para a execução dos projetos demonstrativos.

Mais de 30 entidades foram convidadas, muitas delas do interior do Estado. No próximo número do INFORMEFAX daremos informações sobre as conclusões do seminário, organizado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT/AM.

O GTA É UMA DAS REGIONAIS DO MOVIMENTO AGRO-ECOLÓGICO

Após a realização da 9ª Conferência Nacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica - em São Paulo, de 16 a 19 de novembro último - o GTA ficou responsável pela regional da Amazonia dentro do Movimento Agro-Ecológico Latino Americano. Jorg Zimmermann, que representou o GTA na Conferência de São Paulo é o titular, tendo Armando Gutemberg, do Centro Agroambiental do Tocantins-CAT, ficado como suplente.

Além da regional no Amazonas, mais 4 regionais foram criadas: Caribe, Andina, Caatinga (Associação de Agricultura Orgânica de Ouricuri) e a do Cone Sul, onde se encontra Oscar Leturia, coordenador do Movimento Agro-Ecológico Latino Americano.

NOTICIÁRIO GERAL

NOVAS RESERVAS:

Tem início na próxima semana os levantamentos sócio-econômicos que iniciam os preparativos para a instalação de quatro novas reservas extrativistas na região do Bico de Papagaio (Cantinas), Imperatriz e Baixada (Maranhão).

Com coordenação do GTA/Babaçu e CNPT Maranhão, uma equipe de 15 técnicos do CENTRU (Centro de Educação do Trabalhador Rural), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e de STRs da região fará o levantamento para as reservas que devem ser implantadas a partir de janeiro de 93, explorando de maneira sustentada o Babaçu, o Buriti, o Piqui, a Bacaba, a Taturutaba, Acaí e outros produtos da região tocantina.

ENTIDADES DO GTA BARRAM MADEIREIRAS EM AMARANTE:

Sindicatos de trabalhadores Rurais, Central Única dos Trabalhadores, Movimento Popular de Saúde, Igreja Católica, Grupo de Jovens e Comissão de Moradores, após Audiência Pública com o Promotor, encaminhou documento subscrito por mais de 250 populares ocasionando uma ação judicial contra as empresas madeireiras que atuam no Município de Amarante, no Maranhão. O juiz de Direito da 2ª Vara de Grajaú, Dr. Talvick Afonso Atta de Freitas, concedeu a liminar, determinando imediata suspensão e interdição dos setores das indústrias que dedicam-se à queima do pó de serragem e a

fabricação de carvão, conforme processo nº670/92, da comarca de Grajaú.

CONVENÇÕES DO RIO NO CONGRESSO NACIONAL?

Gravata promovida pela Comissão do Meio Ambiente, Minorias e Consumidor (a de Zoneamento foi inexplicavelmente cancelada) no dia 26 de novembro da semana passada, o Conselheiro Pedro Motta Pinto Coelho, do Itamaraty, garantiu que em duas semanas o Ministério das Relações Exteriores encaminhará as Convenções de Biodiversidade e a de Clima para serem apreciadas e ratificadas pelo Congresso Nacional. Esses documentos internacionais foram firmados durante a Conferência do Rio, em junho e o Brasil foi o primeiro signatário já que sediou o encontro. No entanto, passados seis meses, o Itamaraty encontra "dificuldades técnicas na tradução" e ainda não encaminhou os documentos ao Congresso.

LEMBRETE

Uma árvore em pé rende quinze mil cruzeiros (acho que já 1 dólar quando este informefax chegar ao leitor). A mesma árvore, vendida em tábua, renderá 3 milhões de cruzeiros (quase 300 dólares) às madeireiras.

V ENEA COBRA \$15 MILHÕES DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O V Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas foi realizado de 26 a 29 de novembro passado em Brasília. Além de palestras, discussão de grupos e uma ampla exposição de estandes no Parque da Cidade, algumas manifestações, como em frente da Casa da Dinda, exigiam a imediata liberalização de 15 milhões de dólares devidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente desde o início do governo Collor.

ENCONTRO DE MULHERES NO BICO DO PAPAGAIO

Será criada nesta semana, em São Miguel do Tocantins, a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio. Provenientes de 12 municípios da região, cerca de 130 grupos estarão se inscrevendo para representar as mais de 20 mil mulheres quebradeiras extrativistas. Elas conseguem produzir cerca de 6 mil toneladas por ano, mas querem produzir mais e melhorar, por exemplo, a Glemar Industrializa as toneladas por dia.

ÍNDIO É DIRETOR DE PROGRAMA INTERNACIONAL

O Programa FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - é o primeiro projeto internacional que tem o índio como diretor: o índio brasileiro Jorge Terena, desde o mês passado é o responsável pela administração de um programa de apoio às populações indígenas de toda a bacia amazônica (Brasil, Venezuela, Bolívia e Colômbia).

Junto com Joan Jacques Gariglio ele apresentará no Itamaraty, quinta-feira, dia 03/12, os projetos para pequenos produtores, produtores, camponeses e outras comunidades, que alcança verbas de US\$ 2 milhões em 3 anos, ministrados pela CAF - Cooperation Andina de Fomento.

O Projeto trabalha sempre com treinamento em educação, transporte, comunicação e saúde e a primeira doação de volta será realizada para a comunidade indígena.

Maiores detalhes escrever para Jorge Terena, Av. Luis Roche - Torre Central 2º Piso, Altamira - Caracas/Venezuela.
Tel: 00 582 209 2279/2288
Fax: 00 582 284 2553

LEMBRETE:

Ajude-nos a divulgar as informações que publicamos aqui no INEQUERAN. Se quiser distribuir cópias para as entidades filiadas ao seu GTA/Regional, procure incentivá-lo o Jornal Mural fixando este informativo em lugar visível.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Diretoria:

Julio Barbosa de Aquino (CNS/AC)

Presidente

Orlando Meiguena de Sá (COIAD/AM)

1º Vice-Presidente

Eugenio de Oliveira Neto (UEAP/PA)

2º Vice-Presidente

Raimundo Nonato Brito (CUT/Bahia/PA)

1º Secretário

José Heder Bonte (SPDDH/Belem/PA)

2º Secretário

Conselheiros:

Francisco Xavier Nunes Ramos (ASARE-

Altofúnd/AC)

Ans Maria Alves Ayala (INDIA/RO)

Carlos Miller (FVA/AM)

Pedro Ramos da Silva (UNSA/PA)

Vander Lúcio P. Almeida (ACPAMO/PA)

Jose Maria S. Carneiro (ASSEMA/MA)

Conselho Fiscal:

Manoel Paulo Santos (STR Amarentes/MA)

José Carlos dos Reis (STR Parajuporã/PA)

Lydia de Moraes Cardoso (PAPARA)

Secretaria Executiva:

Juan Carlos Carrasco Rieda

Av. F. de Castro, 1110 - F. 994 - 66.700-011

Belem - PA - Brasil - Distrito Federal

TEL: (061) 224-6735

FAX: (061) 226-5090

GTAs REGIONAIS:

GTA Acre

Luiz Augusto M. de Azevedo (GTA)

Av. F. de Castro, 1427

69000 - Rio Branco - Acre

TEL: (068) 224-8731 Fax: (068) 224-6329

GTA Altamira/PA

José Genival Torres (MPSI)

Rua Altamira T. A. Gonçalves, 565

68370 - Altamira - PA

TEL/Fax: (091) 513-2490

GTA Amapá

José Alfredo Michelini (STIPAPA)

Rua Padre João Maria Lourenço, 2832 - Santa Rita

68500 - Macapá - AP

TEL/FAX: (066) 321-3000

GTA Amazonas

Alfonso Tassinari (CPT/AM)

Av. Lourenço, 54 - 69000-000

69010 - Manaus - AM

TEL/Fax: (069) 233-0022

GTA Belém/Pará

Nelson Magalhães (ASSEMA)

Rua dos Leões, 1436

66025 - Belém - PA

TEL/Fax: (081) 842-2061

GTA Cajari/Pará

Paulo Roberto Gomes de Cruz Neto (CEPAS)

Rua Senador, 129 - Cx P. 111

68000 - Marabá - PA

TEL/Fax: (091) 321-1880

GTA Goiás

Ans Maria Alves Ayala (INDIA)

Rua João Goulart, 876 - Bairro Mato Grosso

71000 - Goiânia - GO

TEL/Fax: (062) 223-1885

GTA Santarém/Pará

Isa Maria Castro dos Santos (GDA)

Av. Tapajós, 1259 - Aldeia

68100 - Santarém - PA

TEL/Fax: (091) 522-6852

GTA Tocantins

Divaldo Rezende (GATA)

Cx Postal 84

77000 - Palmas - TO

Fone: (063) 862-1536

Fax: (063) 862-1765/1420

DIRETORIA E CONSELHO DELIBERATIVO DO GTA

DIRETORIA:

Presidente:

Julio Barbosa de Aquino
Conselho Nacional dos Seringueiros. CNS
Rua Alexandre Farhat, 206
69900 - Rio Branco - AC
Tel: (068) 224-9063 e 224-9645
Fax: (068) 224-3622

1º Vice-Presidente:

Orlandino Melgueiro da Silva
Coordenação Indígena da Amazônia
Brasileira - COIAB.
Av. Joaquim Nabuco, 1572 - Centro
69013 - Manaus - AM
Tel: (092) 233-0548 e 233-0937
Fax: (092) 233-0209

2º Vice-Presidente:

Eugenio Scannavino Netto
CEAPS - Projeto Saúde e Alegria.
Av. Borges Leal, 2284 - C.P. 243
68100 - Santarém - PA
Tel: (091) 522-5090
Fax: (091) 523-1083

1º Secretário:

Raimundo Nonato Brito
CUT/Pará
Trav. D. Pedro I, 1012
66050-100 - Belém - PA
Tel: (091) 241-9635
Fax: (091) 241-5663

2º Secretário:

José Heder Benatti
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos
Humanos. SPDDH
Trav. Barão do Triunfo, 2129 - Pedreira
66087-270 - Belém - PA
Tel/Fax: (091) 225-4677

CONSELHEIROS:

1. Francisco Xavier Nunes Ramos
Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva
Extrativista de Alto Juruá.
Av. 28 de Setembro, 300 - Centro
69980 - Cruzeiro do Sul - AC
Tel/Fax: (068) 322-2942

2. Ana Maria Alves Avelar
Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica -
INDIA.
Rua João Goulart, 826 - B.Mato Grosso
78900 - Porto Velho - RO
Tel/Fax: (069) 223-1898

3. Carlos Miller
Fundação Vitória Amazônia. FVA.
Av. Darcy Vargas, 520
69050 - Manaus - AM
Tel: (092) 642-1336
Fax: (092) 236-3257

4. Pedro Ramos de Souza
Conselho Nacional dos Seringueiros Amapá
Av. Rio Macacoari, 16 - Bairro do Trem
68900 - Macapá - AP
Tel/Fax: (096) 222-4453

5. Vander Luis F. Almeida
Assoc. Comunitária de Pequenos Agricultores do Município de
Oriximiná - ACPAMO
Praça Santo Antonio nº 1 - Casa Paroquial
68270 - Oriximiná - PA
Tel/Fax: (091) 522-6852 (recados c/ GDA - Grupo de Defesa
da Amazônia - Santarém/PA)

6. José Maria S. Carneiro
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão -
ASSEMA
Rua das Laranjeiras, 1426
65725 - Pedreiras - MA
Tel/Fax: (098) 642-2061

CONSELHO FISCAL:

1. **Manoel Pinto Santos**
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amarantes/MA
A/C ASSEMA

2. **Joaquim Lopes dos Reis**
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraupebas/PA
A/C E.E.P.P.
Caixa Postal 14
68515-000 - Paraupebas - PA
Tel: (091) 346-1115 (recados)

3. **Ivaneide Bandeira Cardoso (P.Velho/RO)**
Associação de Preservação Ambiental e Recuperação das Áreas
Indígenas - APARAI
Av. D.Pedro II, 650 - C.P. 149
78900 - Porto Velho - RO

ESTATUTO
GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO - GTA

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU COPIA ARQUIVADA
EM MICROFILME SOB N.º 10446

TÍTULO I

Da Denominação, Duração, Sede e Fins

Art. 1º - O Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, com prazo de duração, indeterminado, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, Brasil, regendo-se pela legislação atinente à espécie e pelo presente Estatuto.

Parágrafo Único - A entidade não participará de manifestação político-partidária.

Art. 2º - São objetivos específicos do GTA:

- a) manter uma rede permanente de intercâmbio de informações relacionadas com a execução de atividades direcionadas à defesa da Floresta Amazônica e dos povos que nela habita;
- b) Acompanhar e propor mecanismos de participação para a elaboração, acompanhamento e avaliação do "Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil";
- c) Articular e organizar os movimentos autênticos da sociedade civil para que discutam, acompanhem e participem das ações sócio-ambientais desenvolvidas na Amazônia;
- d) Ativar um mecanismo de interlocução que dê voz à demandas da sociedade civil na definição das políticas governamentais para a Amazônia;
- e) Consolidar os mecanismos de participação das populações locais no planejamento, monitoramento e execução das políticas de desenvolvimento para a região;

- 2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU QUANTO ÀS ATIVIDADES EM MICROFILME. Nº 446
- f) Analisar, discutir e acompanhar Programas Governamentais nos seus aspectos dirigidos para a Região Amazônica.

TÍTULO II

Dos Associados

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 3º - São membros do GTA:

- I) As Entidades civis que assinaram a Ata de sua Constituição;
- II) As Entidades civis que atuam na região Amazônica organizadas em Regionais do GTA.

Art. 4º - Os associados referidos no artigo anterior não poderão receber qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de funções em cargos eletivos da Entidade.

Art. 5º - Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Capítulo II

Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 6º - São direitos dos associados:

- a) votar e ser votado;
- b) requerer, nos termos estabelecidos neste Estatuto, a convocação da Assembléia Geral;
- c) receber as publicações oficiais e ser informados das atividades desenvolvidas pela Entidade;

Parágrafo Único - Os direitos sociais previstos neste Estatuto são intransferíveis.

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU REGISTRADO neste dia 10/04/86
EM MIBRO 12 302 N.º 10446

Art. 7º - São deveres dos associados:

- a) comparecer às Assembleias Gerais;
- b) não tomar decisões que contrariem os interesses da Entidade;
- c) zelar pelo aprimoramento da Entidade e lutar pela consecução dos seus objetivos.
- d) comparecer aos encontros e reuniões a que for convocado.

Art. 8º - Novos associados serão admitidos mediante solicitação e aprovação das regionais.

Parágrafo Único - As regionais são instâncias únicas para aprovação de admissão de novos membros, excetuando-se o previsto na alínea "d" do Art. 18.

Art. 9º - Serão excluídos do quadro de associados da Entidade aqueles que contrariarem o presente Estatuto ou se abstiverem das atividades programadas pela Entidade, sem a devida justificativa.

TÍTULO III

Do Patrimônio e da Receita

Art. 10 - São patrimônio da Sociedade todos os bens e direitos e as receitas derivadas de suas atividades, inclusive doações.

Parágrafo 1º - O patrimônio e a receita da Entidade somente poderão ser aplicados na consecução dos seus objetivos estatutários.

Parágrafo 2º - A Entidade não distribui parcelas do seu patrimônio ou de suas receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados.

TÍTULO IV

Dos Órgãos da Entidade

Art. 11 - São órgãos da administração da Entidade:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Regionais;
- d) Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembléia Geral, por maioria simples, para exercerem um mandato coincidente, de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Capítulo I

Da Assembléia Geral

Art. 12 - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Entidade, e dela participam todos os associados, podendo reunir-se ordinária e extraordinariamente.

Art. 13 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á a cada 2 (dois) anos antes de findar o mandato da Diretoria em exercício, instalando-se com a presença de 50% em primeira convocação; 1/3 (um terço) em segunda convocação; e em terceira, 30 (trinta) minutos após, com 20% dos associados.

Art. 14 - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou por 1/3 (um terço) dos associados, que estejam em pleno gozo de seus direitos.

Art. 15 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á através de circular distribuída a todos os associados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contendo o local, a data, o horário e a pauta.

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FICOU CÓPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB N.º 10446

2º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FIZOU COPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB Nº 102146

Art. 16 - À Assembléia Geral compete:

- a) reformar o presente Estatuto, desde que como ponto da pauta da convocatória;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- c) decidir sobre a extinção da Entidade destinando neste caso seu patrimônio à Entidades afins;
- d) aprovar os programas, relatórios de atividades e balanços, encaminhados pelo Conselho Deliberativo;
- e) aprovar a instalação de novas regionais.

Parágrafo Único - No caso da alínea "a" deste artigo, as deliberações serão tomadas por 1/3 (um terço) dos associados e nos demais casos por maioria simples dos presentes.

Capítulo II

Do Conselho Deliberativo

Art. 17 - O Conselho Deliberativo é o órgão responsável pela orientação, supervisão e avaliação gerais das atividades e reunindo-se duas vezes ao ano ou sempre que julgar necessário.

Art. 18 - Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) cumprir e fazer cumprir os objetivos estatutários e demais resoluções da Assembléia Geral;
- b) zelar pelo nome da Sociedade e difundir suas atividades no Brasil e no exterior;
- c) examinar e submeter à Assembléia Geral os programas, relatórios de atividades e balanços apresentados pela Diretoria;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. FIMOU COPIA ARQUIVADA EM MICROFILME SOB N.º 10446

- d) decidir sobre a admissão de associados, não exista regional instalada;
- e) deliberar sobre atos que resultem na disponibilidade do patrimônio permanente e no modelo organizacional;

Art. 19 - O Conselho Deliberativo, deliberará por maioria simples de votos e se reunirá no mínimo 2 (duas) vezes por ano.

Art. 20 - O Conselho Deliberativo será composto por 11 (onze) membros eleitos em Assembléia Geral, dentre os quais cinco comporão a sua diretoria, eleita no mesmo ato.

Art. 21 - A eleição do Conselho Deliberativo da Entidade, dar-se-a através da apresentação de chapa especificando os membros da Diretoria.

Parágrafo Único - Será eleita a chapa que conseguir a maioria de votos.

Art. 22 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

TÍTULO V

Da Diretoria

Art. 23 - A Diretoria, com vistas a imprimir maior operacionalidade nas ações da Entidade, deverá designar um Secretário-Executivo, não Conselheiro, que terá as suas funções decididas pela Diretoria.

Art. 24 - À Diretoria compete:

- a) coordenar e dirigir as atividades da Sociedade, no âmbito das suas competências;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JUR
RÍDICAS, FINOU O
EM 11/03/2011, PÁG 888 N.º 10446

- b) despachar e assinar, todo e qualquer documento que resulte, a qualquer título, na disponibilidade do patrimônio permanente da Entidade, enunciativamente imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, móveis, semoventes, marcas, patentes, linhas de comunicação, ações e títulos patrimoniais;
- c) zelar pelo bom emprego dos recursos financeiros da Entidade;
- d) contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir o Secretário-Executivo;
- e) elaborar e encaminhar aos Conselhos Deliberativo e Fiscal os programas e relatórios de atividades e balanços;
- f) negociar e captar recursos para o funcionamento da Entidade;
- g) identificar e contactar organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, públicos e privados, potencialmente interessados em patrocinar ações;
- h) requisitar associados para tomar parte em comissões ou grupos de trabalho;
- i) solicitar a participação/integração da Entidade em organismos nacionais e internacionais de assistência técnica e financeira;
- j) representar a Entidade nas negociações nacionais e internacionais.

Seção I

Do Presidente

Art. 25 - Ao Presidente compete:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo;
- b) orientar, supervisionar e avaliar as atividades da Entidade;
- c) encaminhar à Assembléia Geral os programas, relatórios de atividades e balanços;
- d) representar a Entidade em juízo, ativa e passivamente, por meio de seus substitutos ou através de procuradores legalmente constituídos com poderes específicos;
- e) despachar e assinar com o Secretário-Executivo todo e qualquer documento que envolva, a qualquer título, disponibilidade do patrimônio permanente da Entidade;
- f) exercer outras atribuições inerentes ao cargo, não previstas expressamente neste Estatuto.

Seção II

Do Vice-Presidente

Art. 26 - Ao Vice-Presidente compete:

- a) substituir o Presidente em suas ausências, licenças ou impedimentos;
- b) auxiliar o Presidente nos encargos que forem por ele determinados.

Art. 27 - Ao 2º Vice-Presidente compete:

- a) substituir o Vice-Presidente em suas ausências, licenças ou impedimentos;
- b) auxiliar o Vice-Presidente nos encargos que forem por ele determinados.

Seção III

Do Secretário

2.º OFÍCIO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS
FÍSICAS. FICOU CÓPIA ARQUIVADA
EM MICROFILME SOB N.º 0446

Art. 28 - Ao Secretário compete:

- a) preparar os documentos e atas relativas às reuniões do Conselho Deliberativo.

Art. 29 - Ao 2º Secretário compete:

- a) auxiliar o Secretário nos encargos que forem por ele determinados.

Capítulo III

Do Conselho Fiscal

Art. 30 - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros.

Art. 31 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) apresentar à Assembléia Geral pareceres sobre os balanços, encaminhados pelo Secretário-Executivo;
- b) acompanhar a execução financeira e opinar sobre intenções de contração de empréstimos e outras operações que resultem na instituição de gravames significativos aos bens da Entidade;

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal delibera por maioria simples.

TÍTULO VI

Das Regionais

Art. 32 - As regionais serão estruturados com um número mínimo de 10 entidades legalmente reconhecidas e que

pretendem cumprir com os objetivos do GTA.

Art. 33 - As instâncias das regionais são:

- a) Encontros regionais;
- b) Coordenação Geral;
- c) Secretaria Executiva.

Parágrafo Único - o papel e as atribuições dessas instâncias serão definidas pelo regimento interno das regionais.

Art. 34 - A Coordenação Geral das regionais deverá manter intercâmbio permanente com a Diretoria do Conselho Deliberativo do GTA, de modo a assegurar o bom andamento das atividades da Entidade.

TÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 35 - O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 36 - A Sociedade poderá ser extinta, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terço) dos presentes, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 37 - É expressamente vedado o uso da denominação social em atos que envolvam a Entidade em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 38 - Os casos omissos deste Estatuto serão regulados pela Lei.



Julio Barbosa de Aquino
Julio Barbosa de Aquino
PRESIDENTE - GTA

10446
SERVENTUÁRIO

3.º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) SUPRA ASSINALADA(S) COM MEU SINAL PÚBLICO POR SEMELHANÇA COM A(S) DEPOSITADA(S) EM MEUS ARQUIVOS.
BRASÍLIA, 10 DE MARÇO DE 1992
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
TÉCNICOS JUDICIÁRIOS AUTORIZADOS
CARLOS MAGNO DE ALVARENGA - ALGONO BASTOS RAMOS
JOSÉ SANTO MENDES CARNEIRO - ANTONIO A. DE OLIVEIRA
MARGARIDA DIVINA GUIMARAES - DEUSDETE DE F. ALBERNAZ

BOLETIM INFORMATIVO GTA/BSB
(31/08/92)

**1. ESCOLHA DOS REPRESENTANTES
DAS ONGS DA AMAZÔNIA LEGAL**

Conforme programado, em 27 de agosto do corrente, reuniu-se a Comissão Mista Governo/ONG, designada pela Portaria nº 202, de 24 de agosto de 1992, no 5º andar do Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios em Brasília, DF, sob a presidência de Roseana Duarte Trein, representante do DETEC/SEMAM-PR, com a participação dos seguintes membros: Eduardo Lamperté Costa, representante do DEAIN/MEPF; José Heder Benatti, representante das ONGs da Amazônia, e Ary José de Oliveira, representante das ONGs da mata Atlântica.

Foram eleitos os seguintes representantes: Para Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - Representando ONGs DA AMAZÔNIA: Julio Barbosa de Aquino e Orlandino Melgueiro da Silva - Titulares; Airton Faleiro e Eduardo de Souza Martins - Suplentes; e Representando ONGs DA MATA ATLÂNTICA: Ricardo Augusto Pessoa Braga - Titular e Miriam Prochnow - Suplente.

Para a Secretaria Técnica do PD/A: Muriel Saragossi, Gerson Teixeira, Raimundo Gomes da Cruz Neto, Gilberto Azanha e Juan Carlos Carraço Rusda - Titulares; Carlos Leandro Pereira da Silva, Luiz Augusto Mesquita Azêvedo, Roberto Porro, Luiz Carlos Pinagé e Carlos Miller - Suplentes.

2. PROGRAMA DE APOIO AO FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, SEMAM/PR - BANCO INTER-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Como já foi comunicado anteriormente, existem recursos do BID Banco Inter-Americano de Desenvolvimento à disposição do FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente da SEMAM/PR. As próximas reuniões e áreas temáticas são as seguintes:

Dias 01 e 02 /10/92

- * Unidades de Conservação
- * Educação Ambiental
- * Desenvolvimento Institucional

Dias 05 e 06 /11/92

- * Pesquisa e desenvolvimento
- * Controle Ambiental
- * Desenvolvimento Institucional

Dias 03 e 04/12/92

- * Aproveitamento Econômico racional da Flora e fauna
- * Manejo e Extensão Florestal
- * Desenvolvimento Institucional

Em princípio os projetos aprovados nestas reuniões serão liberados a contar do primeiro trimestre de 1993. É importante destacar dois aspectos:

- a) Os projetos deverão chegar NO MÍNIMO 50 dias úteis ANTES das datas definidas para as reuniões;
- b) Os projetos não serão analisados se não estiverem com toda a documentação solicitada segundo manual e Procedimentos Operacionais do FNMA.

Maiores informações dirigir-se diretamente ao FNMA, Fones (061) 223-7957 e 226-4319, FAX (061) 224-0879.

Estamos enviando para cada Secretária Executiva regional do GTA, o REGULAMENTO OPERATIVO DO PROGRAMA COM O BID, e o Formulário de projetos do FNMA.

3. I ASSEMBLÉIA GERAL DO GTA MARABÁ PARÁ.

Na I Assembléia Geral do GTA realizada em Marabá-Pará foi eleita a nova Diretoria, sendo composta por:

Presidente: Julio Barbosa de Aquino (Rio Branco-Acre) - Conselho Nacional dos Seringueiros. CNS

1º Vice-Presidente: Orlandino Melgueiro da Silva (Manaus/AM) Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira - COIAB.

2º Vice-Presidente: Eugenio Scanavino (Santarém-Pará) Projeto Saúde e Alegria.

1º Secretário: Raimundo Nonato Brito (Belém-Pará)

2º Secretário: José Heder Benatti (Belém-Pará) - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. SDDH

CONSELHEIROS:

1. Francisco Xavier Nunes Ramos (Cruzeiro do Sul - Acre). Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista de Alto Juruá.

2. Ana Maria Alves Avelar (Porto Velho/RO) - Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica-INDIA

3. Carlos Miller (Manaus - AM) Fundação Vitória Amazônia.FVA.
 4. Pedro Ramos de Souza (Macapá- AP) - Conselho Nacional dos Seringueiros Amapá
 5. Vênder Luis F. Almeida (Oriximiná -Pará) ACPAMO
 6. José Maria S. Carneiro.(São Luiz/MA) - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA
- CONSELHO FISCAL:**
(titulares)
1. Manoel Pinto Santos - STR Amarantes/MA
 2. Joaquim Lopes dos Reis - STR de Paraupabas/Pará
 3. Ivanêide Bandeira Cardoso (P.Velho/RO) APARAI.

Em ocasião da Assembleia em Marabá, foi modificado o Estatuto do GTA. O Novo Estatuto será enviado dentro dos próximos dias, depois de cumprir com todos os trâmites legais necessários. De igual forma será enviada cópia registrada da Ata da Assembleia do GTA.

4. MISSÃO DO BANCO MUNDIAL

A continuação do Aide Memoire (anexo) relacionado com os Projetos Demonstrativos feito pela Missão do Banco Mundial, cabe assinalar que este Aide Memoire está ainda em fase de discussão pelo Governo Brasileiro através da Comissão Coordenadora do Programa Piloto.

5. CONTRATAÇÃO DE EDUARDO MARTINS PELA WWF.

O companheiro Eduardo Martins, atual Coordenador Técnico do GTA, recebeu um convite para postular o cargo de Coordenador da WWF no Brasil, cargo para o qual concorreram perto de 100 técnicos do mundo inteiro, no final foram escolhidos 05 candidatos, aos quais foram submetidos a entrevistas por representantes da WWF e de 03 ONGs de Brasil especialmente convidadas (FUNATURA, CNS e SPN).

A postulação de Eduardo Martins foi desde o início apoiada e incentivada pelo GTA, inclusive através de carta de recomendação do nosso presidente, Julio Barbosa de Aquino, na medida que isto poderá permitir um trabalho ainda mais articulado do GTA com ONGs de caráter internacional.

No dia 27 de agosto foi comunicado oficialmente que a WWF indicará como seu representante no Brasil, Eduardo Martins.

Em função do anterior estamos tomando as medidas administrativas

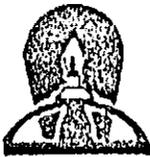
necessárias para dar continuidade ao trabalho do Eduardo.

6. POSIÇÃO DO ATUAL SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DR. FLAVIO PERRI, PERANTE AS ONGS.

Do nosso ponto de vista como ONG, até o atual momento a gestão da atual Secretaria de Meio Ambiente, tem significado um enorme retrocesso. Noções conclusões prendem-se a fatos concretos, que passamos a enumerar resumidamente:

- a) Ausência total de diálogo. Apesar de termos pedido audiência por escrito, e inclusive ter-se deslocado de Marabá a Brasília representantes de ONGs, o Secretário não tem concedido nenhum tipo de audiência;
- b) Projetos que estavam sendo desenvolvidos através do CNPT, foram praticamente paralisados, na medida que não continuarão sendo liberados os recursos, conforme programados;
- c) O Programa de Meio Ambiente e Comunidade Indígenas - PMACI, já assinado pelo BID, ainda espera assinatura do Sr. Secretário para que possam ser liberados os recursos para dar continuidade ao Programa;
- d) Informalmente temos tido informações que pretendem-se reformular (para pior) o CNPT, propondo que em vez de continuar ligado à Presidência de IBAMA, fique ligado a uma Diretoria (DIREN), o que fará que perca a autonomia com que ele foi concebido;
- e) Sem maiores explicações, nos foram solicitadas informalmente as salas que o GTA atualmente ocupa (duas salas no prédio da SEMAM);
- f) Não estão sendo honrados pela SEMAM os compromissos de apoio ao GTA, assumidos junto ao PNUD pelas gestões anteriores.

Em função de todos estes aspectos, caberá a Diretoria do GTA, na sua próxima reunião programada para a segunda semana de setembro, definir os encaminhamentos políticos e as atitudes a tomar.



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Marabá, 3 de Agosto de 1992

Ilmo. Dr. Juan Carlos Carrasco Rueda
Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA
Brasília-DF

Prezado Companheiro,

Conforme encaminhamento da Direção Executiva do CNS, sobre o apoio do GTA para divulgação da Carta de Princípios do CNS e a solicitação da Direção Executiva do CNS em relação ao Protocolo de Cooperação proposta pela Empresa Nutricional e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), em Curitiba, Paraná, conforme a resolução Nº 6 do referido documento.

Agradeceria comunicar ao CNS o nome das entidades e instituições aos quais o GTA enviará os documentos.

Grato pela atenção.


Atanásio de D. Mates
Presidente do Cons. Nacional dos Seringueiros
CIC 062.806/01 - RG 2461422 SSP-PA



INSTITUTO DE ESTUDOS
AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS

Ilmo. Sr.
GILBERTO AZANHA
Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Rua Fidalga, 548 - sala 13
05432 - São Paulo - SP

Curitiba, 28 de agosto de 1992.

Ref. Contestação do IEA ao
posicionamento da Diretoria
Executiva do Conselho
Nacional dos Seringueiros -
CNS.

Prezado Senhor:

Dirijo-me a V. Sa. para encaminhar, anexo, nossa
contestação ao documento "Posição da Diretoria Executiva do CNS
em relação ao Protocolo de Cooperação proposto pela empresa
Nutrimental e o Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, em
Curitiba, Paraná" e demais documentos que lhe dão suporte.

Informo que manteremos contato, oportunamente, para
tratar desse assunto e para avaliar suas conseqüências.

Aproveito para reiterar protestos de elevado apreço e
distinguida consideração,

Atenciosamente


Augusto Cesar Fayet
Diretor Executivo



INSTITUTO DE ESTUDOS
AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS

Curitiba, 28 de agosto de 1992

Ilmo. Sr.
GILBERTO AZANHA
Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Rua Fidalga, 548 - sala 13
05432 - São Paulo - SP

Prezado Senhor,

Encaminhamos, em anexo, documento referente à posição do IEA frente ao GTA - Grupo de Trabalho Amazônico.

Como deve ser do conhecimento de V.Sa., o IEA foi um dos principais idealizadores do GTA, entidade fundadora e membro do Conselho Deliberativo do mesmo, até a semana passada. Fomos, também, uma das primeiras ONGs brasileiras a acompanhar, sistematicamente, o Programa Piloto. Colaboramos, inclusive, para tornar o Programa compreensível junto aos órgãos de governo, a outras ONGs nacionais e estabelecemos as primeiras articulações internacionais em apoio ao mesmo.

Continuamos considerando esse Programa extremamente importante para o Brasil e esperamos que consiga ser uma experiência nova de gestão de recursos e de concepção de desenvolvimento, para influir sobre outros projetos do Governo Brasileiro em florestas tropicais.

Infelizmente, após inúmeras tentativas de alertar o GTA para a necessidade de levar em consideração os aspectos críticos por nós apontados no documento em anexo, não tivemos respostas satisfatórias. Estamos, agora, aguardando um retorno da nova Diretoria, recém eleita, para decidir se as críticas que apresentamos serão consideradas.

Estamos à disposição para esclarecimentos, caso V.Sa. esteja interessado em aprofundar essa questão.

Atenciosamente,

Mary Helena Alegretti
Mary Helena Alegretti
Presidente do Conselho Diretor

Brasília, 12 de agosto de 1992.

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos encaminhando para o vosso conhecimento documento esclarecendo a posição da Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, em relação as entidades de assessorias.

No momento achamos que as coisas andam muito confusas, tanto para nós, como para as organizações de financiamentos.

Achamos que precisa ficar claro para as organizações, tanto de base como de apoio e até mesmo para as de financiamento, sobre quem pode e deve definir as políticas para implantação de Reservas Extrativistas.

E como um dos princípios básico do CNS, tirado do III Encontro Nacional dos Seringueiros, é a organização social antes de qualquer outra coisa, e que o CNS juntamente com as organizações de base é quem tem esse compromisso e não dar para entidades de apoio a criação de Reservas, sem a definição por parte do CNS.

Por isso decidimos que só o CNS e as organizações de base é quem tem que definir sobre a criação das Reservas e quais projetos devem ser implantados nas mesmas.

Espero que esse documento possa clarear um pouco as dúvidas que estão causando problemas para o movimento.

Atenciosamente,


Julio Barbosa de Aquino

PRÉSIDENTE - OTA

Grupo de Trabalho Amazônico

Projeto BRA/91/018

Julio Barbosa de Aquino
Pré-Coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico
Projeto BRA/91/018



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

POSICÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO CNS EM RELAÇÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PROPOSTA PELA EMPRESA NUTRIMENTAL E O INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA, EM CURITIBA PARANÁ.

A Direção Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros CNS, juntamente com o Presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda-CAEX, reuniram-se em Rio Branco no dia 27 de julho de 1992, e um dos itens colocados em discussão foi o Protocolo de Cooperação com a NUTRIMENTAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS, IEA.

A Executiva do CNS e a CAEX quer deixar registrado inicialmente, que não teve conhecimento prévio dos termos e do conteúdo do Protocolo de Cooperação acima referido.

Um outro aspecto que a Direção Executiva e a CAEX considera fundamental, é que os companheiros Pedro Ramos de Souza e Antonio Teisela Mendes, Secretário do CNS e Presidente da CAEX, colocaram na ocasião da assinatura do referido protocolo que eles não conheciam o documento e que precisariam de tempo para discutir com a executiva do CNS e CAEX sobre a proposta, mais foi colocado para ele na ocasião que tratava-se de apenas um protocolo de intenções, o que não é verdadeiro, pois no segundo parágrafo da página três está colocado que "a formalização do presente PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, o qual tem por objeto imediato a implantação do "PROJETO CASTANHA DO BRASIL".

As conclusões da Diretoria Executiva juntamente com a CAEX depois de tomar conhecimento e analisar o Protocolo de Cooperação com a NUTRIMENTAL e o IEA são as seguintes:

1. Foi considerado desleal e não ético, a forma como se obteve a assinatura de um membro da Direção Executiva do CNS e da CAEX.
2. Com relação as linhas básicas do referido Protocolo, cabem as seguintes considerações:
 - a) O Protocolo, tomando como base o caso pontual de compra de castanhas de uma cooperativa, pretende generalizar a atuação do IEA para todas as Reservas Extrativistas, isto fica claro no próprio título do protocolo "PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO EM PIOL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA", e também, no parágrafo cinco, da página 3, coloca "Da parte do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS, propõe-se ele, de conformidade com o seu estatuto, a congregar pessoas e profissionais de diferentes áreas para formular, coordenar e executar projetos e programas de proteção ambiental e de desenvolvimento social das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA, auxiliando nos planos político, econômico, financeiro, técnico e jurídico."

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
Rua Alexandre Farhat, 206 - Bairro Augusto
Cidade Postal 424 - FAX (068) 224-3622 - FONE 224-9063 224-9645



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

- b) Existe uma clara intenção de auto-promoção do IEA as custas do CNS, que fica claramente evidenciada no primeiro parágrafo da página sete, que coloca "Compromete-se a NUTRIMENTAL, a emitir um selo para ser colocado nas embalagens ou rótulos do referido produto "in natura", e daquelas formulados com a CASTANHA DO BRASIL, onde se irá dar destaque a participação do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS no resultado da respectiva comercialização, mediante parâmetros firmados através do presente PROTOCOLO".
- c) O Protocolo coloca também que, todos os recursos serão geridos por um Conselho Curador idealizado e definido, sem participação da Executiva do CNS. Esta intenção fica clara no terceiro parágrafo da página sete, que coloca "Como previsto acima, competindo ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS a gestão dos recursos subvencionados pela NUTRIMENTAL S.A., será ele acometido, pois, o papel de órgão executivo encarregado de fazer cumprir as respectivas aplicações, observadas para tanto as diretrizes firmadas no presente PROTOCOLO."
- d) O Protocolo dar poder total para NUTRIMENTAL, para decidir sobre a quantidade de castanhas a serem adquiridas da Cooperativa, o que está claramente definido no Parágrafo segundo da página 05, que diz "cumprirá unicamente a NUTRIMENTAL dimensionar a quantidade de matéria-prima extrativa a ser adquirida, limitada a sua demanda, no que respeita aos fornecimentos feitos diretamente pelas RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA, e critérios de sustentabilidade dos ecossistemas das regiões produtoras, para não causar pressão sobre a oferta, e para não provocar efeitos destrutivos sobre as florestas".

Em função de todos estes antecedentes, a Direção Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros toma as seguintes resoluções, que são endossadas pela CAEX, que também subcreve.

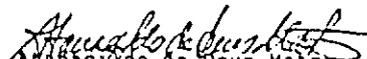
1. Retirada imediata da participação do CNS no Protocolo de Cooperação com a Empresa NUTRIMENTAL e o IEA.
2. Comunicação a todos os assinantes do Protocolo, e a WWF-WORLD WILDLIFE FUND, destas decisões.
3. Suspensão imediata de todas as atividades do protocolo de cooperação com o Instituto de Estudos Amazônicos.
4. Tomar todas as medidas legais, no plano nacional e internacional, no sentido de denunciar publicamente o Protocolo e preservar os interesses do CNS.



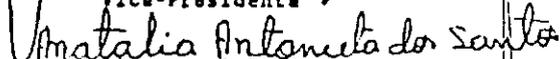
CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

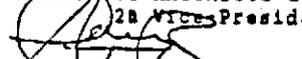
5. Reiterar que a manipulação para obter este Protocolo, contraria todas as resoluções aprovadas no III Encontro Nacional dos Seringueiros, que definiu como objetivo básico preservar a autonomia do CNS e eliminar toda forma de marretagem.
6. Comunicar estas resoluções através de todos os meios de comunicação ao alcance do CNS, a nível nacional e Internacional.
7. Solicitar ao IEA que retire do seu material promocional toda e qualquer menção que o mesmo desenvolve um trabalho de apoio junto ao CNS nesse protocolo.
8. O processo de comercialização de qualquer entidade organizadora da produção, se dará desta com o mercado aberto, independentemente da tutela de outras entidades e ou instituições.

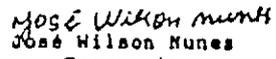
Rio Branco-AC, 28 de julho de 1992.


Acacáyrdo de Deus Matos
Presidente

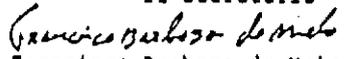

Júlio Barbosa de Aquino
Vice-Presidente


Matália Antonieta dos Santos
2ª Vice-Presidente


Pedro Ramos de Souza
Secretário


José Wilson Nunes
Tosoureiro


Francisco das Chagas Batista Lopes
2º Secretário


Francisco Barbosa de Melo
2º Suplente

Antônio Teixeira Mendes
Presidente da CAEM

COOPERATIVA AGROEXTRATIVISTA DE XAPURÍ LTDA.

CGC 14.364.681/0001-81

INSC. EST. 01.70.0117-0

Rua Seis de Agosto, 268 - Tel. (068) 542-2315 - Fax (068) 542-2125

CEP 69920 - XAPURÍ - ACRE - BRASIL

*Entrevista com
11-08-92
Campesino*

Of. 082/92

Xapuri-AC, 11 de agosto de 1992.

De: Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda

Para: INSTITUTO DE ESTUDO AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS - IEA

MARY ALFREGRETTI

Prezada Mary:

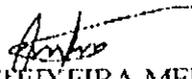
Comunicamos a V. Sa. que a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda, CAEX, participou da reunião da Direção Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros, CNS, nos dias 26 e 27 de julho do corrente exercício, onde se discutiu, entre outros pontos de pauta, o Protocolo de Cooperação com a NUTRIMENTAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e o IEA.

Nestes termos, reiteramos, antes de tudo, que a posição do CNS é a posição da CAEX, pois o documento produzido foi resultado das avaliações também dos membros da Diretoria da Cooperativa.

Ressaltamos ainda que, na verdade, esta posição foi se construindo a medida que o IEA passo a passo constituiu-se num grande Intermediário da Cooperativa, e um dos objetivos cruciais da CAEX sempre foi a eliminação de atravessadores, inclusive é a partir dessa premissa que é impulsionado o processo cooperativista em Xapuri-AC.

Portanto, reafirmamos nossa posição mais ainda ao encaminhar o documento do CNS na íntegra e assinado pela CAEX para todos os nossos parceiros, e em particular para a Empresa Nutrimental, com a qual pretendemos manter as mesmas bases contratuais, e até mesmo ampliá-las, sem a intervenção do IEA nos níveis propostos e nos que já estavam ocorrendo.

Atenciosamente.


ANTONIO TEIXEIRA MENDES

Presidente

CC. NUTRIMENTAL e CNS.



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

POSIÇÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO CNS EM RELAÇÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PROPOSTO PELA EMPRESA NUTRIMENTAL E O INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA, EM CURITIBA PARANÁ.

A Direção Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros CNS, juntamente com o Presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda-CAEX, reuniram-se em Rio Branco no dia 27 de julho de 1992, e um dos itens colocados em discussão foi o Protocolo de Cooperação com a NUTRIMENTAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS, IEA.

A Executiva do CNS e a CAEX quer deixar registrado inicialmente, que não teve conhecimento prévio dos termos e do conteúdo do Protocolo de Cooperação acima referido.

Um outro aspecto que a Direção Executiva e a CAEX considera fundamental, é que os companheiros Pedro Ramos de Souza e Antonio Teixeira Mendes, Secretário do CNS e Presidente da CAEX, colocaram na ocasião da assinatura do referido protocolo que eles não conheciam o documento e que precisariam de tempo para discutir com a executiva do CNS e CAEX sobre a proposta, mais foi colocado para ele na ocasião que tratava-se de apenas um protocolo de intenções, o que não é verdadeiro, pois no segundo parágrafo da página três está colocado que "a formalização do presente PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, o qual tem por objeto imediato a implantação do "PROJETO CASTANHA DO BRASIL".

As conclusões da Diretoria Executiva juntamente com a CAEX depois de tomar conhecimento e analisar o Protocolo de Cooperação com a NUTRIMENTAL e o IEA são as seguintes:

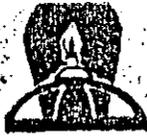
1. Foi considerado desleal e não ético, a forma como se obteve a assinatura de um membro da Direção Executiva do CNS e da CAEX.
2. Com relação as linhas básicas do referido Protocolo, cabem as seguintes considerações:
 - a) O Protocolo, tomando como base o caso pontual de compra de castanhas de uma cooperativa, pretende generalizar a atuação do IEA para todas as Reservas Extrativistas, isto fica claro no próprio título do protocolo "PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA", e também, no parágrafo cinco, da página 5, coloca "De parte do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS, propõe-se ele, de conformidade com o seu estatuto, a congregar pessoas e profissionais de diferentes áreas para formular, coordenar e executar projetos e programas de proteção ambiental e de desenvolvimento social das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA, auxiliando nos planos político, econômico, financeiro, técnico e jurídico."

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

Rua: Alexandre Furhat, 206 - Bairro José Augusto

Caixa Postal 424 - FAX (068) 224-3622 - FONE 224-9063 224-9645

CEP 69900 - Rio Branco-AC - CGC 14.352.991/0001-06



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

- b) Existe uma clara intenção de auto-promoção do IEA as custas do CNS, que fica claramente evidenciada no primeiro parágrafo da página sete, que coloca "Compromete-se a NUTRIMENTAL, a emitir um selo para ser colocado nas embalagens ou rótulos do referido produto "in natura", e daqueles formulados com a CASTANHA DO BRASIL, onde se irá a dar destaque a participação do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS no resultado da respectiva comercialização, consoante parâmetros firmados através do presente PROTOCOLO".
- c) O Protocolo coloca também que, todos os recursos serão geridos por um Conselho Curador idealizado e definido, sem participação da Executiva do CNS. Esta intenção fica clara no terceiro parágrafo da página sete, que coloca "Como previsto acima, competindo ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS a gestão dos recursos subvencionados pela NUTRIMENTAL S.A., será ele acometido, pois, o papel de órgão executivo encarregado de fazer cumprir as respectivas aplicações, observadas para tanto as diretrizes firmadas no presente PROTOCOLO."
- d) O Protocolo dar poder total para NUTRIMENTAL, para decidir sobre a quantidade de castanhas a serem adquiridas da Cooperativa, o que está claramente definido no Parágrafo segundo da página 05, que diz "cumprirá unicamente a NUTRIMENTAL dimensionar a quantidade de matéria-prima extrativa a ser adquirida, limitada a sua demanda, no que respeita aos fornecimentos feitos diretamente pelas RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA, e critérios de sustentabilidade dos ecossistemas das regiões produtoras, para não causar pressão sobre a oferta, e para não provocar efeitos destrutivos sobre as florestas".

Em função de todos estes antecedentes, a Direção Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros toma as seguintes resoluções, que são endossadas pela CAEX, que também subscreve.

1. Retirada imediata da participação do CNS no Protocolo de Cooperação com a Empresa NUTRIMENTAL e o IEA.
2. Comunicação a todos os assinantes do Protocolo, e a WWF-WORLD WILDLIFE FUND, destas decisões.
3. Suspensão imediata de todas as atividades do protocolo de cooperação com o Instituto de Estudos Amazônicos.
4. Tomar todas as medidas legais, no plano nacional e internacional, no sentido de denunciar publicamente o Protocolo e preservar os interesses do CNS.

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

Rua Alexandre Farhat, 206 - Bairro José Augusto
Caixa Postal 424 - FAX (068) 224-3622 - FONE 224-9063 224-9645
CEP 69900 - Rio Branco-AC - CBC 14.352.991/0001-86



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

5. Reiterar que a manipulação para obter este Protocolo, contraria todas as resoluções aprovadas no III Encontro Nacional dos Seringueiros, que definiu como objetivo básico preservar a autonomia do CNS e eliminar toda forma de marretagem.
6. Comunicar estas resoluções através de todos os meios de comunicação ao alcance do CNS, a nível nacional e internacional.
7. Solicitar ao IEA que retire do seu material promocional toda e qualquer menção que o mesmo desenvolve um trabalho de apoio junto ao CNS nesse protocolo.
8. O processo de comercialização de qualquer entidade organizadora da produção, se dará desta com o mercado aberto, independentemente da tutela de outras entidades e ou instituições.

Rio Branco-AC, 28 de julho de 1992.

Amândio de Deus Matos
Amândio de Deus Matos
Presidente

Julio Barbosa de Aquino
Julio Barbosa de Aquino
Vice-Presidente

Matalia Antonieta dos Santos
Matalia Antonieta dos Santos
2ª Vice-Presidente

Pedro Ramos de Souza
Pedro Ramos de Souza
Secretário

José Wilson Nunes
José Wilson Nunes
Tesoureiro

Francisco das Chagas Batista Lopes
Francisco das Chagas Batista Lopes
2º Secretário

Francisco Barbosa de Melo
Francisco Barbosa de Melo
2º Suplente

Antônio Teixeira Mendes
Presidente da CAEX

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
Rua Alexandre Farhat, 206 - Bairro José Augusto
Caixa Postal 424 - FAX (068) 224-3622 - FONE 224-9063 224-9645
CEP 69900 - Rio Branco-AC - CGC 14.352.991/0001-86

CARTA DE PRINCÍPIOS

O Conselho Nacional dos Seringueiros, enquanto entidade da organização dos trabalhadores extrativistas da Região Amazônica fundado em 1985, vem exercendo suas atividades em busca de seus objetivos, em cooperação, acordo e parceria com outras entidades ou instituições governamentais e não governamentais, estabelecidas através do exercício da ética profissional e a maior consideração às suas deliberações.

Entretanto, o CNS vem sendo constantemente atropelado no andamento de seus trabalhos, por entidade de assessoria e de apoio, que se sobrepõe a autonomia da entidade, seus princípios e objetivos, assumem e decidem sejam em negociações ou na própria área de atuação do CNS.

Face a estas constatações, o CNS, de acordo com as Resoluções do III Encontro Nacional dos Seringueiros, e demais normas estatutárias, através de sua Direção Executiva, reunida nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1992, em Rio Branco - Acre reafirmam suas deliberações a respeito da relação e atribuição das entidades, assessores ou prestadores de serviços, que são:

1. Nenhuma entidade, instituição, e ou pessoa, sem a expressa autorização, falará em nome do CNS.
2. A participação do CNS, em contrato, protocolo, acordo ou qualquer outro instrumento não implica na utilização do nome do CNS, pelos envolvidos em tais instrumentos, sem expressa convenção.
3. A relação do CNS, com entidades e ou instituições, se dará através da ética profissional, respeitados os princípios e objetivos de cada uma.

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
Rua: Alexandre Farhat, 206 - Bairro José Augusto
Caixa Postal 424 - FAX (068) 224-3622 - FONE 224-9063 224-9645
CEP 69900 - Rio Branco-AC - CGC 14.352.991/0001-86



CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

4. As atividades, proposições e participação do CNS, em qualquer acordo e ou contrato, só será decidido pela entidade, através de seus órgãos de direção.

Rio Branco, 28 de julho de 1992

Alanagildo de Deus Matos
Alanagildo de Deus Matos
Presidente

Julio Barbosa de Aquino
Julio Barbosa de Aquino
Vice-Presidente

Pedro Ramos de Souza
Pedro Ramos de Souza
Secretário

José Wilson Nunes
José Wilson Nunes
Tesoreroiro

Anatália Antonieta dos Santos
Anatália Antonieta dos Santos
2ª Vice-Presidente

Francisco das Chagas Batista Lopes
Francisco das Chagas Batista Lopes
2º Secretário

Francisco Barbosa de Melo
Francisco Barbosa de Melo
2º Suplente

PROCOLO DE COOPERAO EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS RE
SERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA

I - DAS PARTES SIGNATARIAS:

1. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS (CGCMF 79.777.306/0001-09), associao civil sem fins lucrativos, registrada sob n. 4.881 no Livro "A3" de Pessoas Juridicas, do 2º Ofcio de Titulos e Documentos da Comarca de Curitiba-PR, com sede e foro nesta Capital a Rua Monte Castelo, 380, Bairro do Tarumã, neste ato representado pelo seu Diretor-Executivo, Senhor AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET (RG. 324.216-SSP/PR - CPF 004.058.419-49), brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta cidade a Rua Donaide da Costa, 389.
2. NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS (CGCMF 76.633.890/0001-30), pessoa juridica de direito privado estabelecida na cidade de São José dos Pinhais-PR, a Av. Ruy Barbosa, 1465, neste ato representada por seus Diretores Superintendentes, Senhores ARTHUR DA SILVA LEME NETO (RG. 340.667-SSP/PR - CPF 110.627.709-00) e HENRIQUE ODDA DA ROCHA LOURES (RG 776.606-SSP/PR - CPF RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES 002.928.269-15), brasileiros, casados, empresários, o primeiro residente e domiciliado nesta Capital, e o outro na Capital do Estado de São Paulo.
3. CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS, associao civil sem fins lucrativos sediada na cidade Rio Branco, Capital do Estado do Acre, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor CARLOS ALBERTO DE SOUZA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade Rio Branco, Acre.

Estado do Acre, neste ato representado pelo seu Secretário, Senhor PEDRO RAMOS DE SOUZA.

II - PREAMBULO:

A temática da proteção ambiental - aliada a uma maior conscientização social acerca da necessidade de se promover um desenvolvimento sustentado da economia, vale dizer, um desenvolvimento que não seja predatório dos recursos naturais de que dispõe uma nação, e que, ao mesmo tempo, propicie melhores condições de vida para seus cidadãos - tem ensejado nos últimos dois anos novas modalidades de empreendimentos econômicos identificados com a preocupação de se construir um planeta mais saudável, e de se distribuir melhor as riquezas nele geradas.

No contexto dado surge desde logo o desafio, particularmente no tocante a ecossistemas frágeis e complexos (como é o caso da Amazônia), de se eleger formas adequadas de utilização dos recursos naturais ali existentes.

Utilizar matérias-primas da floresta, beneficiar as populações que vivem da atividade extrativa, e, ao mesmo tempo, conservar os ecossistemas, passou a ser a base de um novo tipo de mercado e de empreendimentos pioneiros.

Uma das características desse tipo de iniciativa é o fato de que - além de se procurar proteger a floresta através de um manejo que seja o mais adequado para a atividade extrativa - se logra provocar através dela um impacto positivo por sobre as populações nativas, que do

ponto-de-vista econômico, quer do ponto-de-vista social.

Além disso, tal iniciativa tem trazido consigo uma proposta de fortalecimento das entidades sociais e am-
 ração de recursos financeiros voltados para a consecução dos programas de ação daquelas entidades.

Exatamente dentro dessa linha de desenvolvi-
 mento sustentado, o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AM-
 BIENTAIS, o CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS e a empresa
 NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LANC...
 por bem de ensejar inúmeras tratativas, que culminam agora
 com a formalização do presente PROTOCOLO DE COOPERACAO, o
 qual tem por objeto imediato a implantação do "PROJETO CAS-
 TANHA DO BRASIL".

Sob o prisma institucional, para o qual se
 voltam as propostas de trabalho do INSTITUTO DE ESTUDOS
 AMAZONICOS E AMBIENTAIS, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" é
 concebido dentro da ótica da execução de programas conservacionistas e de desenvolvimento social que devem ser ado-
 tados para as RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, e tem por
 escopo o de criar novos mercados para a comercialização da
 matéria-prima extrativa, provinda, preferencialmente, das
 aludidas RESERVAS EXTRATIVISTAS, gerando, paralelamente,
 recursos que irão melhor viabilizar a implementação daque-
 les mesmos programas.

Sob o prisma comunitário, que informa as ações
 habitualmente coordenadas pelo CONSELHO NACIONAL DE SERIN-

4

GURIROS, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" visa assegurar uma maior participação das lideranças locais na formulação e na implementação das políticas de desenvolvimento social e de proteção ambiental daquelas reservas extrativistas.

Sob o prisma mercadológico, que inspira a participação da NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS no presente acordo, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" persegue, precipuamente, a fabricação e a comercialização de alimentos de alto teor nutritivo, cuja formulação contemple a utilização da CASTANHA DO BRASIL como matéria-prima.

Como resultado concreto da presente iniciativa a NUTRIMENTAL S/A já se prontificou a desenvolver, produzir e comercializar um tablete energético A base de CASTANHA DO BRASIL, cujo lançamento no mercado ocorrerá por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - ECO-92 - a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, no mês de Junho próximo.

III - DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

A NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS, por sua inteira conta e risco, compromete-se a fabricar e a promover a comercialização de pelo menos um produto derivado da matéria-prima "CASTANHA DO BRASIL", a ser adquirida, preferencialmente, das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA.

→ *a Comissão formada (CNS, IEA, REPRESENTANTE DE COOP. DO AMAZONIA) De onde se originou o produto*
 - Compromete-se também a NUTRIMENTAL a destinar ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS uma quota/parte dos resultados dessa comercialização, fazendo-o a fundo perdido, a título de subvenção de recursos destinados a financiar os programas conservacionistas e de desenvolvimento social preconizados no presente PROTOCOLO.

1 a (cop)
 Cumprirá unicamente a NUTRIMENTAL dimensionar a quantidade de matéria-prima extrativa a ser adquirida, limitada a sua demanda, no que respeita aos fornecimentos feitos diretamente pelas RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, a critérios de sustentabilidade dos eco-sistemas das regiões produtoras, para não causar pressão sobre a oferta, e para não provocar efeitos destrutivos sobre as florestas.

A NUTRIMENTAL, observado o mesmo critério acima definido, poderá também adquirir a CASTANHA DO BRASIL com o objetivo de operacionalizar tão somente a revenda do produto in natura.

Para os fins da promoção comercial do produto in natura e de outros que dele se utilizarem como matéria-prima, poderá a NUTRIMENTAL, em seus rótulos, embalagens e descritivos técnicos, utilizar-se também das nomenclaturas CASTANHA DO PARÁ e CASTANHA DA AMAZONIA, alternativa ou cumulativamente com a de CASTANHA DO BRASIL.

Da parte do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, propõe-se ele, de conformidade com o seu estatuto, a congregar pessoas e profissionais de diferentes áreas para formular, coordenar e executar projetos e pro-

gramas de proteção ambiental e de desenvolvimento social das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, auxiliando as respectivas comunidades nos planos político, econômico, financeiro, técnico e jurídico.

O CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS participa do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO com o compromisso de articular os produtores de CASTANHA DO BRASIL e respectivas Cooperativas de Produção em torno de projetos e programas de exploração extrativa cooperativa dos sistemas das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA.

De igual forma, compromete-se o CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS a servir de co-formulador dos já mencionados projetos e programas ambientais e de desenvolvimento social, naquilo que diz respeito aos planos econômico, técnico, assistencial e educacional das comunidades dos produtores de castanha.

IV - DOS RECURSOS NASCIDOS DO PRESENTE ACORDO DE COOPERAÇÃO:

Sobre os resultados da comercialização de alimentos cuja formulação contemple a CASTANHA DO BRASIL, e da revenda daquele produto in natura, haverá a NUTRIMENTAL de destinar recursos para serem geridos pelo INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, recursos estes que irão corresponder a uma participação de 2,5% (dois e meio por cento) da receita líquida dali emergente. Entende-se por receita líquida aquela resultante da comercialização aqui cogitada, deduzidas dela as importâncias relativas aos tribu-

tos e contribuições incidentes sobre a operação.

Compromete-se a NUTRIMENTAL a emitir um selo para ser colocado nas embalagens ou rótulos do referido produto in natura, e daqueles formulados com a CASTANHA DO BRASIL, onde se irá dar destaque a participação do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS no resultado da respectiva comercialização, consoante parâmetros firmados através do presente PROTOCOLO.

Para os fins da conferência dos recursos advindos dessa subvenção fica desde logo assegurada a possibilidade de auditorias externas a serem contratadas a critério do gestor dos respectivos fundos, As expensas daqueles mesmos fundos. Essa conferência se fará auditando-se as notas fiscais das vendas operadas.

Como previsto acima, competindo ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS a gestão dos recursos subvencionados pela NUTRIMENTAL S.A., será a ele acometido, pois, o papel de órgão executivo encarregado de fazer cumprir as respectivas aplicações, observadas para tanto as diretrizes firmadas no presente PROTOCOLO.

O INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS abrirá e manterá em seu nome conta(s)-corrente(s) bancária(s) vinculada(s) ao "PROJETO CASTANHA DO BRASIL", cujos saldos só poderão ser utilizados na implementação dos projetos e programas de preservação do meio-ambiente e de desenvolvimento social que forem previamente aprovados pelo Colégio de Curadores abaixo constituído.

Haverá o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, oportunamente, de indicar por escrito a NUTRIMENTAL para qual conta-corrente bancária deverão ser destinados os recursos decorrentes da participação de 2,5% (dois e meio por cento) anteriormente referida.

Fica desde logo constituído um COLEGIO DE CURADORES encarregado de deliberar acerca da aplicação dos supramencionados recursos, colegiado o qual será integrado pelo INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, pelo CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS e pela WWF-WORLD WILDLIFE FUND, cujo representante legal no Brasil haverá, oportunamente, de emitir declaração, no sentido de aceitar expressamente o encargo ora confiado àquela organização.

O aludido COLEGIO DE CURADORES decidirá por maioria acerca de qual ou quais projetos e programas deverão ser financiados através do repasse dos fundos originários da subvenção assegurada pela NUTRIMENTAL ao "PROJETO CASTANHA DO BRASIL".

Serão submetidos à apreciação daquele COLEGIO DE CURADORES - necessariamente acompanhados dos respectivos orçamentos e correspondentes planos de aplicação (cronogramas físico-financeiros) - apenas os projetos e programas elaborados ou endossados por qualquer um de seus membros. Se dois membros subscreverem qualquer projeto ou programa de preservação ambiental e/ou de desenvolvimento social, considerar-se-á o mesmo automaticamente aprovado, ficando o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS inteiramente

liberado para executá-lo, atendida para tanto a respectiva previsão orçamentária.

Como parâmetros dos projetos e programas de desenvolvimento social fica desde logo estabelecido que eles deverão se destinar ou à implantação de sistemas de ensino adequados a crianças e adultos da floresta, ou à assistência técnica dos produtores, ou ainda à auto-sustentação econômica das comunidades que habitam as mencionadas reservas, podendo, em qualquer caso, envolver a aquisição de bens e/ou serviços destinados à consecução de tais objetivos.

No plano ambiental tais projetos e programas deverão promover o estudo e a implantação de alternativas de desenvolvimento sustentado orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais em solo da Amazônia. Poderão destinar-se à pesquisa, à documentação, à divulgação e à implantação de políticas ambientais, bem como treinamentos voltados para o esforço de preservação do meio-ambiente.

Como administrador e executor da aplicação dos recursos preconizados no "PROJETO CASTANHA DO BRASIL", o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS deverá prestar contas de sua gestão no prazo de 30 (trinta) dias decorridos do encerramento de cada semestre civil, elaborando os respectivos relatórios e submetendo-os à apreciação dos demais membros do COLEGIO DE CURADORES. Cópia destes relatórios serão remetidos à NUTRIMENTAL para dar-lhe ciência das

realizações levadas a efeitos com os recursos por ela assegurados.

V - ATO DECLARATORIO DE ADESÃO:

As partes signatárias, antes nominadas e qualificadas, estando entre si justas e acordadas, têm por bem de firmar o presente PROTOCOLO, declarando aceitá-lo em todos os seus expressos termos, e firmando-o ao final, na presença das testemunhas abaixo nominadas, para que passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 27 de maio de 1992.

P. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS

Augusto Cesar de Camargo Fayet

(ASS. AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET)

P. NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS

Arthur da Silva Leme Neto

(ASS. ARTHUR DA SILVA LEME NETO)

Rodrigo Costa da Rocha Loures

(ASS. RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES)

P. CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

Pedro Ramos de Souza

(ASS. PEDRO RAMOS DE SOUZA)

TESTEMUNHAS:

Jaime Lerner

JAIME LERNER

Mary Allegratti

MARY ALLEGRETTI

Antonio Mendes

ANTONIO MENDES

**PROTÓCOLO DE COOPERAÇÃO EM PROL DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS RE-
SERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA**

I - DAS PARTES SIGNATARIAS:

1. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS (CGCHF 79.777.206/0001-09), associação civil sem fins lucrativos, registrada sob n. 4.661 no Livro "A3" de Pessoas Jurídicas, do 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba-PR, com sede e foro nesta Capital à Rua Monte Castelo, 380, Bairro do Tarumã, neste ato representado pelo seu Diretor-Executivo, Senhor AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET (RG. 324.216-SSP/PR - CPF 004.056.419-49), brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Donaíde da Costa, 399.
2. NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS (CGCHF 76.633.890/0001-30), pessoa jurídica de direito privado estabelecida na cidade de São José dos Pinhais-PR, à Av. Ruy Barbosa, 1465, neste ato representada por seus Diretores Superintendentes, Senhores ARTHUR DA SILVA LEME NETO (RG. 340.667-SSP/PR - CPF 110.627.709-00) e RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES (RG. 374.696-SSP/PR - CPF 002.928:269-15), brasileiros, casados, empresários, o primeiro residente e domiciliado nesta Capital, e o outro na Capital do Estado de São Paulo.
3. CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS, associação civil sem fins lucrativos sediada na cidade Rio Branco, Capital do

Estado do Acre, neste ato representado pelo seu Secretário, Senhor PEDRO MANOS DE SOUZA.

II - PREAMBULO:

A temática da proteção ambiental - aliada a uma maior conscientização social acerca da necessidade de se promover um desenvolvimento sustentado da economia, vale dizer, um desenvolvimento que não seja predatório dos recursos naturais de que dispõe uma nação, e que, ao mesmo tempo, propicie melhores condições de vida para seus cidadãos - tem ensejado nos últimos dois anos novas modalidades de empreendimentos econômicos identificados com a preocupação de se construir um planeta mais saudável, e de se distribuir melhor as riquezas nele geradas.

No contexto dado surge desde logo o desafio, particularmente no tocante a ecossistemas frágeis e complexos (como é o caso da Amazônia), de se eleger formas adequadas de utilização dos recursos naturais ali existentes.

Utilizar matérias-primas da floresta, beneficiar as populações que vivem da atividade extrativa, e, ao mesmo tempo, conservar os ecossistemas, passou a ser a base de um novo tipo de mercado e de empreendimentos pioneiros.

Uma das características desse tipo de iniciativa é o fato de que - além de se procurar proteger a floresta através de um manejo que seja o mais adequado para a atividade extrativa - se logra proveer através dela um impacto positivo por sobre as populações nativas, quer do

... ponto-de-vista econômico, quer de ponto-de-vista social.

Além disso, tal iniciativa tem trazido consigo uma proposta de fortalecimento das entidades sociais e ambientais; na medida em que ela preconiza mecanismos de arrecadação de recursos financeiros voltados para a consecução dos programas de ação daquelas entidades.

Exatamente dentro dessa linha de desenvolvimento sustentado, o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, o CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS e a empresa NUTRIMENTAL S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS houveram por bem de ensejar inúmeras tratativas, que culminam agora com a formalização do presente PROTOCOLO DE COOPERACAO, o qual tem por objeto imediato a implantação do "PROJETO CASTANHA DO BRASIL".

Sob o prisma institucional, para o qual se voltam as propostas de trabalho do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" é concebido dentro da ótica da execução de programas conservacionistas e de desenvolvimento social que devem ser adotados para as RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, e tem por escopo o de criar novos mercados para a comercialização da matéria-prima extrativa, provinda, preferencialmente, das afluídas RESERVAS EXTRATIVISTAS, gerando, paralelamente, recursos que irão melhor viabilizar a implementação daqueles mesmos programas.

Sob o prisma comunitário, que informa as ações habitualmente coordenadas pelo CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS,

GUEIROS, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" visa assegurar a maior participação das lideranças locais na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento social e proteção ambiental daquelas reservas extrativistas.

Sob o prisma mercadológico, que inspira a participação da NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS no presente acordo, o "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" persegue, precipuamente, a fabricação e a comercialização de alimentos de alto teor nutritivo, cuja formulação contemple a utilização da CASTANHA DO BRASIL como matéria-prima.

Como resultado concreto da presente iniciativa a NUTRIMENTAL S/A já se prontificou a desenvolver, produzir e comercializar um tablete energético à base de CASTANHA DO BRASIL, cujo lançamento no mercado ocorrerá por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - ECO-92 - a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, no mês de Junho próximo.

III - DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

A NUTRIMENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS, por sua inteira conta e risco, compromete-se a fabricar e a promover a comercialização de pelo menos um produto derivado da matéria-prima "CASTANHA DO BRASIL", a ser adquirida, preferencialmente, das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA.

Compromete-se também a NUTRIMENTAL a destinar ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS uma quota/parte dos resultados dessa comercialização, fazendo o fundo perdido, a título de subvenção de recursos destinados a financiar os programas conservacionistas e de desenvolvimento social preconizados no presente PROTOCOLO.

Cumprirá unicamente a NUTRIMENTAL dimensionar a quantidade de matéria-prima extrativa a ser adquirida, limitada a sua demanda, no que respeita aos fornecimentos feitos diretamente pelas RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, a critérios de sustentabilidade dos eco-sistemas das regiões produtoras, para não causar pressão sobre a oferta, e para não provocar efeitos destrutivos sobre as florestas.

A NUTRIMENTAL, observado o mesmo critério acima definido, poderá também adquirir a CASTANHA DO BRASIL com o objetivo de operacionalizar tão somente a revenda do produto in natura.

Para os fins da promoção comercial do produto in natura e de outros que dele se utilizarem como matéria-prima, poderá a NUTRIMENTAL, em seus rótulos, embalagens e descritivos técnicos, utilizar-se também das nomenclaturas CASTANHA DO PARA e CASTANHA DA AMAZONIA, alternativa ou cumulativamente com a de CASTANHA DO BRASIL.

Da parte do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, promove-se ele, de conformidade com o seu estatuto, a congregar pessoas e profissionais de diferentes áreas para formular, coordenar e executar projetos e pro-

gramas de proteção ambiental e de desenvolvimento social das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA, auxiliando as respectivas comunidades nos planos político, econômico, financeiro, técnico e jurídico.

O CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS participa do presente ACORDO DE COOPERACAO com o compromisso de articular os produtores de CASTANHA DO BRASIL e respectivas cooperativas de Produção em torno de projetos e programas de exploração extrativa compatíveis com a preservação dos eco-sistemas das RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA.

De igual forma, compromete-se o CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS a servir de co-formulador dos mencionados projetos e programas ambientais e de desenvolvimento social, naquilo que diz respeito aos planos econômico, técnico, assistencial e educacional das comunidades dos produtores de castanha.

IV - DOS RECURSOS NASCIDOS DO PRESENTE ACORDO DE COOPERACAO:

Sobre os resultados da comercialização de alimentos cuja formulação contemple a CASTANHA DO BRASIL, e da revenda daquele produto in natura, haverá a NUTRIMENTAL de destinar recursos para serem geridos pelo INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, recursos estes que irão corresponder a uma participação de 2,5% (dois e meio por cento) da receita líquida dali emergente. Entende-se por receita líquida aquela resultante da comercialização aqui cogitada, deduzidas dela as importâncias relativas aos tribu-

teste contribuições incidentes sobre a operação.

Compromete-se a NUTRIMENTAL a emitir um selo para ser colocado nas embalagens ou rótulos do referido produto in natura, e daqueles formulados com a CASTANHA DO BRASIL, onde se irá dar destaque à participação do INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS no resultado da respectiva comercialização, consoante parâmetros firmados através do presente PROTOCOLO.

Para os fins da conferência dos recursos advindos dessa subvenção fica desde logo assegurada a possibilidade de auditorias externas a serem contratadas a critério do gestor dos respectivos fundos, às expensas daqueles mesmos fundos. Essa conferência ~~se fará~~ auditando-se as notas fiscais das vendas operadas.

Como previsto acima, competindo ao INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS a gestão dos recursos subvencionados pela NUTRIMENTAL S.A., será a ele acometido, pois, o papel de órgão executivo encarregado de fazer cumprir as respectivas aplicações, observadas para tanto as diretrizes firmadas no presente PROTOCOLO.

O INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS abrirá e manterá em seu nome conta(s)-corrente(s) bancária(s) vinculada(s) ao "PROJETO CASTANHA DO BRASIL" cujos saldos só poderão ser utilizados na implementação dos projetos e programas de preservação do meio-ambiente e de desenvolvimento social que forem previamente aprovados pelo Colegiado de Curadores abaixo constituído.

Haverá o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, oportunamente, de indicar por escrito a NUTRIMENTAL para qual conta-corrente bancária deverão ser destinados os recursos decorrentes da participação de 2,5% (dois e meio por cento) anteriormente referida.

Fica desde logo constituído um COLEGIADO DE CURADORES encarregado de deliberar acerca da aplicação dos supramencionados recursos, colegiado o qual será integrado pelo INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS, pelo CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS e pela WWF-WORLD WILDLIFE FUND, cujo representante legal no Brasil haverá, oportunamente, de emitir declaração, no sentido de aceitar explicitamente o encargo ora confiado àquela organização.

O aludido COLEGIADO DE CURADORES decidirá por maioria acerca de qual ou quais projetos e programas deverão ser financiados através do repasse dos fundos originários da subvenção assegurada pela NUTRIMENTAL ao "PROJETO CASTANHA DO BRASIL".

Serão submetidos à apreciação daquele COLEGIADO DE CURADORES - necessariamente acompanhados dos respectivos orçamentos e correspondentes planos de aplicação (cronogramas físicos/financeiros) - apenas os projetos e programas elaborados ou endossados por qualquer um de seus membros. Se dois membros subscreverem qualquer projeto ou programa de preservação ambiental e/ou de desenvolvimento social considerar-se-á o mesmo automaticamente aprovado, ficando o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS inteiramente

9
liberado para executá-lo, atendida para tanto a respectiva previsão orçamentária.

Como parâmetros dos projetos e programas de desenvolvimento social fica desde logo estabelecido que eles deverão se destinar ou à implantação de sistemas de ensino adequados a crianças e adultos da floresta, ou à assistência técnica dos produtores, ou ainda à auto-sustentação econômica das comunidades que habitam as mencionadas reservas, podendo, em qualquer caso, envolver a aquisição de bens e/ou serviços destinados à consecução de tais objetivos.

No plano ambiental tais projetos e programas deverão de promover o estudo e a implantação de alternativas de desenvolvimento sustentado orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais em solo da Amazônia. Poderão destinar-se à pesquisa, à documentação, à divulgação e à implantação de políticas ambientais, bem como poderão envolver a promoção de seminários, cursos e treinamentos voltados para o esforço de preservação do meio-ambiente.

Como administrador e executor da aplicação dos recursos previstos no "PROJETO CASTANHA DO BRASIL", o INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS deverá prestar contas de sua gestão no prazo de 30 (trinta) dias decorridos do encerramento de cada semestre civil, elaborando os respectivos relatórios e submetendo-os à apreciação dos demais membros do COLEGIO DE CURADORES. Cópia destes relatórios serão remetidos à NUTRIENTAL para dar-lhe ciência das

realizações levadas a efeito com os recursos por ela assegurados.

V - ATO DECLARATORIO DE ADESSAO:

As partes signatárias, antes nominadas e qualificadas, estando entre si justas e acordadas, têm bem de firmar o presente PROTOCOLO, declarando aceitar todos os seus expressos termos, e firmando-o ao final, presença das testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 27 de maio de 19

P. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS

[Assinatura]
(ASS. AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET)

P. NUTRIENTAL S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS

[Assinatura]
(ASS. ARTHUR DA SILVA LEME NETO)

[Assinatura]
(ASS. RODRIGO COSTA DA ROCHA LOURES)

P. CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

[Assinatura]
(ASS. PEDRO RANOS DE SOUZA)

TESTEMUNHAS:

[Assinatura]
JAINE LERNER

[Assinatura]
MARY ALLEGRETTI

[Assinatura]
ANTONIO HENDES

CONTESTAÇÃO DO IEA AO DOCUMENTO:

"Posição da Diretoria Executiva do do CNS em relação ao Protocolo de Cooperação proposto pela empresa Nutrimental e o Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, em Curitiba, Paraná." (em anexo).

O Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais recebeu o documento acima nominado, via fax, no dia 31 de julho próximo passado, às 12:30 horas. Sua leitura causou profunda surpresa, constrangimento e repúdio da Direção e Equipe Técnica do IEA. Em seus principais tópicos, o documento considera:

"1. ... desleal e não ético, a forma como se obteve a assinatura de um membro da Diretoria Executiva do CNS e da CAEX" (sic).

2. Com relação às linhas básicas do referido Protocolo ...

a) O protocolo, ..., pretende generalizar a atuação do IEA para todas as Reservas Extrativistas ...;

b) Existe clara intenção de auto-promoção do IEA às custas do CNS ...;

c) ... todos os recursos serão geridos por um Conselho Curador idealizado e definido sem participação da Executiva do CNS. ..., competindo ao Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais a gestão dos recursos subvencionados pela NUTRIMENTAL S.A. ...;

d) ... dar poder total para NUTRIMENTAL, para decidir sobre a quantidade de castanhas a serem adquiridas da Cooperativa ..."

Como decorrência, a Diretoria Executiva do Conselho Nacional dos Seringueiros tomou as resoluções a seguir resumidas, "... endossadas pela CAEX, que também subscreve", mas que não foi assinada pelo seu Presidente, Sr. Antônio Teixeira Mendes (pag. 3 do anexo):

- "1. Retirada imediata da participação do CNS do Protocolo...;
2. Comunicação a todos os assinantes do Protocolo...;
3. Suspensão imediata de todas as atividades do protocolo de cooperação com o Instituto de Estudos Amazônicos;
4. Tomar todas as medidas legais, ..., no sentido de denunciar publicamente o Protocolo ...;
5. Reiterar que a manipulação para obter este protocolo contraria todas as resoluções aprovadas no III Encontro Nacional dos Seringueiros, que definiu como objetivo básico preservar a autonomia do CNS e eliminar toda forma de marretagem;
6. Comunicar estas resoluções ... a nível nacional e internacional;
7. Solicitar ao IEA que retire do seu material promocional toda e qualquer menção que o mesmo desenvolve um trabalho de apoio junto ao CNS nesse Protocolo;
8. O processo de comercialização de qualquer entidade organizadora-da-produção, se dará desta com o mercado aberto, independentemente da tutela de outras entidades e ou instituições."

As razões que levaram a Executiva do CNS e a CAEX (se confirmada a assinatura) a adotarem esse posicionamento, são absolutamente contraditórias e destituídas de significado, quando se reconstituem as relações desenvolvidas entre estas instituições, o IEA e a NUTRIMENTAL, no período de dois anos compreendido entre agosto de 1990 e agosto de 1992, tempo de desenvolvimento e implantação do projeto. Não são, também, logicamente plausíveis, diante dos objetivos conhecidos destas instituições, de tornar as comunidades amazônicas independentes dos processos que historicamente as subordinam e exploram.

1. DESLEALDADE E FALTA DE ÉTICA:

Acusar o IEA de deslealdade e falta de ética, na forma como se obteve a assinatura do membro da Diretoria do CNS (no caso o Sr. Pedro Ramos de Souza) e da CAEX (no caso o Sr. Antônio Teixeira Mendes), é desconsiderar e esquecer a história e as características específicas desse projeto, o que se rememora a seguir:

1.1. O PROJETO CASTANHA consiste na produção de um complemento alimentar contendo castanha-do-pará, produzido pela NUTRIMENTAL, utilizando matéria-prima oriunda, preferencialmente, das reservas extrativistas e destinando 2.5% do valor da comercialização para projetos sociais e econômicos na região amazônica. Este projeto foi proposto pelo IEA à NUTRIMENTAL, a exemplo de iniciativas semelhantes existente fora do Brasil, com o objetivo de abrir mercado para a castanha das reservas e educar o consumidor urbano brasileiro sobre os problemas das comunidades e dos recursos naturais da Amazônia. Inúmeros contatos e várias reuniões foram realizadas antes do lançamento do produto, conforme detalhamento a seguir.

1.2. No dia 27 de maio do corrente ano, Pedro Ramos (representando do CNS e Antônio Mendes (representando a CAEX), estiveram em Curitiba, Paraná, e assinaram o Protocolo de Cooperação em Pról do Desenvolvimento Sustentado das Reservas Extrativistas da Amazônia, em cerimônia agendada, com um mês de antecedência, com ambas as instituições, através da pessoa do Vice-Presidente do CNS, Júlio Barbosa de Aquino. A solenidade foi presidida pelo Prefeito de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, e ocorreu em um almoço durante o Fórum Mundial das Cidades, no âmbito da ECO-92.

Foi cuidadosamente planejada esta data, e previamente confirmadas as presenças dos representantes dos seringueiros, para dar realce a tão importante evento e em razão da presença da imprensa nacional e internacional que cobria a participação de mais de quatrocentos ambientalistas do mundo todo. Pela primeira vez no Brasil estava em vias de lançamento comercial, por uma empresa nacional, em acordo com comunidades amazônicas e uma entidade ambientalista, um produto que reverteria parte dos lucros decorrentes das receitas de vendas, às comunidades das Reservas Extrativistas. O ato foi, inclusive, sucedido por entrevista coletiva, com a participação de ambos.

1.3. A assinatura do protocolo foi precedida de consultas e minutas do acordo, especialmente dirigidas a Júlio Barbosa, e com o conhecimento de Atanagildo Matos, Presidente do CNS. A versão final do protocolo foi enviada por fax ao CNS e foi solicitado ao Julio Barbosa que discutisse com a CAEX para que tomassem um posicionamento conjunto. Um dia antes do evento, Júlio comunicou a sua impossibilidade de estar presente para a assinatura do protocolo, afirmou não haver nada a acrescentar ou modificar ao mesmo e delegou a Pedro Ramos a representação do CNS. Jamais poderia ser o IEA considerado omissos nos encaminhamentos e, por decorrência, desleal e anti-ético. Se Pedro Ramos ou Antônio Mendes, não estavam suficientemente preparados, informados, decididos e apoiados para a assinatura do protocolo, o problema

Luca

não pode ser transferido para o IEA, mas resolvido no âmbito interno do CNS.

1.4. Entre as datas de assinatura do protocolo, em 27 de maio, e do "posicionamento", em 28 de julho próximo passado, nenhuma manifestação do CNS se fez ouvir no sentido de censurar o IEA, direta ou indiretamente, por ato tão desleal e anti-ético ou para resolver qualquer questão pendente, embora tenha ficado claro, desde sempre, que mudanças poderiam ser feitas, a qualquer momento, nos termos do mesmo.

Não foi por falta de oportunidades de comunicação ou reunião, que isto não ocorreu. Dentre outras, no dia 04 de junho de 1992, durante o Forum Global/ECO-92, o seminário promovido pelo IEA, sob a temática "A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Realidades das Reservas Extrativistas", contou com a presença permanente e participativa do CNS, especialmente na mesa coordenadora dos trabalhos, em particular dos mesmos Atanagildo Matos, Júlio Barbosa e Pedro Ramos. Aliás, Pedro Ramos foi o responsável pela apresentação do tema "Desenvolvimento sustentável nas áreas extrativistas do sul do Amapá" e mais uma vez se ouviu uma preleção acerca da necessidade de alternativas econômicas para as reservas, assim como foram provadas amostras do produto fabricado pela NUTRIMENTAL, amplamente elogiado por todos os participantes.

Outros antecedentes relacionam CNS, NUTRIMENTAL e IEA e podem ser arrolados para evidenciar o conhecimento e acompanhamento de todo o processo que culminou no protocolo em questão, para refutar tão descabidas e absurdas acusações:

1.5. Em novembro de 1990, quando a NUTRIMENTAL demonstrou interesse em fabricar o produto, o IEA sugeriu que, antes de tomar uma decisão definitiva, e como condição inicial de conhecimento da realidade com a qual iria trabalhar, fosse realizada uma viagem à região. Em janeiro de 1991, Rodrigo Santos da Rocha Loures (Gerente de Novos Produtos) e Cláudia Meirelles (Assessora), da NUTRIMENTAL, Augusto Cesar Fayet (Vice-Presidente) e Maria Raquel Mattedi (Tesoureira), do IEA, visitaram Rio Branco e Xapuri, no Acre, para conhecer as condições locais e discutir as possibilidades de implementação do projeto. Foram recebidos por Pedro Ramos (Presidente em exercício do CNS), Antonio Teixeira Mendes (Presidente) e Ronald Polanco Ribeiro (Gerente) da CAEX. O grupo continuou a viagem para Belém, no Pará, Laranjal do Jari, Agua Branca e Macapá, no Amapá, e nesta capital foram novamente recebidos pelo Pedro Ramos, com os mesmos objetivos.

1.6. Em meados de 1991, uma equipe técnica da NUTRIMENTAL foi a

Xapuri para discutir e acertar questões técnicas quanto ao fornecimento da castanha desidratada pela CAEX e foram recebidos por Antonio Mendes e Polanco.

1.7. Em novembro de 1991, estiveram em Curitiba, Júlio Barbosa, Antonio Mendes e Polanco, para conhecer as instalações fabris da NUTRIMENTAL e junto com o IEA discutir os termos do acordo que culminou no protocolo assinado. Polanco permaneceu nesta cidade para, apoiado pelo pessoal dessa Empresa, conseguir comprar material de embalagem nas quantidades requeridas pela Cooperativa e para sanar os problemas de fornecimento que vinha enfrentando.

1.8. Em março de 1992, meses antes da assinatura do protocolo, o IEA aventou, junto ao CNS, a hipótese de não ser beneficiária dos recursos oriundos do projeto, mas somente as comunidades extrativistas. Júlio Barbosa afirmou, categoricamente, que tanto ele quanto Atanagildo Matos, eram favoráveis à permanência do IEA no contrato, por ter sido o Instituto o proponente do projeto à NUTRIMENTAL. Finalmente, o IEA decidiu se excluir dos benefícios do projeto orientando-os para as reservas extrativistas.

Ora, como e por que arguir indução e, portanto, falta de ética e deslealdade do IEA, diante desses antecedentes, com a participação direta e constante, sempre, das mesmas pessoas que hoje afirmam terem sido coagidas?

2. LINHAS BASICAS DO PROTOCOLO:

O posicionamento da Direção Executiva do CNS surpreende, ainda mais porque, ao destacar elementos de menor importância, mascara o conteúdo essencial do protocolo:

2.a. Dizer que o IEA pretende generalizar sua atuação para todas as Reservas Extrativistas é repetir sua disposição estatutária, a qual vem cumprindo com a aquiescência manifestada e/ou requerida pelo CNS; ou alguma vez o IEA encaminhou qualquer projeto ou assessoria ou desenvolveu alguma ação sem o conhecimento e participação do CNS? Acaso o CNS se considera "dono" das reservas e/ou tutor das comunidades ali residentes para determinar quem pode ou não com elas trabalhar?

2.b. Dizer que o IEA quer se promover às custas do CNS é distorcer sua objetiva intenção de assegurar o controle de todo o processo de divulgação do produto, assim como de defender os interesses das comunidades, beneficiárias primeiras do projeto.

2.c. Dizer que os recursos serão geridos por um Conselho Curador (Colégio de Curadores) idealizado e definido sem participação da Executiva do CNS é um erro grosseiro. Conforme o protocolo, o Colégio de Curadores é formado pelo CNS, IEA e WWF, o qual

"decidirá por maioria acerca de qual ou quais projetos e programas deverão ser financiados através do repasse dos fundos originários da subvenção assegurada pela NUTRIMENTAL ao projeto". O IEA é o "órgão administrador e executor da aplicação dos recursos", ou seja, responsável por executar as decisões tomadas pelo Colégio. Pretender a participação da Executiva do CNS, constituída por sete ou mais membros, é inviabilizar qualquer possibilidade racional de decisão.

Todos os recursos serão destinados a projetos e programas sociais e ambientais na região amazônica, aprovados pelo Colégio de Curadores, não usufruindo o IEA de qualquer parcela dos recursos sob sua gestão. Além disso, o IEA tem sua sede em Curitiba, mesma cidade da NUTRIMENTAL, está institucional e operacionalmente organizado para tanto, estará, pelo contrato, subordinado às deliberações e prestará contas ao referido Colegiado.

A inclusão da WWF - World Wildlife Fund ficou, no Protocolo, condicionada a uma declaração de seu representante legal no Brasil, um vez que, durante o período de negociações do projeto, este escritório estava subordinado à Coordenação Internacional na Suíça, onde IEA e NUTRIMENTAL apresentaram, pessoalmente, o projeto, em dezembro do ano passado, tendo a WWF se manifestado favorável à participação no Protocolo.

2.d. Dizer que à NUTRIMENTAL caberá as decisões sobre as quantidades de castanha, a serem adquiridas das reservas extrativistas é, no mínimo, óbvio. O dispositivo protocolar estabelece, entretanto, critérios de sustentabilidade na aquisição da matéria-prima, e compras preferenciais nas reservas extrativistas. Em nenhum momento o protocolo refere-se à Cooperativa, uma vez que existem diferentes formas de organização da produção e comercialização de castanha na Amazônia.

3. RESOLUÇÕES:

O IEA entende que as resoluções tomadas pelo CNS são uma iniciativa unilateral, desleal e anti-ética, por não ter sido precedida de qualquer tentativa ou exigência de esclarecimentos ou posicionamentos prévios, às demais instituições envolvidas no contrato, e contra elas serão tomadas as medidas legais recomendáveis no caso. A retirada imediata da participação do CNS do Protocolo de Cooperação está acolhida pelo IEA, como parte da liberdade incondicional que têm instituições e cidadãos, em qualquer lugar do mundo, de participar ou não de contratos comerciais de qualquer tipo.

O contrato assinado é um contrato comercial que poderia ter sido feito, diretamente, entre as comunidades extrativistas processadoras de castanha e fornecedoras de matéria-prima, e a

NUTRIMENTAL, sendo o CNS parte no mesmo, por proposta do IEA, ao querer reconhecer a representação política do mesmo junto às comunidades.

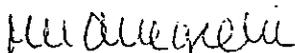
Como contrato comercial é uma tentativa de reversão radical do mais injusto de todos os processos de comercialização inventados pela humanidade: o avião, que predomina, ainda hoje, entre as comunidades amazônicas extratoras de castanha. Terá o CNS legitimidade, frente a estas comunidades, para negar um contrato que somente lhes trará benefícios? Nada mais desagradável e financeiramente arrasador do que o atual estoque de castanha sem compradores com que se defronta a Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri, apesar dos altos investimentos financeiros já realizados ali.

Entender que o processo de comercialização se determina a partir da entidade organizadora da produção para com o mercado, independente de mediações, é absoluto desconhecimento da realidade, num mercado competitivo. É não entender que as unidades de produção definem o quanto e como produzir mas nunca quanto e para quem vender.

Lamentáveis serão, certamente, as consequências dessa iniciativa. Reiterar que houve "manipulação para obter este Protocolo" é estreiteza de visão ou má assessoria que, certamente, não levará a "eliminar toda forma de marretagem", mas —excluirá, senão a melhor, talvez a única alternativa presente, de ter bem intencionados parceiros na busca da auto-sustentação econômica das reservas extrativistas.

Essa atitude, finalmente, evidencia ausência de qualificação técnica na gestão do patrimônio das reservas extrativistas e no encaminhamento das soluções para os problemas econômicos gravíssimos que vêm enfrentando as populações extrativistas da Amazônia. Disso poderá decorrer o questionamento da legitimidade do CNS para defender adequadamente os interesses destas comunidades, em nome das quais toma decisões.

Brasília, 3 de agosto de 1992


Mary Helena Allegretti
Presidente do Conselho
Diretor


Augusto Cesar Fayet
Diretor Executivo

POSIÇÃO DO IEA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS
FRENTE AO GTA - GRUPO DE TRABALHO AMAZONICO.

Brasília, 1 de agosto de 1992.

Como membros fundadores do GTA, e como uma das entidades que, desde o início, se pronunciou a favor do Programa Piloto, contribuimos, intensamente, durante os primeiros meses de atividade do Grupo, para legitimá-lo frente às instituições de financiamento, ao governo brasileiro e às demais ONGs do país. Em decorrência dessa posição, temos a responsabilidade de apontar críticas e propor alternativas de aprimoramento da gestão do GTA. Continuamos acreditando na importância do Programa Piloto, continuamos acreditando no papel estratégico desempenhado pelo GTA, mas consideramos necessário aperfeiçoar os atuais mecanismos de gestão.

Na nossa opinião são os aspectos inovadores do Programa Piloto que o tornam importante para as comunidades amazônicas: a democratização do acesso aos recursos financeiros, a gestão conjunta entre governo e ONGs, a possibilidade de ser implantado um novo modelo de desenvolvimento na região. Mas são exatamente esses mesmos aspectos que tornarão o Programa Piloto alvo de críticas por parte dos setores retrógrados da Amazônia e do país, que farão tudo para destruí-lo, assim que começar a apresentar resultados.---

Avaliamos que a experiência do GTA poderá ser demonstrativa de teses que as ONGs e os movimentos sociais brasileiros vêm defendendo há muito tempo e, em função disso, consideramos importante o aperfeiçoamento de processos de gestão até agora vigentes no GTA.

Nossas observações são as seguintes:

1. O GTA está sendo confundido com um órgão de governo pelo fato de ter sua sede dentro da SEMAM, não pagar aluguel nem consumo do telefone que utiliza. Esse fato prejudica sua imagem junto aos organismos financiadores internacionais, junto às demais ONGs brasileiras, e poderá torná-lo frágil quando for necessário criticar o governo por não cumprir com suas obrigações contratuais, como tem ocorrido com todos os programas até hoje desenvolvidos na Amazônia.

A força das ONGs amazônicas têm derivado de uma postura equilibrada frente aos recursos públicos e às políticas governamentais. Decisões que beneficiam a sociedade, são apoiadas, aquelas que resultarão em prejuízos, são questionadas. O que permite essa autonomia é o critério a partir do qual buscam-se recursos governamentais: sempre para levar o governo a

cumprir sua responsabilidade com a sociedade. Nunca para sustentar a ação institucional das ONGs.

2. Os recursos do GTA derivam do projeto BRA/91/018 financiado pelo PNUD. Diferentemente da maioria absoluta dos casos, o PNUD, além de financiar, também administra esses recursos diretamente, através da cobrança de uma taxa de 3% sobre o valor do projeto. O responsável pela execução do projeto (Diretor de Projeto) é, também, contratado pelo PNUD.

No caso do projeto do GTA, o Diretor do Projeto é, ao mesmo tempo, o Secretário Executivo do GTA, sendo o Coordenador Técnico do GTA, também contratado pelo PNUD. Pelas normas do PNUD, cabe ao Diretor do Projeto executar o projeto, conforme os itens aprovados, ordenar as despesas e assinar cheques.

Mas essa não é a única forma existente, dentro do PNUD, para o gerenciamento de recursos. Pode-se solicitar o desembolso dos recursos para a ONG responsável fazer as contratações de seus técnicos e funcionários.

Pelo fato do GTA ser formado por um conjunto muito diferenciado de entidades, em número muito grande, e estar ainda em constituição, esta forma de gestão dos recursos, embora ágil, é inadequada, porque baseia-se, quase inteiramente, na relação de confiança pessoal que todas as entidades membros, devem ter em relação ao Diretor do Projeto.

3. Além da gestão financeira, no GTA, também a gerencial e diretiva estão centralizadas nas mãos de uma única pessoa, o Secretário Executivo. Em 17 de dezembro passado, um documento assinado pelo Presidente do GTA delegou, em nome da Diretoria do Conselho Deliberativo, praticamente todas suas funções ao Secretário Executivo. Embora isso seja comum, como forma de gestão, essa delegação de poderes abrangeu, inclusive, poderes de dipor sobre o patrimônio da sociedade, conforme o texto seguinte:

"c) despachar e assinar, todo e qualquer documento que resulte, a qualquer título, na disponibilidade do patrimônio permanente da Sociedade, enunciativamente imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, móveis, semoventes, marcas, patentes, linhas de comunicação, ações e títulos patrimoniais."

4. A forma atual de gestão do GTA apresenta uma contradição central: ao mesmo tempo em que o GTA é uma associação formada por mais de 100 organizações, tendo, portanto, um caráter democrático e representativo intrínseco, sua atual forma de gestão caracteriza-se pela absoluta centralização financeira e administrativa. Este perfil de gestão, coloca as entidades membros sob o risco do exercício discricionário do poder de uma única pessoa, tanto do ponto de vista técnico quanto

administrativo e, ainda, subordinado às diretivas do PNUD, como aconteceu com o IEA.

O IEA participou, em dezembro do ano passado, em nome do GTA, da reunião do G7 em Genebra. Apesar das despesas realizadas terem sido de pequeno valor (US\$400), resolvemos solicitar restituição. Em carta enviada pelo PNUD, fomos comunicados de que não poderíamos ser restituídos porque a pessoa que fez as despesas "não faz parte do quadro técnico do projeto, nem a viagem foi feita com autorização do PNUD." Em uma segunda correspondência, fomos informados de que a restituição poderia se dar caso o Diretor do Projeto enviasse uma carta justificando a relevância da despesa para o desenvolvimento do projeto, o que não ocorreu.

Com este fato, queremos demonstrar o que afirmamos antes. Mantida a atual forma de gestão, pode-se levantar a possibilidade do Secretário Executivo, que é também o Diretor do Projeto e/ou o PNUD, decidirem pela aprovação ou rejeição de quaisquer desembolsos de recursos, em conformidade com interesses pouco claros, sem que existam mecanismos institucionais, a nível do GTA, que impeçam que isso aconteça.

6. O estatuto do GTA foi aprovado provisoriamente e, conforme a ata de fundação, deveria ser revisto em um prazo de 90 dias. Até o momento não houve convocação para esse fim. A Assembléia de Marabá foi convocada em decorrência da pressão governamental para escolha de representantes para o Programa Piloto e não constou da pauta a revisão dos estatutos, a ser feita em Assembléia Extraordinária, especialmente convocada para esse fim. Uma Coordenação, incluindo entidades que fundaram o GTA, criada informalmente para democratizar as decisões, nunca foi formalizada, nem tem sido consultada nos últimos meses.

O conjunto de itens acima arrolados aponta, na nossa avaliação, para o risco de se estabelecer um conflito que precisa ser rapidamente evitado, para o GTA não cair no descrédito interno e externo: o GTA é uma REDE, formada por um conjunto de organizações autônomas, com o objetivo de articular e apoiar as ONGs que desenvolvem projetos na região amazônica e para acompanhar e propor mecanismos de participação para a elaboração, acompanhamento e avaliação do Programa Piloto. O GTA não pode agir como se fosse uma ONG autônoma, sem com isso extrapolar das funções a ele delegadas pelas entidades membros.

O GTA deriva sua força e legitimidade das ONGs que o compõem e não de si mesmo. E o capital mais precioso do GTA são as entidades membros da sociedade. O GTA não pode agir como se representasse os interesses das entidades que formam sua Diretoria, ou, muito menos, por decisões autônomas e alheias à mesma.

O GTA conseguiu, no prazo de seis meses, volume de recursos maior do que o orçamento da maioria das ONGs que o compõem,

Y
LUA

porque é o representante dessas ONGs e sua legitimidade junto às fontes financiadoras, deriva disso. Mas não pode se utilizar do peso e da representatividade das mais de 100 entidades que o formam, para atuar como se elas não existissem.

A experiência do IEA com o GTA deve ser objeto de reflexão de todas as entidades que o compõem. No momento em que apontamos críticas aos procedimentos de gestão, fomos considerados "agressivos" e discriminados no acesso às informações, no processo de decisão, e, inclusive, denegridos na nossa imagem frente às outras ONGs associadas.

A Diretoria atual, e futuras, não podem esquecer, em nenhum momento, que todas as ONGs membros do GTA são iguais, têm os mesmos direitos, e seus interesses estão acima dos interesses daqueles que a dirigem. Quando em cargos de direção, não podem confundir os interesses específicos da entidade a que pertencem, com os gerais do conjunto dos membros da sociedade. Somente assim será possível manter a confiança que permitiu a constituição de uma sociedade como é o GTA e que garante sua coesão interna.

Um conjunto de sugestões, se implementadas, poderão aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira do GTA, evitando que, ao se responsabilizar por recursos em volumes maiores do que os atuais, surjam dúvidas quanto à visibilidade dos seus procedimentos:

1. O GTA deveria alugar espaço próprio para funcionamento da secretaria executiva em Brasília e valorizar sua independência frente ao governo brasileiro.

2. Os recursos do PNUD deveriam ser repassados para o GTA, e este deveria contratar, direta e independentemente, seus funcionários, conforme a legislação brasileira.

3. Os recursos do PNUD, e de outras fontes financiadoras, deveriam ser administrados diretamente pelo GTA, através de uma Diretoria Executiva, formada, no mínimo por três pessoas, com funções bem definidas: Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, cabendo ao conjunto a responsabilidade pela gestão do GTA, inclusive o ordenamento de despesas e a assinatura de cheques.

4. O GTA deveria discutir internamente o atual estatuto e convocar, o mais rápido possível, uma assembléia extraordinária com o fim específico de aprovar as modificações requeridas.

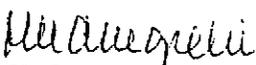
Antes que nossos inimigos na Amazônia iniciem suas campanhas públicas de desmoralização das ONGs - o que certamente vai ocorrer após a liberação dos recursos do Programa Piloto - é preciso que o GTA tome a iniciativa de aperfeiçoar seus mecanismos de gestão. Antes que o volume de recursos envolva somas maiores do que as atuais, é preciso que se implantem critérios claros de administração e fiscalização.

Considerando que o Presidente do GTA é, também, Vice-Presidente do CNS, é preciso deixar claro que nossas observações não visam, em nenhum momento, responsabilizar o Conselho Nacional dos Seringueiros, ou demais entidades membros da Diretoria, pelas falhas por nós apontadas na gestão do GTA. Se existe responsabilidade de alguém, nas críticas que elencamos, ela deve ser atribuída a todos nós, por não estarmos participando, adequadamente, das decisões da instituição da qual fazemos parte.

Também não partilhamos da estratégia de confundir os interesses do IEA e/ou os do CNS, com aqueles do GTA. Conflitos entre aquelas instituições devem ser tratados em foros definidos para esse fim, uma vez que os objetivos do GTA devem ser maiores do que os das entidades que o compõem.

Não podemos, em nenhum momento, esquecer a enorme expectativa depositada nesse Programa por aqueles que o financiam, e por aqueles que deverão dele se beneficiar. Não podemos, em nenhum momento, esquecer, que líderes como Chico Mendes, abriram com suas vidas, o caminho que agora estamos trilhando. Foi o questionamento que Chico fez dos recursos do BID para a BR 364 que mudou o procedimento dos financiamentos e resultou em programas que visam diretamente as comunidades amazônicas.

A continuidade da participação do IEA no GTA, depende, essencialmente, da posição da atual Diretoria e das entidades associadas, em relação aos fatos aqui arrolados. Nosso aval ao Programa Piloto está, hoje, condicionado, às mudanças que consideramos necessárias para o fortalecimento institucional do GTA. Temos certeza de que nossas observações serão levadas em consideração pelas demais entidades que compõem o GTA.


Mary Helena Allegretti
Presidente do Conselho
Diretor


Augusto Cesar Fayet
Diretor Executivo



INFORMEFAX

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Boletim nº6 - Ano I - novembro/92

A) SR.
GILBERTO
ARANHA

2 PAGINAS

MINISTÉRIO LIBERA RECURSOS DOS CONVÊNIOS!

O pesadelo acabou (pelo menos até o final do ano): na quarta-feira passada, dia 18/11, o Ministério de Meio Ambiente finalmente depositou a sua contribuição financeira, integralizando sua parcela ao orçamento do GTA. Este pagamento estava atrasado desde agosto e refere-se aos seis convênios de apoio institucional, firmados para estruturar os GTAs regionais.

Mas o céu não está assim tão azul: o pagamento atrasado provocou uma grande perda cambial e ainda temos que pagar os recursos adiantados pelo PNUD. O restante é suficiente apenas para manter o escritório central do GTA em Brasília até dezembro e quitar as parcelas pendentes dos seis convênios. Isto complica o auxílio para a realização de seminários regionais, pelo menos com os recursos do GTA.

Juan Carlos Carrasco Rueda, Secretário Executivo do GTA, já iniciou várias negociações visando a captação de recursos tanto para os convênios como para o prosseguimento do trabalho desenvolvido nos GTAs regionais em 93. Ele lembra que liberação de recursos nunca é uma tarefa fácil e que, para o depósito da semana passada e referente a todo o segundo semestre de 92, foram necessárias várias reuniões com o Ministro Coutinho Jorge e seus assessores (que nunca são voluntariosos) e também uma forte pressão das lideranças, com constantes visitas de representantes das comunidades e associações aqui em Brasília, assim como com a presença insistente do presidente do GTA, Julio Barbosa de Aquino e demais lideranças.

Outra coisa muito importante também é que a regularização das parcelas vencidas depende da exatidão e rapidez no envio das prestações de contas, exigência do PNUD. Nós já havíamos alertado no último boletim quanto a necessidade formal desses relatórios. A Miriam Azevedo, administradora contábil do GTA/BsB, lembra novamente que o escritório sede não dispõe de conta bancária e os recursos são liberados pelo PNUD de acordo com as exigências estabelecidas por esse Órgão.

De qualquer maneira, as primeiras parcelas dos convênios de apoio institucional já foram depositadas na semana passada, sendo que os GTAs que tem conta no Banco do Brasil receberão mais rapidamente.

INFORMEFAX É BEM RECEBIDO

Pelas manifestações de apoio e de incentivo, o primeiro Informefax da semana passada parece ter sido bem recebido pelos responsáveis do GTAs regionais: o NIC - Núcleo de Informação e Comunicação - recebeu várias contribuições e sugestões.

Dependemos agora de uma boa troca de informações entre este Núcleo e os GTAs regionais. Alguns escritórios dispõem de pessoas encarregadas da área de comunicação. O NIC necessita de contatos constantes com essas pessoas para poder difundir as informações entre os GTAs. E esses mesmos profissionais devem distribuir as informações entre as entidades ligadas aos GTAs regionais. Algumas ações neste sentido já estão ocorrendo na área de divulgação.

Este diálogo é muito importante para difundir a informação e, mais importante ainda, para apurar quais as informações que realmente valem a pena circular entre nós. Por exemplo: será que vale a pena circular os indicadores econômicos com as cotações da borracha, babaçu, castanha, etc.?

Aguardamos então os contatos e contribuições dos GTAs regionais!

EQUIPAMENTOS

Já estão sendo devidamente adequados os micros (LapTop) a serem entregues aos GTAs regionais. Eles estão sendo formatados com o programa de editor de texto Word Perfect (WP 5.1).

Angélica Montaldi, a responsável pela área de Computação no GTA/BsB, lembra que se as regionais contarem com pessoas que tem conhecimento do equipamento, outros programas - como os de Planilha eletrônica, Banco de Dados, Utilitários, etc. - poderão ser utilizados.

Até o momento, já foram entregues dois micros e mais quatro serão entregues em breve.

Devido aos cuidados de manuseio do equipamento, os mesmos só serão entregues em mãos, após a assinatura do termo de responsabilidade pela mesma pessoa responsável pela assinatura do convênio.

Quanto as impressoras, elas serão entregues no início do próximo ano.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Directoria:
 Julio Barbosa de Aquino (CNS/AC)
Presidente
 Orlandino Melgusiro da Silva (COIAB/AM)
1º Vice-Presidente
 Eugenio Scannavino Netto (CEAPS/Santarém/PA)
2º Vice-Presidente
 Raimundo Nonato Brito (CUT/Belém/PA)
1º Secretário
 José Heder Bonatti (SPDDH/Belém/PA)
2º Secretário

Conselheiros:
 Francisco Xavier Nunes Ramos (ASARE-
 AltoJuruá/AC)
 Ana Maria Alves Avelar (INDIA/RO)
 Carlos Müller (FVA/AM)
 Pedro Ramos de Souza (CNS/AP)
 Vander Luis F. Almeida (ACPAMO/PA)
 José Maria S. Carneiro (ASSEMA/MA)

Conselho Fiscal:
 Manoel Pinto Santos (STR Amarantes/MA)
 Joaquim Lopes dos Reis (STR Paraupébas/PA)
 Ivancide Bandeira Cardoso (APARAJ)

Secretário Executivo:
 Juan Carlos Carrasco Rueda
 SRT/SUL Quadra 701 Bl. I Nº38 Sls 709/711
 70340-906 - Brasília - Distrito Federal
 TEL. : (061) 224-6735
 FAX/TEL: (061) 226-5090

GTA's REGIONAIS:
GTA Acre:
 Augusto M. de Azevedo (CTA)
 Av. Epaminondas Jacome, 1427
 69900 - Rio Branco - Acre
 TEL.: (068) 224-8231 Fax: (068) 224-6329

GTA Altamira/PA
 José Geraldo Torres (MPST)
 Rua Altamiro T. A. Cavalante, 565
 68370 - Altamira - PA
 Tel/Fax: (091) 515-2490

GTA Amapá
 João Alcindo Milhomem (STIEAPA)
 Rua Padre Julio Maria Lombardi, 2832 - Santa Rita
 68900 - Macapá - AP
 Tel/FAX: (096)223-3474/4453(recado)

GTA Amazonas
 Allogio Tibério (CPT/AM)
 Rua Tapajós, 54 - CP 369
 69010 - Manaus - AM
 Tel/Fax: (092) 233-0322

GTA Babaçu/Murubão
 Noemi Miyasaka Porro (ASSEMA)
 das Laranjeiras, 1436
 63725 - Pedreiras - MA
 Tel/Fax: (098) 642-2061

GTA Carajás/Pará
 Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP)
 Rua Sororo, 129 - Cx.P. 111
 68500 - Marabá - PA
 Tel/Fax: (091) 321-1680

GTA Rondônia
 Ana Maria Alves de Avelar (INDIA)
 Rua João Goulard, 826 - Bairro Mato Grosso
 78900 - Porto Velho - RO
 Tel/Fax: (069) 223-1898

GTA Santarém/Pará
 Isa Maria Castro dos Santos (GDA)
 Av. Tapajós, 1259 - Aldeia
 68100 - Santarém - PA
 Tel/Fax: (091) 522-6852

GTA Tocantins
 Divaldo Rezende (GALA)
 Cx. Postal 84
 77000 - Palmas - TO
 Fone: (063) 862-1586
 Fax: (063) 862-1765/1420

JORNALISTAS CONDENADOS

O conhecido jornalista Elson Martins da Silveira - que nos anos 70 criou e editou o jornal Varadouro, material que começa agora a ser estudados pelos teóricos e citado em livros como o de Bernardo Kucinski, Jornalistas e revolucionários - sofreu na semana passada uma condenação absurda: o juiz José Eustáquio de Castro Texeira, da 3ª Vara de Macapá, condenou Elson e Antonio Correa Neto a cumprirem penas de 8 a 12 meses de detenção, com base na Lei de Imprensa, de 1967 e mais muitas de 8 salários mínimos por publicarem matéria considerada ofensiva a honra e a dignidade do desembargador Marco Antonio Lemos, apontando o magistrado como envolvido em fraude do concurso da Justiça do Estado do Amapá.

Os dois jornalistas, que segundo o juiz, por serem réus primários, podem cumprir as penas prestando serviços no Hospital Geral de Macapá, vão recorrer da decisão. Segundo Elson Martins, "tanto ele como seu colega representam as vozes contrárias ao estado de corrupção generalizada, arbítrio, violência policial, perseguição política e outros crimes praticados contra a sociedade do Estado do Amapá, que ainda vive o clima da ditadura militar de 68".

CURSO INTERNACIONAL

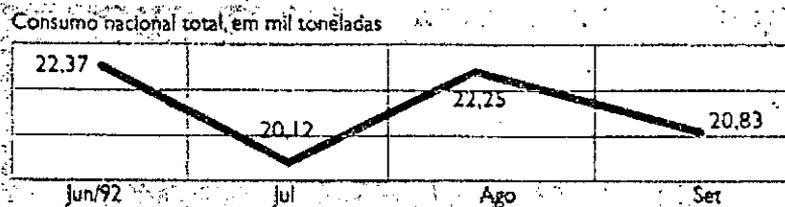
Garimpeiros, cientistas, ONGs, representantes de organizações internacionais de desenvolvimento, líderes de partidos políticos, instituições e entidades governamentais é o público esperado para o curso "Consequências da garimpeagem no âmbito social e ambiental na Amazônia". Ele será realizado em alemão e português (tradução simultânea) e no período de 30/11 a 3/12/92 em Belém, Hotel Sagreco. Maiores informações com o organizador, FASE/Belém, Fone (091) 222-0318, Fax: (091) 241-5310.

JARI É NOTIFICADA

Oficial da Justiça Federal entrega nesta terça-feira, dia 24/11/92, uma notificação à Empresa Jari com a emissão de posse da Reserva Extrativista do Cajari, no Sul do Amapá.

Considerada a primeira vitória eficaz contra a empresa, acompanham o oficial de justiça o coordenador estadual do CNPT, Roberto Menescal, o procurador estadual do IBAMA, Arimatéia, e o Presidente da Associação da Reserva Extrativista do Cajari, Calisto.

BORRACHA



Consumo nacional cai 6% em setembro

O consumo de borracha pela indústria nacional em setembro caiu 6,4% frente a agosto e 8,7% em relação a setembro de 91, segundo dados da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip). O consumo no mês foi de 20,83 mil toneladas —35,4% de borracha natural e 64,6% de

sintética. No acumulado do ano o consumo alcança 189,66 mil toneladas, 3,8% a mais que de janeiro, a setembro do ano passado. Nesse período a borracha natural respondeu por 68,33 mil toneladas (4,2% mais que no período em 91) e a sintética, por 12,32 mil toneladas (3,5% mais).



GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

P/ GILBERTO ALANHO

CTI

FAX: (011) 8130747

BOLETIM INFORMATIVO

novembro/92

A. ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO GTA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1992.

" Participantes:

- Julio Barbosa de Aquino. Presidente
- Orlandino Melgueiro da Silva. Vice-Presidente
- Eugenio Scanavino. 2º Vice-Presidente
- Raimundo Nonato Brito. 1º Secretário
- Jose Heder Benatti. 2º Secretário
- Juan Carlos Carrasco Rueda. Secretário Executivo
- Eduardo de Souza Martins. Coordenador Técnico.

1. DISCUSSOES:

Foi discutido que o trabalho da Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos estará diretamente vinculado ao papel da Secretaria Executiva do GTA e deve ser feito um trabalho bastante articulado. Assim o papel da Secretaria Executiva do GTA será:

TÉCNICO: objetivando fomentar e articular as ONGs para dar uma maior capacidade de participação no Programa Piloto.

POLÍTICO: solidariedade das ONGs para articulação política.

Manter contato com outras ONGs.

EUGENIO levantou a questão de que é importante que as ONGs se articulem em Câmaras Técnicas, e fará uma proposta a Diretoria que será enviada aos GTAs Regionais para discussão (objetivos, metas, custos e seqüência de implantação).

EDUARDO colocou que as linhas básicas de trabalho são:

- a) Pauta Interna: cooperação, solidariedade, Informação;

b) Pauta Externa: Programa Piloto (PP), Política (Executivo, Imprensa, Parlamento). **BENATTI:** O problema central é que estamos confundindo o que queremos, pois ainda não temos implantado o PP.

É fundamental não esquecer que antes do GTA, as ONGs já tinham seus programas e projetos em desenvolvimento. Precisamos superar esta fase de discussão, de absorver o PP.

Os recursos apesar de serem poucos para Amazônia são difíceis de administrar do ponto de vista do movimento social.

Devemos nos concentrar no PP, o que permitirá absorver as coisas com naturalidade.

JULIO. O GTA foi criado para tentar influenciar no PP. De início abrimos muito a entrada para quaisquer ONGs.

O problema maior, o desafio é como se da a autonomia das instituições que já existem, que tem decisões, programas e metas próprias.

Os recursos que vão entrar é uma faca de dois gumes, pois existe muitas ONGs com falta de estrutura mínima para gerenciar estes recursos. Hoje a realidade está mostrando que uma ONG que tem projetos de 20 mil dólares, tem mil problemas no final de cada ano para gerenciar estes recursos e prestar contas.

Outro problema é que a entrada de recursos despolariza muito. Como podemos continuar com as comunidades organizadas, politizadas, e ao mesmo tempo que elas possam participar do PP. Foi muito bom ter feito seminários regionais, e durante 1993 deve-se continuar com eles, pois devemos permanentemente discutir como vamos nos capacitar para gerenciar o PP dentro da Amazônia.

Os técnicos vão acompanhar e conduzir o PP tecnicamente, e cabe a Diretoria conduzir politicamente, para que o PP não complique os avanços organizacionais.

ANTI-PLURALISMO VAZIO CHEIO

TIME: 11/18/1992 09:57

NAME: CTI

FAX : 8130747

TEL : 8133450

NOTICIÁRIO GERAL

AUDIÊNCIAS E SEMINÁRIOS:

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias realizará, no dia 26 de novembro duas audiências públicas no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional. A primeira, às 10 horas, tem como tema o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. O Almirante Mário Cesar Flores, atual Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, está convidado a expor assim como representantes de Órgãos governamentais e de entidades não governamentais. Às 15:00 horas do mesmo dia, a audiência pública sob o tema Avaliação Fórum Internacional e Perspectivas das ONGs sobre as Conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento terá como expositores os senhores List Vieira, Coordenador do Centro para o Nosso Futuro Comum e Tony Gross, coordenador do Fórum Global. A mesma Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias promoverá, com o apoio do IEA (Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais), do INESC (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos), do ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza) e da Fundação Konrad Adenauer dois dias de seminário para debater diretrizes de ação para o Meio Ambiente no Brasil. A abertura do seminário será no auditório Nereu Ramos, às 09:00 horas, no dia 24 de novembro com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Ibsen Pinheiro, do Ministro Coutinho Jorge, do Min. das Relações Exteriores, Senador Fernando Henrique Cardoso, do Presidente da Conferência Interparlamentar para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Senador Ruy Bacelar, Pres. da Comissão, Dep. Tuga Angerami e de representantes do V ENEA - Encontro Nacional de Entidades Ambientais - que também estará sendo realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro. No segundo dia de seminário, às 14:00 horas, o Presidente do GTA, Julio Barbosa de Aquino, um dos debatedores convidados ao lado de Eduardo Martins (WWF), Roberto Klabin (SOS Mata Atlântica), Fernando Mesquita, Rubem Bero, Paulo Nogueira Neto, em exposição de Eduardo Vi-

CALENDÁRIO DO PARÁ:

39 representantes de Entidades associadas aos GTA/Carajá (PA), GTA/Babaçu (MA) e GTA/Bico Papagaio (TO) participaram da reunião de coordenação em Imperatriz, Maranhão, nos dias 30 e 31 de outubro, quando foram definidos os locais e as datas para os encontros de áreas. O calendário do Pará ficou assim definido:

* Marabá: 3ª semana de janeiro de 93 - resp. CEPASP/FASE/SDDH. * Bico do Papagaio: 4ª semana de janeiro de 93 - resp. CPT. * Parauapebas - fevereiro de 93 - resp. CEPASP/STR. Tucuruí.

A articulação dos grupos indígenas está em processo de discussão, tendo a assessoria de Iara Ferraz, Orlandino "Baré" e Payaré.

O calendário do Maranhão ficou assim definido:

* Anapurus - de 7 a 11/12/92 - resp. Maristela Andrade/STR Anapurus/Cáritas/CPT. * Lago Junco - 15 e 16/12/92 - resp. STR Lago do junco * Açailândia - de 18 a 21/12/92 - resp. Marcelo Carneiro/FASE/Oposição Sindical. * Balsas - de 8 a 10/01/93 - resp. Maristela Andrade/CENTRU. * Imperatriz - de 29 a 31/01/93 - resp. Marcelo Carneiro/Helcia Araujo/CENTRU. * Santa Luzia - a marcar - resp. Marcelo Carneiro/SMDH/CENTRU.

Os Encontros Estaduais serão em São Luis, Maranhão, no período de 15 e 16/02/93 e, no Pará, se em Marabá, em março de 93.

Também foi definida a data e o local para a realização do encontro interestadual: será em Marabá, de 14 a 17/04/93 (a abertura será no dia 14/04, à noite. O encerramento será no dia 17/04, no almoço.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Diretoria:

Julio Barbosa de Aquino (CNS/AC) Presidente

Orlandino Melgucio da Silva (COIAB/AM)

1º Vice-Presidente

Eugenio Scannavino Netto (CEAPS/Santarém/PA)

2º Vice-Presidente

Raimundo Nonato Brito (CUT/Belém/PA) 1º Secretário

José Heder Benatti (SPDDH/Belém/PA) 2º Secretário

Conselheiros:

Francisco Xavier Nunes Ramos (ANARF/Alto

Juruá/AC)

Ana Maria Alves Avelar (ÍNDIA/RO)

Carlos Miller (FVA/AM)

Pedro Ramos de Souza (CNS/AP)

Vander Luis F. Almeida (ACPAMO/PA)

José Maria S. Carneiro (ASSEMA/MA)

Conselho Fiscal:

Manoel Pinto Santos (STR Amarantes/MA)

Joaquim Lopes dos Reis (STR Parauapebas/PA)

Ivencide Bandeira Cardoso (APARAN

Juan Carlos Carrasco Rueda

SRT/SUL Quadra 701 Bl. I N°38

70340-906 - Brasília - Distrito Federal

Fones: (061): 224-6735 226-5090

FAX : (061): 223-6800

GTA REGIONAIS:

GTA Acre:

Julin Feitosa (CTA)

Av. Epaminondas Jacome, 1427

69900 - Rio Branco - Acre

Fone: (068) 224-8231 Fax: (068) 224-6329

GTA Altamira/PA

José Geraldo Torres (MPST)

Rua Altamiro T. A. Cavalcante, 565

68370 - Altamira - PA

Tel/Fax: (091) 515-2490

GTA Amapá

João Alcindo Milhomem (STIEAPA)

Rua Padre Julio Maria Loubarde, 2832 - Santa Rita

68900 - Macapá - AP

Fone: (096) 223-3474/4453(recado)

GTA Amazonas

Alcione Tibério (CPT/PA)

Rua Tapajós, 94

69010 - Manaus - AM

Tel/Fax: (092) 233-0322

GTA Babaçu/Maranhão

Noemi Miyasaka Porro (ASSEMA)

Rua Ave. Lezanirino - 1476
65725 - Pedreiras - MA Tel/Fax: (098) 642-2061

GTA Carajás/Pará

Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP)

Rua Sororo, 129 - Cx.P. 111

68500 - Marabá - PA

Tel/Fax: (091) 321-1680

GTA Rondônia

Av. Maria Alves de Avelar (DIBEL)

Rua João Goulard, 826 - Bairro Mato Grosso

78900 - Porto Velho - RO

Tel/Fax: (069) 223-1898

GTA Santarém/Pará

Isa Maria Castro dos Santos (GDA)

Av. Tapajós, 1259 - Aldeia

68100 - Santarém - PA

Tel/Fax: (091) 522-6852

GTA Tocantins

Divaldo Rezende (GALA)

Cx. Postal 84

77000 - Palmas - TO

Fone: (063) 862-1153 Fax: (063) 862-1765



INFORMEFAX

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Boletim nº5 - Ano I - novembro/92

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A partir deste número do Boletim, agora transformado em INFORMEFAX/GTA, inicia-se a estruturação de um Núcleo de Informação e Comunicação, solicitada com prioridade na última reunião do Conselho Deliberativo do GTA, cuja ata, já encaminhada pelo Secretário Executivo do GTA, detalha o profissional escolhido e suas atividades principais.

De acordo com o último "Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho Amazônico", de outubro de 1992, os esforços do Núcleo de Informação e Comunicação - NIC - estarão voltados para atividades que estabeleçam uma Rede de Informações que fortaleçam o GTA (páginas 23 e 25) estruturando e mantendo uma rede permanente de divulgação e intercâmbio de informações relacionadas com a execução das atividades do PD/A e do Programa Piloto como um todo.

Neste sentido, o Programa Piloto será também divulgado a nível das comunidades envolvidas prevendo-se, além dos encontros regionais de capacitação, a publicação de um jornal próprio do GTA com informações relacionadas às atividades do GTA no PD/A e no Programa Piloto, tanto do ponto de vista dos Projetos Estruturais quanto dos Projetos Demonstrativos nos diferentes Estados e Regiões.

Dada a tradição oral da população da região, a utilização de canais de rádio já é uma prioridade (ler adiante notícia sobre os primeiros contatos com a Rádio Nacional da Amazônia e a WWF).

É importante ressaltar sempre que competirá aos escritórios regionais e estaduais do GTA acumular este núcleo com depoimentos acerca dos projetos e notícias relativas às diversas sub-regiões, tanto acerca da execução do PD/A e do Programa Piloto como um todo quanto no que se refere a evolução da problemática ambiental (pág. 30).

Este Núcleo, por sua vez, terá como objetivo democratizar esse noticiário, não só com informações sobre o PD/A e o Plano Piloto, como também com informações valiosas no acontecimento de Políticas Públicas (Executivo e Legislativo) e nos demais assuntos que dizem respeito à preservação e esforços da luta ambiental na Amazônia e no mundo.

Izo Zeigerman - Núcleo de Informação e Comunicação - NI

A T E N Ç Ã O G T A

????? RECURSOS ????????

Os recursos destinados aos convênios de Apoio Institucional dos GTAs Regionais estão atrasados desde o mês de agosto.

A antiga SEMAM, atual Ministério do Meio Ambiente, até o momento não honrou a contrapartida de 110 mil dólares e o atraso provocou e provoca perda cambial.

As negociações foram reabertas pelo novo Ministério, com promessa de pagamento até o final do mês de novembro.

Caso isto realmente ocorra, a Miriam Azevedo, administradora contábil do GTA/BSB, informa que serão liberadas as parcelas de maneira regular, com a cotação do dólar/PNUD do respectivo mês.

Caso o Ministério não pague, o fax do gabinete do ministro Coutinho Jorge é (061) 322-1058.

***** RELATÓRIO *****

Informamos que a partir deste mês torna-se imperativo a elaboração de um RELATÓRIO DE ATIVIDADES de cada GTA.

A secretaria executiva necessita dos dados e atividades realizadas para encaminhar o seu relatório anual ao PNUD.

O texto deste primeiro relatório deve ser acumulativo, ou seja, relatar desde o início as atividades desenvolvidas com os recursos dos convênios até o mês de novembro.

Nos próximos meses, o RELATÓRIO DE ATIVIDADES deverá ser mensal, sendo considerado pré-requisito para a liberação das parcelas.

!!!! RÁDIO !!!!!

Já foram iniciados os entendimentos entre a Rádio Nacional da Amazônia, a WWF e Ministério do Meio Ambiente para a veiculação de notícias e informações valiosas àquele que representam ou está interessado no dia a dia das comunidades do norte do país. O programa radiofônico será semanal, de 40 minutos de duração, a partir das 10:30 da manhã dos sábados. De caráter basicamente noticioso - co agenda dos acontecimentos, entrevistas e debates - esta produção reforçará o programa NATUREZA VIVA, veiculado já há 3 anos pela Rádio Nacional da Amazônia. Vocês já ouviram???? É muito importante que o NIC Núcleo de Informações e Comunicações comece, desde agora, a receber informações pequenas produções de toda entidades filiadas e interessadas.

PAGINA



GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
R/GILBERTO ALANHO
CTI
FAX: (011) 8130747
BOLETIM INFORMATIVO

novembro/92

A. ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO GTA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1992.

b) Pauta Externa: Programa Piloto (PP), Política (Executivo, Imprensa, Parlamento). BENATTI: O problema central é que estamos confundindo o que queremos, pois ainda não temos implantado o PP.

" Participantes:

- Julio Barbosa de Aquino. Presidente
- Orlandino Melgueiro da Silva. Vice-Presidente
- Eugenio Scanavino. 2º Vice-Presidente
- Raimundo Nonato Brito. 1º Secretário
- Jose Heder Benatti. 2º Secretário
- Juan Carlos Carrasco Rueda. Secretário Executivo
- Eduardo de Souza Martins. Coordenador Técnico.

É fundamental não esquecer que antes do GTA, as ONGs já tinham seus programas e projetos em desenvolvimento. Precisamos superar esta fase de discussão, de absorver o PP. Os recursos apesar de serem poucos para Amazônia são difíceis de administrar do ponto de vista do movimento social. Devemos nos concentrar no PP, o que permitirá absorver as coisas com naturalidade.

I. DISCUSSÕES:

Foi discutido que o trabalho da Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos estará diretamente vinculado ao papel da Secretaria Executiva do GTA e deve ser feito um trabalho bastante articulado. Assim o papel da Secretaria Executiva do GTA será: TÉCNICO: objetivando fomentar e articular as ONGs para dar uma maior capacidade de participação no Programa Piloto.

JULIO. O GTA foi criado para tentar influenciar no PP. De início abrimos muito a entrada para quaisquer ONGs.

POLÍTICO: solidariedade das ONGs para articulação política.

O problema maior, o desafio é como se dá a autonomia das instituições que já existem, que tem decisões, programas e metas próprias.

Mantem contato com outras ONGs.

Os recursos que vão entrar é uma faca de dois gumes, pois existe muitas ONGs com falta de estrutura mínima para gerenciar estes recursos. Hoje a realidade está mostrando que ONG que tem projetos de 20 mil dolares, tem mil problemas no final de cada ano para gerenciar estes recursos e prestar contas.

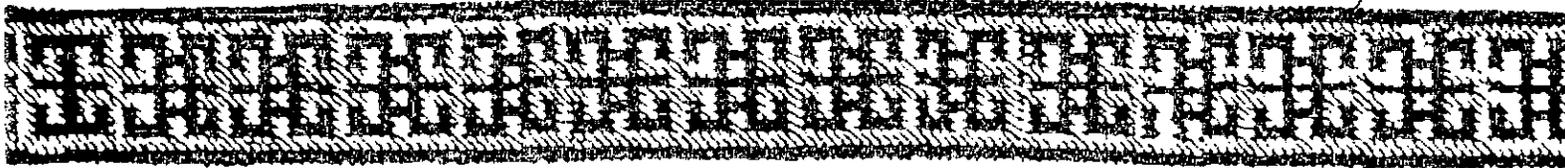
EUGENIO levantou a questão de que é importante que as ONGs se articulem em Câmaras Técnicas, e fará uma proposta a Diretoria que será enviada aos GTAs Regionais para discussão (objetivos, metas, custos e seqüência de implantação).

Outro problema é que a entrada de recursos despolitiza muito. Como podemos continuar com as comunidades organizadas, politizadas, e ao mesmo tempo que elas possam participar do PP. Foi muito bom ter feito seminários regionais, e durante 1993 deve-se continuar com eles, pois devemos permanentemente discutir como vamos nos capacitar para gerenciar o PP dentro da Amazônia.

EDUARDO colocou que as linhas básicas de trabalho são:

Os técnicos vão acompanhar e conduzir o PP tecnicamente, e cabe a Diretoria conduzir politicamente, para que o PP não complique os avanços organizacionais.

- a) Pauta Interna: Cooperação, Solidariedade, Informaçõs,



O GTA não deve falar em nome das ONGs. Assim, o GTA deve priorizar os seminários, os debates com as ONGs, com as universidades, Centros de pesquisa, etc. Os seminários iniciados pelo GTA abriram um grande debate na Amazônia.

JUAN: Colocou que o papel do GTA é basicamente permitir a participação das ONGs de base no PP e abrir uma discussão permanente em torno da implementação do PP como um todo, com especial ênfase nos projetos Estruturais que vão ser desenvolvidos pelo próprio Governo Federal, assim como uma permanente avaliação dos projetos que serão desenvolvidos pelas ONGs. O objetivo central pode ser resumido em CAPACITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO das ONGs de base. Assim a articulação das ONGs e fluxo de informações é fundamental. Devemos dar informações e preparar as ONGs para participarem do PP.

NONATO: É importante a abertura da discussão que se deu a partir da Assembléia Geral do Marabá. Precisamos radicalizar no processo de FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO. O que faz ficar com dúvidas é a falta de informação. É também importante a capacitação das entidades de base para administrar os recursos. Deveria, por exemplo, ser feito um documento simples para as ONGs de base, de como vão funcionar a SECRETARIA TÉCNICA DO PD/A.

Temos que avançar na INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

Nonato também colocou que as ONGs urbanas devem estar informadas das discussões do PP. É fundamental que nesse trabalho de relação exista uma forma de participação dessas ONGs urbanas.

Assim se deve priorizar a articulação junto as ONGs urbanas.

EDUARDO: Concordou em radicalizar o trabalho do GTA na INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO. Se o GTA pudesse produzir sistematicamente análises da realidade política e repassar essa informação as bases seria de fundamental importância. Devemos democratizar o acesso as informações de financiamentos, não somente do PP, como também das outras informações e de outros tipos de financiamentos, informações estas de fácil acesso em Brasília, mas de difícil acesso a nível regional. Deve-se dar as condições elementais de como pedir e gerenciar recursos. Ou seja, fontes de financiamento e exigências de prestação de contas. Isso deve ser feito sem ocupar os espaços que atualmente ocupam as entidades que formam o GTA.

Exemplo, no caso de projetos importantes para qualquer Estado, podemos não ter idéia

de qual seria o impacto, assim deveríamos repassar informação, para ter os subsídios das ONGs do interior que permita uma pressão articulada a nível de Governo Federal, se o projeto for considerado negativo.

Com o PP o GTA deverá prever e editar um informativo mensal, reuniões de treinamento, seminários de avaliação, etc.

Em resumo, a Diretoria concluiu que em função das demandas, da complementaridade das ações, as duas estruturas, ou seja a Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos do Programa Piloto e a Secretaria Executiva do GTA devem trabalhar articuladas técnica e administrativamente.

BELATTI. O GTA não é uma assessoria. É UMA ARTICULAÇÃO. Deve passar informação, as ONGs devem devolver com os seus comentários e análises que estimem convenientes. Devemos sempre repassar informações, as análises devem ser por parte das assessorias.

ORLANDINO: Em reunião da COIAB, os índios colocaram que pela primeira vez vamos fazer um trabalho consolidado com as ONGs.

A nova diretoria começou a buscar alianças com as outras entidades. Com o GTA devemos ter como prioridade, por enquanto, o repasse de informações para uma melhor formação das ONGs locais. As ONGs indígenas tem tido um grande avanço quanto a sua organização e nível de informação, mas as comunidades que estão a margem dos rios não tem informações.

Para a COIAB o encontro de MARABÁ significou um avanço muito grande para consolidar alianças com as ONGs que atuam na Amazônia. Devemos sair daqui para formar outras pessoas e não podemos ter nenhum tipo de dúvidas, que esse deve ser o papel fundamental do GTA.

EUGENIO: O GTA deve fazer assessoria. As entidades estão desesperadamente precisando de assessorias.

Devemos consolidar o GTA Regionais, e numa segunda etapa fornecer apoio técnico (discussões sobre saúde, educação, e administração. Ex como se registra um estatuto).

EDUARDO: O GTA tem domínio das informações. O trabalho de apoio deve ser feito pelas ONGs locais.

NONATO: É FUNDAMENTAL E DEVE SER PRIORIZADO UM INFORMATIVO para as bases. Além disso deveria ter um correio para a Diretoria para mantê-la permanentemente informada (no mínimo semanalmente). Devemos definir de quando em quando a Diretoria deveria se reunir.

III. OUTRAS INFORMAÇÕES:

EDUARDO MARTINS ASSUME NA WWF/BRASIL

Eduardo Martins a contar do dia 01 de novembro assume como representante da WWF no Brasil (fone para contato 061- 248 2899). As ONGS do GTA que desejarem maiores informações devem solicitar diretamente para:

Eduardo de Sousa Martins. Representante WWF Brasil

SHIS EQ QL 6/8 Conj. E - 2º Andar

CEP: 71620-430 - Brasília - DF

FAX: (061) 248 7176

TEL: (061) 240 2022

INFORMES REGIONAIS

Eugenio informou que está bastante difícil o trabalho por falta de recursos; os problemas internos serão resolvidos nas próximas reuniões. Existe uma reclamação em relação a falta de informação da Diretoria Executiva do GTA.

Eugenio consulta posição do GTA em relação ao possível relacionamento das entidades do meio amazonas com a Companhia Vale do Rio Doce CVRD. Informa que devido ao problema de relacionamento entre as populações do Rio Trombetas o IBAMA local estão em andamento propostas para implementação de projetos de fiscalização participativa e estudos sócio econômicos da área.

Nonato informa que de 1 a 7 de fevereiro será feito um encontro da Amazônia oriental para discutir todas as experiências existentes."

Diretoria a estrutura da Secretaria Executiva do GTA fica da seguinte forma:

Secretario Executivo: Juan Carlos Carrasco Rueda (Economista);

Núcleo de Informações: Izo Zeigerman (Jornalista);

Adm./Financeiro: Miriam Azevedo (Contadora);

Apoio a projetos: Técnico a ser contratado;

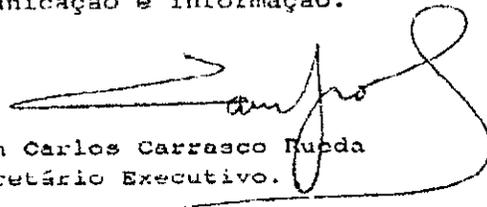
Secretaria/Computação: Angélica Montaldi (Secretária) e Angélica Griesinger (estagiária).

Foi contratado em meados de outubro, o Jornalista IZO ZEIGERMAN, cujas tarefas básicas serão:

- a) Fax-Informativo semanal para os membros do Conselho deliberativo e Secretarias Executivas Regionais a contar da segunda semana de novembro.
- b) Difundir as notícias enviadas pelas lideranças do GTA Regionais (na medida que os jornais abram espaço)
 - difundir as notícias relacionadas com o GTA e as posições das lideranças locais (as negociações para montar este programa estão sendo conduzidas diretamente por IZO).
- d) Manter um canal de informações junto ao Congresso.

Assim, quaisquer assunto referente a comunicação, os companheiros do GTA devem dirigir-se diretamente ao IZO (fones 061 224-6735 e 226-5090 e fax 051 223-6800). NOTA: Em função do trabalho do IZO ser desenvolvido a maior parte do tempo fora dos Escritórios do GTA (em jornais, rádios, congresso), deixar recado para contato na secretaria com Angélica.

Com Companheiros, daqui para frente caberá ao IZO Zeigerman todo o trabalho referente a comunicação e informação.


Juan Carlos Carrasco Rueda
Secretário Executivo.

nenhum representante do Conselho Diretor do IEA a Assembléia Geral do GTA. Será que as instâncias do GTA não são suficientes ou democráticas, para que as dúvidas, divergências sejam por elas encaminhadas? Acreditamos que cada entidade, rede, articulação de entidades tem suas instâncias democráticas de esclarecimento, debate e decisão, onde as dúvidas, questionamentos, propostas de modificações, tanto política como administrativa, devem ser levadas, buscar outra forma para apresentar suas divergências, antes de recorrer a essas instâncias. É no mínimo um ato pouco democrático. Essa alternativa está na prática desrespeitando a entidade a qual faz parte. Outro fato desagradável para nós foi o que ocorreu em reunião do 9º ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM de ONGs BRASILEIRAS, realizado em Angra dos Reis nos dias 14 a 16 de agosto de 1992, onde o IEA representado pelo Presidente do Conselho Diretor, foi contra que o GTA integrasse, em representação das ONGs da Amazônia, uma Rede Facilitadora de ONGs, fato esse registrado na ATA da referida reunião. Quanto aos questionamentos apresentados em nome do Conselho Diretor do IEA, a Diretoria do GTA tem a seguinte posição:

1. Posição física do GTA (sede dentro da SEMAM): já tínhamos respondido que o GTA estava de mudança, a sala está alugada desde 31/09/92 onde ficará a nova sede. Se esse era o único motivo que levava a confusão de que o GTA era um órgão governamental e levantava suspeita do Conselho Diretor do IEA sobre nossa independência ao Governo, não tem mais.
2. O problema da contratação do Secretário Executivo pelo PNUD, e os poderes que o Secretário Executivo possui: na reunião da Diretoria chegamos à conclusão que a atual forma é ainda a melhor maneira da Diretoria administrar a sede em Brasília, temos plena confiança no Secretário Executivo, e o que precisa ser feito é a Diretoria assumir o seu papel político e estar mais presente nas decisões políticas da mesma; logo, o problema não é com o Secretário Executivo, mas com a Diretoria em desempenhar seu papel. A própria Assembléia Geral do GTA, em Marabá-Pa., aprovou que o GTA não teria conta bancária e sua sede seria uma estrutura mínima para

cumprir suas funções, cabendo à Diretoria a responsabilidade de assumir o papel político de sua administração.

3. Revisão dos Estatutos do GTA: foi realizada na Assembléia de Marabá. Mesmo assim, a Diretoria acredita que é necessário fazer algumas últimas revisões.

Diante deste quadro, as "sugestões" apresentadas pelo IEA já tinham sido concretizadas, e outras a Diretoria avaliou que não têm cabimento as dúvidas levantadas, e que a maneira como foi apresentado os questionamentos têm mais um caráter pessoal do que político, e em nada tem contribuído a organização das ONGs Amazônicas.

Por isso, gostaríamos de saber qual é a posição do IEA, em relação as posições da Diretoria, dentro do menor prazo possível, pois desde a primeira carta - datada em 02 de maio de 1992 e assinada pelo Diretor Executivo Sr. Fayet - vocês ameaçam se retirar do GTA caso não concordassem com as respostas apresentadas.

Gostaríamos também de saber se o IEA vai respeitar as instâncias democráticas do GTA, e neste caso reavaliar os problemas que o IEA causou ao GTA ao escrever uma carta pública antes de submeter sua opinião aos fóruns do GTA, pois tal precedente não pode ser admitido, e seremos obrigados a cumprir os regulamentos estatutários no que se refere aos deveres dos membros do GTA.

CRIAÇÃO DE NOVOS GTA REGIONAIS

Foi reiterado o critério de que continuam a ser no mínimo 10 ONGs para criar os GTA regionais. Se existe um grupo de mais de 10, um membro da diretoria, deveria ir até a área e discutir junto as ONGs locais e definir ou não a criação.

Deve continuar a discutir-se o PP, uma vez que se reiniciem as negociações (as quais estão paralisadas em função dos problemas do câmbio do governo, e por conseguinte mudanças nos diferentes escalões). Deve se realizar no mínimo, um segundo encontro em cada GTA Regional, e um encontro que reuna os representantes dos GTAs Regionais.

Ficou decidido que a Diretoria Executiva poderá criar Regionais "ad referendum" da Assembléia Geral, prévia consulta aos GTA Regionais existentes que atualmente compõem o GTA.

Os regionais atualmente propostos são: Mato Grosso; Manaus; Roraima; Marajó, Tocantins (Palmas) e Bico do Papagaio.

III. OUTRAS INFORMAÇÕES:

EDUARDO MARTINS ASSUME NA WWF/BRASIL

Eduardo Martins a contar do dia 01 de novembro assume como representante da WWF no Brasil (fone para contato 061- 248 2899). As ONGs do GTA que desejarem maiores informações a respeito do trabalho da WWF e tipos de projetos que ela financia poderão solicitar diretamente para:

Eduardo de Sousa Martins. Representante WWF Brasil

SHIS EQ QL 6/8 Conj. E - 2º Andar

CEP: 71620-430 - Brasília - DF

FAX: (061) 248 7176

TEL: (061) 248 2899

INFORMES REGIONAIS

Eugenio informou que está bastante difícil o trabalho por falta de recursos, os problemas internos serão resolvidos nas próximas reuniões. Existe uma reclamação em relação a falta de informação da Diretoria Executiva do GTA.

Eugenio consulta posição do GTA em relação ao possível relacionamento das entidades do Doce CVRD. Informa que devido ao problema de relacionamento entre as populações do Rio Trombetas e IBAMA local estão em andamento propostas para implementação de projetos de fiscalização participativa e estudos sócio econômicos da área.

Nonato informa que de 1 a 7 de fevereiro será feito um encontro da Amazônia oriental para discutir todas as experiências existentes."

B. ESTRUTURA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO GTA:

Em função das modificações decididas pela Diretoria a estrutura da Secretaria Executiva do GTA fica da seguinte forma:

Secretario Executivo: Juan Carlos Carrasco Rueda (Economista);

Núcleo de Informações: Izo Zeigerman (Jornalista);

Adm./Financeiro: Miriam Azevedo (Contadora);

Apoio a projetos: Técnico a ser contratado;

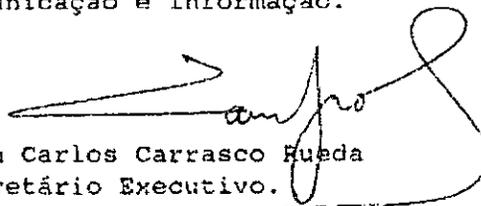
Secretaria/Computação: Angélica Montaldi (Secretária) e Angélica Griesinger (estagiária).

Foi contratado em meados de outubro, o Jornalista IZO ZEIGERMAN, cujas tarefas básicas serão:

- a) Fax-Informativo semanal para os membros do Conselho deliberativo e Secretarias Executivas Regionais a contar da segunda semana de novembro.
- b) Difundir as notícias enviadas pelas lideranças e GTA Regionais (na medida que os jornais abram espaço)
- c) Montar um Programa de rádio para difundir as notícias relacionadas com o GTA e as posições das lideranças locais (as negociações para montar este programa estão sendo conduzidas diretamente por IZO).
- d) Manter um canal de informações junto ao Congresso.

Assim, quaisquer assunto referente a comunicação, os companheiros do GTA devem dirigir-se diretamente ao IZO (fones 061 224-6735 e 226-5090 e fax 061 223-6800). NOTA: Em função do trabalho do IZO ser desenvolvido a maior parte do tempo fora dos Escritórios do GTA (em jornais, rádios, congresso), deixar recado para contato na secretaria com

sem Companheiros, daqui para frente caberá ao IZO Zeigerman todo o trabalho referente a comunicação e informação.



Juan Carlos Carrasco Rueda
Secretário Executivo.

II. ENCAMINHAMENTOS:

CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO GTA.

No transcurso das discussões dos membros da Diretoria ficou claro que a primeira prioridade era solucionar o problema de comunicação para manter um fluxo de informações entre o trabalho do GTA em Brasília desenvolvido pela Diretoria e pela Secretaria Executiva e os GTA regionais, aos quais pela sua vez competera repassar estas informações as ONGs que o compõem.

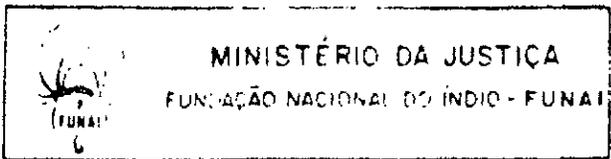
Assim, com ocasião da saída de Eduardo, ficou decidido que se deveria reforçar a equipe do GTA com um técnico na área de

entrar na dinâmica própria das regionais, pois compete as próprias regionais decidir sobre suas prioridades e formas de encaminhamento. Assim, a Diretoria espera um retorno e subsídios das regionais a respeito.

CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Os convênios e mecanismos de trabalho conjunto, assim como a busca de novas fontes de financiamento para as ONGs que compõem o GTA devem ser continuados, podemos citar diversas fontes de financiamento às ONGs. Exemplos: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; CNPQ, WWF, Embaixadas, Denacoop, etc.

MEMORANDO Nº 100/02
DE: []
PARA: []
ASSUNTO: []



PROCOLO DE
FAC-SÍMILE

N

PARA: *Gilberto Azambro*

FAX Nº *8130747*
011 8133450

DE (FROM): *Jô C. de Oliveira*

FAX Nº
061 - 2268782

Nº DE PÁGINAS (INCLUINDO ESTA)
NO OF PAGES (INCLUDING THIS COVER SHEET)

LOCAL E DATA (PLACE AND DATE)

mensagem / message:

FAVOR COMUNICAR IMEDIATAMENTE QUALQUER PROBLEMA COM ESTA TRANSMISSÃO.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO



GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

P/GILBERTO AZEVEDO

CTF

FAX: (011) 813 0747

BOLETIM INFORMATIVO

novembro/92

A. ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO GTA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 1992.

" Participantes:

Julio Barbosa de Aquino. Presidente
 Orlando Melgueiro da Silva. Vice-Presidente
 Eugenio Scanavino. 2º Vice-Presidente
 Raimundo Nonato Brito. 1º Secretário
 Jose Meder Benatti. 2º Secretário
 Juan Carlos Carrasco Rueda. Secretário Executivo
 Eduardo de Souza Martins. Coordenador Técnico.

I. DISCUSSÕES:

Foi discutido que o trabalho da Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos estará diretamente vinculado ao papel da Secretaria Executiva do GTA e deve ser feito um trabalho bastante articulado. Assim o papel da Secretaria Executiva do GTA será:

TÉCNICO: objetivando fomentar e articular as ONGs para dar uma maior capacidade de participação no Programa Piloto.

POLÍTICO: solidariedade das ONGs para articulação política.

Manter contato com outras ONGs.

EUGENIO levantou a questão de que é importante que as ONGs se articulem em Câmaras Técnicas, e fará uma proposta a Diretoria que será enviada aos GTAs Regionais para discussão (objetivos, metas, custos e seqüência de implantação).

EDUARDO colocou que as linhas básicas de trabalho são:

a) Pauta Interna: Cooperação, Solidariedade, Informação;

b) Pauta Externa: Programa Piloto (PP), Política (Executivo, Imprensa, Parlamento).
BENATTI: O problema central é que estamos confundindo o que queremos, pois ainda não temos implantado o PP.

É fundamental não esquecer que antes do GTA, as ONGs já tinham seus programas e projetos em desenvolvimento. Precisamos superar esta fase de discussão, de absorver o PP.

Os recursos apesar de serem poucos para Amazônia são difíceis de administrar do ponto de vista do movimento social.

Devemos nos concentrar no PP, o que permitirá absorver as coisas com naturalidade.

JULIO. O GTA foi criado para tentar influenciar no PP. De início abrimos muito a entrada para quaisquer ONGs.

O problema maior, o desafio é como se dar a autonomia das instituições que já existem, que tem decisões, programas e metas próprias.

Os recursos que vão entrar é uma faca de dois gumes, pois existe muitas ONGs com falta de estrutura mínima para gerenciar estes recursos. Hoje a realidade está mostrando que ONG que tem projetos de 20 mil dolares, tem mil problemas no final de cada ano para gerenciar estes recursos e prestar contas.

Outro problema é que a entrada de recursos despolitiza muito. Como podemos continuar com as comunidades organizadas, politizadas, e ao mesmo tempo que elas possam participar do PP. Foi muito bom ter feito seminários regionais, e durante 1993 deve-se continuar com eles, pois devemos permanentemente discutir como vamos nos capacitar para gerenciar o PP dentro da Amazônia.

Os técnicos vão acompanhar e conduzir o PP tecnicamente, e cabe a Diretoria conduzir politicamente, para que o PP não complique os avanços organizacionais.

O GTA não deve falar em nome das ONGs. Assim, o GTA deve priorizar os seminários, os debates com as ONGs, com as universidades, Centros de pesquisa, etc. Os seminários iniciados pelo GTA abriram um grande debate na Amazônia.

JUAN: Colocou que o papel do GTA é basicamente permitir a participação das ONGs de base no PP e abrir uma discussão permanente em torno da implementação do PP como um todo, com especial ênfase nos Projetos Estruturais que vão ser desenvolvidos pelo próprio Governo Federal, assim como uma permanente avaliação dos projetos que serão desenvolvidos pelas ONGs. O objetivo central pode ser resumido em CAPACITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO das ONGs de base. Assim a articulação das ONGs e fluxo de informações é fundamental. Devemos dar informações e preparar as ONGs para participarem do PP.

NONATO: É importante a abertura da discussão que se deu a partir da Assembléia Geral de Marabá. Precisamos radicalizar no processo de FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO. O que faz ficar com duvidas é a falta de informação. É também importante a capacitação das entidades de base para administrar os recursos. Deveria, por exemplo, ser feito um documento simples para as ONGs de base, de como vão funcionar a SECRETARIA TÉCNICA DO PD/A.

Temos que avançar na INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

Nonato também colocou que as ONGs urbanas devem estar informadas das discussões do PP. fundamental que nesse trabalho de relação exista uma forma de participação dessas ONGs urbanas.

Assim se deve priorizar a articulação junto as ONGs urbanas.

EDUARDO: Concordou em radicalizar o trabalho do GTA na INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO. Se o GTA pudesse produzir sistematicamente analise da realidade política e repassar essa informação as bases seria de fundamental importância. Devemos democratizar o acesso as informações de financiamentos. não

de qual seria o impacto, assim deveríamos repassar informação, para ter os subsídios das ONGs do interior que permita uma pressão articulada a nível de Governo Federal, se o projeto for considerado negativo.

Com o PP o GTA deverá prever e editar um informativo mensal, reuniões de treinamento, seminários de avaliação, etc.

Em resumo, a Diretoria concluiu que em função das demandas, da complementaridade das ações, as duas estruturas, ou seja a Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos do Programa Piloto e a Secretaria Executiva do GTA devem trabalhar articuladas técnica e administrativamente.

BELATTI. O GTA não é uma assessoria. É UMA ARTICULAÇÃO. Deve passar informação, as ONGs devem devolver com os seus comentários e análises que estimem convenientes. Devemos sempre repassar informações, as análises devem ser por parte das assessorias.

ORLANDINO: Em reunião da COIAB, os índios colocaram que pela primeira vez vamos fazer um trabalho consolidado com as ONGs.

A nova diretoria começou a buscar alianças com as outras entidades. Com o GTA devemos ter como prioridade, por enquanto, o repasse de informações para uma melhor formação das ONGs locais. As ONGs indígenas tem tido um grande avanço quanto a sua organização e nível de informação, mas as comunidades que estão a margem dos rios não tem informações.

Para a COIAB o encontro de MARABÁ significou um avanço muito grande para consolidar alianças com as ONGs que atuam na Amazônia. Devemos sair daqui para formar outras pessoas e não podemos ter nenhum tipo de dúvidas, que esse deve ser o papel fundamental do GTA.

EUGENIO: O GTA deve fazer assessoria. As entidades estão desesperadamente precisando de assessorias.

Devemos consolidar o GTA Regionais, e numa segunda etapa fornecer apoio técnico (discussões sobre saúde, educação, e administração, ex. como se registra um estatuto).

EDUARDO: O GTA tem domínio das informações. O trabalho de apoio deve ser feito pelas ONGs

ANTI-CURL SYSTEM (ACS) CHECK

TIME: 11/16/1992 14:18

NAME: CTI

FAX : 8130747

TEL : 8133450

O GTA não deve falar em nome das ONGs. Assim, o GTA deve priorizar os seminários, no âmbito das ONGs, em universidades, centros de pesquisa, etc. Os seminários iniciados pelo GTA abriram um grande debate na Amazônia.

JUAN: Colocou em o papel do GTA é basicamente permitir a participação das ONGs de base na PP e abrir uma discussão permanente em torno da implementação do PP como um todo, com especial ênfase nos Projetos Estruturais que vão ser desenvolvidos pelo próprio Governo Federal, assim como uma permanente avaliação dos projetos que serão desenvolvidos pelas ONGs. O objetivo central pode ser resumido em CAPACITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO das ONGs de base. Assim a articulação das ONGs e fluxo de informações é fundamental. Devemos dar informações e organizar as ONGs para participarem do PP.

NONATO: É importante a abertura da discussão em torno da implementação do PP. É fundamental que nesse trabalho de relação exista uma forma de participação dessas ONGs urbanas. Assim se deve priorizar a articulação junto as ONGs urbanas. EDUARDO: Concordou em radicalizar o trabalho do GTA na INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO. Se o GTA pudesse produzir sistematicamente análise da realidade política e repassar essa informação as bases seria de fundamental importância. Devemos democratizar o acesso as informações de financiamentos, não somente do PP, como também das outras informações e de outros tipos de financiamentos, informações estas de fácil acesso em nível regional. Deve-se dar as condições elementais de como pedir e gerenciar recursos. Ou seja, fontes de financiamento e exigências de prestação de contas. Isso deve ser feito sem ocupar os espaços que atualmente ocupam as entidades que formam o GTA. Exemplo, no caso de projetos importantes para qualquer Estado, podemos não ter idéia

de qual seria o impacto, assim deveríamos repassar informação, para ter os subsídios das ONGs do Interior que permita uma pesquisa subsidiada a nível do Governo Federal, se o projeto for considerado negativo.

Com o PP o GTA deverá prever e editar um informativo mensal, reuniões de treinamentos, seminários de avaliação, etc.

Em resumo, a diretoria conciliou que em função das demandas, da complementaridade das ações, as duas estruturas, ou seja a Secretária Técnica dos Projetos Demonstrativos do Programa Piloto e a Secretária Executiva do GTA devem trabalhar articuladas técnica e administrativamente.

BELATTI: O GTA não é uma assessoria. É UMA ARTICULAÇÃO. Deve passar informação, as ONGs devem devolver com os seus comentários e análises que estimem convenientes. Devemos sempre repassar informação as entidades de base por parte das assessorias.

ORLANDINO: Em reunião da COIAB os índios estavam consolidando com as UNIM, as outras entidades. Com o GTA devemos ter como prioridade, por enquanto, o repasse de informações para uma melhor formação das ONGs locais. As ONGs indígenas tem tido um grande avanço quanto a sua organização e nível de informação, mas as comunidades que estão a margem dos rios não tem informações.

Para a COIAD o encontro de MARABÁ significou um avanço muito grande para consolidar alianças com as ONGs que atuam na Amazônia. Devemos sair daqui para formar outras pessoas e não podemos ter nenhum tipo de dúvidas, que esse deve ser o papel fundamental do GTA.

RUIGENIO: O GTA deve fazer assessoria as entidades estão desesperadamente precisando de assessorias. Devemos consolidar o GTA Regionais, e numa segunda etapa fornecer apoio técnico (discussões sobre saúde, educação, e administração, ex. como se legisla um estatuto).

EDUARDO: O GTA tem domínio das informações. O trabalho de apoio deve ser feito pelas ONGs locais.

NONATO: É FUNDAMENTAL E DEVE SER PRIORIZADO UM INFORMATIVO para as bases. Além disso deveria ter um correio para a Diretoria para manter a permanentemente informada (no mínimo semanalmente). Devemos definir de quando em quando a Diretoria deveria se reunir.

II. ENCAMINHAMENTOS:

CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO GTA.

No transcurso das discussões dos membros da Diretoria ficou claro que a primeira prioridade era solucionar o problema de comunicação para manter um fluxo de informações entre o trabalho do GTA em Brasília desenvolvido pela Diretoria e pela Secretária Executiva e os GTA regionais, aos quais pela sua vez competera repassar estas informações as ONGs que o compõem.

Assim, com ocasião da saída de Eduardo, ficou decidido que se deveria reforçar a equipe do GTA com um técnico na área de comunicação e que também faça o contato a nível de Assessoria Parlamentar.

Na seqüência, e quando se iniciar o Programa Piloto será contratado também um técnico de projetos para ajudar na elaboração dos mesmos, apresentados pelas ONGs do GTA, e acompanhar os trâmites dentro do PP.

PAPEL DA DIRETORIA DO GTA.

Compete a Diretoria fazer os encaminhamentos e negociações políticas e a Secretária Executiva dar o apoio técnico administrativo.

PLANO DE TRABALHO:

Consolidação dos GTA Regionais. Devem ser feitas reuniões regionais para solucionar os problemas existentes e definir planos de trabalho a partir das demandas regionais. Definir em um Regimento Interno de como vão funcionar as regionais; avaliar os convênios; criar critério na criação das regionais. Não precipitar na criação das mesmas. Fortalecimento das lideranças para o efetivação do Programa Piloto, sabe-se que os lugares a serem atingidos pelo PP são lugares onde a população é suscetível

entrar na dinâmica própria das regionais, pois compete as próprias regionais decidir sobre suas prioridades e formas de encaminhamento. Assim, a Diretoria espera um retorno e subsídios das regionais a respeito.

CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Os convênios e mecanismos de trabalho conjunto, assim como a busca de novas fontes de financiamento para as ONGs que compõem o GTA devem ser continuados, podemos citar diversas fontes de financiamento às ONGs. Exemplos: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; CNPT; WWF; Embaixadas; Denacoop; etc.

SITUAÇÃO DO IEA EM RELAÇÃO AO GTA

Foi analisada a forma como o IEA continua a tentar desprestigiar o trabalho do GTA. Os aspectos básicos tratados foram a não participação do IEA na Assembléia Geral de Marabá, e no mesmo dia da Assembléia distribuir cartas às ONGs criticando o GTA, bem como sua crítica pública durante o Encontro do Fórum Nacional de ONGs. Foi decidido enviar mais uma posição oficial da diretoria do GTA e esperar um tempo prudente para tomar as medidas que a Diretoria defina.

CARTA DA DIRETORIA A SRA. ALLEGRETTI (IEA)

" O GTA, em reunião de Diretoria, de 28/09 a 01/10, examinou novamente um outro documento intitulado "Posição do IEA frente ao GTA", assinado pela Sra. na qualidade de Presidente do Conselho Diretor (evidentemente entendemos que o documento expressa a opinião do Conselho Diretor do IEA) e pelo Sr. Augusto Cesar Fayet na condição de Diretor Executivo, pois em 15/05/92 a Coordenação já tinha respondido outra Carta do IEA para o GTA com quase o mesmo teor (documentos anexos). Mesmo assim, achamos por bem mais uma vez responder essa



GTA - Grupo de Trabalho de Assessoria

Of. Curitiba, 22/09/92

011

FAR (111) 012 3012

REUNIAO DA DIRETORIA
EXECUTIVA DO GTA REALIZADA NO DIA 30
DE SETEMBRO DE 1992.

Participantes:

Julio Barbosa de Aquino. Presidente

Presidente

Fundador e coordenador de Missões

Juan Carlos Carrasco Rueda. Secretário

Eduardo de Souza Martins. Coordenador
Técnicos.

1. OBJETIVOS:

da Secretaria Executiva do GTA será:

TECNICO: objetivando fomentar e articular as
ONGs para dar uma maior abrangência da
participação no movimento político.

POLITICO: solidariedade das ONGs para
articulação política.

EUGENIO TRAVASSOS A DIRETORIA DE
DIRETORIA que será enviada aos GTAs

na reunião realizada no Instituto de
trabalho são:

a) Pauta Interna: cooperação, solidariedade,
informação;

Política (Executivo, Imprensa, Parlamento).
BENATTI: O problema central é que estamos
enfrentando a que queremos, pois ainda não
temos implantado o PP.

É fundamental não esquecer que antes do GTA,
as ONGs já tinham suas programações em
desenvolvimento. Precisamos superar esta fase
de discussão, de absorver o PP.

de vista de movimento social.

Devemos nos concentrar no PP, o que permitirá
absorver as coisas com naturalidade.

JULIO, O GTA foi criado para tentar
influenciar no PP. De início abrimos muito a
entrada para quaisquer ONGs.

O problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a

o problema maior, o trabalho e como se usa a



GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

P/ Gilberto Acanha

CTI

FAX: (011) 212 3092

BOLETIM INFORMATIVO

em circulação

EXECUTIVA DO GTA REALIZADA NO DIA 30

DE SETEMBRO DE 1992

Participantes:

- Julio Barbosa de Aquino. Presidente
- Orlandino Melgueiro da Silva. Vice-Presidente
- Eugenio Scanavino. 2º Vice-Presidente
- Raimundo Nonato Brito. 1º Secretário
- Jose Heder Benatti. 2º Secretário
- Juan Carlos Carrasco Rueda. Secretário Executivo
- Eduardo de Souza Martins. Coordenador Técnico.

I. DISCUSSÕES:

Foi discutido que o trabalho da Secretaria Técnica dos Projetos Demonstrativos estará diretamente vinculado ao papel da Secretaria Executiva do GTA e deve ser feito um trabalho bastante articulado. Assim o papel da Secretaria Executiva do GTA será:

TÉCNICO: objetivando fomentar e articular as ações para os projetos demonstrativos de desenvolvimento no programa piloto.

POLÍTICO: solidariedade das ONGs para articulação política.

Mantém contato com outras ONGs.

OBJETIVO inventariar a questão de que é importante que as ONGs se articulem em Câmaras Técnicas, e fará uma proposta a Diretoria que será enviada aos GTAs Regionais para discussão (objetivos, metas, custos e equidade de implementação).

Deve ser colocado que as linhas básicas de trabalho são:

- a) PAUTA INTERNA: Cooperação, Solidariedade, Informação,

b) Pauta Externa: Programas Pilotos (PP), Política (executivo, imprensa, parlamento).

BENATTI: O problema central é que estamos esperando o PP ser implantado.

É fundamental não esquecer que antes do GTA, as ONGs já tinham seus programas e projetos em desenvolvimento. Precisamos superar esta fase de discussão, de absorver o PP.

Os recursos apesar de serem poucos para Amazônia são difíceis de administrar do ponto de vista do movimento social.

Devemos nos concentrar no PP, o que permitirá avançar em nossas ações.

O GTA foi criado para tentar influenciar no PP. De início abrimos muito a entrada para quaisquer ONGs.

O problema maior, o desafio é como se dá a autonomia das instituições que já existem, que tem decisões, programas e metas próprias.

Os recursos que vão entrar é uma faca de dois gumes, pois existe muitas ONGs com falta de estrutura mínima para gerenciar estes recursos. Hoje a realidade está mostrando que ONG que tem projetos de 20 mil dolares, tem

problemas de gestão de recursos humanos e financeiros.

Outro problema é que a entrada de recursos despolitiza muito. Como podemos continuar com as organizações organizadas, politizadas, e ao mesmo tempo que elas possam participar do PP. Durante 1993 deve-se continuar com eles, pois devemos permanentemente discutir como vamos nos capacitar para gerenciar o PP dentro da Amazônia.

Do ponto de vista técnico, e cabe a Diretoria conduzir politicamente, para que o PP não complique os avanços organizacionais.

de prestação de contas. Isso deve ser feito sem ocupar os espaços que atualmente ocupam as entidades que formam o GTA.

Exemplo, no caso de projetos importantes para qualquer Estado, podemos não ter idéia

2

+55612236800

GRUPO TRAB AMAZONICO

232 P02

11/11/92

10:28

II. ENCAMINHAMENTOS:

CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO GTA.

No transcurso das discussões dos membros da Diretoria ficou claro que a primeira prioridade era solucionar o problema de comunicação para manter um fluxo de informações entre o trabalho do GTA em Brasília desenvolvido pela Diretoria e pela Secretaria Executiva e os GTA regionais, aos quais pela sua vez competera repassar estas informações as ONGs que o compõem.

Assim, com ocasião da saída de Eduardo, ficou decidido que se deveria reforçar a equipe do GTA com um técnico na área de comunicação e que também faça o contato a nível de Assessoria Parlamentar.

Na seqüência, e quando se iniciar o Programa Piloto será contratado também um técnico de projetos para ajudar na elaboração dos mesmos, apresentados pelas ONGs do GTA, e acompanhar os trâmites dentro do PP.

PAPEL DA DIRETORIA DO GTA.

Compete a Diretoria fazer os encaminhamentos e negociações políticas e a Secretaria Executiva dar o apoio técnico administrativo.

PLANO DE TRABALHO:

Consolidação dos GTA Regionais. Devem ser feitas reuniões regionais para solucionar os problemas existentes e definir planos de trabalho a partir das demandas regionais. Definir em um Regimento Interno de como vão funcionar as regionais; avaliar os convênios; criar critério na criação das regionais. Não precipitar na criação das mesmas. Fortalecimento das lideranças para o efetivação do Programa Piloto, sabe-se que os lugares a serem atingidos pela DP são lugares onde a população é praticamente semi-analfabetos.

Em relação ao papel das regionais, houve diferenças de análise e de encaminhamentos, assim foi colocado:

EUGENIO. Devem ser realizados Encontros Regionais, onde se discutam por setores, sendo os mesmos em todas as regionais. Os representantes de cada setor formarão uma CÂMARA TÉCNICA, por exemplo: SAÚDE, e montar uma comissão que passa a se reunir e a intercambiar experiências.

BELATTI. Nas reuniões de Diretoria do GTA, deve-se encaminhar as coisas administrativas, porque as dinâmicas regionais são diferentes, nos não podemos

entrar na dinâmica própria das regionais, pois compete as próprias regionais decidir sobre suas prioridades e formas de encaminhamento. Assim, a Diretoria espera um retorno e subsídios das regionais a respeito.

CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Os convênios e mecanismos de trabalho conjunto, assim como a busca de novas fontes de financiamento para as ONGs que compõem o GTA devem ser continuados, podemos citar diversas fontes de financiamento às ONGs. Exemplos: Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; CNPT; WWF; Embaixadas; Denacoop; etc.

SITUAÇÃO DO IEA EM RELAÇÃO AO GTA

Foi analisada a forma como o IEA continua a tentar desprestigiar o trabalho do GTA. Os aspectos básicos tratados foram a não participação do IEA na Assembléia Geral de Marabá, e no mesmo dia da Assembléia distribuir cartas às ONGs criticando o GTA, bem como sua crítica pública durante o Encontro do Fórum Nacional de ONGs. Foi decidido enviar mais uma posição oficial da diretoria do GTA e esperar um tempo prudente para tomar as medidas que a Diretoria defina.

CARTA DA DIRETORIA A SRA. ALLEGRETTI (IEA)

" O GTA, em reunião de Diretoria, de 28/09 a 01/10, examinou novamente um outro documento intitulado "Posição do IEA frente ao GTA", assinado pela Sra. na qualidade de Presidente do Conselho Diretor (evidentemente entendemos que o documento expressa a opinião do Conselho Diretor do IEA) e pelo Sr. Augusto Cesar Fayet na condição de Diretor Executivo, pois em 15/05/92 a Coordenação já tinha respondido outra Carta do IEA para o GTA com quase o mesmo teor (documentos anexos). Mesmo assim, achamos por bem mais uma vez responder essa segunda carta.

Antes de entrar nas respostas dos questionamentos feitos pelo Conselho Diretor do IEA, gostaríamos de realçar que achamos muito estranho que o IEA escreva uma carta levantando sérios questionamentos sobre o funcionamento do GTA, no mesmo dia em que se realizava a Assembléia Geral do GTA em Marabá com a presença de 121 ONGs da Amazônia, sendo que o IEA também sabia da Assembléia e não somente estava convidado a participar, como tinha sido enviada passagem. Mesmo assim preferiu apresentar suas "sugestões" publicamente encaminhando carta a diferentes ONGs do país e também através de carta encaminhada à diretoria do GTA e não enviar

OK

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

Rua Fidalga, 548, sala 13
Vila Madalena - São Paulo - Brasil
CEP 05432

Tel: (011) 813-3450
Fax: (011) 212-3692

NOME : DIRETORIA DO GTA
A/C SECRETARIO EXECUTIVO
ORGANIZAÇÃO: ESPLANADA DOS MINISTERIOS - SEMAM - PR
FAX : (061) 223-6800 2265090

DE : CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA
NOME: : VIRGINIA VALADAO

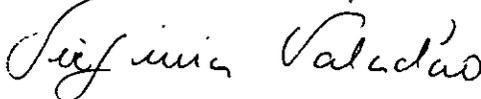
Número total de páginas: 1 esta folha incluída
Data: 05.06.92

Prezados senhores,

Estamos solicitando a doação de uma linha telefônica e de um fax para a sede do Centro de Trabalho Indigenista. Como é do conhecimento de vocês, trabalhamos com perto de doze grupos indígenas nos mais diferentes pontos do país. Entretanto, trabalhamos com um teto fixo de orçamento anual, estipulado pelas agências financiadoras o que nos coloca a seguinte situação: ou cortamos dos índios ou cortamos salários - em caso de novo investimento. Por isso recorremos ao GTA.

Certos da atenção que vocês certamente darão a esta solicitação, nos despedimos

Atenciosamente,



VIRGINIA VALADAO

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Projeto PNUD/BRA/91/018

Projeto UNDP/BRA/91/018

Ficha de Encaminhamento de fax / Fax Cover

DE / FROM: EDUARDO MARTINS

PARA / to: TODOS GTAs / ENTIDADES

FAX:

Número total de páginas, incluindo a de encaminhamento: 01

Total number of pages, including cover

se faltar alguma página ou estiver ilegível, avise para:

if any page is missed or unclear, please contact

Telephone-Fax / Phone-Fax: (061)223-6800

International: 55 61 223 6800

Data / Date: 09 / 07 / 92

Mensagem / Message:

O NOVO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO PAÍS É O EMBAIXADOR FLÁVIO PERRY,

A ATUAL DIREÇÃO DO IBAMA (PRESIDENTE, DIRETORES E ASSESSORES) ESTÃO DEMISSIONÁRIOS, O NOVO SECRETÁRIO DEVE ASSUMIR O IBAMA INTERINA MENTE.

SOLICITO ENVIAR AO NOVO SECRETÁRIO OS COMPRIMENTOS DE PRAXE E ^{UM} PEDIDO DE AUDIÊNCIA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE NOSSO INTERESSE, CUA PAUTA DEFINIRÍAMOS PRÉVIA MENTE (POLÍTICA DA BORDA CMA, PROGRAMA PILOTO, FUNCIONAMENTO DO CNPT, FISCALIZAÇÃO NA AMA ZÔNIA, ETC).

UM ABRAÇO

Eduardo Martins

AX DA SEMAM É
061 226 4345

Secretaria Executiva GTA
Esplanada dos Ministérios - SEMAM/PR
Bloco "B", salas 116/118 Sobreloja
70068-900 - Brasília - DF
Tel/Fax: (061)223-6800

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO NO CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS

ANEXO/RES/CCNAMA/Nº 006/89

I - IDENTIFICAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL _____	TÍTULO _____
ESTRUTURA LEGAL _____	
II - ENDEREÇO	
RUA _____	BAIRRO _____
MUNICÍPIO _____	UF _____
CEP _____	CAIXA-POSTAL _____
III - REGISTRO	
DATA DA FUNDAÇÃO _____	Nº CCN _____
Nº DATA DO REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO _____	
Nº DATA DO REGISTRO DO ESTATUTO _____	
IV - OBJETIVO E FINALIDADE	
V - RESPONSÁVEL(ES) LEGAL(ES) PELA ENTIDADE	
NOME _____	CARGO _____
END. _____	PHONE _____
ASSINATURA _____	DATA _____

ANEXO II

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO NO CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS

ANEXO/RES/CONAMA/Nº 006/87

I - IDENTIFICAÇÃO

- . Colocar o nome completo da Entidade conforme registro legal
- . a sigla (se houver);
- . a estrutura de funcionamento (Presidência, Secretaria Geral, Diretorias, etc.).

II - ENDEREÇO

- . Preencher os campos com as informações pertinentes.

III - REGISTRO

- . Informar os dados solicitados.

IV - OBJETIVO E FINALIDADE

- . Informar sucintamente o objetivo principal e as finalidades da entidade.

V - RESPONSÁVEL LEGAL

- . Informar o nome, endereço e telefone do responsável legal, indicar o cargo (Presidente, Tesoureiro, Diretor, etc.)
- . Assinar e datar.

ANEXO III

RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº 006, de 15 de junho de 1989

Publicada no D.O.U. de 25/08/89, seção 1, Pág. 14.714

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 48 do Dec. 88.351 de 01/06/83 e conforme o disposto no inciso I do § 2º do Artigo 8º do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA, com o objetivo de manter em bancos de dados, registro das Entidades Ambientais não governamentais existentes no país, que tenham por finalidade principal a defesa do meio ambiente.

Art. 2º - A inscrição do CNEA é voluntária e será feita mediante preenchimento do formulário em anexo, enviado à Secretaria-Executiva do CONAMA, através de carta registrada.

Parágrafo Único - Cabe às entidades cadastradas a responsabilidade pelas informações prestadas.

Art. 3º - Compete à Secretaria-Executiva do CONAMA manter as informações em bancos de dados e publicar, anualmente, a relação das entidades cadastradas.

Art. 4º - A Secretaria-Executiva terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para implantar o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA).

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fernando César de Moreira Mesquita

João Alves Filho

ano como tem acontecido em 1990 e 1991.

Companheiro(a) em função de todos os aspectos assinalados, nos permitimos indicar como candidatos para as vagas dos 03 titulares e 03 suplentes a serem escolhidos para o FNMA, dois companheiros do GTA:

Julio Barbosa de Aquino - Líder Seringueiro, Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e do GTA e;

Gutemberg Armando Diniz Guerra, Engenheiro Agrônomo do CAT - Centro Agrário de Tocantins.

Não estamos propondo Chapa completa, pois consideramos que o resto das indicações devem ser complementadas com propostas e articulações de acordo com os interesses regionais.

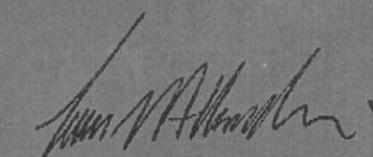
É importante ressaltar que somente as ONGs cadastradas no CNEA poderão votar para o FNMA. Entidades não cadastradas devem enviar suas inscrições por telex, telegrama, fax, carta registrada ou carta protocolada até dia 10 de fevereiro/92 para endereço abaixo, usando formulário em anexo. Entidades cadastradas poderão votar até dia 29 de fevereiro/92 enviando correspondência para o mesmo endereço.

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -SEMAN-PR
EXPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. B, SOBRELOJA
CEP: 70.053 - BRASÍLIA-DF
TELEX: 01-1584 FAX: 061-224-0879

É muito importante a participação de sua entidade no processo de eleição do FNMA. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com Fernando Allegretti no Instituto de Estudos Amazônicos em Brasília Tel (061) 347-9874 Tel/Fax: (061) 273-4187 ou para o FNMA (061) 226-4319, falar com Cláudia.

Gratos pela sua atenção


Juan Carlos Carrasco Rueda
Secretário Executivo GTA


Fernando Allegretti
Coordenador IEA-BSB

Secretaria Executiva
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
SAIN Av. L4, Bloco B, Sl.35 - IBAMA
70800 - Brasília - DF
Tel: (061) 226-5090 Fax: (061) 2264936

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

Rua Fidalga, 548, sala 13
Vila Madalena - São Paulo - Brasil
CEP 05432

Tel: (011) 813-3450
Fax: (011) 813-3450

NOME : GTA / JUAN
ORGANIZAÇÃO: (061) ~~226-4936~~ 223-6800
FAX :
DE : CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA
NOME: :

Número total de páginas: _ esta folha incluída

Data: 04

Juan, eis o texto. Estarei
ai na 2ª feir.

filberto



Assuntos Indígenas

①

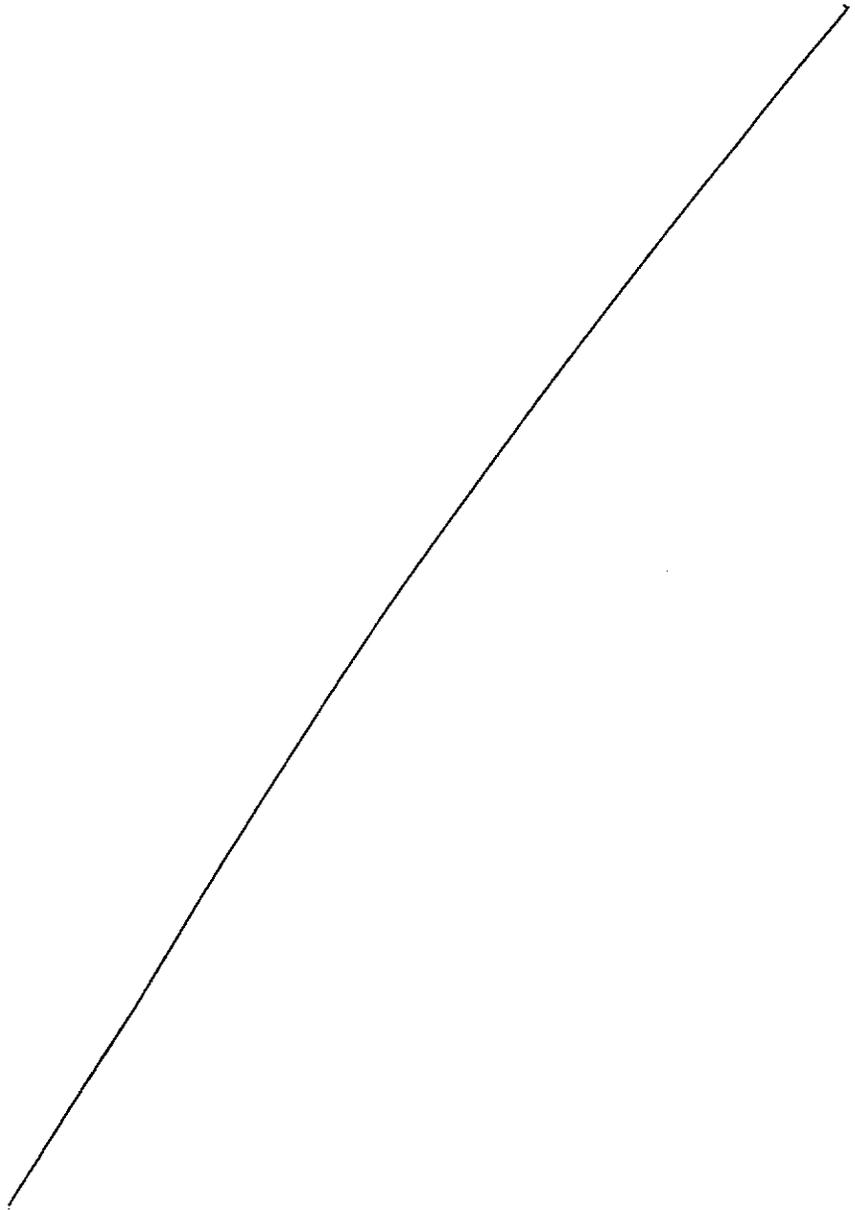
As atitudes recentes da Secretaria de Meio Ambiente são reveladoras do pensamento anti indígena que permeia setores do Governo Federal.

● A exoneração de Jorge Terena pelo Embaixador Flávio Perri; as assistências burocráticas (mal-intencionadas) impostas à aprovação do Projeto Demarcação das Terras Indígenas" do Programa Piloto do G7 (considerado o projeto melhor elaborado pelos técnicos do BIRD e KFW) — assistências essas patrocinadas pelos representantes do MRE e JEAIV na Comissão Coordenadora do Programa Piloto com

amplo apoio do Secretário Ferra; a absoluta falta de resposta do IBAMA aos constantes pedidos da FUNAI, das ONGs e das próprias comunidades e organizações indígenas para que aquele órgão tome medidas para coibir os constantes roubos de madeiras nobres das terras indígenas na Amazônia - ~~entre~~ ^{com} exemplos notórios ~~de~~ do descumprimento das normas constitucionais e do Decreto nº 024/91, decreto que responsabiliza a SEMAM pela proteção do meio ambiente nas terras indígenas. ^{SEMAM.} Por parte da atual direção da SEMAM.

Tudo isso, é nossa opinião que a SEMAM, hoje, se encontra na linha de frente daqueles setores do Governo Federal que resistem a (ou tentam impedir que)

os direitos indigenas assegurados na
constituicaõ ^{sejam} respeitados e efetivados.



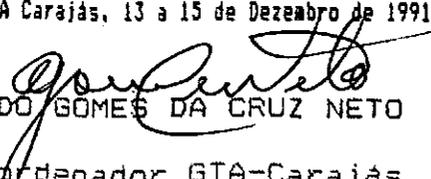
Marabá, 15 de Dezembro de 1991

Senhor Presidente:

Durante os dias 13 a 15 de Dezembro de 1991, em Marabá, em processo de discussão com entidades e pessoas que desenvolvem trabalhos ao longo da Ferrovia Carajás, constituiu-se o Grupo de Trabalho da Amazônia - Carajás, o GTA-Carajás, com a seguinte coordenação: Raimundo Gomes da Cruz Neto, do CEPASP, Gutemberg Armando Diniz Guerra, da FATA/Marabá, João da Costa Nunes, do STR Tucuruí, Paíará, cacique índio Gavião, Armindo Batista Dias, da oposição sindical do STR de Acailândia, Noemi Miyasaka Porro, da ASSEMA, Pedreira, Maranhão, e Marluze Pastor Santos da Associação Agroecológica Tijupá, de São Luis do Maranhão.

Todos os contatos devem ser feitos com o Secretário Executivo Raimundo Gomes da Cruz Neto, à rua Sororó, 129 Novo Horizonte, Marabá, Pará, CEP 68500, Fone: (091)321 1206 e Fax: (091) 321 1680, no horário comercial e Fone: (091)324 1615 à noite.

Através deste ofício estamos solicitando a inclusão deste grupo no GTA, ao tempo em que encaminhamos relatório do Seminário com lista de participantes e endereços, em anexo.



RAIMUNDO GOMES DA CRUZ NETO

Coordenador GTA-Carajás

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE O
PLANO PILOTO PARA A PRESERVA-
ÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO
BRASIL PROMOVIDO PELO GTA-G7.
EM MARABÁ, DE 13 A 15 DE DE-
ZEMBRO DE 1991.

O Seminário contou com a presença de mais de cin-
quenta pessoas, sendo que preencheram lista de presença com
referência de entidade e endereço as que seguem em listagem
anexa. Foi organizado pelo Centro de Estudos, pesquisa e as-
sessoria sindical e popular - CEPASP, com financiamento do
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Na sexta feira, dia 13 de Dezembro, foi aberto o
Seminário com a proposta de encaminhamento que seria o se-
quinte:

- Sábado, pela manhã: apresentação e troca de expe-
riência entre os participantes, em plenário:

- à tarde, 1. análise de conjuntura feita por Júlio
Barbosa de Aquino, tendo como tema **As
Políticas do Governo para a Amazônia
e os movimentos de base:**

2. Gilberto Azanha, do Centro de Trabalho Indige-
nista e Juan Carlos Carrasco Rueda, economista
chileno e Secretário Executivo do Grupo de Tra-
balho da Amazônia, explicariam o Projeto Piloto
para a proteção da Floresta, história e papel da
sociedade civil (O GTA - G7)e

3. Outros programas de Governo para a Amazônia:

- . PNMA - Programa Nacional para o Meio Ambiente
- . FNMA - Fundo Nacional para o Meio Ambiente
- . CNPT - Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado dos Povos Tradicionais.

- Domingo pela manhã; com base nas informações reunidas durante os dias anteriores, dever-se-iam elaborar propostas e encaminhamentos, em grupos seguidos de plenária.

A pauta foi cumprida, com o registro dos seguintes

pontos:

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

- O problema da falta d'água é comum a várias comunidades do Maranhão;
- o preço dos produtos no mercado é sempre irrisório e os agricultores não tem conseguido superar os problemas existentes para melhor remuneração;
- a vida da cidade tem atraído os jovens deixando apenas os mais idosos no campo;
- a política de controle do meio ambiente tem prejudicado os pequenos e omitido os grandes;

ANALISE DE CONJUNTURA

- os benefícios do estado só tem chegado para os grandes (estradas, escolas, postos médicos), favorecendo suas fazendas e currais eleitorais;
- o governo federal não tem apoiado experiências de entidades nacionais o que tem provocado a busca de recursos no exterior;

- os conflitos de terra tem se agravado em diversas áreas:
- os juizes tem emitido mais liminares, enquadrando os trabalhadores em vários artigos, dificultando a ação dos advogados do movimento:
- o Poder Judiciário tem uma tradição de tratar as questões individualmente, o que resulta numa cobertura mínima da demanda social por justiça: a questão da terra e da ecologia são questões coletivas:
- o Poder Executivo tem concentrado poder, escauteando o Legislativo e o Judiciário através da criação de órgãos normativos:
- a internacionalização da economia brasileira permitiu a entrada de produtos estrangeiros mais competitivos, prejudicando setores como o de produção de borracha, de maçã e outros:
- o discurso anti-ecológico atribui a miséria do país ao movimento ecológico e às propostas preservacionistas:
- o surgimento de organizações não governamentais tem ajudado o movimento popular ao apoiar tecnicamente as propostas dos envolvidos e atrapalhado quando não corresponde às verdadeiras aspirações dos trabalhadores, como o discurso de preservação dos "santuários ecológicos", por exemplo:
- a repressão ao movimento social continua sendo feita violentamente. A direção nacional do movimento sindical está confusa propondo aliança com

setores da social democracia e com a burocracia nacional:

O PROJETO PILOTO PARA A PROTEÇÃO DA FLORESTA

Um grupo de aproximadamente 10 organizações não governamentais vinham discutindo na Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República uma política para a Amazônia. No Acre estruturou-se uma representação do GTA. Com o advento dos recursos do Grupo dos Sete países mais ricos do mundo, o G7, o GTA formou-se como um grupo, em Junho/91, em Brasília, composto de uma diretoria com Júlio Barbosa de Aquino na presidência, Juan Carlos Carrasco Rueda na Secretaria Executiva, e outros representantes de Ono's da Amazônia, como Eugênio, de Saúde e Alegria, de Santarém, João Geraldo, do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, e outros.

O Grupo dos Sete é formado pela Alemanha, Itália, Estados Unidos, França, Canadá, Japão e Inglaterra. Estão destinando um bilhão e meio de dólares para serem aplicados na Amazônia, sendo que a primeira parcela será de 240 milhões de dólares.

Os recursos serão aplicados em projetos de dois tipos: os estruturais que terão 85% e serão aplicados pelo Governo e os demonstrativos, que beliscarão 15%, e serão destinados a projetos de entidades não governamentais. Os itens para financiamento e órgãos coordenadores da aplicação ou executores serão os seguintes:

1. Monitoramento ambiental (Secretaria de Assuntos Estratégicos)

2. Controle Ambiental (Secretaria de Assuntos Estratégicos)
3. Apoio Institucional às SEMAS estaduais (Secretarias de Desenvolvimento Regional)
4. Parques e Reservas (Secretaria de Meio Ambiente/PR)
5. Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas (SEMAN/PR)
6. Reservas Indígenas (FUNAI).
7. Pesquisa Direta (Secretaria de Ciência e Tecnologia)
8. Centros de Pesquisa (SC&t)
9. Manejo dos Recursos Naturais (SEMAN/PR)
10. Recuperação de áreas degradadas (SDR, CVRD)
11. Educação ambiental (IBAMA)
12. Projetos demonstrativos (Organizações não governamentais)

A partir da exposição foram levantados diversos questionamentos e feitas as seguintes manifestações:

- Como se credenciar para disputar os recursos?
- A proporção de recursos favorece a burocracia do estado:
- Como os brasileiros vão intervir na aplicação dos recursos?
- Como as ong's podem se fortalecer para gerenciar estes recursos?
- Mais do que gerir os recursos, como interferir na

definição de sua aplicação?

- O que os conceitos do documento do G 7 querem realmente dizer?
- Se os recursos não deveriam ser repudiados pelos trabalhadores por estarem sendo utilizados contra eles?
- Por trás da turma do G 7 tem uma turma de boca de jacaré que favorece o abocanhamento dos recursos. Tentar identificar estas pessoas.
- Elaborar projetos consequentes e municiar as entidades com propostas alternativas
- Como manter as pessoas informadas sobre estes projetos?
- Na Alemanha tem duas críticas fundamentais ao Plano: 1. O Plano é fraco porque não ouviu as Ong's; 2. Não adianta fazer áreas de preservação junto de fábricas e cidades porque as duas coisas são incompatíveis
- Deve-se procurar um jeito de não degradar os solos.
- Quem compõe o GTA e qual o poder dele?

_ O GTA é formado originalmente pelas seguintes entidades: Comitê Intertribal. Fundação Mata Virgem. Associação Brasileira de Antropologia. Funatura. Instituto de Estudos Amazônicos - IEA. Centro de Trabalho Indigenista - CTI. CCPYanomami. União das Nações Indígenas - UNI. Fundação Biodiversitas. Saúde e Alegria. Instituto do Homem e Meio Ambiente. Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica. C.Ticuna-Solimões. Fundação Vitória Amazônica. Conselho Nacional

dos Seringueiros.

RELATORIO DOS GRUPOS

GRUPO 1.

1. Criar um GTA tendo o CEPASP como referencia, e um fórum permanente de entidades;
2. Criar outros núcleos no Pará e Maranhão
3. Objetivos do grupo: - acompanhar o programa
- ter acesso aos projetos produtivos para construir uma proposta de conservação ambiental que contemple a pequena produção; projetos organizativos; implantar programa de educação ambiental e ter acesso a dados e informações.

GRUPO 2.

- Que seja criado um fórum com as entidades existentes na região incluindo STR's, Sindicatos urbanos e a CUT.
- Que seja criado o GTA Carajás tendo como entidade responsável o CEPASP ou a FASE Imperatriz.

GRUPO 3.

- Que seja feita a criação do GTA Regional com a

seguinte composição:

Coordenação do CEFASP. SPDDH (referência de fone e fax). FATA. FASE. MEB. CPT. CENTRU/Maranhão. Associações do Maranhão e Comunidades indígenas.

GRUPO 4.

- Que seja criado o GTA Carajás (Corredor da Ferrovia), de caráter regional com uma pessoa do CEFASP apoiadas por outras entidades, e com um fórum de discussão com representantes das diversas regiões do Pará e Maranhão.

Recomendações: 1) Que os recursos não passem por Ong's que não representem os trabalhadores:

2) Que o GTA continue apoiando-se nas Ong's européias para continuar divulgando a situação do Plano Piloto, denunciando os desvios e até boicotando, se necessário:

3) Que o GTA se manifeste no sentido das Ong's participarem da discussão sobre os 85% dos recursos:

4) Que o GTA Carajás desenvolva esforços no sentido de promover um novo encontro em Abril/92, em Marabá, com o produto dos Seminários que serão promovidos na região norte do país.

GRUPO 5.

- Que seja criado o GTA Carajás com uma coordenação com sete membros assim distribuídos: 1 membro do CEPASP de Marabá (Raimundo Gomes da Cruz Neto), 1 representante da FATA de Marabá (Gutemberg Armando Diniz Guerra), 1 representante do STR de Tucuruí (João Nunes), 1 representante da comunidade indígena dos Gaviões da Montanha (Pavaré), 1 representante da oposição sindical do STR de Acailândia (Armando Batista Dias), 1 do Médio Mearim (Noemi Mivasaka Porro) e 1 de São Luis (Marluze Pastor Santos). A Secretaria Executiva ficará a cargo de Raimundo Gomes da Cruz Neto do CEPASP, Marabá.

- O GTA Carajás deverá ser formado de todas as entidades presentes mais aquelas que foram chamadas a participar;

- O GTA deve envidar esforços para realizar seminário semelhante no Maranhão.

CONCLUSÃO

Foi criado o Grupo de Trabalho Carajás conforme relatado na proposta do grupo de número 5.

Deverá ser elaborado relatório do encontro e encaminhado a todos os seus participantes.

A convocação desta reunião se deu dentro de condições anormais de tempo, em virtude da liberação do recurso ser feita de última hora, o que implicou no prejuízo da ausência de várias entidades.

Será estimulada a ocorrência de Seminário semelhan-

te no Meio Tocantins.

O fórum permanente, também criado por ocasião do seminário, deverá discutir assuntos que vão além da proposta do GTA.

AVALIAÇÃO

A avaliação do encontro foi positiva pela qualidade e quantidade de informações nele veiculada, estando as entidades alertadas para o fato de que a disputa por recursos não implica necessariamente na sua alocação conforme solicitam as entidades.

Entidades urbanas manifestaram a importância de também participarem desta natureza de discussão com trabalhadores rurais que demonstraram grande capacidade de articulação.

Considerou-se muito importante a vinda de pessoas de Brasília, bem informadas e com a capacidade de transmitir claramente as informações.

Valorizar eventos desta natureza é importante, desde que permitam a reflexão e o crescimento das pessoas. O recurso é importante mas a organização e consciência são os ingredientes a serem perseguidos nestes eventos.

NOME DOS PARTICIPANTES DO SEMINARIO REALIZADO EM MARABA DE 1
3 A 15 DE DEZEMBRO DE 1991 COM O GRUPO DE TRABALHO DA AMAZON
IA - GTA/67.

NOME	ENDEREÇO	ENTIDADE	CIDADE	UF FONE	FAX	CEP
ROSA DE FATIMA CORREA	R. 5 DE ABRIL 498	SPDDH	MARABA	PA (091)3211206	(091)3211680	68500
ROSA MARQUES DOS SANTOS	R.7 DE SETEMBRO.574	ASS. DONAS DE CASA	ACAILANDIA	MA		
SIDNEY PEREIRA DE SOUZA						
SINVAL CANDIDO SILVA	TV. 13 DE MAIO 208	CPT	MARABA	PA (091)3211461		68500
VALDIR DE SACOTIN	MOTOR QUEIMADO	STR ELBORADO	ELDORADO	PA		

NOME DOS PARTICIPANTES DO SEMINARIO REALIZADO EM MARABA DE 1
3 A 15 DE DEZEMBRO DE 1991 COM O GRUPO DE TRABALHO DA AMAZON
IA - GTA/G7.

NOME	ENDEREÇO	ENTIDADE	CIDADE	UF	FONE	FAX	CEP
AEANA PRARPRAMRE	PA 70 KM 30	RESERVA MAE MARIA	MARABA	PA			68500
AFONSO F. DE SOUZA	COMUNIDADE SAO MIGUEL		ACAILANDIA	MA			
ANNA FANZERES		GREEN PEAC	R.JANEIRO	RJ	(021)2401690		
ANTONIO LOURENCO		STR PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	PA			
ANTONIO LUCIO C. CRISTO	RUA 5 DE ABRIL 498	SPDDH	MARABA	PA	(091)3211206	(091)3211680	68500
ARLINDO TEOFILO DOS SANTO	R.7 DE SETEMBRO 574	STR ACAILANDIA	ACAILANDIA	MA			
ARMINDO BATISTA DIAS	RUA BOM FUTURO, 560		ACAILANDIA	MA			
ARNALDO DELCIDIO FERREIRA	RUA KAO, 118	STR ELDORADO	ELDORADO	PA			68504
ATANAGILDO DE DEUS MATOS	RUA S.LUIZ.155 NOVO HORIZONTE	CONS.NAC.SERINGUEIRO	MARABA	PA	(091)3211206	(091)3211680	68500
DEMERVAL BENTO DA SILVA	RUA CASTANHEIRA, S/N	SINTRASF/MARABA	MARABA	PA			68500
EMMANUEL WAMBERGUE	C.POSTAL 103	CAT/FATA	MARABA	PA	(091)3241734		68500
ERNESTINO DA S. FONSECA	C.POSTAL 103	SAGRI/CAT/ODA	MARABA	PA			68500
FRANCISCO ANTONIO SILVA		STR PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	PA			
FRANCISCO F.CARVALHO	R. 7 DE JUNHO 1462	STR MARABA	MARABA	PA			68500
GILBERTO AZANHA	RUA FIDALGA,54B S/13	C.TRAB.INDIGENISTA	SAO PAULO	SP	(011)8133450		05432
GILBERTO DE SOUSA E SILVA	R. 7 DE JUNHO, 937 CENTRO	CEPASP	MARABA	PA			68500
GUTEMBERG A.D.GUERRA	C.POSTAL 103	CAT/FATA	MARABA	PA	(091)3241734	(091)3221168	68500
HENNING REETZ	C.POSTAL 2051	CESE/PAO PARA MUNDO	BELEM	PA	(091)2352515	(091)2352515	66000
HUBERT DEN TANDT	CP 251 CIDADE NOVA	IICA	MARABA	PA	(091)3241478		68500
JAIDE MARIA DAS G.BARREIR	RUA S.LUIZ 155 N.HORIZONTE	SINTEPP	MARABA	PA			68500
JOAO EVANGELISTA ALVES	RUA 7 DE JUNHO 1462	STR MARABA	MARABA	PA	(091)3211460		68500
JOAO DA COSTA NUNES	7 DE SETEMBRO, 125 CENTRO	STR TUCURUI	TUCURUI	PA	(091)7871789		
JOAQUIM LOPES DOS REIS		STR DE PARAUAPEBAS	PARAUAPEBAS	PA			
JORGE LUIZ C. MAGALHAES	AV. CUIABA, 146 B.HORIZONTE	SAGRI	MARABA	PA			68500
JORGE LUIZ NERI	RUA SORDRO	CEPASP	MARABA	PA			68500
JOSE HEDER BENATTI	TV.BARAO DO TRIUNFO 2129	SPDDH	BELEM	PA	(091)2254677	(091)2254677	68500
JOSE HILDES DE SOUSA	COMUNIDADE SAO JOSE KM 100		ELDORADO	PA			
JOSE ORLANDO		STR ITUPIRANGA	ITUPIRANGA	PA			68580
JOVITA AGUIAR DEN TANDT	R.5 DE ABRIL 445 PIONEIRA		MARABA	PA	(091)3211834		68500
JUAN CARLOS CARRASCO RUED	ESP.MINIST. BL B 50.and.S/509	SEMAN/GTA-G7	BRASILIA	DF	(061)2265090		70053
JUDAH JAMES MAIA BARBOSA	C.POSTAL 251 (INCRA)	IICA	MARABA	PA	(091)3241478		
JULIA MARIA FURTADO	RUA 7 DE JUNHO 937	SINTEPP	MARABA	PA			68500
JULIO BARBOSA DE AQUINO	C.POSTAL 424	CON.NAC.SERINGUEIROS	RIO BRANCO	AC	(068)2239063	(068)2243622	69900
KIRE KUKAWRIWRE	KM 30 PA 70	RESERVA MAE MARIA	MARABA	PA			68500
LUIZ GONZAGA SANTOS	KM 100 ACAILANDIA		ACAILANDIA	MA			
MANOEL MONTEIRO SANTOS	R. 5 DE ABRIL, 498	CUT/SUDESTE DO PARA	ITUPIRANGA	PA	(091)3221206	(091)3221680	68500
MARLUZE PASTOR SANTOS	RUA DE SANTO ANTONIO 266	ASS. AGROECD. TIJUPA SAO LUIZ	SAO LUIZ	MA	222 3355		65020
Ma.NAZARE ANGELO MENEZES	C.POSTAL 103	IICA	MARABA	PA	091 324 1478	091 322 1168	68500
Ma.NAZARE RIBEIRO SILVA	R. 7 DE SETEMBRO.639	COOP. AGRICOLA MISTA	ACAILANDIA	MA			
NAGIBE ALVES DA ROCHA	F 27 B 07 LOTE 07	FASE	MARABA	PA	(091)3221491		68500
NILZA SERAFIM DE JESUS	CORREGO DO ACAI						
NOEMI MIYASAKA PORRO	RUA DAS LARANJEIRAS 1436	ASSEMA	PEDREIRA	MA	(098)6422061	(098)6422061	
OLIVIER TOPAL	CPOSTAL 95	CAT/LASAT	MARABA	PA			68500
PAYARE	KM 30 PA 70	RESERVA MAE MARIA	MARABA	PA			
RAINUNDO BARBOSA	CASTANHAL ARARAS	C.AGRICOLA	S JOAO ARAGUAIA	PA			68510
RAINUNDO GOMES CRUZ NETO	RUA SORDRO 129 NOVO HORIZONTE	CEPASP	MARABA	PA	(091)3241615		68500
RAINUNDO NONATO ANDRADE	MOTOR QUEIMADO	STR ELDORADO	ELDORADO	PA			
RAINUNDO NONATO GOMES	CASTANHAL ARARAS	CAIXA AGRICOLA	S.JOAO ARAGUAIA	PA			68510
RENATA ROUBACH	C.POSTAL 95		MARABA	PA			68500

COOPERAÇÃO BRASIL ALEMANHA

Novembro/1991

ÍNDICE

A) APOIO AO MANEJO SUSTENTADO E ECOLOGICAMENTE COMPATÍVEL DE FLORESTAS NACIONAIS E RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA	1
1. Apoio ao Desenvolvimento Sustentado das Comunidades Ribeirinhas. - Continuidade do Projeto Saúde e Alegria	1
2. Floresta Nacional do Amapá	12
3. Ecodesenvolvimento/Acre	16
3.1. Adensamento de Seringueiras em Áreas dos "Projetos de Assentamento Extrativistas - PAE's - São Luis do Remanso e Cachoeira (AC)"	16
3.2. Implantação de Unidades Piloto para o Beneficiamento de Látex e Castanha.	19
B) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL NA AMAZÔNIA	22
1. Zoneamento agroecológico e sócio-econômico aplicado as áreas piloto do Programa de Eco Desenvolvimento do Estado do Acre.	22
2. Agroecologia - Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA) - Ponta do Abumá	25
3. Ecodesenvolvimento/Acre	31
3.1. Projeto Piloto de Educação Ambiental na Floresta Estadual do Antimari.	31
3.2. Educação Ambiental Rural	35
3.3. Curso de Introdução às Ciências Florestais	38
3.4. Validação de Tecnologia em Exploração e Manejo Florestal no Estado do Acre.	40
3.5. Unidades Demonstrativas para Treinamento em Sistemas Agroflorestais de Pequenos Produtores Rurais: Seringueiros e Colonos.	43
3.6. Sistema Agroflorestal para Controle de Queimadas e Recuperação de Áreas Degradadas	46
C) MONTAGEM DE UMA ESTRUTURA EFICAZ DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DO IBAMA, NA AMAZÔNIA	50
1. Implantação de Sistema Integrado de Rádio-Comunicação/IBAMA	50
2. Ecodesenvolvimento	61
2.1. Implantação do Sistema Estadual de Licenciamento e Monitoramento Ambiental- SELMAPI.	61
2.2. Monitoramento de Cobertura Florestal do Estado do Acre - Uso Atual da Terra.	64
D) IMPLEMENTAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TRÓPICO ÚMIDO	67
1. Proteção às Populações Indígenas em Áreas de Interface com Unidade de Conservação ...	67
E) APOIO À PESQUISA APLICADA EM MATÉRIA DE FLORESTAS TROPICAIS	71
1. Exploração Sustentável de Recursos Madeiros e Mercado Explorador em Rondônia ...	71
2. Ecodesenvolvimento do Acre	75
2.1. Determinação de Perdas de Solo e Água em Diferentes Condições de Solo e Manejo em Rio Branco - AC	75
2.2. Dinâmica de Nutrientes em Três Solos Submetidos à Agricultura Migratória, no Estado do Acre.	77
2.3. Implantação de Banco Ativo de Germoplasma de Castanha do Brasil.	79
2.4. Implantação de um Banco Ativo de Germoplasma e Formação de Clones de Urucum para Introdução em Sistemas Agroflorestais no Estado do Acre. ...	81
2.5. Ampliação do Herbário e da Xiloteca da Fundação do Estado do Acre - FUNTAC.	84

I. INTRODUÇÃO

O documento apresentado a seguir expõe sumariamente os 22 projetos que o Governo Brasileiro submete ao KfW, no contexto das Consultas Intergovernamentais Teuto-Brasileiras. Estes projetos substituem os 19 pré-projetos, encaminhados anteriormente pelo DEAIN.

Os projetos e subprojetos estão organizados na seguinte sequência:

A. Apoio ao Manejo Sustentado e Ecologicamente Compatível de Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas na Amazônia (3 projetos, dos quais um foi desdobrado em dois subprojetos).

B. Programa de Desenvolvimento Agroflorestal na Amazônia (3 projetos, dos quais um foi desdobrado em 6 subprojetos).

C. Montagem de uma Estrutura Eficaz de Fiscalização e Vigilância do IBAMA na Amazônia (2 projetos, dos quais um foi desdobrado em dois subprojetos).

D. Implementação e Manejo de Unidades de Conservação no Trópico Úmido (1 só projeto).

E. Apoio a Pesquisa Aplicada em Matéria de Florestas Tropicais (2 projetos, dos quais um foi desdobrado em cinco subprojetos).

Convém observar que do conjunto dos projetos/subprojetos apresentados, dois deles envolvem o IBAMA (Floresta do Amapá e Sistema Integrado de Rádio Comunicação), um a FUNAI (Interfaces entre Unidades de Conservação e Áreas Indígenas); três as ONG's (Apoio ao Desenvolvimento Sustentável nas Várzeas Amazônicas; Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado; Exploração Sustentável de Recursos Madeireiros e Mercado Exportador).

Os dezesseis projetos restantes integram o Programa Básico para Implantação do Ecodesenvolvimento no Estado do Acre - Amazônia Ocidental. Embora estes projetos sejam propostos separadamente, obedecendo a sequência temática geral do documento, devem ser analisados no seu conjunto em função da complementariedade existente entre eles.

Finalmente, convém salientar que a maioria dos projetos está sendo apresentada de forma sintética. Com o andamento das Consultas Intergovernamentais, Teuto-Brasileiras, poderão ser detalhados a curto prazo. O caráter sumário desses projetos é portanto proposital, visando alimentar a presente fase de negociação. Só serão objeto de detalhamento aqueles que contarem com a aprovação dos Governos Alemão e Brasileiro.

A) APOIO AO MANEJO SUSTENTADO E ECOLOGICAMENTE COMPATÍVEL DE FLORESTAS NACIONAIS E RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

1. Apoio ao Desenvolvimento Sustentado das Comunidades Ribeirinhas. - Continuidade do Projeto Saúde e Alegria

a) Localização

Região de Várzeas do Baixo Amazonas Paraense e Tapajós. Município de Santarém.

b) Justificativa

O Projeto Saúde e Alegria é uma proposta que visa o desenvolvimento integrado, abrangendo áreas de saúde, educação e desenvolvimento da produção rural.

O órgão autor e executor do Projeto Saúde e Alegria é o CEAPS - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL, uma organização não governamental, sem finalidades lucrativas, fundada em 1985, com escritório central no Rio de Janeiro e sede em Santarém, na Amazônia.

Em agosto de 1987, foi aprovado pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - a concessão de colaboração financeira não reembolsável para a execução da primeira etapa do Projeto (janeiro de 1988/dezembro de 1990). Os recursos do FINSOCIAL foram alocados, no valor de Cr\$ 52.476.000,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil cruzeiros), correspondente a aproximadamente US\$ 1,440,783.

O Projeto Saúde e Alegria na oportunidade foi organizado em 6 áreas: Núcleo de Educação, Núcleo de Artes, Núcleo de Comunicação e Documentação, Centro de Informação e Pesquisa, Núcleo de Produção Rural e Meio Ambiente e Núcleo de Administração e Apoio, cujas ações foram desenvolvidas nas regiões de várzeas do Baixo Amazonas Paraense e do Tapajós.

Durante esse período, o trabalho foi desenvolvido sob condições precárias, em função da enorme demanda, dos baixos salários e dos recursos humanos insuficientes e rotativos. No entanto, a identificação ideológica da equipe com o Projeto Saúde e Alegria superou esses problemas garantindo a integridade da proposta, como um todo.

Dada a sua grande identidade popular, é importante a continuidade das ações desenvolvidas nas etapas anteriores - 1988 a 1990, uma vez que as comunidades reivindicam a ampliação e a melhoria dessas ações.

As características das duas regiões são:

Região de Várzeas do Baixo Amazonas Paraense.

A área banhada pelo rio Amazonas (VÁRZEAS) é formada por inúmeras ilhas, lagos e canais. O sistema das águas é determinante das atividades econômicas desenvolvidas, bem como das condições sanitárias.

A região tem como base produtiva as atividades de pesca artesanal e pecuária extensiva, uma vez que a cultura da juta, outrora de grande importância, é hoje inexpressiva. O mesmo pode-se dizer dos recursos madeireiros há muito esgotados.

A ação direta do rio Amazonas e seu ciclo de cheia, de dezembro a junho, e vazante, de julho a novembro tem influência capital na sazonalidade da produção.

No período de vazante existe abundância de pescado, gerando uma oferta elevada e, conseqüentemente, preços baixos. Esta abundância está diretamente ligada à administração dos chamados "lagos de salga", local onde a população "armazena" o pescado durante a época cheia, principalmente o Pirarucú e o Tracajá. São justamente os "lagos de salga" que têm gerado conflitos entre as comunidades na disputa pelo seu controle, e pelo órgão de fiscalização.

É também durante a vazante que a pecuária se instala na Várzea, aproveitando o potencial forrageiro dos "murizais" que aparecem nos campos fertilizados pela inundação do ano anterior. Este aspecto é relevante pois a atividade pecuária limita a grande potencialidade agrícola das Várzeas e seus aluviões. Outro ponto de destaque é a ação predatória que os bubalinos exercem sobre os abrigos de peixes, segundo depoimento de pescadores locais.

Outro aspecto relevante no contexto local é o que se refere as condições sanitárias e nutricionais. Na época das cheias as "palafitas" por vezes se encontram totalmente inundadas obrigando a população a abandonar a área temporariamente. A este quadro se alia a baixa disponibilidade de alimentos nesta época. Atualmente, os surtos de cólera no Alto Amazonas se apresentam como um problema a mais, tornando a população da Várzea, alvo fácil surtos epidemiológicos.

Nesse contexto cabe ressaltar alguns atores sociais envolvidos nas ações do projeto, bem como suas relações:

- Pescador Artesanal segmento que compreende a maioria da população de Várzea, grupo alvo deste trabalho.
- Patrões de pesca (geleiros) segmento da população que compra o pescado, revendendo-o nos mercados locais e frigoríficos.
- Pequenos Criadores de gado ribeirinhos que conseguiram adquirir algumas cabeças de gado, muitas vezes pescadores bem sucedidos, ou mesmo patrões de pesca.
- Pequenos Agricultores segmento que se dedica ao cultivo, principalmente da melancia e do melão, oferecidos nos mercados locais. Essa atividade ilustra as potencialidades agrícolas da Várzea.
- Pecuáristas (Grande Fazendeiro) proprietários da maioria dos bovinos e bubalinos na Várzea.
- Taberneiros donos de pequenos comércios nas comunidades; acumulam a compra de pescado e outros produtos, muitas vezes em sistema de troca.
- Marreteiros donos de embarcações que circulam na região trocando produtos com taberneiros e pescadores; abastecem as comunidades com produtos oriundos da cidade.

O entendimento das relações entre esses e outros segmentos, permeadas por um processo de "erosão cultural" é de grande importância para a orientação de ações a serem conduzidas. O homem ribeirinho deve estar organizado e fortalecido culturalmente tendo em vista as transformações necessárias à melhoria de sua condição social e econômica, garantindo a sustentabilidade dos recursos disponíveis.

Região do Tapajós:

A região está localizada em área de terra firme onde o Tapajós que é um rio de águas claras, se apresenta com grande turbidez, em conseqüência da atividade garimpeira no Alto Tapajós.

Nesta região o CEAPS/PSA atua junto a sete comunidades, sendo uma na margem esquerda e as outras seis na margem direita, estas últimas situadas dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Além da região ter grandes diferenças fisiográficas em relação a da Várzea do Amazonas, suas comunidades apresentam um estágio mais avançado de desenvolvimento e mobilização, resultado das ações empreendidas pelo P.S.A. Neste momento o Projeto dá início a fase de incremento à produção. Esta fase está encabeçada pelo chamado projeto Floresta Tropical Úmida, que tem por objetivo a intermediação das relações das comunidades situadas dentro desta floresta nacional com a direção da Flona, para a remoção dos conflitos existentes. No período compreendido, entre 1988 e 1989, trabalhou-se no sentido de amenizar esta relação que se encontrava próxima de conflito. Sensibilizou-se a direção da Flona dando início ao diálogo comunidade x Direção da Flona. A primeira constituiu uma comissão, composta por várias lideranças, para representar seus interesses.

A Flona Tapajós é a única unidade de uso direto onde a comunidade está mobilizada, pronta a implantar as ações de fomento à produção sustentada e desenvolver unidades demonstrativas de pesquisa, ligada diretamente às necessidades reais da população.

A difusão de tecnologia adaptada, através da demonstração e expansão de práticas alternativas, irá gradativamente estruturar as bases de continuidade, a médio prazo, para auto-sustentação do programa.

c) Objetivos e Metas

Região Várzea do Baixo Amazonas Paraense.

Gerais

- Dar continuidade ao Projeto Saúde e Alegria.
- Consolidar a base organizacional local para o desenvolvimento de ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento sustentado da produção.
- Interagir com outros projetos de instituições governamentais, ONG's e organizações populares visando a troca de experiências e subsídios, sistematização e análise de dados. (Projeto IARA, AMAZON, IBAMA e Colônia Z-20).
- Desenvolver ações na área de educação formal e informal visando a administração de recursos ambientais e educação sanitária.
- Desenvolver ações na área de saúde primária, saúde materno-infantil, combate à desnutrição, combate e monitoramento de surtos epidemiológicos, tratamento de água e efluentes domésticos.
- Sistematizar e intercambiar experiências de organização e mobilização.
- Entender o universo local a partir da ótica comunitária e compreender os conflitos locais.
- Elaborar diagnóstico participativo, como instrumento de conscientização e fortalecimento organizacional.
- Assessorar juridicamente a regulamentação fundiária.
- Fomentar a produção pesqueira por meio do desenvolvimento de formas de armazenagem e de instrumentalização adequada, visando a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Específicos:

Setor de Educação:

- Ampliar o nível de conhecimentos formais e universais da população.
- Resgatar a cultura e identidade local.
- Transformar a escola em um centro gerador de conhecimento, de aprendizado de pesquisa participativa e de resgate cultural, integrando-a à comunidade como difusora de educação popular.

Setor de Saúde:

- Dar continuidade ao processo de educação em saúde iniciado nas etapas anteriores do Projeto Saúde e Alegria.
- Atuar na área de higiene e saneamento.
- Atuar na área de desnutrição.
- Atuar na área de saúde integral da mulher e da criança.

Controle Epidemiológico:

- Atuar na área de saúde oral.
- Atender às ocorrências e monitorar os indicadores de Saúde (diagnóstico participativo).
- Formar monitores de saúde como elementos multiplicadores.

Setor de Desenvolvimento da Produção Rural:

- Normatizar as condutas entre comunidades com relação à administração dos lagos de salga e os recursos pesqueiros.
- Equacionar a problemática da pesca artesanal e a sustentabilidade de seus recursos.
- Desenvolver formas de organização e mobilização dos pescadores, para posterior fomento à tecnologia de produção.
- Minimizar o impacto da sazonalidade na disponibilidade de alimentos por meio do desenvolvimento de técnicas de armazenagem e conservação de pescado ("Piracuf, salga, defumagem e fábrica de gelo).
- Instalar unidades demonstrativas para a difusão de técnica de irrigação na várzea para fomento à produção agrícola.
- Melhorar as técnicas de manejo zootécnico utilizada pelos pequenos criadores de várzea.

Região do Tapajós

Objetivos Gerais

- Dar continuidade ao programa Floresta Tropical Úmida (Flona Tapajós).
- Consolidar a Comissão Mista da Flona Tapajós.
- Manejar a floresta de terra firme.
- Manejar a fauna silvestre, visando sua conservação e utilização não predatória.
- Desenvolver metodologia para avaliação dos recursos de fauna.
- Desenvolver sistema agrosilviculturais autosustentáveis.
- Fomentar a produção de alimentos durante os estágios iniciais dos sistemas silviculturais.
- Intercambiar com outras instituições, experiências em agrosilvicultura tropical.

Objetivos Específicos

- Dar apoio logístico e assessoria jurídica para o andamento dos trabalhos da Comissão Mista da Flona Tapajós.
- Dar utilização sustentada aos recursos extrativos não madeireiros, na área das comunidades que margeam a Flona Tapajós.
- Interagir com o IBAMA, a EMBRAPA e organizações populares para o desenvolvimento de técnicas agrosilviculturais na Flona Tapajós.
- Aumentar a oferta de alimentos para as populações locais.
- Implantar unidade demonstrativa de agrosilvicultura e base física.

- Resgatar técnicas utilizadas pela população local e desenvolver aquelas adaptadas ao manejo de recursos biológicos.
- Reverter para a população local os benefícios da exploração sustentada em área de unidades de conservação de uso direto.
- Gerenciar recursos de fauna.
- Capacitar a população local como agentes de notificação, aumentando a fiscalização de maneira eficiente, a baixo custo.
- Normatizar a utilização dos recursos de fauna e flora na região da Flona Tapajós.

Metas

Metas para a região de Várzea do Baixo Amazonas Paraense

- Atendimento a saúde primária em 06 comunidades de Várzea (aproximadamente 800 famílias).
- Reciclagem de 08 professores primários das comunidades de Várzea.
- Implantação de 03 unidades demonstrativas de Agricultura de Várzea.
- Implementação de 03 unidades de manejo de lagos de salga e 1 unidade de manejo de capivaras (Serra do Itiqui).
- Produção de 2 manuais:

Manual de normas e condutas de pesca na Várzea e administração de lago de salga.
Manual de produção agrícola adaptada.

Metas para a região da Floresta Úmida.

- Instalação de 06 viveiros para a produção de mudas (20000 cada) sendo 2000 mudas para cada produtor.
- Montagem de 06 unidades demonstrativas de agrosilvicultura.
- Montagem de 01 base física do Projeto Saúde e Alegria no Tapajós.
- Capacitação e treinamento de 500 produtores.
- Conclusão do levantamento frutícola e essências atrativas à caça (em andamento).
- Treinamento da Comissão notificadora.
- Formação e organização da associação das comunidades da Flona Tapajós.
- Elaboração de 01 manual de agrosilvicultura e 01 manual de normas e condutas de caça e exploração de recursos extrativos não madeireiros.

d) Beneficiários

- 2000 famílias das regiões do Baixo Amazonas Paraense e Tapajós.
- Instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais interessadas em troca de metodologia e abordagem na área de desenvolvimento sustentado.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

Ações Previstas

As ações previstas obedecem aos modelos desenvolvidos pelo projeto Saúde e Alegria nas suas áreas de trabalho.

- Sua característica principal é a discussão e o planejamento participativo, onde as comunidades envolvidas são co-autoras das propostas/ações.

Estão previstas, nas seguintes áreas:

Na área de Saúde:

- Reciclagem de Agentes de Saúde.
- Higiene e Saneamento.
- Controle Epidemiológico.
- Saúde Materno Infantil.
- Saúde da Mulher.
- Saúde Oral. (Profilática e preventiva).
- Planejamento Familiar, e outras.

Na área de Educação:

- Educação Formal, reciclagem de professores e supervisores municipais e estaduais.
- Adaptação de Currículos
- Oficina de Vivência.
- Arte e Educação.
- Escola de Circo.
- Adaptação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Desenvolvimento da temática Escola/Comunidade.
- Educação Informal (oficinas de Vivência).
- Educação Popular.
- Resgate Cultural e Folclore.

Na área de Desenvolvimento da Produção:

- Produção Agrícola.
- Desenvolvimento de Sistemas Sustentados.
- Desenvolvimento de Formas Cooperativas.
- Estudos de Mercado.
- Agrosilvicultura.
- Desenvolvimento da Pesca.
- Intercâmbio de Produtos entre Comunidades.
- Fruticultura Tropical.
- Indústria Doméstica.
- Formas de Armazenamento.
- Desenvolvimento de Tecnologia Adaptada.

O projeto está desenhado para 3 anos e 3 meses subdividido em 6 etapas semestrais.

Etapa I

- Montagem e ampliação da estrutura básica e início dos programas específicos e planejamento participativo na Várzea do Baixo Amazonas Paraense e Floresta Nacional do Tapajós.
- Definição dos papéis institucionais.

Etapa II

- Implementação dos programas específica através da ampliação de recursos humanos; zoneamento e eleição das áreas; reciclagem e ampliação do grupo de monitores de saúde; início da reciclagem de professores; e, estudos jurídicos.

ETAPA III

- Montagem das Unidades Demonstrativas quando deverão ser realizados os seguintes estudos: reaplicação do diagnóstico participativo; estudos de mercado; desenvolvimento das formas associativistas; e pesquisas botânicas.

ETAPA IV

- Desenvolvimento e consolidação dos programas envolvendo: ajustes segundo o diagnóstico e o seminário de avaliação; capacitação dos Monitores de Saúde; edição dos primeiros manuais (edição preliminar).

ETAPA V

- Revisão global da experiência e sistematização dos modelos.

ETAPA VI

- Difusão dos mecanismos de gestão comunitária envolvendo: publicação das experiências; e, estudos para adaptação à nível nacional e para toda a Amazônia.

Mecanismos de execução.

O Projeto Saúde e Alegria conta com os núcleos de apoio, de Comunicação e o CIP - Centro de Informações e Pesquisa. Estes dão suporte e apoio às ações planejadas.

Os instrumentos e mecanismos utilizados pelo Projeto Saúde e Alegria vão desde cursos de capacitação para técnicos, comunidades e instituições, passam por campanhas de vacinação, por atendimento médico e odontológico, por montagem de unidades demonstrativas, por coleta de material para análises clínicas e veterinária, por viagens de campo, até consultorias, reuniões e seminários de avaliação, e, ainda, apresentações teatrais do Circo Mocarongo de Saúde e Alegria. Os conteúdos abordados nestas apresentações são traduzidos para a linguagem universal de circo e garantem um caráter lúdico ao processo de aprendizagem.

f) Mutuário

Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

g) Executor

Responsável pela execução do projeto, o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social (CEAPS) é uma organização governamental.

O CEAPS mantém convênio técnico-científico com a UFPA - Universidade Federal do Pará e com a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente, está em entendimentos com o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para consultoria e pesquisa na área materno-infantil. Na área de desenvolvimento da produção rural e meio ambiente deverão ser envolvidos: a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o CPATU - Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido, o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a REBRAAF - Rede Brasileira Agroflorestal.

Possui um escritório central localizado no Rio de Janeiro e uma sede regional localizada em Santarém.

O escritório central conta com logística básica de escritório informatizado, integrado a rede ALTERNEX.

Em Santarém estão lotados os demais núcleos que hoje contam com 13 pessoas sendo 4 de nível superior, 2 médios, 1 veterinário e 1 enfermeira; 6 pessoas de nível técnico, entre técnicos agrícolas, operador de áudio-vídeo, programador e artista cênico. Os demais são auxiliares de escritório e serviços gerais.

Também a sede regional de Santarém, em escritório alugado, possui um microcomputador integrado a rede ALTERNEX, material de escritório e uma Pick-Up Ford.

h) Prazo de Execução do Cronograma

O projeto será desenvolvido em 3 anos e 3 meses.

ATIVIDADES	MÉS/ANO			
	3 MESES	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ETAPA 1 Montagem e ampliação de estrutura básica e início de programa específicos				
ETAPA 2 Implementação dos programas específicos				
ETAPA 3 Montagem de unidades demonstrativas/estudos				
ETAPA 4 Desenvolvimento e consolidação dos programas				
ETAPA 5 revisão global				
ETAPA 6 Difusão dos mecanismos de gestão comunitária				

i) Orçamento

Em anexo.

j) Análise de Impactos Previsíveis

- Extensão das ações do projeto a outros segmentos da comunidade.
- Maior interação institucional.
- Aumento da capacidade difusora via unidades demonstrativas.
- Aumento da renda familiar a médio e longo prazos.
- Cogestão comunitária e autosuficiência do Projeto Saúde e Alegria.
- Administração popular dos recursos ambientais.

k) Experiências Anteriores

O Projeto Saúde e Alegria vem atuando na área do Baixo Amazonas Paraense e Tapajós há 3 anos.

É uma proposta que parte das necessidades mais prementes, levantadas pelos próprios moradores, procurando desenvolver soluções simples, regionalizadas e eficazes.

A Educação Ambiental é a linha mestra de todo processo, procurando dar ao homem instrumentos e consciência de si e de seu ambiente.

A equipe se apresenta como um pequeno Circo, o Circo Mocarongo de Saúde e Alegria (mocarongo é quem nasce em Santarém).

Durante as visitas, são desenvolvidas atividades amplas de caráter educativo, procurando envolver o maior número de pessoas de todos os grupos e faixas etárias. Assim, os dias são repletos e mobilizam grande contingente de moradores.

O Circo é apresentado à noite, nos barracões comunitários, contando com grande participação. É um espetáculo mambembe representando a vida e os personagens locais nos seus trabalhos diários e problemas comunitários, através de esquetes educativos, além de danças, músicas, folclore. Todos se tornam artistas: mães, crianças, jovens e produtores.

A arte, de um modo geral, e o Circo têm sido a maior forma de expressão de todo o Projeto e são os principais instrumentos de educação, participação e interação com as comunidades.

A saúde aparece sempre como a principal reivindicação dos moradores, sendo realmente uma demanda emergencial. Tem sido a principal vertente do Projeto, por onde se desencadeiam as demais ações. Sua promoção efetiva está condicionada ao desenvolvimento global, econômico, social, cultural e ambiental das comunidades.

Trabalha-se com o instrumento do Diagnóstico Participativo, monitorando os principais indicadores sociais, elegendo sempre os mais simples e objetivos, que possam ser compreendidos pelos moradores, permitindo, desta forma, o acompanhamento contínuo, em bases técnicas, dos impactos e a real participação da população na avaliação e no planejamento das ações.

A implantação do Projeto respeita seis etapas gradativas e complementares, de acordo com os grandes temas e tarefas a serem enfrentadas. Em cada uma delas, procura-se associar treinamento de recursos humanos e ação educativa aos respectivos Programas e momento de implantação.

Hoje, novos técnicos com grande vivência de campo estão aptos para a troca de experiências e capacitação de pessoal de instituições nacionais e estrangeiras.

O Projeto tem recebido visitas de técnicos de vários organismos internacionais, como o Banco Mundial, Comunidade Econômica Européia e GTZ.

FICHA TÉCNICA

- 1 - NOME: PROJETO SAÚDE E ALEGRIA
- 2 - TIPO: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRADO E AMBIENTAL EM SAÚDE/EDUCAÇÃO/ARTES/COMUNICAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO RURAL/MEIO AMBIENTE
- 3 - CARÁTER: EXPERIMENTAL
- 4 - ÁREA DE ATUAÇÃO: 16 COMUNIDADES E 94 SUB-LOCALIDADES DA REGIÃO FLUVIAL DE SANTARÉM (PA).
- 5 - POPULAÇÃO ALVO: . ETAPA I: Cerca de 20.000 habitantes
DEMAIS ETAPAS: 30.000 habitantes
- 6 - PERÍODO DE CONTINUIDADE: TRÊS ANOS.
- 7 - INSTITUCIONALIDADE:

7.1 - EXECUÇÃO

CEPS - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL
Escr. Central: Rua Paulo Barreto, 23 - Botafogo CEP: 22.280
Rio de Janeiro - Brasil
Telefones: (55) (021) 266-7896/226-1519 Telefax: 226-3235
Sede: Av. Borges Leal, 2.284 Cx. Postal 243 CEP: 68.100
Santarém - Pará Telefones: (55) (091) 522-5090/523-1083
AlterNex E-Mail: (Ax!) CEAPSRIO

7.2 - FINANCIAMENTOS:

dez/87 a set/90: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES/FINSOCIAL)
out/90 a dez/91: FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE/
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA
(FNMA/SEMAM-PR)
COLABORAÇÃO: CONSERVATION INTERNATIONAL - EUA e FUNDO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF

7.3 - APOIO E SUPERVISÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA ETAPA I:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) e FUNDAÇÃO DO AMPARO E DO
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FADESP)
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

8 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA ETAPA I:

Auditoria/Coordenação Geral/Saúde: EUGÊNIO SCANAVINO NETTO (médico)
Vice-coordenação/Administração: JOSÉ CARLOS DELLA VEDOVA RIBEIRO DANTAS
(administrador)
Coordenação de Educação e Cultura: PAULO ROBERTO SPOSITO DE OLIVEIRA

(educador/assistente social)

Coordenação de Desenvolvimento da Produção Rural: ALEXANDRE ZANANIRI
CORDEIRO (engenheiro agrônomo)

Co-autoria: EQUIPE E COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE SANTARÉM.

2. Floresta Nacional do Amapá

a) Localização

A Floresta Nacional do Amapá, com área de aproximadamente 412.00 ha, está localizada nos Municípios de Porto Grande e Serra do Navio no Estado do Amapá. Esta área tem seu perímetro definido, no lado leste, partindo-se da cabeceira do rio Falsino até sua confluência com o Rio Araguari, limite sul; segue por este rio até sua confluência com o rio Mutum, limite oeste; segue por este rio até sua cabeceira. O limite norte é definido por uma linha seca de latitude norte 1° 51' 42" até a cabeceira do rio Falsino, ponto inicial da descrição deste perímetro.

b) Justificativa

O estilo de desenvolvimento do País tem, historicamente, exercido forte pressão sobre a base de recursos naturais.

As regiões norte e centro-oeste, face a necessidade de expansão da fronteira agrícola e a ampliação das atividades extrativistas, têm sediado, nas últimas décadas, um intenso processo de ocupação com visíveis impactos sobre o meio ambiente.

Esse quadro tem servido, por outro lado, para ampliar a conscientização dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas de utilização dos recursos naturais e do meio ambiente, sobre a necessidade de implementar políticas e medidas orientadas para a conservação do patrimônio natural, tendo em vista garantir condições de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do País.

Dentro dessa orientação atribui-se ênfase especial aos recursos florestais e faunísticos tendo em vista a sua importância na manutenção do equilíbrio ecológico.

O papel protetor das florestas é decisivo, entre outros aspectos, para a manutenção do potencial de recursos hídricos, para diminuir ou minimizar os efeitos das secas e das enchentes, para a preservação da diversidade genética, a segurança alimentar e para a manutenção do equilíbrio climático.

Diversas iniciativas têm sido desenvolvidas no País para determinar formas de manejo das florestas, em suas diferentes regiões e especialmente na Amazônia, com o objetivo de demonstrar a viabilidade ecológica e econômica do seu manejo sustentado com fins de uso múltiplo.

As Florestas Nacionais são unidades de conservação que têm como finalidade principal a obtenção de produtos e subprodutos florestais através de um zoneamento adequado, que garanta opções para o manejo de seus recursos florestais, dentro de um regime sustentado e de uso múltiplo.

Essas áreas devem servir de modelo de planejamento e exploração florestal para as regiões onde estão inseridas, uma vez que os Planos de Manejo Florestal são elaborados baseados em pesquisas para definição do manejo correto das suas reservas florestais e em novas tecnologias de processamento e utilização de seus recursos.

c) Objetivos

Gerais

- Implementar um Plano de Manejo Integrado, concebido para viabilizar a exploração racional dos produtos florestais e a conservação de ecossistemas relevantes;

- Consolidar em diretrizes de desenvolvimento sustentável experiências e conhecimentos técnicos, que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente equilibrados;
- Estimular a cooperação e intercâmbio nas áreas de ciência e tecnologia e meio ambiente, nos níveis nacional e internacional, para manejo sustentado e integrado dos recursos naturais da floresta amazônica;
- Ampliar e diversificar a oferta de madeira e produtos florestais aos mercados interno e externo.

Específicos

- Elaborar o zoneamento ambiental da Floresta Nacional do Amapá, em conjunto com as comunidades envolvidas, propondo ações que viabilizem sua exploração racional e a conservação de ecossistemas relevantes;
- Elaborar levantamento sócio-econômico da população envolvida, valorizando-a e integrando-a às ações de conservação e/ou exploração racional da Floresta, e contribuindo para a permanência dos produtores em suas propriedades;
- Promover estudos e levantamentos da biodiversidade e ecossistemas, mapeamentos e inventários florestais da Floresta Nacional do Amapá para subsidiar experiências nas áreas de ciência e tecnologia, conservação da floresta e diretrizes de desenvolvimento sustentável;
- Promover estudos para diversificar e agregar valor aos produtos florestais através de beneficiamento e industrialização;
- Promover estudos para fortalecer o controle e o monitoramento do uso integrado dos recursos naturais, evitando conflitos e impactos ambientais indesejáveis;
- Treinar os técnicos e os beneficiários diretos e capacitá-los para o manejo dos recursos naturais em regime sustentável;
- Demarcar a Floresta Nacional;
- Dotar a Floresta Nacional de infra-estrutura para sua operacionalização;
- Divulgar os resultados obtidos.

d) Beneficiários

A população que vive no entorno da Floresta Nacional do Amapá, deverá ser o principal beneficiário deste projeto, estendendo-se este benefício, de forma indireta, ao Estado como um todo e a própria região Amazônica.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Inventário Florestal da Floresta Nacional;
- Reuniões prévias e seminários para o planejamento dos estudos e levantamentos a serem realizados, tendo em vista o zoneamento da área e o programa de ação para sua implementação;
- Trabalhos de campo com envolvimento da população;
- Formulação do zoneamento e do programa de ação para sua implementação;
- Estudos e definição de experiências necessárias para subsidiar o manejo integrado dos recursos naturais;
- Treinamento e capacitação do pessoal envolvido no projeto;
- Demarcação da Floresta;
- Implantação da Floresta Nacional;
- Estudos econômicos de mecanismos para agregação de valor aos produtos florestais
- Ações de vigilância;
- Divulgação do trabalho desenvolvido.

f) Mutuário

A Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

g) Executor

O IBAMA, através da DIREN, deve ser o responsável pela coordenação do projeto.

O quadro técnico do IBAMA é diversificado e multidisciplinar, estando portanto, capacitado para a coordenação geral deste projeto.

Serão envolvidos neste trabalho: engenheiro florestal, agrônomo, economista, sociólogo, biólogo, entre outros profissionais.

Além desta equipe de coordenação e acompanhamento, o IBAMA deverá contar com profissionais e técnicos para proceder aos levantamentos e a implantação das ações programadas para a área.

Destaca-se ainda a necessidade de contratação de consultores de Universidades e de realização de convênios com outros órgãos governamentais para apoiar o desenvolvimento do trabalho em áreas específicas.

Gestão do Projeto (Vide Organograma)

h) Prazo de Execução

O projeto será implementado em 3 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-Inventário Florestal da Floresta Nacional (Trabalhos de Campo, etc)			
-Reuniões Prévias e Seminários			
-Realização do levantamento sócio-econômico da população envolvida			
-Formulação do zoneamento			
-Definição das Experiências a serem Desenvolvidas usando o Manejo Integrado dos Recursos Naturais			
-Treinamento e Capacitação			
-Demarcação da Floresta			
-Implantação da Floresta Nacional (Montagem da Infraestrutura)			
-Estudos Econômicos sobre Mecanismos de Agregação de valor aos Produtos Florestais			
-Ações de Vigilância na Floresta Nacional			
-Divulgação do Trabalho desenvolvido na Floresta Nacional do Amapá			

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	CONTRAPARTIDA NACIONAL	TOTAL US\$ 1,000
-Obras e Instalações	774,181		774,181
-Equipamentos e Material Permanente	233,869		233,869
-Material de Consumo	50,437		50,437
-Serviços de Terceiros	1,571,978		1,571,978
-Passagens			
.Para o Projeto	33,600		33,600
.Para Cursos	72,000		72,000
-Diários			
.Para o Projeto	109,500		109,500
.Para Cursos	75,600		75,600
-Pessoal			
.Bolsas	120,000		120,000
.Equipe Nacional		588,120	
	3,041,165	588,120	
RESERVA TÉCNICA 10%	304,116		
TOTAL	3,345,281	588,120	3,933,401

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Ampliação do conhecimento sobre manejo sustentável de recursos florestais na Amazônia.
- Formulação e implementação de planos de manejo integrado de recursos naturais renováveis.
- Produtores capacitados em técnicas de manejo sustentável de recursos naturais renováveis.

k) Experiências Anteriores

As experiências de manejo florestal já realizadas pelo IBAMA na Floresta Nacional de Tapajós, com a participação da EMBRAPA e da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, entre outras instituições, estão servindo de base para as normatizações dos planos de manejo na região norte e se constituem em exemplo da importância da realização deste trabalho em Florestas Nacionais.

3. Ecodesenvolvimento/Acre

3.1. Adensamento de Seringueiras em Áreas dos "Projetos de Assentamento Extrativistas - PAE's - São Luis do Remanso e Cachoeira (AC)"

a) Localização

O PAE de São Luis do Remanso situa-se nos municípios de Rio Branco e Xapuri, no Estado do Acre, entre os paralelos 67 e 70. Possui uma área de 39.570 ha, com aproximadamente 4% antropizada. Comporta o assentamento de 130 famílias.

O PAE de Cachoeira situa-se também no Município de Xapuri, no Estado do Acre. Possui uma área de 24.973 ha onde aproximadamente 3% está antropizada. Comporta o assentamento de 80 famílias.

b) Justificativa

Os PAE's do Acre surgiram da organização dos seringueiros na luta pela terra e pela preservação da floresta contra os desmatamentos. Desta organização nasceu o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS que juntamente com os Governos Federal e Estadual fazem a gestão destes projetos e das reservas extrativistas.

Tanto nos PAE's como nas Reservas Extrativistas não há títulos de propriedade; são respeitadas as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros; estes continuam a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros de origem agro-florestal, bem como a caça e a pesca não predatórias.

Hoje, o CNS vem atuando junto ao Governo Federal no sentido de transformar os PAE's em Reservas Extrativistas, por terem os mesmos objetivos e a mesma gestão político-administrativa.

Tanto o PAE - São Luis do Remanso, como o PAE - Cachoeira já contam hoje com levantamento sócio-econômico, cartografias da tipologia florestal e de solos elaborados pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC.

Estudos efetuados dão conta que um dos principais fatores do alto custo de produção de borracha nos seringais nativos é a baixa densidade dos seringais ao sangramento. Neste sentido, justifica-se a realização de um projeto para adensamento das árvores, o que deverá aumentar a produção da borracha, e portanto, a renda dos seringueiros.

Segundo pesquisas realizadas sobre desenvolvimento de seringueiras (Castro-1979), a formação de clareiras, via desbaste orientado, permite um acréscimo médio de 1,07 cm na circunferência do tronco da seringueira, após oito meses. Por outro lado, o incremento da densidade de seringueiras por "estrada" eleva em média 130% a produção de látex.

c) Objetivos

Gerais

- Incrementar a produtividade de látex por unidade de área explorada, melhorando a qualidade de vida dos seringueiros.
- Colaborar para a permanência do seringueiro na floresta, seu habitat natural.

Específicos

- Aumentar de 40% a 70% o número de árvores por estrada de seringueira a médio e longo prazos.

d) Beneficiários

Estima-se em 200 famílias (aproximadamente 1200 pessoas), a população de seringueiros que deverá ser beneficiada nos PAE's São Luís do Remanso e Cachoeira.

e) Descrição dos Trabalhos

- Abertura de picadas ao redor das árvores.
- Levantamento da frequência de seringueiras jovens por classe de diâmetro (número de 10DAP) e da densidade de árvores por estrada.
- Desbaste de árvores cujas sombras incidem sobre as seringueiras jovens, impedindo o seu desenvolvimento.
- Acompanhamento/determinação da taxa de crescimento das seringueiras jovens após o desbaste.
- Consultoria de CPAA e CPATU.
- Plantio de Clones.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A EMBRAPA através do seu Centro de Pesquisa Agro-florestal do Acre deverá ser o responsável pela coordenação dos trabalhos. Para tanto, conta com uma equipe de 127 pessoas (entre técnicos, pessoal administrativo e de apoio).

A unidade executora dos trabalhos ser a Coordenadoria da Área Florestal.

h) Prazo de Execução: 2 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO	
	1º ANO	2º ANO
ABERTURA DE PICADAS AO REDOR DAS ARVORES	_____	_____
LEVANTAMENTO DAS SERINGUEIRAS POR "ESTRADA"	_____	_____
DESBASTE PARA ABERTURA DE CAPAGEM	_____	_____
DETERMINAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO	_____	_____
CONSULTORIA DO CPAA E CPATU	_____	_____
PLANTIO DE CLONES	_____	_____

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
PESSOAL	-	7.200	7.200
TRANSPORTE	62.759	-	62.759
MATERIAL DE CONSUMO	29.759	-	29.752
SERVIÇOS DE TERCEIROS	24.333	-	24.333
TOTAL	116.851	7.200	124.051

j) Impactos Previsíveis

- Aumento da produtividade de látex por unidade de área explorada
- Melhoria das condições sócio-econômicas das populações envolvidas

k) Experiências Anteriores

O CNS juntamente com a FUNTAC está negociando junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, projetos para implantação de infra-estrutura social e econômica nas Reservas Extrativistas e PAE's do Estado do Acre.

Outro programa de desenvolvimento nessa área será implementado em cooperação com o Governo do Canadá, através da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional - CIDA.

3.2. Implantação de Unidades Piloto para o Beneficiamento de Látex e Castanha.

a) Localização

Floresta Estadual do Antimari - FEA

b) Justificativa

Borracha

Como forma de superar o arcaísmo do sistema de produção e comercialização da borracha (tipos "pela" e "cernambi") adotado nos seringais nativos, a SUDHEVEA (Superintendência de Desenvolvimento da Borracha) implantou na região um projeto para construção de mini-usinas produtoras de lâmina fumada. Este programa teve início em princípios da década de 70 e visou a recuperação de "colocações" de seringais nativos.

Baseado em experiência desenvolvida na Malásia, o programa, com cunho eminentemente social, visou à melhoria da remuneração dos pequenos produtores das localidades ribeirinhas principalmente do Estado do Acre. As primeiras mini-usinas atenderam às associações de seringueiros (ASSER'S); estas foram fundadas com a finalidade de abrigar as referidas mini-usinas, que chegaram a totalizar 140 unidades. As mini-usinas fracassaram em seus objetivos, devido às longas distâncias a serem percorridas pelos seringueiros para transportar o látex a ser beneficiado; encontram-se, hoje, todas desativadas.

Com base na experiência da SUDHEVEA, a FUNTAC implantou um modelo reduzido para beneficiamento da borracha, a nível da "colocação" do seringueiro, eliminando, assim a distância, principal causa de insucesso daquelas unidades.

A unidade proposta deverá atender a produção de látex de uma "colocação" de seringueiro e funcionará duas vezes por semanas, por um período de quatro horas diárias.

Vale ressaltar que o trabalho já se iniciou com a instalação de uma unidade piloto na Floresta Estadual de Antimari.

Castanha

Existe no Estado uma usina de beneficiamento de castanha que, atualmente, encontra-se arrendada à iniciativa privada. Esta usina tem capacidade para beneficiar apenas 15-20% da produção do Estado, sendo o restante vendido "in natura" para Belém-PA.

Além desta, a FUNTAC desenhou e implantou, junto à Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri, uma usina para beneficiamento da produção de Castanha-do-Brasil, de seus associados. Esta usina encontra-se em funcionamento há um ano.

A obtenção de produtos de boa qualidade, a partir de matérias-primas oriundas da F.E.A. - destacando-se, nesse caso a castanha e a borracha representa para os seringueiros a possibilidade de aumentar a sua produtividade, diminuindo seus trabalhos e aumentando o valor agregado dos produtos.

c) Objetivos

Geral

Implantar tecnologia para o beneficiamento da borracha e da castanha, melhorando a qualidade dos produtos e aumentando o valor agregado.

Específicos

- Identificar a viabilidade econômica da implantação dessas unidades de beneficiamento e a forma de contribuição das mesmas para o desenvolvimento industrial e comercial do Estado;
- Criar condições para competitividade da borracha produzida em áreas de reservas, com outras produzidas no País;
- Proporcionar o restabelecimento do equilíbrio comercial e produtivo das regiões extrativistas.

d) Beneficiários

Seringueiros da área da Floresta Estadual do Antimari

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Seleção de produtores;
- Realização de reuniões, junto as comunidades envolvidas, para exposição do projeto;
- Implantação das unidades de beneficiamento;
- Treinamento e capacitação dos seringueiros e membros de suas famílias;
- Acompanhamento das atividades;
- Viabilização da comercialização;
- Emissão de relatórios.

f) Mutuário

Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Planejamento.

g) Executor

Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC

h) Prazo de Execução: 5 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
-SELEÇÃO DE PRODUTORES	—				
-EXPOSIÇÃO DO PROJETO AOS SERINGUEIROS	—				
-IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE BENEFICIAMENTO	—				
-TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERINGUEIROS	—				
-ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO					
-VIABILIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO					
-EMISSÃO DE RELATÓRIOS					

g) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	%	CONTRAPARTIDA	%	VALOR TOTAL (DM) US\$ 1,
-PESSOAL	.		30,492		30,492
-EQUIPAMENTOS	75,815		.		75,815
-TRANSPORTE/ESTADIAS	443,251		.		443,251
-MATERIAL DE CONSUMO	132,251		.		132,251
-INFRA-ESTRUTURA	43,404		.		43,404
-SERVIÇO DE TERCEIROS (CONSULTORIAS, PUBLICAÇÕES ETC.)	37,521		.		37,521
TOTAL	734,562	96	30,492	4	765,054

(Taxa de câmbio referencial US\$ 1. = Cr\$ 263,00 - 07/05/91)

h) Impactos Previsíveis

- Melhoria da qualidade dos produtos e aumento do valor agregado.
- Melhoria das condições de vida dos seringueiros e famílias.
- Restabelecer o equilíbrio comercial e produtivo de regiões extrativistas.

i) Experiências Anteriores

Como dito anteriormente, a FUNTAC desenhou e implantou usina de beneficiamento da produção de Castanha-do-Brasil, junto à Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri.

Além disto, implantou modelo para beneficiamento da borracha, a nível de "colocação" do seringueiro na FEA.

B) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL NA AMAZÔNIA

1. Zoneamento agroecológico e sócio-econômico aplicado as áreas piloto do Programa de Eco Desenvolvimento do Estado do Acre.

a) Localização

Áreas de:

- (a) Reservas extrativistas e Projetos de Assentamento Extrativista. (fig. 1)
- (b) Reflorestamento ecológico associado (área fronteira AC/RO).
- (c) Floresta estadual de Antimari
- (d) Projeto de colonização Humaitá.

b) Justificativa

A proposta original do Programa de Ecodesenvolvimento do Acre baseava-se na realização do zoneamento agro-ecológico-econômico-social da totalidade do Estado. A medida que a SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência - deverá elaborar zoneamento de todos os estados da região Amazônica, no contexto do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, associando-se aos órgãos ambientais estaduais na execução dessa tarefa, não faria sentido solicitar recursos para o zoneamento do Acre no escopo da presente proposta.

Não obstante, a medida que o Estado do Acre propõe-se desenvolver, já, uma série de projetos, há necessidade de se elaborar, o quanto antes, o zoneamento de áreas, na escala de 1:50.000. Com efeito, caso sejam iniciados os trabalhos previstos nas áreas piloto de atuação sem zoneamento detalhado, arrisca-se trabalhar, mais uma vez de forma aleatória, e/ou por demais amadorística.

O zoneamento detalhado dessas áreas enriquecerá, por sua vez, o zoneamento global do Estado.

c) Objetivos e Metas

Geral

- Viabilizar e aprofundar conhecimento sobre as áreas objeto dos projetos piloto, garantindo, desta forma a adequação das ações programadas à realidade de cada uma das áreas escolhidas.

Específicos

- Garantir às populações e técnicos envolvidos em cada um dos projetos, instrumentos para o planejamento e execução de atividades que atendam tanto os objetivos de conservação quanto ao uso racional dos recursos naturais.

- Elaborar Plano Diretor para cada uma das áreas piloto.

d) Beneficiários

- Os beneficiários diretos são as populações residentes nessas áreas: ribeirinhas, pequenos produtores (extrativistas e/ou colonos). Os benefícios do zoneamento detalhado não se limitarão, porém, a estas populações, mas ao conjunto da população do Estado, a medida que resultados obtidos nos projetos piloto, deverão ser, posteriormente, replicados em outras áreas com características similares.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

Os trabalhos a serem realizados consistem em:

- Levantamento e estudos básicos (pedologia, fauna, flora, etc)
- Elaboração das cartas com utilização de imagens de satélite para atualização e detalhamento das condições em que se encontram os recursos naturais dessas áreas (bióticos: vegetação, fauna, flora e abiótica: relevo, clima, hidrografia e solos).
- Elaboração de diagnóstico sócio-econômico e de recursos naturais.
- Estudos de articulação dos sistemas ambientais.
- Determinação do potencial de desenvolvimento sócio-econômico.
- Elaboração do plano de manejo.
- Divulgação do zoneamento.

f) Mutuário

O governo do Estado do Acre, representado pela Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A Secretaria de Planejamento é a responsável pelo zoneamento. Do ponto de vista operacional delegará a execução dos trabalhos à FUNTAC, a que realizará os respectivos trabalhos em estreita associação com as populações e instituições envolvidas.

h) Prazo de Execução

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
LEVANTAMENTO E ESTUDOS BÁSICOS (PEDOLOGIA, FAUNA, FLORA ETC)			
ELABORAÇÃO DAS CARTAS DE SERVIÇOS (ESC: 1:50.000)			
ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E DE RECURSOS NATURAIS			
ESTUDOS E ARTICULAÇÃO DOS SISTEMAS AMBIENTAIS			
DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO			
ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E DEBATE COM AS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS			
DIVULGAÇÃO DO ZONEAMENTO			

i) Orçamento: (vide anexo detalhado)

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
LEVANTAMENTOS DE RECURSOS NATURAIS		652,643	341,057	1.143,700
ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS		85,000	34,106	149,106
ESTUDOS E ARTICULAÇÃO DOS SISTEMAS AMBIENTAIS		170,528	54,369	225,097
ELABORAÇÃO DE CARTAS DE SERVIÇO		102,317	49,927	152,244
DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E ECOLÓGICO		233,747	31,919	265,666
ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO		255,792	170,536	426,328
DIVULGAÇÃO DO ZONEAMENTO		5,259	-	5,259
TOTAL		1,705,286	662,114	2,367,400

j) Análise dos Impactos Previsíveis

O zoneamento detalhado das áreas dos projetos piloto representa uma primeira experiência no Estado. Outras áreas foram objeto de macro-zoneamento (PMACI na escala de 1:250.000) porém sem alcançar o grau de precisão necessário a um planejamento operacional de ações localizadas.

Nesta perspectiva, o zoneamento detalhado de algumas poucas áreas reveste-se de uma importância singular. O caso das reservas extrativistas é um bom exemplo. Até o momento, o grau de conhecimento dessas reservas segue restrito a delimitação de limites e a realização do estudo sócio-econômico e de cadastramento da população. Existe consenso entre os estudiosos sobre a necessidade de não se restringir as ações nas RESEX ao aumento/processamento de latex e castanha. Porém, não se sabe ao certo qual é o potencial produtivo dessas áreas, a capacidade de diversificação de produção e de sustentação das populações residentes etc. Há intenção de se comprovar a viabilidade ecológica/econômica das reservas, mas inexiste caminhos seguros para esta comprovação. A realização do zoneamento detalhado de algumas das reservas extrativistas deverá permitir avançar na definição de modelos de gestão dessas reservas.

O mesmo exemplo da reserva pode ser estendido às áreas de colonização e/ou a unidades de conservação. Só se poderá aprofundar o potencial de uso destas áreas com base em experiências piloto bem sucedidas. O zoneamento detalhado é uma condição "sine qua non" de sucesso.

k) Experiências Anteriores

A FUNTAC já demonstrou no passado recente, sua capacidade de levar adiante diversos trabalhos. Tem experiência em zoneamento. Assim deverá reforçar, por um lado, sua própria capacidade operativa nessa área, e, por outro lado, agilizar mecanismos de trabalho integrado com outras instituições e populações envolvidas.

"Pungis, Jansen & Irmão"

2. Agroecologia - Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA) - Ponta do Abumã

a) Localização

Estado do Acre, Município de Plácido de Castro - BR 364 do km 140 ao km 250. Trecho Rio Branco - Porto Velho.

b) Justificativa

Em 1989 foi implantado, em Nova Califórnia, o Projeto RECA (Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado). As espécies selecionadas foram a castanheira, a pupunheira e o cupuaçuzeiro. Em 1989 foram beneficiados 84 agricultores que plantaram 154 hectares; em 1990, 71 agricultores plantaram 151 hectares, enquanto em 1991 foram beneficiados 51 pequenos produtores e plantados 95 hectares. Assim, a meta estabelecida de 400 hectares foi atingida. A partir de 1992 o RECA não dispõe mais de recursos para dar continuidade ao projeto. A entidade financiadora, CEBEMO, já comunicou a direção do RECA que não financiará o estabelecimento de uma unidade beneficiadora de cupuaçu prevista em 1992 para Nova Califórnia.

Em razão da proximidade das duas vilas Nova Califórnia e Extrema, o exemplo do RECA foi contagioso. Na Extrema também os agricultores se organizaram e fundaram o PREPAM (Projeto de Reflorestamento para Ajuda Mútua). Em 1991, o projeto recebeu recursos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária-MARA e do Programa de Proteção do Meio Ambiente e de Comunidade Indígenas-PMACI possibilitando a implantação de 65 hectares de reflorestamento. Como não existe perspectivas a curto prazo de financiamento estadual ou federal para a ampliação destas experiências, justifica-se este projeto em Cooperação com o Governo Alemão.

Outro dado a destacar refere-se às características das populações a serem abrangidas a maioria dos agricultores da Ponta do Abumã é oriunda de todas as partes do Brasil; vieram em busca de um pedaço de chão seu, encontraram a terra mas não condições de cultivá-la, pois a malária é a companheira constante de todos. Nos ramais não existe nenhum posto de saúde nem agente de saúde para colher lâminas e orientar as famílias no que diz respeito a alimentação, saneamento, higiene, medicina preventiva, etc.

c) Objetivos e Metas

Geral

- Melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores da Ponta do Abumã.
- Criar um modelo alternativo para a colonização na Amazônia.
- Colaborar para a permanência dos agricultores à terra, oferecendo-lhes condições de trabalho e vida.
- Buscar equilíbrio entre atividade econômica e ecológica, harmonizando a relação homem e natureza.

Específicos

- Explorar as áreas degradadas de capoeira tornando-as produtivas, evitando dessa forma desmates e queimadas anuais.
- Fomentar a pesquisa sobre consórcios de árvores frutíferas com essências florestais, todas nativas da região.
- Fortalecer a estrutura organizativa dos agricultores.
- Privilegiar a assistência técnica grupal baseando-se na estrutura existente tanto no RECA como no PREPAM.
- Instalar em Nova Califórnia uma agro-indústria para beneficiar o cupuaçu.
- Treinar e capacitar monitores de saúde das diversas comunidades rurais.

Metas

- Implantar 1500 hectares de reflorestamento no prazo de 6 anos.
- Selecionar 125 produtores/ano baseados na experiência adquirida através do RECA e do PREPAM.
- Produzir em viveiros comunitários e/ou individuais as mudas necessárias.
- Instalar em 1992 uma agro-indústria para beneficiar o cupuaçu, pois a produção do RECA inicia em janeiro de 1993.
- Fomentar dois treinamentos anuais para os agricultores participantes do projeto.
- Treinar e capacitar 50 monitores de saúde a fim de que possam orientar e assistir a população rural do Vale do Abumã.

d) Beneficiários

Os beneficiários da implantação de 1500 ha de reflorestamento e da agro-indústria de beneficiamento de cupuaçu serão 750 famílias de pequenos produtores, enquanto as ações de saúde atingirão indistintivamente as 2.000 famílias de agricultores residentes na área de abrangência.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- No início de cada fase, janeiro, será ministrado um treinamento para novos integrantes, visando repassar-lhes as orientações básicas sobre germinação e enviveiramento das diversas plantas. Em maio será realizado outro sobre preparação da área de solo, alinhamento, coveamento, adubação orgânica, plantio, sombreamento e tratos culturais. As orientações técnicas serão posteriormente retomadas nas reuniões mensais de cada grupo.
- Seleção dos produtores: janeiro-fevereiro. A seleção dos 125 integrantes/ano será realizada pelos grupos de agricultores. Poderá participar do projeto a população que se enquadra nos seguintes:
 - Ter feito a caminhada de estudos e trabalhos dentro de um grupo.
 - Ser pequeno produtor.
 - Morar e trabalhar no lote.
 - Residir há mais de um ano na Ponta do Abumã.
 - Mão-de-obra familiar disponível.
 - Número e qualidade das mudas produzidas.
 - Ser aprovado pela coordenação.
- Formação de mudas: fevereiro-março-abril. É unanimidade que todo agricultor participante do projeto deve ter uma afinidade com as plantas, se capacitar para fazer a germinação das sementes e realizar os diversos tratos culturais. O projeto fornecerá as sementes selecionadas e os sacos de polietileno. Enquanto a equipe técnica orientará os agricultores através de treinamentos e reuniões nos grupos.
- Conservação dos viveiros: fevereiro-novembro. Os viveiros podem ser comunitários ou individuais dependendo de organização de cada grupo, da distância entre vizinhos e da proximidade e da proximidade d'água. Os viveiros serão vistoriados de 2 em 2 meses, pela equipe técnica.
- Preparação da área: maio-junho. Cabe ao agricultor escolher, em sua propriedade uma área adequada sob orientação da equipe técnica. Só serão aceitas como áreas de plantio áreas de capoeira.
- Preparação de solo: julho-outubro. O agricultor deverá limpar a área escolhida e posteriormente fazer o alinhamento e coveamento conforme as orientações da equipe técnica.
- Adubação orgânica: novembro. O projeto prevê a adubação orgânica das covas no mínimo um mês antes do plantio, cada agricultor coletará durante o ano que anteceder o plantio, esterco de gado, de galinha, pau podre, matéria orgânica decomposta. Cada planta exige em médio 18 litros de adubo orgânico.
- Plantio e sombreamento: dezembro. O plantio é realizado até o fim de dezembro a fim de possibilitar um bom enraizamento das plantas antes do verão. São 364 plantas por hectare, ou seja, 100 cupuaçus, 44 pupunhas, 44 abius mais 4 essências florestais de 44 plantas cada uma. As entrelinhas serão aproveitadas para culturas temporárias tais como: macaxeira, feijão, milho, arroz ou perenes como a banana, observando-se, naturalmente, as orientações técnicas de não abafar as plantas. Além de ajudar a manter as áreas limpas, a lavoura branca proporcionará um bom sombreamento às plantas.

- Tratos culturais: Para manter a área relativamente limpa são necessárias 4 capinas anuais, uma adubação orgânica e um poda anual.

- Financiamento dos produtores: O recebimento dos recursos pelo produtor se dará em 4 etapas ou parcelas:

- 1ª parcela: valor Cr\$ 201.600,00 após o coveamento concluído - outubro.

- 2ª parcela: valor Cr\$ 228.800,00 após o plantio - fim de dezembro

- 3ª parcela: valor Cr\$ 168.000,00 - abril

- 4ª parcela: valor Cr\$ 168.000,00 após o replantio - dezembro

Como se pode constatar a liberação das parcelas cobre o período de 2 anos. A liberação é realizada após vistoria de cada área pela equipe técnica.

- Instalação da agro-indústria em Nova Califórnia: O projeto de implantação de unidade de beneficiamento de cupuaçu já foi elaborado com a assessoria de técnicos da EMBRAPA-ACRE, CEPLAC, CAGEACRE, Banco do Brasil, Universidade Federal do Acre, CEAG-ACRE e Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS. Resta agora dispor de recursos para iniciar a obra que deverá ser concluída em dezembro de 1992, pois a produção de cupuaçu inicia em janeiro de 1993.

- Treinamento e capacitação de monitores de saúde: serão realizados 4 treinamentos anuais de 2 dias para os monitores de saúde. O trabalho de seleção de monitores já foi iniciado pelas comunidades rurais e uma enfermeira que atuam conjuntamente com o RECA e o PREPAM na área, basta agora sistematizar este trabalho. Uma equipe pretende visitar o projeto Saúde e Alegria do Pará afim de estabelecer um intercâmbio com esta equipe, que já adquiriu muita experiência no campo da saúde popular.

- Atendimento à população rural: o atendimento à população rural será coordenado por uma enfermeira contratada pelo projeto; entretanto, haverá uma avaliação permanente na reunião mensal de cada comunidade rural e da coordenação do projeto.

f) Mutuário

g) Executor

A Associação dos Pequenos Produtores do Projeto RECA dispõe de uma estrutura já definida, 12 grupos de agricultores que abrangem 206 agricultores. Da mesma forma, o PREPAM reúne os agricultores em 9 núcleos. Estes grupos ou núcleos costumam reunir-se mensalmente para discutir seus problemas e estudos. Os agricultores já trabalham em regime de mutirão, um ou dois dias por semana, para limpeza das áreas de plantio, conserto do ramal, construção do Centro Comunitário, escola, etc. Através das reuniões e trabalhos comunitários acontece a socialização do saber, cada um comunicando para os colegas as experiências positivas ou negativas com as plantas do projeto. Cada grupo selecionará e acompanhará em cada fase os agricultores participantes do projeto. Para ser sócio do projeto o agricultor deve se integrar num grupo organizado.

A Coordenação do Projeto será assegurada por uma comissão de 12 membros, todos agricultores, 6 do RECA e 6 do PREPAM. Dividir-se-ão em 4 equipes de trabalho:

- 1ª equipe: Organização dos produtores.

- 2ª equipe: Implantação das culturas.

- 3ª equipe: Saúde e educação.

- 4ª equipe: Industrialização e comercialização.

A Executoria será formada por um executor geral, dois agrônomos, dois técnicos agrícolas, duas secretárias, um contador e uma enfermeira; todos trabalhando a tempo integral pelo projeto.

A Consultoria Técnica será garantida pelo grupo PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre, Rio Branco, que reúne técnicos da UFAC, IMPA, EMBRAPA, EMATER-AC, FUNTAC, IMAC, etc. e nos acompanha há 2 anos.

O projeto será desenvolvido num período de 3 anos.

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
SELEÇÃO DE PRODUTORES			
FORMAÇÃO DE MUDAS			
CONSERVAÇÃO DE VIVEIROS			
PREPARAÇÃO DA ÁREA			
PREPARAÇÃO DO SOLO			
ADUBAÇÃO ORGÂNICA			
PLANTIO E SOMBREAMENTO			
TRATOS CULTURAIS			
FINANCIAMENTOS			
INSTALAÇÃO DE AGRO-INDÚSTRIA			
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE MONITORES DE SAÚDE			
ATENDIMENTO À POPULAÇÃO RURAL			

g) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	CONTRAPARTIDA NACIONAL	TOTAL (US\$ 1,00)
-MATERIAL DE CONSUMO	158.513,00		158.513,00
-SERVIÇOS DE TERCEIROS	911.110,00		911.110,00
-MATERIAL PERMANENTE	243.750,00		243.750,00
-OBRAS E CONSTRUÇÕES	451.938,00	11.675,00	443.813,00
-INVESTIMENTOS (FINANCIAMENTO DOS AGRICULTORES)	1.437.000,00	1.563.000,00	3.000.000,00
TOTAL	3.612.311,00	1.574.675,00	4.757.166,00

ORÇAMENTO DETALHADO

ITEM DE DESPESA	US\$	CR\$
-MATERIAL DE CONSUMO	158,513.00	126.810.000,00
. MATERIAL DE EXPEDIENTE	16,875.00	13.500.000,00
. COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE	33,750.00	27.000.000,00
. PEÇAS DE REPOSIÇÃO	34,200.00	27.360.000,00
. MATERIAL PARA ELABORAÇÃO DAS REFEIÇÕES NO PERÍODO DOS TREINAMENTOS DOS AGRICULTORES	36,563.00	29.250.000,00
. MATERIAL PARA ELABORAÇÃO DAS REFEIÇÕES NO PERÍODO DOS TREINAMENTOS DOS MONITORES DE SAÚDE	12,750.00	10.200.000,00
. MATERIAL PARA MONITORES DE SAÚDE	24,375.00	19.500.000,00
-SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	911,100.00	728.880.000,00
. EXECUTOR GERAL	140,400.00	112.320.000,00
. AGRÔNOMOS	234,000.00	187.200.000,00
. TÉCNICOS AGRÍCOLAS	140,400.00	112.320.000,00
. SECRETÁRIAS	140,400.00	112.320.000,00
. CONSULTORIAS	40,500.00	32.400.000,00
. CONTADOR	70,200.00	56.160.000,00
. ENFERMEIRA	70,200.00	56.160.000,00
. RECICLAGEM EM PATOLOGIA TROPICAL	15,000.00	12.000.000,00
. CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS	60,000.00	48.000.000,00
-MATERIAL PERMANENTE	243,750.00	195.000.000,00
. VEÍCULO TOYOTA	48,750.00	39.000.000,00
. FOTOCOPIADORA	5,625.00	4.500.000,00
. MÁQUINA FOTOGRÁFICA	625.00	500.000,00
. CAMINHÃO FRIGORÍFICO	81,250.00	65.000.000,00
. 2 TRATORES VALMET 885 4X4	97,500.00	78.000.000,00
. 2 CARRETAS	10,000.00	8.000.000,00
-CONSTRUÇÃO E OBRAS	431,938.00	355.050.000,00
. UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE CUPUAÇU		345.550.000,00
. INFRAESTRUTURA EXISTENTE NO PROJETO	11,875.00	9.500.000,00
-FINANCIAMENTO AOS PRODUTORES	1,563,000.00 (*)	1.149.600,00
. IMPLANTAÇÃO DE 1500 HA DE REFLORESTAMENTO: 1500 HA X 766.400,00	1,437,000.00 (*1)	1.149.600,00

(*) CONTRAPARTIDA

(*1) RECURSOS EXTERNOS

- Contrapartida Brasileira

Conforme os coeficientes técnicos da EMBRAPA, os custos de implantação de reflorestamento em 1 ha pelo período de 3 anos é de US\$ 2,000.00. O Projeto estima US\$ 958.00 para ajuda externa, sendo o restante US\$ 1,042.00 colaboração dos agricultores.

1500 ha x US\$ 1,042.00 = US\$ 1,563,000.00

O Projeto RECA também colabora com sua infraestrutura:

- Sede do Projeto: US\$ 3,125.00
- Barracão de madeira 12m x 20m: US\$ 6,250.00
- Terreno de 10 ha: US\$ 2,500.00

Estão em negociação com o Governo do Acre:

- Fornecimento de energia permanente à Vila Nova Califórnia: o Estado do Acre fornece energia à Vila Nova Califórnia só 12 hora por dia. A implementação de uma unidade beneficiadora de cupuaçu exige energia permanente uma vez que a unidade consta de câmaras frigoríficas.
- A instalação de rede de distribuição de água potável para Nova Califórnia: o Estado do Acre tem um projeto de fornecimento d'água para Nova Califórnia mas ainda não foi implementado.
- Conclusão e equipamento da Unidade Mista de Saúde em Nova Califórnia: o Estado de Rondônia construiu a unidade em 1988, que não está concluída nem equipada.
- Restauração de 50 kms de estrada vicinal: o escoamento da produção depende essencialmente da restauração dos ramais que atualmente encontram-se em péssimas condições.

h) Análise de Impactos Previsíveis

- O Projeto será decisivo para dar continuidade ao RECA e PREPAM e torná-los mais abrangentes.
- O Projeto proporcionará às 2.000 famílias assentadas nas glebas Nova Califórnia e Euclides da Cunha um apoio econômico e social muito significativo.
- Em termos de organização este projeto provará que agricultores organizados têm capacidade de administrar o dinheiro público.
- Em termos de assistência técnica, o projeto quer ser inovador, priorizar o atendimento de grupo e formar agricultores técnicos.
- As pesquisas realizadas pelo PESACRE sobre consórcios de árvores frutíferas com essências florestais, todas nativas da Amazônia, serão de fundamental importância para a divulgação de novas alternativas de reflorestamento na Amazônia.
- A implantação deste projeto na Ponta do Abumã será decisiva para a educação ecológica e ambiental dos agricultores da região. Da mesma forma que o RECA repercutiu na comunidade de Extrema, este projeto repercutirá nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guimard e Rio Branco, onde se localiza o maior projeto de colonização da região, o PC Peixoto.

i) Experiências Anteriores

O RECA e o PREPAM estão executando dois pequenos projetos de reflorestamento com cupuaçu, pupunha e castanha. Em 3 anos, de 1989 a 1991 o RECA implantou 400 ha e o PREPAM iniciou o mesmo trabalho em 1991 implantando 65 ha. A primeira safra de cupuaçu acontecerá em Nova Califórnia de janeiro a março de 1993.

Os dois projetos já dispõem de uma estrutura organizativa invejável, que servirá de base para o bom encaminhamento deste projeto mais abrangente.

Em relação ao aspecto saúde, uma enfermeira em trabalhando para atendimento das populações abrangidas pelos projetos RECA e PREPAM. Participa de reuniões dos grupos, conscientizando as populações no que diz respeito à alimentação, higiene, saneamento, medicina preventiva. Já organizou diversos encontros com pessoas que se dispõem a serem monitores de saúde em suas comunidades.

3. Ecodesenvolvimento/Acre

3.1. Projeto Piloto de Educação Ambiental na Floresta Estadual do Antimari.

a) Localização

Floresta Estadual do Antimari - Acre

b) Justificativas

As Florestas e Reservas Extrativistas são áreas destinadas a dar sustentação às populações extrativistas, respeitando seu modo de vida. Entretanto, não se pode afirmar que a conservação destas unidades e de suas diversidades biológicas estejam garantidas.

Há um ano, o Governo do Acre, através da Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC, em convênio com o Instituto do Meio Ambiente do Acre - IMAC vem desenvolvendo o Projeto Estudo da Fauna, como parte do "Projeto para Uso Múltiplo e Manejo Sustentado da Floresta Estadual do Antimari". Este estudo tem por objetivo definir diretrizes para manejo auto-sustentado e conservação das espécies utilizadas na subsistência das comunidades ali existentes.

Os resultados preliminares obtidos indicam que a pesca e a caça respondem por 64,3% dos itens proteicos presentes nas refeições amostradas. Dentre as 20 espécies animais comumente caçadas, a Masamasp (veado) e o Tayassu Tajam (porquinho) têm preferência sobre as demais.

Por outro lado, o baixo número de refeições com itens proteicos industrializados e de origem doméstica comprovam o baixo nível de renda das populações envolvidas e sua dependência dos recursos da Floresta.

Assim, a incorporação do Projeto Educação Ambiental ao Estudo da Fauna servirá para orientar e capacitar as comunidades envolvidas para o manejo sustentado dos recursos disponíveis da Floresta.

c) Objetivos

Geral

- Testar e avaliar estratégias e metodologias de Educação Ambiental para posterior veiculação a nível regional/estadual.

Específicos

- Levantar o índice de migração de seringueiros, principais expressões e dialetos utilizados.
- Realizar estudo comparativo entre seringueiros e ex-seringueiros, acerca da utilização da fauna e dos aspectos sócio-econômicos, culturais e nutricionais.
- Elaborar, testar e aplicar instrumentos e métodos educativos.
- Avaliar os instrumentos e métodos educativos para implementação em outras áreas.

d) Beneficiários

Comunidades da Floresta Estadual de Antimari.

e) Descrição de Trabalhos

Identificação das comunidades/famílias residentes na Floresta Estadual do Antimari.

Será realizada uma identificação da população local no total da área, e as famílias serão consultadas sobre a realização do Projeto de Educação Ambiental, com o objetivo de firmar a participação e o apoio das mesmas na execução do projeto.

As visitas continuarão, periodicamente, às famílias que foram selecionadas, quando serão executadas as pesquisas abaixo relacionadas, através de entrevistas e questionários.

Levantamento/análise de dados sócio-econômicos, caracterizando o processo migratório das famílias, constituição, renda familiar e atividades desenvolvidas.

Levantamento/análise de crenças relacionadas à fauna e tabus alimentares: identificação das espécies envolvidas e razões atribuídas.

Levantamento e caracterização de dialetos e expressões utilizadas: palavras chaves, expressões do universo das comunidades/famílias.

Levantamento e caracterização dos aspectos nutricionais: conhecimento e avaliação da dieta alimentar das comunidades e famílias.

Levantamento de informações etnozoológicas: caracterização do conhecimento da população em relação a fauna (habitat, alimentação, época de reprodução, uso comercial, etc.).

Identificação das famílias de extrativistas nas periferias de Rio Branco (capital do Acre).

Serão realizadas entrevistas dirigidas com ex-seringueiros, previamente identificados e selecionados pela genealogia familiar da população residente na F.E.A, abordando problemas relacionados às mudanças sócio-econômicas, culturais e nutricionais.

Posteriormente serão realizados estudos comparativos entre seringueiros e ex-seringueiros.
Montagem de instrumentos/métodos educativos

Os instrumentos e métodos educacionais serão elaborados objetivando o manejo e conservação da fauna da FEA.

A seguir serão analisados o nível de efetividade dos instrumentos e métodos educacionais quanto a adequação de linguagem e a aceitação da comunidade, com as famílias que participarem do projeto.

Avaliações

Através de metodologias apropriadas de avaliação verificar-se-á o conhecimento das famílias/comunidades antes e depois do desenvolvimento do projeto, como também o grau de satisfação obtido pelas estratégias utilizadas. Isto permitirá correções de percurso.

Difusão de informações

A transmissão do conhecimento obtido e dos instrumentos e métodos testados acontecerá pelos professores, agentes de saúde e monitores ambientais (através de treinamentos), utilizando filmes, slides, palestras e eventos educativos.

Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

O responsável pelo projeto será o IMAC, e a unidade executora a Coordenadoria de Estudos e Pesquisas que constituirá uma equipe de profissionais e técnicos ligados às áreas de educação.

h) Prazo de Execução: 3 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS NO PROJETO	—		
-LEVANTAMENTO DADOS SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAIS (FEA)	—		
-LEVANTAMENTO DIALETOS E EXPRESSÕES UTILIZADAS (FEA)	—		
-DADOS COMPARATIVOS COM EX-SERINGUEIROS NAS PERIFÉRIAS DE RIO BRANCO	—		
-LEVANTAMENTO DE DADOS ETNOECOLÓGICOS (FEA)	—		
-ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	—		
-ELABORAÇÃO/PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS EDUCATIVOS (JOGO DA CAÇA, CALENDÁRIO E CARTILHA)	—		
-APLICAÇÃO DO JOGO DA CAÇA			
-APLICAÇÃO DO CALENDÁRIO DA CAÇA			
-MONTAGEM DO CURSO PARA MONITORES AMBIENTAIS		—	—
-TREINAMENTOS DE MONITORES AMBIENTAIS		—	—
-ANÁLISE AVALIAÇÃO DO JOGO DA CAÇA			—
-ACOMPANHAMENTO DO JOGO DA CAÇA (FEA)			—
-ACOMPANHAMENTO DE MONITORES AMBIENTAIS (FEA)			—
-AVALIAÇÃO DO CALENDÁRIO DE CAÇA			—
-AVALIAÇÃO DOS MONITORES AMBIENTAIS			—

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
-REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS	20.828,24	-	20.828,24
-ANÁLISE DE INFORMAÇÕES	5.542,60	-	5.542,60
-MONTAGEM DE MATERIAL INFORMATIVO	37.967,95	-	37.967,95
-MONTAGEM DE PALESTRAS-CURSOS-TREINAMENTO	325,44	-	325,44
-REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS	81.957,55	-	81.957,55
-PESSOAL	-	75.935,00	75.935,00
TOTAL	141.621,78	75.935,00	217.557,00

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
-PESSOAL			
-EQUIPAMENTOS	7.593,89		7.593,89
-TRANSPORTE/ESTADIA	56.951,93		56.951,93
-MATERIAL DE CONSUMO	976,32		976,32
-SERVIÇO DE TERCEIROS	37.967,95		37.967,95
TOTAL	103.490,09		103.490,09

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Melhoria da condição de vida das famílias/comunidades extrativistas da Floresta Estadual da Antimari.

k) Experiências Anteriores

- Desenvolvimento do Projeto Estudos da Fauna como parte do "Projeto para Uso Múltiplo e Manejo Sustentado da FEA".

3.2. Educação Ambiental Rural

a) Localização

Este projeto deverá ser implantado na área do Projeto Humaitá, situado no município de Rio Branco - Porto Acre. Abrange uma área de 63.361 ha², no vale do Rio Acre, onde 100% já está autorizada para assentamento. A população da área está estimada em 3.804 habitantes.

b) Justificativa

A sociedade acreana vem discutindo o tema Educação Ambiental em diversas instâncias, sem no entanto contar com um apoio institucional que oriente e balise as propostas metodológicas, de instrumentos, e, de estratégias de difusão.

O Projeto de Colonização Humaitá foi escolhido como alvo de uma experiência piloto em educação ambiental rural, por ser uma área onde a ação antrópica tem elevado percentual e a maioria dos colonos, ali assentados, não tem conhecimento da realidade amazônica e em especial do Estado do Acre.

Nessas condições há necessidade de se investir, via Educação Ambiental, no processo de melhoria das condições de trabalho e de vida desses habitantes/colonos, informando-os e capacitando-os sobre tecnologias de baixo custo, adaptadas aos condicionantes ambientais da área, evitando-se práticas inadequadas à produção, responsáveis pelo desequilíbrio e miséria das populações envolvidas.

c) Objetivos

Geral

- Implantar e implementar ações educativas que instrumentalizem os colonos a tratar com competência e responsabilidade social os recursos, promovendo por meio de um manejo adequado, sua conservação e preservação.
- Produzir conhecimentos para a compreensão das questões ambientais *latu sensu* e das ações voltadas a recuperação, proteção e conservação do meio ambiente.
- Estimular o uso e conservação dos recursos naturais como mecanismo para permanência do homem no seu meio.
- Fomentar a produção de material educativo visando tornar transparentes as informações a nível formal e informal.

Específicos

- Atingir 630 produtores rurais com informações que fomentem o uso e manejo adequado dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas e o entendimento da legislação ambiental em vigor.
- Apoiar/fortalecer as organizações comunitárias existentes na área.
- Atender 8 escolas com ações de educação não formal.

d) Beneficiários

- 630 produtores rurais do Projeto Humaitá.
- Organizações comunitárias.

* Ressalta-se que da área total, 2.096 ha são propriedades da Universidade Federal do Acre para desenvolver pesquisas experimentais; 37,5 ha são ocupadas com estradas e 125,5 correspondem à infra-estrutura administrativa.

e) Descrição dos Trabalhos

- Realização de levantamentos sócio-econômicos e ecológicos com aplicação de questionários e entrevistas em visitas domiciliares, por estagiários, fiscais e delegados sindicais.
- Análise das informações coletadas.
- Definição das tipologias florestais, através da análise de imagens TM/LANDSAT, baseada nos critérios clássicos de foto interpretação e amostragens fitossociológica através de método de quadrantes, base para o estudo das espécies vegetais existentes que servirão para recuperação de áreas degradadas.
- Montagem de material informativo para transmissão através de informações radiofônicas, cartilhas, folders, etc.
- Montagem de palestras, cursos e treinamentos, inclusive com instituições co-executoras (IMAC, EMBRAPA, SDA, SEC, AMATER e Secretaria da Saúde) para:
 - Colonos e produtores.
 - Organizações comunitárias e suas lideranças.
 - Professores/alunos.
- Realização das atividades informativas, palestras, cursos e treinamentos.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

Todas as atividades previstas terão o acompanhamento contínuo da coordenadoria de estudos ambientais do IMAC. A cada semestre far-se-á uma avaliação com a participação dos órgãos co-executores: IMAC, EMBRAPA, SDA, SEC, AMATER e Secretaria da Saúde.

h) Prazo de Execução: 3 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS			
-ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES			
-DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS FLORESTAIS			
-MONTAGEM DE MATERIAL INFORMATIVO			
-MONTAGEM DE PALESTRAS, CURSOS E TREINAMENTOS			
-REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS			

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL (DM)
-REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS	162.052,87	763,17	162.816,04
-ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	-	763,17	763,17
-DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS FLORESTAIS	23.249,98	763,17	26.013,15
-MONTAGEM DE MATERIAL DEMONSTRATIVO E PALESTRANTES	171.592,87	763,17	172.356,04
-REALIZAÇÃO DE PALESTRAS CURSOS E TREINAMENTOS	349.498,64	763,17	350.261,81
-REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS E MONITORAMENTO	349.498,64	763,17	350.261,81
TOTAL	1.457.893,00	4.579,02	1.462.472,00

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL (DM)
-PESSOAL	-	4.579,02	4.579,02
-EQUIPAMENTOS	104.777,00	-	104.777,00
-MATERIAL DE CONSUMO	21.993,00	-	21.993,00
-TRANSPORTE/ESTADIA	1.000.000,00	-	1.000.000,00
-SERVIÇOS DE TERCEIROS	331.123,00	-	331.123,00
TOTAL	1.457.893,00	4.579,02	1.462.472,00

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Fomento do uso e manejo adequados dos recursos naturais.
- Fortalecimento das organizações comunitárias.
- Recuperação de áreas degradadas.
- Melhoria do conhecimento da legislação ambiental.

k) Experiências Anteriores

Atualmente, ainda não se conta com apoio institucional e financeiro para realização de um projeto de educação ambiental rural.

3.3. Curso de Introdução às Ciências Florestais

a) Localização

Escolas da Rede Estadual de Ensino do 1º grau
Área de Estudos Florestais da FUNTAG

b) Justificativa

A FUNTAG em conjunto com a Secretaria de Educação do Estado - SE/AC realizou um curso de introdução às ciências florestais para estudantes de primeiro grau no ano de 1990, contando com participação de 8 escolas de primeiro grau, sendo os alunos das sétimas e oitavas séries, com faixa etária entre 12 e 15 anos. O curso foi oferecido a 320 alunos.

A metodologia utilizada constava de 2 aulas teóricas de 90 minutos cada, durante 2 dias, e de 2 aulas práticas de 2 dias na ÁREA DE ESTUDOS FLORESTAIS DA FUNTAG. O oferecia aos alunos todo material didático possível, constituído de apostilas tendo como tema principal a questão ambiental. As aulas teóricas foram ministradas por 2 engenheiros agrônomos e 2 engenheiros florestais da FUNTAG. Foram ministradas aulas expositivas, com o auxílio de retroprojetores, slides, e filmes na área de estudos florestais da FUNTAG. Foram feitas exposições, projeções de filmes, etc durante os 2 dias dos trabalhos desenvolvidos pela instituição. Entre as atividades desenvolvidas estavam incluídos passeios na floresta, visita a seringueiros, coleta de material botânico, etc.

O curso tinha a duração de uma semana para cada escola. As crianças da zona urbana, muitas delas filhos de ex-seringueiros, embora vivendo dentro da Amazônia, não têm a percepção da realidade que a cerca: não têm noção da importância da preservação e conservação desse ambiente natural.

c) Objetivo

Geral

- Preparar as próximas gerações acreanas para o conhecimento a respeito de sua base de sustentação econômica e ambiental: a floresta tropical.

Específico

- Introduzir nos currículos de 1º Grau, cursos de introdução as ciências florestais.

d) Beneficiários

Escolas da Rede Estadual de Ensino do 1º grau e professores.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Construção de alojamento.
- Realização de cursos para 16 escolas de ensino do 1º Grau. Habilitação de professores na área de educação ambiental. Iniciação de 480 alunos/ano ciências florestais.
- Relatório e publicação dos resultados.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela Secretaria de Educação.

g) Executor

FUNTAC conjuntamente com a Secretaria de Educação serão responsáveis pela execução do projeto.

h) Prazo de Execução

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-CONSTRUÇÃO DE 1 ALOJAMENTO NA AEF/FUNTAC	_____	_____	_____
-CURSOS PRÁTICOS E TEÓRICOS A PROFESSORES	_____	_____	_____
-CURSOS TEÓRICOS E PRÁTICOS A ESTUDANTES	_____	_____	_____
-RELATÓRIO E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS	_____	_____	_____

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.FINANCEIRA	%	CONTRAPARTIDA	%	VALOR TOTAL (DM)
-PESSOAL	-		160,000		160,000
-DIÁRIAS	40,000		-		60,000
-TRANSPORTE	45,000		-		45,000
-MATERIAL DE CONSUMO	55,000		-		55,000
-SERVIÇOS DE TERCEIROS (CONSTRUÇÃO DE 1 ALOJAMENTO E CONSULTORIAS, ETC.)	15,000		90,000		105,000
-DOCUMENTÁRIOS (RELATÓRIOS, FILMAGENS, ETC.)	5,000		-		5,000
TOTAL	260,000	50,96	250,000	49,02	510,000

j) Impactos Previsíveis

- Integração das atividades da FUNTAC e SEC com o apoio do IMAC e UFAC, viabilizando a divulgação dos trabalhos;
- Aumento dos conhecimentos dos professores (Educadores) das escolas de 1º Grau em Rio Branco e adjacências melhoria do nível de consciência dos alunos e professores quanto a importância da questão ambiental para o desenvolvimento;
- Atualização, aperfeiçoamento e qualificação eficiente dos Recursos Humanos ligados à educação.

k) Experiências Anteriores

Como já foi mencionado anteriormente, a FUNTAC vem realizando e promovendo cursos dessa natureza desde 1990, apoiando a SEC e informando e qualificando recursos humanos para atuar na área de educação Ambiental.

3.4. Validação de Tecnologia em Exploração e Manejo Florestal no Estado do Acre.

a) Localização

Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - CPAF/AC, Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC e Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC.

b) Justificativa

O Estado do Acre conta com os serviços da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-AC que, mesmo integrada por profissionais sérios e comprometidos com o trabalho, não tem conseguido dinamizar as atividades de disseminação de tecnologias para a exploração e manejo florestal, no ritmo necessário devido as limitações de ordem financeira, e, muitas vezes, técnica dos extensionistas.

Visando criar condições efetivas para a disseminação e transferência dessas tecnologias aos setores produtivos, prevê-se a instalação, nos Órgãos responsáveis pela condução das pesquisas - CPAF, FUNTAC e IMAC, de estruturas voltadas para a difusão de tecnologia. Pretende-se ampliar a estrutura do Setor de Difusão de Tecnologia da EMBRAPA/CPAF-AC e implantar na FUNTAC e no IMAC setores voltados para a mesma finalidade.

O trabalho articulado dessas instituições ampliará a capacidade instalada para as atividades de extensão e de treinamento e capacitação de pesquisadores e extensionistas. Pretende-se ainda criar o "Grupamento de Extensionistas Florestais" e prestar apoio aos extensionistas treinados na implantação de Unidades Demonstrativas no âmbito do Estado.

c) Objetivos

Geral

- Dotar os setores extrativistas do Estado do Acre de tecnologia orientada para o aumento da produtividade.

Específico

- Capacitar e treinar o pessoal técnico nos métodos e técnicas de difusão e transferência de tecnologias sobre exploração e manejo florestal no Estado do Acre.

d) Beneficiários

Serão beneficiários diretos os produtores rurais e os grupos extrativistas tradicionais do Estado do Acre, estimando-se essa população em 1.000 famílias.

Indiretamente o projeto beneficiará o conjunto da população economicamente dependente dessas atividades, em torno de 50.000 pessoas.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Dimensionamento em conjunto com a EMATER/AC das instalações, equipamentos, pessoal e materiais necessários à implantação e a ampliação da base física dos Setores de Difusão de Tecnologia previstos.

- Planejamento da estratégia e do programa de capacitação dos técnicos envolvidos no trabalho de extensão (métodos e técnicas, conteúdos, carga horária, professores/instrutores, elaboração de materiais, bibliografia, equipamentos, apoio logístico, etc).

Implantação dos Setores de Difusão.

Criação do Grupamento de Extensionistas.

Implementação do Programa de Capacitação e Treinamento (cursos, palestras, seminários, trabalhos de campo, etc.)

f) Mutuário

Governo do Acre.

g) Executor

O projeto será coordenado pelo CPAF/AC que atuará em articulação com a EMATER, com a FUNTAC e o IMAC.

O responsável pela execução será o Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - CPAF-AC, através da Coordenadoria de Difusão e Transferência de Tecnologia.

O CPAF-AC conta com 127 funcionários na área técnica e administrativa, sendo 26 pesquisadores graduados, alguns com mestrado e doutorado. Possui infra-estrutura administrativa, escritórios, laboratórios, biblioteca, veículos, equipamentos e maquinária para trabalhos de campo. Desenvolve atualmente 38 pesquisas nas áreas de agricultura, fruticultura, pecuária, manejo e conservação dos solos, avaliação do potencial florestal para madeira entre outras.

) Prazo de Execução

O projeto será desenvolvido num período de 5 anos.

Cronograma:

ATIVIDADES	MÊS/ANO				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
1-DIMENSIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS, PESSOAL, MATERIAL, ETC.					
2-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS-CPAF,FUNTAC,IMAC					
3-CRIAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE EXTENSIONISTAS					
4-PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO					
5-IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO					

j) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ITENS DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	%	CONTRAPARTIDA NACIONAL	%	VALOR TOTAL US\$ 1,
.Pessoal			27,337		27,337
.Equipamentos	35,000				35,000
.Transporte/					
.Estúdios	35,000				35,000
.Material de					
.Consumo	10,000				10,000
.Serviços					
.Terceiros	10,000				10,000
TOTAL	85,000	76	27,337	24	112,337

* Taxa de câmbio referencial US\$ 1. = Cr\$ 263,38 (07.05.91)

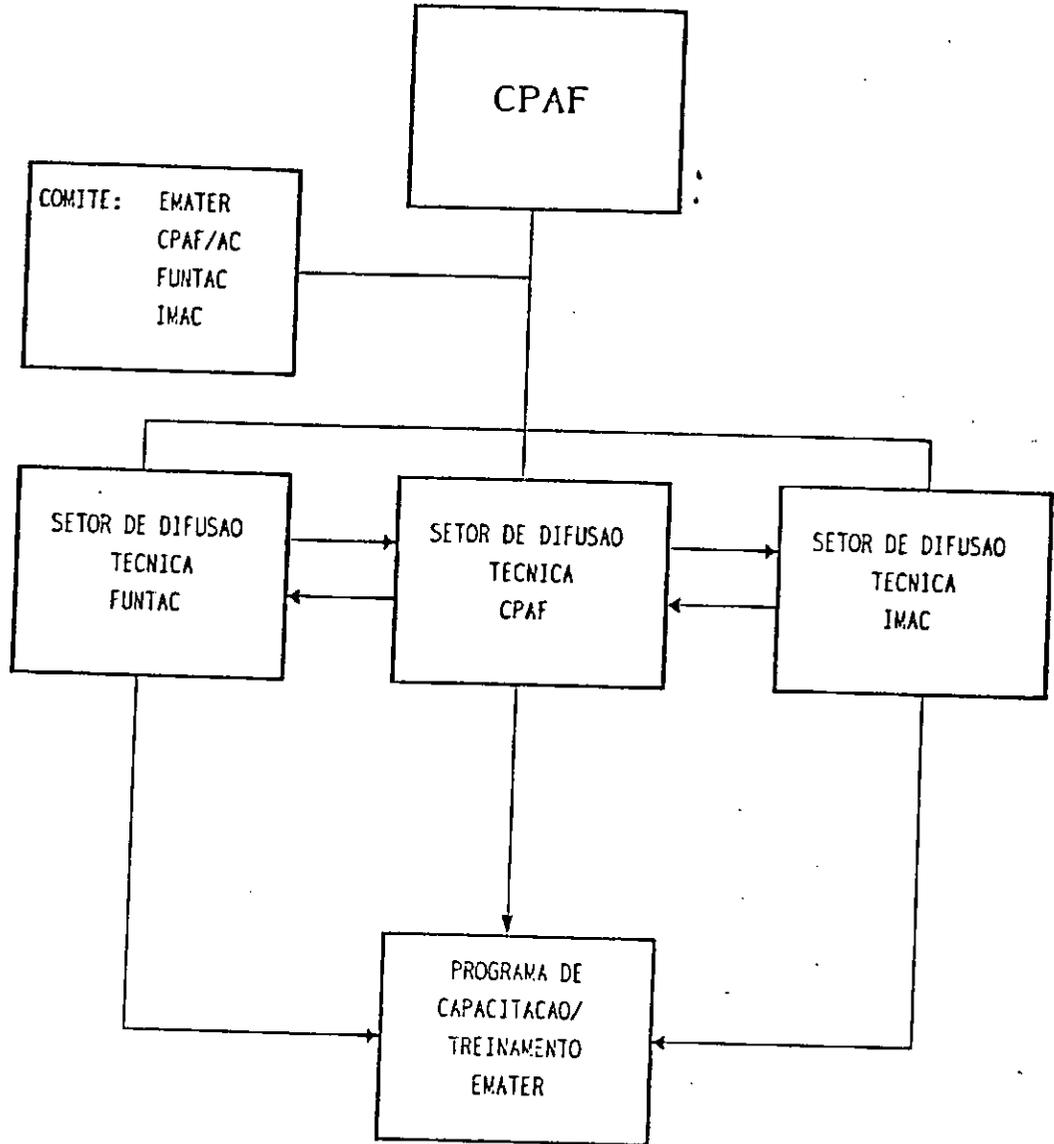
k) Análise dos Impactos Previsíveis

- Integração das ações da EMATER-AC, CPFA-AC, FUNTAC e IMAC, viabilizando um trabalho conjunto na disseminação de tecnologias para exploração e manejo florestal no Estado do Acre e em outras regiões da Amazônia Ocidental.
- Ampliação da capacitação dos técnicos que atuam nas atividades de extensão rural.
- Melhoria das técnicas, dos métodos e de outros instrumentos de disseminação e transferência de tecnologia utilizadas na região.
- Aumento da produtividade das atividades extrativistas e dos pequenos produtores.
- Melhoria de renda e da qualidade de vida das populações envolvidas nessas atividades.

l) Experiências Anteriores

A EMATER-AC integra o Sistema de Extensão Rural existente no País, hoje sob a coordenação da EMBRAPA. É larga a tradição dessas empresas estaduais nos trabalhos de extensão e disseminação de tecnologias na área rural. Esse trabalho vem sendo desenvolvido em todo o País há mais de 35 anos, o que demonstra a existência de experiências anteriores nesse campo. O que se pretende com a implantação deste Projeto é ampliar e melhor capacitar os técnicos desse setor tendo em vista a disseminação de tecnologias orientadas para o desenvolvimento sustentável no âmbito do Estado do Acre e da Amazônia Ocidental.

GESTAO DO PROJETO



3.5. Unidades Demonstrativas para Treinamento em Sistemas Agroflorestais de Pequenos Produtores Rurais: Seringueiros e Colonos.

a) Localização

O projeto será desenvolvido na área de pesquisa da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC (BR-317, Km 67) e nos Projetos de Colonização Pedro Peixoto, Humaitá, Boa Esperança, Quixadá e Redenção, no Estado do Acre.

b) Justificativa

Os Projetos de Colonização ou de Assentamento Dirigidos - PAD's do Estado do Acre foram implantados nos anos de 70 e 80, sob a coordenação do Governo do Estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PAD Pedro Peixoto abrange os municípios de Rio Branco, Plácido de Castro e Senador Guiomard; o PAD Humaitá o município de Rio Branco; o PAD de Boa Esperança o município de Sena Madureira; o PAD Quixadá os municípios de Assis Brasil e Brasília e o PAD de Redenção o município de Plácido de Castro.

A agricultura praticada nesses assentamentos é, via de regra, itinerante, uma vez que o sistema de produção adotado requer anualmente ou a cada 2 anos, a incorporação de novas áreas para exploração, o que tem acelerado o processo de ocupação de terras do Estado, o desmatamento, a destruição de nutrientes, e a formação de capoeiras. As principais culturas são semi-perenes e anuais (arroz, milho, feijão e mandioca), sem qualquer valor agregado na comercialização.

As dificuldades de acesso, produção e comercialização, somadas a outros fatores como deficiência de serviços públicos, insuficiência de recursos financeiros e assistência técnica, têm levado aos parceiros a redução de sua área de plantio e a venda de suas propriedades para pecuaristas e/ou grandes empresários, intensificando o movimento migratório para a periferia das cidades, especialmente para Rio Branco. Ainda como consequência desse quadro observa-se a rotatividade das propriedades, a alteração de suas bases produtivas, para a prática de pecuária extensiva e a concentração de terras.

Considerando a necessidade de intervir nesse processo de forma a possibilitar aos pequenos produtores diversificar suas culturas e obter rendimentos econômicos na exploração de suas propriedades, a FUNTAC pretende desenvolver uma atividade de introdução, nessas áreas, de culturas perenes frutíferas e/ou florestais nativas, que oferecem uma série de vantagens comparadas as do sistema de produção atualmente em uso.

Para tanto utilizará a experiência acumulada em trabalhos na área de sistemas agroflorestais desenvolvidos desde 1988, que conta com 2 experimentos em um ensaio na Área de Estudos Florestais e no trabalho de Pesquisa Participativa, envolvendo o Sindicato dos Pequenos Agricultores, Seringueiros e Assalariados Rurais de Rio Branco. Este último trabalho consiste no fornecimento de mudas de espécies frutíferas e florestais, produzidas em um viveiro na Área de Estudos Florestais e de Assistência Técnica, aos produtores envolvidos. O viveiro de produção de mudas tem, atualmente, capacidade para produção de cerca de 65.000 mudas/ano.

c) Objetivos

Geral

- Contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das áreas de abrangência do projeto.
- Viabilizar a agroindústria do Estado do Acre.

Específicos

- Introduzir sistemas agroflorestais, utilizando espécies frutíferas e essências florestais de valor comercial, como uma alternativa ecológica, técnica, econômica e social apropriada ao manejo da pequena propriedade.

d) Beneficiários

Os produtores rurais-colonos e seringueiros, que vivem nas áreas dos assentamentos abrangidos por este Projeto, serão os beneficiários diretos, estimando-se em 1.000 pessoas.

Indiretamente será beneficiada a parcela da população economicamente dependente dessas atividades, estimada em 4.200 pessoas.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Formação de viveiros para produção de mudas.
- Implantação de "Unidades Demonstrativas" nos vários projetos de assentamento.
- Treinamento de extensionistas da EMATER, através de cursos, visitas, etc., para atuarem como difusores da tecnologia de produção de mudas.
- Treinamento de pequenos produtores para a produção de mudas em todas as suas fases.
- Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das espécies cultivadas.

O projeto será desenvolvido a partir da tecnologia existente na área de Estudos Florestais da FUNTAC para a produção de mudas, e da sua experiência no treinamento de extensionistas.

f) Mutuário

Governo do Estado do Acre.

g) Executor

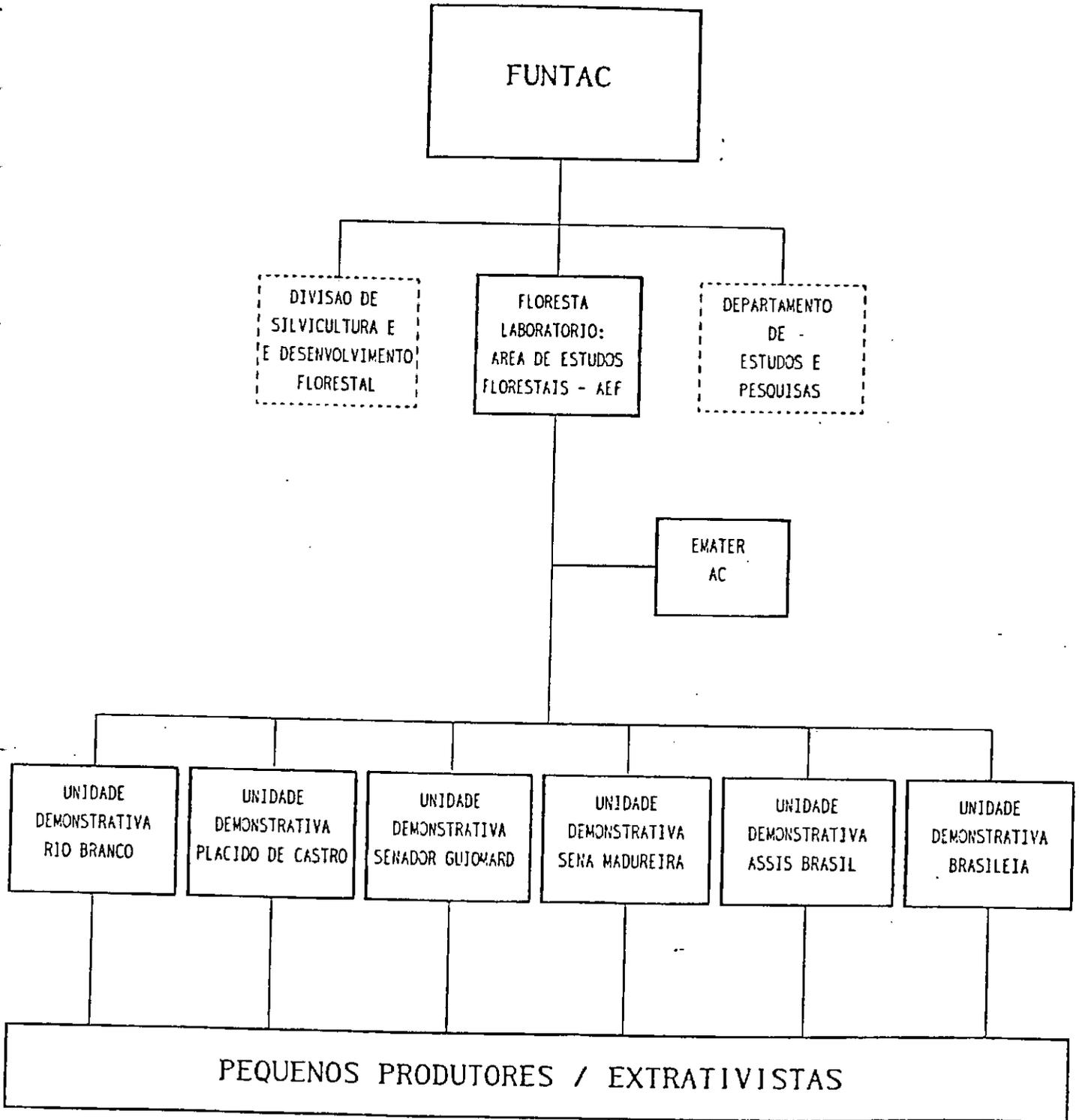
O projeto será executado pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC, criada em 1987, com o objetivo de desenvolver e difundir tecnologia e conhecimentos científicos de apoio aos setores públicos e privados do Estado.

Em conjunto com outras instituições orientou a operacionalização da política de Ciência e Tecnologia do Estado para o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento sustentável. Conta com um quadro de 180 servidores, dos quais 36 são profissionais de nível superior, com formação em diversas áreas do conhecimento, com cursos de treinamento e especialização no Brasil e no exterior.

Possui em sua sede, em Rio Branco, infraestrutura de escritório, comunicação, transporte aéreo, fluvial e terrestre, laboratórios, biblioteca, equipamentos e maquinárias para trabalhos de campo. Além dessa sede possui outras estruturas complementares: a Floresta Laboratório, a Indústria Florestal Integrada e a Floresta Estadual de Antimari.

A Floresta Laboratório, denominada Área de Estudos Florestais - AEF, será o principal suporte para este Projeto. Conta com uma área de 600 ha - situada na BR-317, a 66Km da Capital, onde são desenvolvidos experimentos, estudos e pesquisas florestais, cursos de treinamento, e, produzidas, anualmente, mais de 65.000 mudas de espécies nativas e frutíferas tropicais.

GESTAO DO PROJETO



h) Prazo de Execução: 5 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
1- FORMAÇÃO DE VIVEIROS PARA PRODUÇÃO DE MUDAS					
2-IMPLANTAÇÃO DE "UNIDADES DEMONSTRATIVAS"					
3-TREINAMENTO DE EXTENSIONISTAS					
4-TREINAMENTO DE PEQUENOS PRODUTORES					
5-ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS ESPÉCIES					

i) Orçamento:

DISCRIMINAÇÃO POR ITENS DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	%	CONTRAPARTIDA NACIONAL	%	VALOR TOTAL US\$ 1,
PESSOAL	-		291.609		291.609
TRANSPORTE/ ESTADIAS	310.406		-		310.406
MATERIAL DE CONSUMO	38.806		-		38.806
SERVIÇOS TERCEIROS (CONSULTORIA, PUBLICAÇÕES, ETC.)	9.438		-		9.438
TOTAL	358.650	55	291.609	45	650.259

* Taxa de câmbio referencial US\$ 1. = Cr\$ 263,38 (07.05.91)

j) Impactos Previsíveis

- Integração das ações da FUNTAC e EMATER-AC, viabilizando um trabalho conjunto na disseminação de tecnologias econômica e ambientalmente adequadas.
- Aumento da produtividade da pequena produção.
- Melhoria da renda e da qualidade de vida da população envolvida.
- Redução do fluxo migratório para as cidades.
- Redução dos desmatamentos e da perda de solos.
- Aumento da produção de frutos e madeiras tropicais, viabilizando a agroindústria do Estado do Acre.

k) Experiências Anteriores

Como já foi mencionado neste Projeto, a FUNTAC vem atuando desde 1988 na produção de mudas e na assistência aos produtores envolvidos.

3.6. Sistema Agroflorestal para Controle de Queimadas e Recuperação de Áreas Degradadas

a) Localização

Este projeto deverá ser implantado nas áreas dos Projetos de Colonização de Humaitá, (Município de Rio Branco) e de Pedro Peixoto, (Município de Rio Branco, Plácido de Castro e Senador Guiomard), no Estado do Acre.

b) Justificativa

O sistema itinerante de cultivo praticado pelo pequeno e médio agricultor no Estado do Acre, no qual anualmente ou a cada 2 anos uma nova área de mata é derrubada e queimada para ser incorporada ao processo exploratório vem causando sérios problemas de perda de solos. De um modo geral a partir do terceiro ano após a retirada da mata a fertilidade do solo decresce de tal forma que obriga o agricultor a deixar a área anteriormente cultivada em pousio (regeneração da vegetação), formando as chamadas capoeiras.

Dependendo da disponibilidade de terra e das condições financeiras do agricultor, essa área poderá voltar a ser cultivada algum tempo depois.

Soma-se ao sistema de cultivo e as queimadas, as condições climáticas levando a modificação das propriedades físico-químicas dos solos da região.

Estudos relacionados com a química das águas pluviais da floresta amazônica tem mostrado elevado índice de acidez devido a formação de ácidos orgânicos (fórmico e acético), resultantes da queimada da biomassa que, nos últimos 20 anos, tem sido intensa na região.

Na verdade, a mais importante causa da má administração de terras tropicais tem sido a falta de conhecimento dos fatores que mantêm o nível de produtividade das regiões de florestas tropicais.

O estabelecimento de um esquema de uso da terra compatível com o sistema de produção da região é possível, face ao bom desempenho local apresentado por algumas leguminosas anuais e perenes, no que se refere a produção de biomassa, à competição com ervas daninhas e ao aspecto fitossanitário. A utilização de um sistema rotacional com leguminosas, além de contribuir para diminuir o desmatamento, propiciará o uso do plantio direto com cultivo mínimo, técnica amplamente recomendada para regiões tropicais. Como nesse sistema o solo só é usado por um ciclo de cultura, a sua fertilidade inicial não sofrerá grandes alterações, devido à ação da leguminosa que permanecerá na área por mais ou menos dois/três anos. Ao final desse período, a leguminosa terá controlado as invasoras, reduzindo à necessidade de capinas nos cultivos subsequentes, o que facilitará a implantação e o estabelecimento do sistema agroflorestal.

O sistema sugerido neste projeto proporcionará uma economia de mão-de-obra, geralmente escassa na região, por não necessitar de derrubadas, queima e por reduzir as capinas. Com isso, o agricultor poderá diversificar suas atividades, aumentando a renda de sua propriedade e melhorando suas condições de sobrevivência.

Dados da Fundação de Tecnologia do Acre, de um levantamento efetuado em 1987, indicam a existência no Estado de 60.565.44 ha de capoeiras, somados a 72.230.33 ha de colocações, colônias e roçados e a 87.607.22 ha de projetos de colonização explorados.

Essa área é considerada suficiente para abastecer o Acre dos produtos agrícolas básicos da alimentação local/regional.

c) Objetivos

Geral

- Aumentar a produtividade da pequena produção, através da introdução de um sistema agroflorestal alternativo em que o agricultor incorpore ao sistema produtivo as áreas encapoeiradas.

Específicos

- Definir um sistema agroflorestal alternativo em que o agricultor possa usar racionalmente as áreas de capoeiras, evitando novas derrubadas da floresta;
- Recuperar áreas degradadas com o plantio de leguminosas, utilizando-se cultivos de subsistência para redução de custos e para alimentação;
- Evitar o uso do fogo no preparo da terra;
- Reduzir o período de pousio das áreas de capoeiras;
- Substituir gradativa os sistemas agrícolas tradicionais por sistemas agroflorestais.

d) Beneficiários

Serão beneficiários diretos os agricultores que vivem na área de abrangência do Projeto, estimados em 600 pessoas.

Indiretamente será beneficiada a população economicamente dependente desses agricultores, em torno de 3.000 pessoas e os agricultores do Estado do Acre, como um todo, pela possibilidade da implantação de sistemas agroflorestais na exploração de suas propriedades.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

O trabalho terá início com a escolha das áreas, pela equipe técnica da EMATER que atuará também na orientação aos produtores.

O trabalho terá duas fases distintas: uma de recuperação e melhoria das condições físicas e da fertilidade do solo, em que se substitui a cultura anual pela leguminosa e outra onde se fará a introdução do sistema agro-florestal.

Serão desenvolvidas unidades de 4 ha. cada, explorando-se em cada ano agrícola apenas 1 ha. Após dois ou três anos de exploração da leguminosa, na recuperação das qualidades físico-químicas do solo, a área será ocupada com um sistema de cultivo integrado, constituído de culturas perenes e essências florestais de interesse econômico da região onde está sendo desenvolvido o projeto.

Visando reduzir os custos de implantação desse sistema, será estimulado o cultivo intercalado com culturas anuais (feijão, milho, arroz e mandioca) que servirão também para consumo na propriedade. Um exemplo desse sistema é o plantio de linhas de seringueiras, castanheiras, café ou pupunha, colocando-se no espaço entre essas linhas de culturas o feijão, o arroz, o milho e a mandioca, até que o sombreamento provocado pelas culturas perenes ou semi-perenes interfira no cultivo anual.

Serão implantadas durante o projeto 20 unidades demonstrativas que servirão de base para a disseminação do trabalho a pelo menos 120 famílias/ano, perfazendo um total de 600 famílias em 5 anos.

f) Mutuário

Governo do Estado do Acre.

g) Executor

O projeto será desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - CPAF-AC, da EMBRAPA, através da sua Coordenadoria da Área Vegetal - COAFI-AC.

O CPAF-AC tem 127 funcionários na área técnica e administrativa, dos quais 26 são pesquisadores com bacharelado, mestrado e doutorado. Possui infraestrutura administrativa, escritórios, veículos, laboratórios, biblioteca, equipamentos e maquinaria para trabalhos de campo.

O projeto contará ainda com a participação da EMATER, que se responsabilizará pela seleção das áreas e pelas atividades de orientação aos agricultores.

Participarão ainda do Projeto a SDA, a FUNTAC, o INPA e a Universidade Federal do Acre, colaborando nas fases do processo em que sua participação se fizer necessária.

Organograma

h) Prazo de Execução: 5 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	ANOS				
	1º	2º	3º	4º	5º
1- SELEÇÃO DE ÁREAS	—	—	—	—	—
2- ORIENTAÇÃO AOS AGRICULTORES	—	—	—	—	—
3- PREPARAÇÃO DAS ÁREAS	—	—	—	—	—
4- INTRODUÇÃO DO SISTEMA AGROFLORESTAL	—	—	—	—	—

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	%	CONTRAPARTIDA NACIONAL	%	VALOR TOTAL US\$1.
PESSOAL			139.200		139.200
EQUIPAMENTOS	3.000				3.000
TRANSPORTES ESTADIAS	30.765				30.765
MATERIAL DE CONSUMO	18.600				18.600
SERVIÇOS DE TERCEIROS (CONSULTORES, PUBLICAÇÕES, ETC)	25.000				25.000
TOTAL	77.365	36	139.200	64	216.565

(*) Taxa de Câmbio Referencial: US\$ 1, = Cr\$ 263,38 (07.05.91)

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- O aumento da produtividade da pequena propriedade;
- Eliminação gradativa das práticas de derrubadas e queimadas na região;
- Aumento da renda e da qualidade de vida dos agricultores.

k) Experiências Anteriores

O Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre, subordinado a EMBRAPA tem larga tradição nas atividades de desenvolvimento de base técnica para a transformação da estrutura produtiva. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento na Instituição 38 pesquisas nas áreas de agricultura, fruticultura, pecuária, manejo e conservação de solos, entre outras.

C) MONTAGEM DE UMA ESTRUTURA EFICAZ DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA DO IBAMA, NA AMAZÔNIA

1. Implantação de Sistema Integrado de Rádio-Comunicação/IBAMA

a) Localização

O Sistema Integrado de Rádio-Comunicação deverá ser implantado nos estados da região Amazônica, nas unidades descentralizadas do IBAMA como apoio às atividades de controle, fiscalização, monitoramento e vigilância atribuídas às SUPES - Superintendências Estaduais, UCs - Unidades de Conservação e POCOFs - Postos de Controle e Fiscalização.

A Administração Central do Sistema estará localizada em Brasília-DF.

O quadro, a seguir apresentado, ilustra a distribuição atual dessas unidades descentralizadas (SUPES, UCs e POCOFs) nos estados da região Amazônica.

ESTADOS	SUPES	UCs	POCOFs
PARÁ	01	04	08
MARANHÃO	01	-	07
TOCANTINS	01	01	02
MATO GROSSO	01	-	10
RONDÔNIA	01	04	07
ACRE	01	01	09
AMAZONAS	01	05	09
AMAPÁ	01	03	08
RORAIMA	01	02	05
ADMINIST. CENTRAL	01	-	-
TOTAL	10	20	65

b) Justificativa

A multiplicidade de atividades de controle e fiscalização atualmente desenvolvidas pelo IBAMA, tem demonstrado a necessidade imediata de implantação de um sistema integrado e moderno de rádio-comunicação, que viabilize uma real integração dos diversos segmentos institucionais e/ou inter-institucionais voltados para a conservação do meio ambiente.

Tal necessidade torna-se imperiosa quando são abordadas, por exemplo, ações a serem desenvolvidas na região amazônica, que abrange uma área de 5.000.000 km² e contempla 9 unidades federativas. Além disto, esta região apresenta localidades de difícil acesso, com total precariedade de meios de comunicação.

Dentre as diversas dificuldades encontradas atualmente pelo IBAMA, quando da execução de operações de fiscalização de rotina e/ou especiais, de atividades de vigilância de Unidades de Conservação, de atividades de controle e pesquisa nesta região relacionam-se desde os equipamentos ultrapassados, múltiplos em modelos e marcas, sem manutenção ou pessoal treinado para o uso, até a não existência de um sistema que torne possível uma inter-ligação com a Administração Central do IBAMA, em Brasília.

Neste sentido, há necessidade de implantação de um Sistema Integrado de Rádio Comunicação que possibilite inclusive a comunicação direta das unidades descentralizadas da região Amazônica com a sede do IBAMA, viabilizando e aperfeiçoando as atividades de fiscalização e controle do meio ambiente em geral da região amazônica, bem como das unidades de conservação em particular, e, as atividades de monitoramento e controle de incêndios florestais e queimadas.

Tal sistema permitirá um fluxo rápido de informações de áreas interiores da região Amazônica, garantindo eficiência, multiplicidade e segurança de comunicação.

Esta é, sem dúvida, a alternativa mais adequada para a região em função da sua dimensão territorial.

c) Objetivos

Geral

- Dotar o IBAMA e suas unidades descentralizadas (SUPES, UCs e POCOFs) de Sistema Integrado de Rádio-Comunicação visando a implementação das atividades de fiscalização e controle do meio ambiente, bem como atividades de monitoramento e vigilância das Unidades de Conservação Federais da região Amazônica.

Específicos

- Implantar o sub-sistema de rádio-comunicação nas unidades descentralizadas e Administração Central do IBAMA para dar suporte à fiscalização, controle, monitoramento e vigilância.
- Implantar o sub-sistema de rádio-localização e rádio-monitoragem da fauna em unidades de pesquisa, nas UC's.
- Implantar o sub-sistema de rádio localização e rádio-monitoragem de emissões clandestinas em pontos estratégicos.
- Compatibilizar e integrar o sistema existente ao sistema proposto, ampliando a abrangência de atuação.
- Capacitar e/ou treinar pessoal para operar o Sistema Integrado de Rádio-Comunicação tanto na Administração Central como nas unidades descentralizadas.
- Viabilizar a articulação IBAMA-FUNAJ-Polícia Federal com vistas a um trabalho de fiscalização e controle mais integrado na região Amazônica.

d) Beneficiários

Além do próprio IBAMA e suas unidades descentralizadas na região Amazônica, serão beneficiários do sistema: órgão estaduais de meio ambiente, polícias florestais, populações locais, comunidades indígenas e outros órgãos e instituições de governo.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Implantação do Sistema Integrado de Rádio-Comunicação (vide ilustração)
- Implantação do Sub-Sistema de Rádio-Comunicação
 - Instalação em Brasília, do módulo central dos equipamentos e acessórios de comunicação em HF.

- Instalação nas 09 Superintendências Estaduais, equipamentos de Rádio-Comunicação em HF e acessórios.
 - Remanejamento dos equipamentos de HF antigos como reforço para os locais ainda não atendidos pelo novo sistema, já que os mesmos, não permitem as transmissões de dados no nível desejado (microcomputadores e FAX).
 - Instalação da rede de comunicações em VHF nas Unidades de Conservação e Postos de Controle e Fiscalização.
 - Integração das redes de comunicação HF e VHF, através das repetidoras automáticas nas Unidades de Conservação e Postos de Controle e Fiscalização.
 - Criação dos relatórios/protocolo padrões de controle (Software).
- Implantação de Sub-Sistema de Rádio-Monitoragem de Fauna
- Implantação de rede de Rádio-Monitoragem da fauna em viaturas e/ou abrigos semi-móveis (transportáveis).
 - Criação de relatórios/protocolos padrões de controle da fauna e possíveis em função da população pesquisada.
- Implantação de Sub-Sistema de Rádio-Monitoragem e Rádio Localização de Emissões Clandestinas.
- Implantação conjunta com a entidade habilitada de fiscalização de emissões do governo de um sistema (fixo ou semi-móvel) de Radiolocalização e Rádio-Monitoragem de Emissões Clandestinas.
- Treinamento/Capacitação
- Treinamento de Operação, para rádio-operadores visando otimizar os recursos adicionais propiciados pela implantação da Rede de Rádio-Comunicação, Rádio-Monitoragem e Radiolocalização, nos vários níveis de atuação: troca de informações e relatórios, fiscalização de emissões e pesquisa monitoramento da fauna, nas áreas de interesse.
 - Treinamento de Manutenção Preventiva, visando esclarecer aos operadores os cuidados necessários para manter os equipamentos nas melhores condições possíveis de trabalho, bem como instruí-los para realização de pequenas manutenções corretivas no local, propiciando maior confiabilidade ao sistema.
 - Assistência Técnica dos equipamentos envolvidos abrangendo manutenção corretiva e garantia de fornecimento de sobressalentes por um período a ser estipulado oportunamente.
- Implementação de articulação setorial entre IBAMA e outros órgãos de governo, através de celebração de termos de cooperação técnica com vista a utilização integrada do Sistema de Rádio-Comunicação.

f) Mutuário

SEMAM/PR - Secretaria do Meio Ambiente - Presidência da República

g) Executor

O IBAMA através da DIRCOF - Diretoria de Controle e Fiscalização - será responsável pela coordenação e execução do projeto.

Serão envolvidos neste trabalho a equipe técnica responsável pela fiscalização e controle do meio ambiente da região Amazônica. Esta equipe composta de 400 técnicos (engenheiros florestais, agrônomos, pesquisadores, etc) estão hoje distribuídos entre sua sede - Administração Central - e as unidades descentralizadas.

h) Prazo de Execução: 3 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-IMPLANTAÇÃO DO SUB-SISTEMA DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO			
-IMPLANTAÇÃO DE SUB-SISTEMA DE RÁDIO-MONITORAGEM FAUNA			
-IMPLANTAÇÃO DO SUB-SISTEMA DE RÁDIO-MONITORAGEM E RÁDIO LOCALIZAÇÃO DE EMISSÕES CLANDESTINAS			
-TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO			
-IMPLEMENTAÇÃO DE ARTICULAÇÃO SETORIAL			

i) Orçamento: (vide anexo detalhado)

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
IMPLANTAÇÃO DO SUB-SISTEMA DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO		29.030.000,00		
IMPLANTAÇÃO DE SUB-SISTEMA DE RÁDIO-MONITORAGEM FAUNA		4.600.000,00		
IMPLANTAÇÃO DO SUB-SISTEMA DE RÁDIO-MONITORAGEM E RÁDIO LOCALIZAÇÃO DE EMISSÕES CLANDESTINAS		12.200.000,00		
TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO	1.500.000,00	320.000,00		
IMPLEMENTAÇÃO DE ARTICULAÇÃO SETORIAL (*)				
TOTAL	1.500.000,00	46.150.000,00		

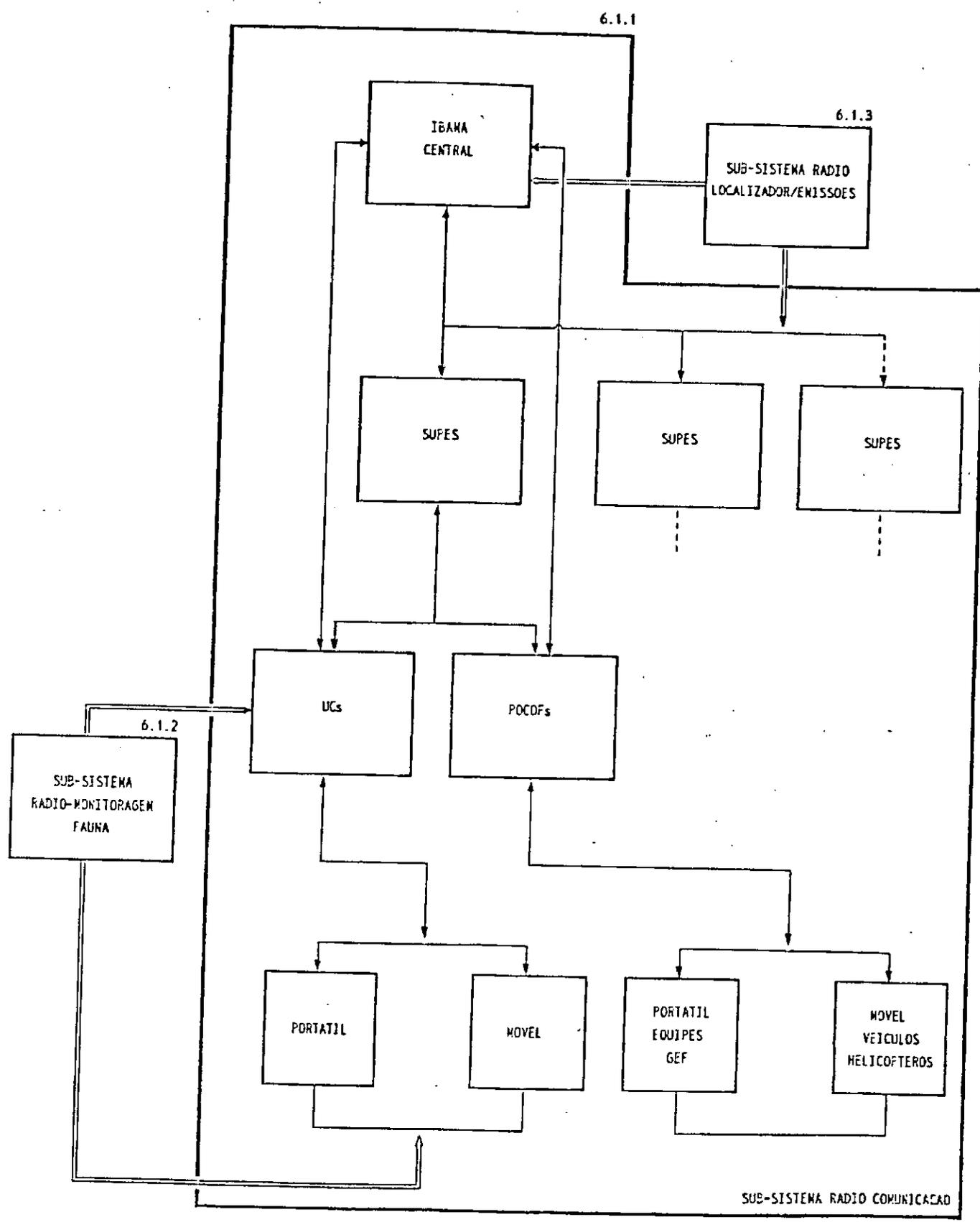
(*) A contrapartida brasileira deverá ser na forma:

- Infraestrutura existente na Sede Central, SUPES, UCs e POCOFs;
- Viaturas e unidades móveis de fiscalização;
- Terminais de dados (microcomputadores), impressoras e equipamentos fac-simile na Sede Central e SUPES;
- Legalização do plano de frequência em HF e VHF;
- Implementação da articulação setorial; e,
- Pessoal e encargos sociais.

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Integração efetiva do IBAMA através da rádio-comunicação com as diversas instituições federais, estaduais e municipais, viabilizando um trabalho conjunto nas áreas de controle, fiscalização e vigilância, bem como de apoio às populações locais e população indígenas.
- Agilização das atividades de fiscalização em função da diminuição do intervalo de tempo existente entre a observação da infração e a ação conscientizadora ou repressora.

ILUSTRACAO: SISTEMA INTEGRADO DE RADIO E COMUNICACAO



- Aumento do conhecimento da biologia/ecologia de elementos da fauna de porte, de importância econômica para as populações da região.
- Localização das fontes de emissões de rádio clandestinas, facilitando sobremaneira a ação repressiva das mesmas, viabilizando a diminuição de evasão de divisas.
- Apoio às populações locais.
- Melhoria da capacitação profissional dos operadores do sistema.

k) Experiências Anteriores

- POLAMAZONIA
- POLONOROESTE
- Programas PNUD/FAO
- PMACI
- PNMA

ANEXO

QUADRO ORÇAMENTÁRIO GERAL
01 - SUB-SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
ESTAÇÃO BRASÍLIA (Administração Central)		01	160.000,00	160.000,00
	01-Transceptor HF (adaptativo), faixa de frequência 1,5 a 30 MHz, para transmissão de voz e dados, 150WPEP com: -Sistema Irradiante -Sintonia de Antena -Fonte de Alimentação 24Uca e 110V/220Vca, 60Hz -Monofone -Auto-falante	01		
	02-Interface para terminal de dados	01		
	03-Interface para facímile	01		
	04-Módulo de Criptofonia para voz	01		
	05-Sistema Computadorizado de Gerenciamento Automático	01		
SEDE SUPERINTENDÊNCIA		09	160.000,00	1.440.000,00
	01-Transceptor HF(adaptativo) faixa de frequência 1,5 a 30MHz para transmissão de voz de dados, 150WPEP com: -Sistema Irradiante -Sintonia de Antena -Fonte de Alimentação 24UCA e 100Vcc/220CC -Monofone -Auto-falante	09		
	02-Interface para terminal de dados	09		
	03-Interface para facímile	09		
	04-Módulo de Criptofonia da voz Criptofonia da voz	09		
SUB-TOTAL				1.600.000,00

01 - SUB-SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO (Continuação)

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
SEDE ADMINISTRAÇÃO POCOF, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		65	230.000,00	14.950.000,00
		20	230.000,00	4.600.000,00
	01-Transceptor HF (adaptativo), faixa de frequência 1,5 a 30 MHz, para transmissão de voz e dados, 150WPEP com: -Sistema Irradiante -Sintonia de Antena -Fonte de Alimentação 24Vca e 110V/220Vca, 60Hz -Monofone -Alto-falante	85		
	02-Interface para terminal de dados	85		
	03-Interface para facsimile	85		
	04-Módulo de Criptofonia	85		
	05-Transceptor VHF 10 a 40 W com: -Sistema Irradiante -Fonte de Alimentação 12Vcc e 110Vcc/220Vca, 60Hz -Monofone -Auto-falante			
06-Unidades de Transmissão Automática VHF/UHF	85			
SUB-TOTAL				19.450.000,00

ANEXO

QUADRO ORÇAMENTÁRIO GERAL
01 - SUB-SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO (Continuação)

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
POSTO DE VIGIA	-Transceptor VHF 10 a 40W com: -Sistema Irradiante -Fonte de Alimentação 12Vcc e 110Vcc/220Vca, 60Hz -Monofone -Auto-falante	20 U.C.	60.000,00	60.000,00
UNIDADE MÓVEL	-Transceptor VHF 10 a 40W alimentação por bateria de 12Vcc com: -Monofone -Auto-falante	80 Unid.Mov./POCOFs 40 Unid.Mov./UCs	50.000,00	6.000.000,00
UNIDADE PORTÁTIL	-Transceptor VHF portátil, 5 W com: -Bateria Wicd -Antena -Carregador de Bateria	120 p/POCOFs 40 p/UCs	4.000,00	520.000,00 160.000,00
SUB-TOTAL				6.740.000,00
TOTAL DO SUB-SISTEMA				29.030.000,00

ANEXO

QUADRO ORÇAMENTÁRIO GERAL
02 - SUB-SISTEMA DE RADIO-MONITORAGEM DA FAUNA

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
ESTAÇÃO BASE SEMI-MOVEL	01-Transmissor de Ativação (VHF) 02-Receptor de Telemetria 03-Sistema de Controle 04-Sistema de Irradiantes	05	130.000,00 (x 5) Sistemas	650.000,00
ESTAÇÃO DE MONITORAGEM	01-Transceptor (VHF) 02-Localizador de Direção 03-Transmissor de Telemetria (UHF) 04-Sistema de Controle 05-Sistema Irradiantes	15	250.000,00 (x 3) Estações (x 5) Sistemas	3.750.000,00
TRANSPONDERS		200	1.000,00	200.000,00
TOTAL				4.600.000,00

ANEXO

QUADRO ORÇAMENTÁRIO GERAL
03 - SUB-SISTEMA DE RADIO-MONITORAGEM E RÁDIO-LOCALIZAÇÃO
DE EMISSÕES CLANDESTINAS

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
CENTRO DE CONTROLE (Brasília)	01-Sistema de Antenas	1 Centro com:	3.000.000,00	3.000.000,00
	02-Transceptor HF (Adaptativo) para transmissão de dados e voz codificada	04		
	03-Sistema de Controle Remoto dos Localizadores de Direção por microcomputador	04		
ESTAÇÃO DE RADIO-LOCALIZAÇÃO		4 Estações com:	2.300.000,00	9.200.000,00
	01-Antena HF	01		
	02-Transceptor	01		
	03-Antena DF	01		
	04-Localizador de Direção	01		
05-Sistema de Controle	01			
TOTAL				12.200.000,00

ANEXO

04 - QUADRO ORÇAMENTÁRIO GERAL
SERVIÇOS

DESIGNAÇÃO	EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DM	VALOR TOTAL DM
TREINAMENTO	. OPERAÇÃO	01	300.000,00	300.000,00
	. MANUTENÇÃO			
DOCUMENTAÇÃO	. OPERAÇÃO	50 CONJUNTOS	4.000,00	20.000,00
	. MANUTENÇÃO			
SUPORTE TÉCNICO				1.500.000,00
TOTAL				1.820.000,00

2. Ecodesenvolvimento

2.1. Implantação do Sistema Estadual de Licenciamento e Monitoramento Ambiental- SELMAPI.

a) Localização

Estado do Acre.

b) Justificativa

O Instituto do Meio Ambiente do Acre - IMAC tem como uma de suas atribuições o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou parcialmente poluidoras.

A partir de 1988, o IMAC deu início ao cumprimento dessa atribuição, com especial atenção aos projetos agropecuários e de exploração econômica da madeira.

O IMAC tem atuado também no licenciamento de extração de areia, usina de álcool, produção de água mineral, instalação de postos de lavagem de carros, fábrica de refrigerante, etc.

Em novembro de 1990, o IMAC realizou um "workshop" e seminário para a discussão do processo de licenciamento.

Na discussão surgiu a necessidade de montagem de um sistema de critérios mais abrangentes para o licenciamento ambiental e monitoramento de modo a tornar o processo mais ágil e confiável, contribuindo ao bom desempenho do IMAC.

É neste sentido que se justifica o presente projeto.

c) Objetivos

Gerais

- Implantar e consolidar o Sistema Estadual de Licenciamento e Monitoramento Ambiental no Acre com estabelecimento de critérios para licenciamento/monitoramento das atividades produtivas efetiva ou potencialmente poluidoras.

- Disciplinar o uso dos recursos naturais.

- Regularizar, do ponto de vista ambiental, as atividades econômicas já implantadas no Estado.

Específicos

- Elaborar cadastro técnico estadual de atividades produtivas.

- Elaborar manual de instrução da SELMAPI.

- Regularizar as atividades produtivas implantadas.

- Capacitar técnicos para o licenciamento e monitoramento ambiental.

- Informatizar o SELMAPI.

- Monitorar e acompanhar as atividades essenciais.

d) Beneficiário

Os empreendedores e a sociedade em geral.

e) Descrição dos Trabalhos

- Cadastramento das atividades produtivas efetiva ou potencialmente poluidoras já implantadas no Estado.

- Elaboração de instruções técnicas que estabeleçam os procedimentos de licenciamento das atividades produtivas.
- Definição de parâmetros baseados em estudos técnicos-científicos para licenciamento de atividades que possam perturbar o equilíbrio ambiental.
- Implantação do SELMAPI (respaldo jurídico).
- Capacitação dos técnicos responsáveis pelo processo de licenciamento e monitoramento.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A Coordenadoria de Impacto Ambiental é a unidade executora do projeto. O órgão responsável é o IMAC.

h) Prazo de Execução: 18 meses

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
-CADASTRAMENTO																		
-ELABORAÇÃO DE INSTRUÇÕES																		
-DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS																		
-IMPLANTAÇÃO DO SELMAPI																		
-CAPACITAÇÃO																		

i) Orçamento: (vide anexo detalhado)

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
-CADASTRAMENTO		81.417	-	81.417
-ELABORAÇÃO DE INSTRUÇÕES		7.042	-	7.042
-DEFINIÇÃO DE PARÂMETRO		84.061	-	84.061
-IMPLANTAÇÃO DO SEMALPI		65.788	-	65.788
-CAPACITAÇÃO			38.061	38.061
TOTAL		238.308	38.061	276.369

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
PESSOAL		-	38,061	38,061
EQUIPAMENTO		145,817	-	145,817
MATERIAL DE CONSUMO		-	-	-
TRANSPORTE/ESTADIA		71,000	-	71,000
SERVIÇOS TERCEIROS		21,491	-	21,491
TOTAL		238,308	38,061	276,369

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Melhoria da capacidade institucional do Estado do Acre relativa ao controle/monitoramento do meio ambiente.
- Agilidade e confiabilidade no tratamento do licenciamento ambiental.

k) Experiências Anteriores

O Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC é responsável pela fiscalização, normatização e controle do meio ambiente no Estado. Atua nestas atividades com uma equipe constituída de 27 técnicos de nível superior, responsável, inclusive pela avaliação dos Relatórios de Avaliação de Impacto Ambiental - RIMA's.

Pretende-se, com este projeto, melhorar a capacidade institucional do Estado para atuar nesses campos.

2.2. Monitoramento de Cobertura Florestal do Estado do Acre - Uso Atual da Terra.

a) Localização

Estado do Acre.

b) Justificativa

A carência de informações sobre o uso de áreas desmatadas no Estado do Acre, aliada às pressões nacionais e internacionais quanto a conservação da região Amazônica, levou a FUNTAC a criar um Laboratório de Sensoriamento Remoto.

Este laboratório conta hoje com uma equipe formada por três engenheiros, dois técnicos de nível médio, um desenhista e um auxiliar técnico; e, equipamento SITIM - Sistema de Tratamento de Imagens.

Com essa infra-estrutura e utilizando-se de imagens de satélite Landsat TMS, elaborou-se:

- O diagnóstico do desmatamento do Estado, por município e classe de uso da terra. Este diagnóstico é composto por mapas em escalas 1:100.000 e diversos relatórios.

- Mapeamento das unidades de conservação e área de influência direta da BR-364.

Além disso, colaborou com a fiscalização do meio ambiente, quantificando e qualificando as áreas a serem desmatadas, orientando o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

O monitoramento da cobertura vegetal vem sendo realizado de 2 em 2 anos, a partir do cruzamento de informações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) com as do laboratório de sensoriamento remoto da FUNTAC permitindo identificar o retorno econômico e social para o Estado, de atividades econômicas, ligadas ao uso da terra.

Verifica-se, atualmente, necessidades de investimentos tanto para a aquisição de novos equipamentos como para a ampliação de equipe visando inclusive subsidiar e monitorar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, cadastrar e levantar a expansão das áreas urbanas, fiscalizar áreas críticas, apoiar projetos de Governo e da iniciativa privada, entre outros.

c) Objetivos

Geral

- Implementar a fiscalização e monitoramento ambiental no Estado do Acre.

Específicos

- Ampliar o laboratório de Sensoriamento Remoto.
- Alimentar o diagnóstico ambiental atual.
- Ampliar a ação de fiscalização e monitoramento inclusive em áreas críticas.
- Apoiar projetos de governo e da iniciativa privada no que concerne aos aspectos ambientais e manejo de recursos naturais.

d) Beneficiários

Governo do Estado, iniciativa privada, população em geral.

e) Descrição dos Trabalhos

- Aquisição de equipamentos visando a ampliação do Laboratório de Sensoriamento Remoto.

- Aquisição anual de imagens de satélite Landsat TMS e SPOT e de imagens em papel e fitas magnéticas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.
- Interpretação de imagens em laboratório.
- Checagem de campo (área terrestre e fluvial) para conferir interpretação de imagens.
- Elaboração de mapas e relatórios - análise de resultados.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A unidade executora é a Divisão de Sensoriamento Remoto da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC.

h) Prazo de Execução: 3 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
-AQUISIÇÃO ANUAL DE IMAGENS			
-INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS			
-CHECAGEM DE CAMPO			
-ELABORAÇÃO DE MAPAS E RELATÓRIOS			

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL US\$
-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		550.000	250.000	600.00
-AQUISIÇÃO ANUAL DE IMAGENS		80.000	-	80.000
-INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS		20.000	-	20.000
-CHECAGEM DE CAMPO		263.500	-	263.500
-ELABORAÇÃO DE MAPAS E RELATÓRIOS		-	410.053	413.053
TOTAL		713.500	660.053	1.373.553

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Melhoria do processo de fiscalização e monitoramento do Estado

k) Experiências Anteriores

- Elaboração e divulgação do monitoramento da cobertura florestal do Estado do Acre (1987-1989-1991).
- Monitoramento da área de influência da BR-366 - Plano de Ocupação.
- Monitoramento do crescimento urbano e periférico das principais cidades do Estado do Acre.
- Estudo dos recursos hídricos do Acre.

D) IMPLEMENTAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TRÓPICO ÚMIDO

1. Proteção às Populações Indígenas em Áreas de Interface com Unidade de Conservação

a) Localização

O projeto prevê ações nos seguintes estados: Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

b) Justificativa

A presença constante de diversos agentes predadores (madeireiros, garimpeiros, ocupantes ilegais, etc) nas terras indígenas e nas unidades de conservação exige a adoção de providências para assegurar a integridade destas áreas.

As agressões praticadas por tais agentes, aliadas à ausência de mecanismos eficazes de proteção, colocam em permanente risco as populações indígenas que ali habitam, e cuja sobrevivência depende da manutenção do equilíbrio ecológico de suas terras.

Nos casos de superposição da totalidade ou parte das áreas indígenas com unidades de conservação, os processos decisórios, tanto por parte da FUNAI quanto do IBAMA, são geralmente morosos exatamente em razão dos objetivos diferenciados perseguidos por ambas as instituições.

O presente projeto propõe-se dar a essas áreas indígenas, superpostas com unidades de conservação, um tratamento privilegiado para que tanto os interesses das populações indígenas quanto a preocupação de conservação de ecossistemas possam ser, rapidamente, compatibilizados.

c) Objetivos e Metas

Gerais

- Alcançar, através de esforços conjuntos entre o MJ-FUNAI e a SEMAM/PR-IBAMA, a proteção efetivada das comunidades indígenas e do meio ambiente em áreas de interesse comum.

Específicos

- Selecionar as áreas em função da gravidade da situação fundiária e ambiental que enfrentam, ou do risco potencial a que estão sujeitas.
- Demarcar topograficamente 5 áreas com superfície estimada em 13.651.808 ha. (Yanomami/AM-PR, Awa-MA, Parque Indígena do Araguaia-TO, Pankararé/Brejo dos Burgos-BA e Tumucumaque/AP-PA).
- Exercer uma vigilância contínua orientada para a conservação dos ecossistemas e preservação da integridade das áreas, mediante fiscalização e repressão às atividades ilegais de terceiros (não índios).
- Dotar 3 áreas (Yanomami, Massaco e Uru-Eu-Wau-Wau) de infra-estrutura básica de vigilância e fiscalização, mediante aquisição de sistema de comunicação, viaturas, construção de postos de vigilância e outros meios numa área total de 11.600.000 ha.
- Extrusar e proceder a regularização fundiária - promovendo a retirada de ocupantes não-índios existentes nas áreas indígenas (Parque do Araguaia/TO e Pankararé/Brejo dos Burgos/BA), através de reassentamento, quando for o caso, em operação conjunta com os órgãos fundiários federal e estadual.
- Proceder ao pagamento das benfeitorias implantadas de boa-fé, por terceiros, nas áreas indígenas referidas, com superfície total de 1.412.700 ha.
- Realizar diagnóstico da situação ambiental de 6 áreas escolhidas (áreas indígenas Awá, Parque Indígena do Araguaia, Massaco, Uru-Eu-Wau-Wau, Andirá-Marau e Tumucumaque), com o objetivo de gerar informações para a formulação de projetos de recuperação ambiental, numa área total de 7.185.615 ha.

d) Beneficiários

O projeto em pauta beneficia diretamente uma população aproximada de 20.000 índios.

No entanto, os benefícios não se restringem àquela população, uma vez que qualquer ação de demarcação de terras indígenas, de proteção ambiental e de resguardo de áreas isoladas põe em movimento um processo de definição do espaço, tanto das áreas indígenas quanto da sociedade envolvente, minimizando os conflitos fundiários nos locais onde os territórios indígenas não estão definidos ou carecem de proteção efetiva.

Paralelamente, as ações voltadas à proteção ambiental e à recuperação de áreas degradadas beneficiam todos os segmentos da sociedade, em especial os habitantes do entorno das áreas em questão, tendo em vista que levam a melhoria da qualidade de vida de toda a população.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Demarcação: serão materializados, mediante emprego de engenharia topográfica, os limites das áreas indígenas Yanomami, Awá, Pankararé/Brejo dos Burgos, Parque do Araguaia e Tumucumaque, com uma superfície total de 13.651.808 ha, e um perímetro de 2.530 km, aproximadamente.

Os serviços técnicos de demarcação serão contratados junto a firma especializada por meio de Processo de Licitação Pública, na forma da legislação vigente (Decreto-Lei nº 2300/86).

- Serão construídos postos de vigilância, nos pontos críticos de acesso às áreas Yanomami, Massaco, Uru-Eu-Wau-Wau, dotados de radiocomunicação e viaturas (equipe volante), objetivando impedir o ingresso de terceiros, e desenvolvendo ações de fiscalização, sempre que possível, em toda a área.

Este componente contará com a participação de funcionários efetivos da FUNAI, a nível regional, e, quando necessário, com a colaboração de organismos federais e estaduais.

- Regularização Fundiária/Extrusão - após a realização do correspondente cadastramento fundiário, serão retirados os ocupantes não-índios das áreas indígenas Parque do Araguaia e Pankararé/Brejo dos Burgos, mediante reassentamento, quando for o caso; procedendo-se o devido pagamento das benfeitorias construídas de boa-fé.

As ações serão desenvolvidas em conjunto com os organismos fundiários federal e/ou estadual, além de outras instituições que tiverem envolvimento no processo.

- Diagnóstico Ambiental - para a realização dos diagnósticos estão previstas as seguintes ações:

- Levantamento de dados preliminares sobre as áreas escolhidas.
- Elaboração dos Termos de Referência para os diagnósticos.
- Contratação de empresa/instituição para a realização do diagnóstico e elaboração de projetos de recuperação ambiental.
- Acompanhamento das atividades.
- Análise e avaliação do material produzido pela empresa/instituição contratada.

Para a elaboração dos Termos de Referência e para análise e avaliação dos trabalhos, pretende-se utilizar a cooperação técnica do K/W em consultoria especializada.

O acompanhamento dos trabalhos de campo será efetuado por técnicos da FUNAI, lotados nas unidades regionais, ficando a coordenação do componente a cargo de técnicos lotados na Sede.

f) Mutuário

Governo brasileiro, através do Ministério da Justiça e da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/PR.

g) Executor

O projeto em pauta será executado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sob coordenação da Superintendência de Assuntos Fundiários - SUAF e da Coordenadoria de Patrimônio Indígena - CORPI, com o envolvimento das unidades regionais às quais estejam jurisdicionadas as áreas do projeto.

O quadro técnico da FUNAI, envolvido na execução do projeto, conta com profissionais especializados nas áreas de indigenismo, antropologia, sociologia, engenharia cartográfica, florestal e agrícola, entre outros.

As ações de Demarcação e Regularização Fundiária das terras indígenas são específicas da FUNAI, que as desenvolve permanentemente, como parte de suas obrigações institucionais, com pessoal capacitado para o exercício destas atividades.

Nos componentes Vigilância e Regularização Fundiária para o alcance dos objetivos, faz-se necessário o envolvimento de outros órgãos estaduais e federais (INCRA, IBAMA, Polícia Federal, órgãos estaduais responsáveis pela política fundiária, Polícias Florestais, entre outros), em suas respectivas esferas de competência.

Para o componente Diagnóstico Ambiental, não se pode descrever experiências anteriores, tendo em vista o pouco tempo de criação da unidade responsável pelo tratamento da questão ambiental em terras indígenas. Este fato está aliado a inexistência, até o momento, de destaque orçamentário específico e de recursos financeiros para a execução de projetos. Entretanto, o Serviço de Meio Ambiente das Terras Indígenas - SEMATI conta com equipe multidisciplinar capacitada para manter a coordenação das ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas. Em função desta pouca experiência no tema específico, somada à carência de técnicos especializados nas unidades regionais, para a execução dos trabalhos propostos, optou-se pela utilização de cooperação técnica/consultoria para elaboração dos Termos de Referência e para a avaliação dos resultados, e pela contratação de empresa/instituição especializada para a execução dos trabalhos.

h) Prazo de Execução/Cronograma

O prazo previsto de execução e de um ano: de janeiro a dezembro de 1991.

COMPONENTE/ÁREA INDÍGENA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAJ	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<u>DEMARCAÇÃO</u> YANOMAMI AWA PARQUE DO ARAGUAIA PANKARARÉ/BREJO DOS BURGOS TUMUCUMAQUE												
<u>VIGILÂNCIA/FISCALIZAÇÃO</u> YANOMAMI MASSACO URU-CU-WAU-WAU												
<u>ENTRUSÃO REG.FUNDIÁRIA</u> PARQUE DO ARAGUAIA PANKARARÉ/BREJO DOS BURGOS												
<u>DIAGNÓSTICO AMBIENTAL</u> AWA PARQUE DO ARAGUAIA MASSACO URU-CU-WAU-WAU ANDIRÁ TUMUCUMAQUE												

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	KFW	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL (DM)
DEMARCAÇÃO	-	4.520	800	5.320
VIGILÂNCIA/FISCALIZAÇÃO	-	730	1.250	1.980
REG.FUNDIÁRIA ENTRUSÃO	-	1.240	1.100	2.340
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	15	1.490	-	1.505
TOTAL	15	7.980	3.150	11.145

Nota: 1) Câmbio - U\$S 750,00

2) A contrapartida nacional está representada pelo Orçamento da União (FUNAJ), recursos humanos lotados, atividades fundiárias, equipamentos, veículos e outros componentes da FUNAJ.

E) APOIO À PESQUISA APLICADA EM MATÉRIA DE FLORESTAS TROPICAIS

1. Exploração Sustentável de Recursos Madeiros e Mercado Explorador em Rondônia

a) Localização

Estado de Rondônia, em áreas piloto a serem definidas.

b) Justificativa

O projeto tem dois grandes objetivos:

- Promover o manejo florestal para a produção de madeira em regime de rendimento sustentado.
- Estimular a adoção de sistemas agroflorestais por pequenos proprietários.

Pretende-se, através de uma série de projetos interrelacionados estudar e implementar mecanismos para a comercialização e processamento local de produtos florestais e agroflorestais. Além disto será também realizada uma série de estudos de política que poderão ser usados como orientação para futuros investimentos no desenvolvimento sustentável de Rondônia.

Dois grande entraves à produção florestal do Estado são a falta de informações precisas a respeito dos custos envolvidos no processo produtivo e o desenvolvimento de técnicas silviculturais adequadas à região, que assegurem o não comprometimento do ecossistema durante o manejo da floresta. São poucos os dados disponíveis sobre o crescimento e rendimento das florestas amazônicas. Segundo Philip (1987), estes problemas podem ser resolvidos pela criação de programas de treinamento no campo técnico, especialmente nas áreas de identificação de espécies e coleta de dados, desenvolvimento de desenhos amostrais sofisticados e aprimoramento das técnicas de mensuração dentro das unidades amostrais selecionadas.

Atualmente, as florestas tropicais de maneira geral, não possuem acompanhamento científico suficiente que forneça subsídios técnicos para sua exploração racional e sustentada. Faltam informações a respeito do comportamento das espécies sob regime de exploração (crescimento, produção e dispersão de sementes, fenologia, regeneração natural mortalidade e predação) e de outras espécies potencialmente utilizáveis, que produziriam um aumento na produtividade por hectare, diminuindo a área total explorada e diminuindo a pressão apenas sobre um reduzido número de espécies da floresta (Brunis 1971).

A inadequação do esforço da pesquisa florestal na amazônica nos últimos trinta anos, aliada á carência de uma política florestal realista e coerente para a administração destes recursos naturais, vem contribuindo para sua substituição por sistemas agropecuários de baixo rendimento, não adaptados às condições ecológicas da região, de baixo retorno social e alto custo ambiental. Segundo Mergen (1987), o futuro do manejo florestal das florestas tropicais úmidas não dependerá apenas de técnicas, mas de fatores políticos e sociais agregados.

Segundo Asabere (1987) a solução para o futuro do manejo é usar a experiência com sistemas silviculturais desenvolvidos em outras regiões, para adaptar um esquema que seja econômico, ecológico e socialmente viável, sem o comprometimento da estrutura da floresta.

Importante fonte de informações sobre a exploração de recursos madeiros na região é o projeto que vem sendo realizado pelo IMAZON - Projeto Madeira, em desenvolvimento em Paragominas - PA.

A primeira tentativa de estimular a adoção de sistemas agroflorestais por pequenos proprietários em Rondônia foi iniciada por instituições Federais e Estaduais. Estas instituições, como a EMBRAPA, CEPLAC, EMATER, IEI e SEAGRI começaram suas atividades agroflorestais através da demanda e com o apoio financeiro de empréstimo do BIRD ao programa POLONOROESTE. Apesar do significativo aporte de

recursos pelo POLONOROESTE, do interesse institucional e do apoio para a adoção de práticas agroflorestais para 100.000 famílias de pequenos proprietários de Rondônia, pouca coisa foi feita, além de despertar o interesse dos produtores. Os resultados obtidos foram desalentadores quer por restrições financeiras quer em função de atrasos na liberação dos recursos.

Com a finalização do POLONOROESTE e a crise financeira dos Governos Estadual e Federal, algumas organizações de pequenos produtores e organizações não Governamentais iniciaram a disseminação de informações agroflorestais e começaram a examinar as possibilidades de processamento e comercialização de produtos agroflorestais e outros produtos da floresta. Entre estas iniciativas destaca-se o projeto RECA.

Algumas outras entidades já formularam propostas que visam a implementação de projetos de manejo ou de reflorestamento. Entre estas podem ser mencionadas:

- FIERO, Porto Velho
- Associação de Pequenos Produtores de Costa Marques, Costa Marques
- PACA, Cacoal
- ECOPORE, Rolim de Moura
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná, Espigão do Oeste, Cerejeiras e Ouro Preto do Oeste.
- Cooperativa Mista do Vale do Jamari (Ariquemes)
- Associação de Seringueiros do Guarajá-Mirim.

O problema mais grave associado a essas iniciativas é o de que em sua maioria refere-se a projetos de pequena escala e pontuais. Pouca atenção tem sido dada à comercialização dos produtos agroflorestais.

c) Objetivos e Metas

Geral

- Fornecer subsídios para o estabelecimento de uma política florestal para o Estado de Rondônia que combine ações relacionadas a:

- (1) Extração de Madeira
- (2) Manejo Sustentado de Florestas Tropicais
- (3) Implantação de Sistemas Agroflorestais em Áreas Degradadas
- (4) Processamento Local de Produtos
- (5) Comercialização de Madeira e Produtos Agroflorestais
- (6) Avaliação de Políticas do Setor Florestal

Específicos

- Coordenar um conjunto de projetos piloto fornecendo assistência técnica para sua execução.
- Estudar maneiras de exploração de madeira.
- Estabelecer critérios para a exploração de madeira na região.
- Estabelecer alternativas para a extração através de fomento à implantação de sistemas agroflorestais.

d) Benefícios

- Pequenos produtores e empresários do Estado de Rondônia.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos.

- Os trabalhos se realizam através de 6 subcomponentes:

A. a extração de madeira altera a floresta de três maneiras: as árvores são danificadas e mortas; os solos são expostos; e, o dossel da floresta é removido.

É necessário portanto, desenvolver técnicas e tecnologias apropriadas para a extração da madeira analisando-se os custos, rendimentos nesta operação e equipamentos envolvidos na exploração, bem como o aproveitamento da madeira extraída.

B. Manejo Florestal

- Esse componente proverá a pesquisa aplicada para o incremento da produção nessa área.

1. Extrativismo

- Esse subcomponente inclui projetos para estudar e desenvolver coleta dos produtos exploráveis da floresta de forma sustentada, aumentando assim o valor econômico da floresta ainda não explorada. Tais produtos incluem: óleos (copaíba, audiroba, patuá), essências, borracha, castanhas, ervas etc. Esses projetos beneficiariam colonos com áreas ainda não exploradas, grupos indígenas e grupos extrativistas tradicionais.

2. Manejo comunitário de florestas

- Esse subcomponente deverá estimular a plantação e o cultivo de madeiras de lei e de espécies de crescimento rápido para exploração em pequena escala em áreas ocupadas por colonos ou outras populações tradicionais.

3. Exploração comercial

- Serão estabelecidas unidades experimentais e viveiros para pesquisa, em estreita cooperação com o setor privado, com o objetivo de buscar tecnologias apropriadas de reflorestamento com madeiras de lei.

4. Coleta de sementes

- Esse componente visa a coleta e identificação de sementes para os projetos de manejo e reflorestamento.

5. Banco de Sementes

- Com o objetivo de recuperar as áreas degradadas e criar projetos de reflorestamento é necessário criar unidades de proteção de germoplasma.

6. Treinamento

- Seminários em manejo florestal e silvicultura serão necessários. Esse componente dependerá fortemente da assistência internacional e nacional.

C. Implantação de sistemas agroflorestais em 5 áreas degradadas.

- Esse subcomponente tem por objetivo o apoio aos projetos semelhantes ao projeto RECA, no Estado de Rondônia.

D. Processamento Local

- No momento os produtos florestais e agroflorestais da região são exportados como matéria prima não beneficiada. O subcomponente visa o desenvolvimento de unidades de beneficiamento de pequena escala que se utilizarão dessa matéria prima.

E. Comercialização de Produtos Florestais e agroflorestais.

- O acesso aos mercados e a obtenção de um preço justo estão entre as razões pelas quais os produtores resistem a adoção de práticas agroflorestais. A par dos aspectos técnicos esse subcomponente visará a criação de sistemas independentes de comercialização, subsidiados por estudos de mercado.

2. Ecodesenvolvimento do Acre

2.1. Determinação de Perdas de Solo e Água em Diferentes Condições de Solo e Manejo em Rio Branco - AC

a) Localização

Centro de Pesquisa Agro Florestal - CPAF/AC

b) Justificativa

As áreas rurais próximas a Rio Branco são as que vem sofrendo maior degradação devido, por um lado, a inadequação das formas de exploração por parte dos migrantes, assentados em solos impróprios e, por outro lado, a intensidade do regime pluviométrico na região.

A suscetibilidade à erosão de qualquer área agrícola depende de fatores geofísicos, tais como relevo, balanço hídrico, tipo de solo e da forma de manejo.

O projeto foi desenhado para viabilizar tanto a continuidade de estudos já em curso (em solo Podzólico Vermelho Escuro, com 3% de declive) quanto de outros estudos sobre outros três tipos de solos predominantes na região: Podzólico Vermelho Amarelo Eurófico, Podzólico Vermelho Amarelo Álico e Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico.

Os conhecimentos gerados através desses estudos permitirão recomendar manejos mais adequados às características dos solos predominantes.

c) Objetivos e Metas

Geral

Gerar os conhecimentos básicos necessários para o controle da erosão e a decorrente perda de solo.

Específicos

- Estimar as perdas de solo e água nas diferentes condições de solo e manejo;
- Estabelecer o valor da erosividade da chuva para a região;
- Estabelecer os valores de erodibilidade dos principais solos da região;
- Determinar a contribuição dos principais cultivos praticados, para a erosão das áreas agrícolas da região.

d) Beneficiários

A curto prazo a comunidade científica do Estado do Acre; a médio e longo prazos os produtores rurais que poderão valer-se dos resultados da pesquisa para mudar suas práticas de manejo de solo.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

O projeto obedecerá a mesma sistemática adotada desde início de 1990 para o estudo atualmente em curso.

Esta mesma sequência metodológica, cujos resultados já foram comprovados, será adotada para os outros três tipos de solo (PVAa, PVAc e LVA).

As avaliações de perda de solo e água serão realizadas para os seguintes sistemas de manejo: solos em pousio descoberto, solos utilizados para culturas perenes; solos sob pastagem perene; solo sob a sucessão

leguminosa (adubo verde), milho intercalado com leguminosas e feijão; solo sob floresta original.

f) Mutuário

O Governo do Estado de Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A unidade central do CPAF/AC.

h) Prazo de Execução dos Trabalhos/Cronograma

Duração do projeto: 5 anos

ATIVIDADES	MÊS/ANO				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
SELEÇÃO E PREPARO DE ÁREA	—				
INSTALAÇÃO DAS PARCELAS	—				
CONDUÇÃO E COLETA DE DADOS DO EXPERIMENTO		—	—	—	—
ANÁLISE DE DADOS E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS		—	—	—	—
RELATÓRIO FINAL					—

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ITENS DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	CONTRAPARTIDA NACIONAL	VALOR TOTAL US\$ 1.
PESSOAL			
EQUIPAMENTOS		54.116	54.116
TRANSPORTES/ESTADIAS	5.070	-	5.070
MATERIAL DE CONSUMO	4.558	-	4.558
SERVIÇOS	10.602	-	10.602
TERCEIROS (CONSULTORIA, PUBLICAÇÕES, ETC.)	20.062	-	20.062
TOTAL	40.292	54.116	94.408

j) Análise dos Impactos Previsíveis

- Diminuição dos processos erosivos e de assoreamento de recursos hídricos.
- Ampliação do conhecimento acerca da conservação e manejo de solos, na Amazônia.

k) Experiência Anterior

O CPAF-AC tem desenvolvido várias pesquisas sobre manejo de solos, em seus programas de trabalho, contando, para tanto, com equipe especializada.

2.2. Dinâmica de Nutrientes em Três Solos Submetidos à Agricultura Migratória, no Estado do Acre.

a) Localização

Projetos de Colonização Humaitá e Pedro Peixoto.

b) Justificativa

Tradicionalmente, os colonos que migraram para o Acre tendem a se utilizar dos solos de suas parcelas de forma rudimentar: derrubada da vegetação nativa, queima da vegetação remanescente, plantio de culturas brancas por um período de 2 a 3 anos, abandono da parcela desmatada sob forma de pastagens mal cuidadas e/ou de capoeira. O mesmo ciclo reproduz-se em outras áreas da parcela original ou em novas parcelas.

Este procedimento observa-se em todas as terras agrícolas do País, porém leva a consequências desastrosas no caso dos solos amazônicos a medida que, nas áreas desmatadas, a capacidade dos solos de reterem nutrientes reduz-se drasticamente; isso faz com que gerações sucessivas de colonos sejam forçados a abandonar as suas parcelas depois de uns 10 anos, indo à procura de novas áreas de colonização.

Esta situação se deve, entre outras razões, ao desconhecimento do potencial produtivo inicial dos solos e falta de análise da capacidade produtiva remanescente, após alguns anos de uso agrícola. Por essa razão, a proposta de análise da dinâmica dos nutrientes em diversos tipos de solo das áreas de colonização afigura-se importante. Com efeito, pode embasar novas alternativas de manejo desses solos, de acordo com a sua capacidade diferenciada de reter nutrientes e, portanto, de suportar uma atividade agrícola contínua.

c) Objetivos

Geral

- Avaliar a dinâmica de nutrientes em três tipos de solos submetidos ao sistema de agricultura migratória (Podzólico Vermelho Amarelo Eutrópico; Podzólico Vermelho Amarelo Álico; Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico)

Específicos

- Identificar a sequência de ocorrência destes solos nos projetos de colonização referidos.
- Sugerir, com base na avaliação da dinâmica dos nutrientes, alternativas mais adequadas de manejo dos solos.

d) Beneficiários

Os produtores residentes nos projetos de colonização objeto da presente proposta; por extensão, todos os produtores que praticam a agricultura migratória no Estado.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Identificar e selecionar áreas nos Projetos de Colonização Humaitá e Pedro Peixoto, de ocorrência dos solos Podzólicos Vermelho Amarelo.
- Proceder análise química das cinzas provenientes de queimadas.
- Realizar, periodicamente, análises de solo (química e físicas) e análise de tecidos das plantas cultivadas.
- Identificar a sequência de ocorrência dos seguintes fatores limitantes: deficiências de fósforo, nitrogênio, potássio e cálcio e toxicidade de alumínio.
- Efetivar análises comparativas dos resultados entre os três tipos de solos pesquisados.
- Efetuar diagnóstico.

f) Mutuário

O Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

O Centro de Pesquisa Agroflorestais do Acre, vinculado à EMBRAPA.

h) Prazo de Execução do Projeto

4 anos

ATIVIDADES	MÊS/ANO			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
1-IDENTIFICAÇÃO/SELEÇÃO ÁREAS	—			
2-ANÁLISES QUÍMICAS CINZAS	—			
3-REALIZAÇÃO PERIÓDICA ANÁLISE SOLO		—		
4-REALIZAÇÃO PERIÓDICA ANÁLISE TECIDO PLANTAS			—	
5-ANÁLISES COMPARATIVAS DE RESULTADOS ENTRE SOLOS PESQUISADOS				—
6-ELABORAÇÃO DIAGNÓSTICO				

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ITEM DE DESPESA	COOPERAÇÃO TÉCNICA	%	COOPERAÇÃO TÉCNICA	%	CPAF/AC	%	TOTAL
PESSOAL							
TRANSPORTE/ ESTADIA					54.116		54.116
MATERIAL DE CONSUMO			6.068				6.068
SERVIÇOS DE TERCEIROS			2.500				2.500
CONSULTORIA ENCARGOS			52.578				52.578
TOTAL			61.146	53	54.116	47	115.262

j) Análise de Impactos Previsíveis

Os impactos imediatos da avaliação de nutrientes limitam-se aos resultados obtidos da diversas análises propostas.

Os impactos dessa avaliação são muito mais importantes a médio e longo prazos a medida que permitam determinar com bastante segurança os tipos de manejo adequados para estes solos. Portanto, é na sequência operacional dessa avaliação de nutrientes que podem ser medidos os reais impactos do projeto.

k) Experiências Anteriores

O CPAF-A tem desenvolvido várias pesquisas orientadas para o manejo dos solos, através de sua equipe técnica.

2.3. Implantação de Banco Ativo de Germoplasma de Castanha do Brasil.

a) Localização

Área experimental do CPAF-AC.

b) Justificativa

A castanheira talvez seja atualmente uma das espécies vegetais mais ameaçadas de extinção, não só pela demanda de sua madeira, bem como pela alta sensibilidade à ação do calor das queimadas. Outro fator que contribui para esta afirmação, é que se trata de uma espécie vegetal de difícil disseminação natural, já que suas sementes quando não coletadas pelo homem, são na sua maioria devoradas pelos roedores.

Apesar da legislação existente no País, o sistema de fiscalização ainda é falho, razão porque torna-se necessário a adoção de medidas que visem não só reduzir a derrubada de castanheiras, bem como, a preservação, através de plantios ou enxertos, germoplasmas de reconhecida capacidade de produção de amêndoas.

c) Objetivos

Geral

- Produzir material genético para pesquisa de novas tecnologias em Castanha do Brasil, tendo como base a formação e adaptação de clone, no Estado do Acre.

Específicos

- Instalar um banco ativo de germoplasma de Castanha do Brasil.
- Coletar e avaliar material genético de castanheiras nativas que apresentam alta produtividade.

d) Beneficiários

Produtores rurais, comunidade técnico-científica e extensionistas.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Serão realizadas visitas à área onde ocorre maior concentração de castanheiras objetivando a coleta de sementes e/ou material botânico de árvores que apresentem elevada produção e boas condições fitossanitárias.

- O Banco Ativo de Germoplasma - BAG será implantado gradativamente numa área de 3 ha do CPAF/AC, com o material coletado nas áreas anteriormente citadas.

- Da área total do BAG, 2 ha serão reservados apenas para clones de castanheiras destinados ao consórcio da castanheira com culturas de subsistência, nos dois primeiros anos.

- A partir do 3º ano, será plantada a leguminosa Mucuna Preta para a cobertura do solo.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, através de sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

Centro de Pesquisa Agroflorestal do Acre - CPAF/AC através da sua coordenadoria da área vegetal.

h) Prazo de Execução: 4 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
COLETA DE MATERIAL	---	---	---	---
PREPARAÇÃO DA ÁREA	---	---	---	---
INTRODUÇÃO DO MATERIAL	---	---	---	---
AValiação	---	---	---	---
RELATÓRIOS	---	---	---	---

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ITENS DE DESPESA	RECURSOS EXTERNOS	%	CONTRAPARTIDA NACIONAL	%	VALOR TOTAL US\$ 1,
.PESSOAL					
.EQUIPAMENTOS	3.000		44.000		44.000
.TRANSPORTE/ ESTADIAS	6.500				3.000
.MATERIAL DE CONSUMO					6.500
SERVIÇOS TERCEIROS (CONSULTORIA, PUBLICAÇÕES, ETC.)	4.500				4.500
	11.000				11.000
TOTAL	25.000	36	44.000	64	69.000

j) Análise de Impactos Previsíveis

A implantação de um Banco de Germoplasma de Castanha do Brasil - BAG além de servir de base para pesquisas científicas, poderá resultar na geração de tecnologia de produção de clones de castanha altamente produtivas. Facilitará o cálculo dos custos de produção; fornecerá também indicativos ou mesmo tecnologias adequadas que propiciem a manutenção e fácil disseminação da espécie.

Os resultados do BAG, sempre que bem sucedidos, dependem da implantação de castanhais, em substituição e/ou complementação dos existentes.

k) Experiências Anteriores

O CPAF-AC, ligado à EMBRAPA, tem larga tradição no desenvolvimento de pesquisa nas áreas de agricultura, manejo de solos, avaliação do potencial florestal para madeira, entre outros.

2.4. Implantação de um Banco Ativo de Germoplasma e Formação de Clones de Urucum para Introdução em Sistemas Agroflorestais no Estado do Acre.

a) Localização

Centro de Pesquisa Agroflorestal - CPAF-AC.

b) Justificativa

Tendo em vista os problemas causados pelos corantes sintéticos, o Governo Brasileiro tem grande interesse em ampliar a produção de corantes naturais.

O Urucum possui um alto teor de bixina, daí a sua importância como corante natural podendo substituir os sintéticos. Isto vem intensificar o interesse pelo seu cultivo, que inclusive já vem sendo feito no Brasil. O Estado da Paraíba é o maior produtor com 1.470 t/ano, seguido por São Paulo com 1.291 t/ano e o Pará com 1.044 t/ano.

O pó extraído da semente tem largo emprego industrial, citando-se: laticínios, panificação, bebidas, salsicharia, condimentos, coloração de carnes, farmacêutica, tintas, têxtil, rações para aves e cromotografia. Nas indústrias alimentícias e de cosmético, alicerça-se a principal base do emprego do Urucum. Existem, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, 24 empresas que, além de utilizarem o corante (extrato) na fabricação dos produtos acima citados, exportam-no para a Europa e Estados Unidos.

No Estado do Acre os plantios existentes destinam-se à produção de colorau, produção esta "de fundo de quintal", não tendo ainda expressão econômica.

A necessidade de se encontrar alternativas economicamente viáveis e ao mesmo tempo compatíveis com o ecossistema local, justifica a importância de realizar trabalhos de pesquisa com a cultura do Urucum. Por ser enquadrada no grupo das culturas comerciais, esta cultura permite a elevação da renda do pequeno produtor, em função da grande demanda pelo produto, tanto a nível de mercado interno, quanto do mercado externo. De outro lado, a cultura por ser um planta rústica de ciclo longo, não exigente a grandes tratamentos culturais, pode ser consorciada com diversas outras, e é perfeitamente adaptável aos sistemas agroflorestais, podendo ser indicada para se manter o equilíbrio entre a exploração econômica e preservação ambiental.

Atualmente, o Urucum não vem sendo plantado no Acre em escala comercial. A finalidade do projeto está em analisar:

- as condições de produção do Urucum em grande escala.
- a sua introdução em sistemas agroflorestais.

c) Objetivos

Geral

- Produzir material genético para pesquisa de tecnologia em Urucum.

Específicos

- Realizar clonagem de Urucum adaptada ao Estado do Acre.
- Introduzir novos produtos destinados a fins comerciais.

d) Beneficiários

Os beneficiários potenciais do projeto são os pequenos/médios produtores rurais com o desenvolvimento de novas alternativas para diversificação de produção e geração de renda.

Também estará sendo beneficiada a comunidade científica regional.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Coleta de materiais de Urucum em várias regiões no Brasil (Pará, Paraíba, Ceará e interior do Acre) e do Peru.
- Introdução de 100 (cem) materiais de Urucum para a implantação de Banco Ativo de Germoplasma - BAG, distribuídos em fileiras, no espaço de 5m x 5m, com 7 plantas por fileira.
- Formação de 5 (cinco) clones de Urucum, com características agronomicamente viáveis para posterior produção de sementes.
- Produção de sementes para os produtores rurais.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A coordenadoria de produção vegetal do CPAF-AC.

h) Prazo de Execução: 5 anos

Cronograma das atividades:

ATIVIDADES	MÊS/ANO				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
COLETA DE MATERIAIS	—				
IMPLANTAÇÃO DO BAG DE URUCUM	—				
SELEÇÃO DAS PROGENIES		—			
FORMAÇÃO DE CLONES				—	
PRODUÇÃO DE SEMENTES					—

i) Orçamento

DISCRIMINAÇÃO POR ITENS DE DESPESA	COOPERAÇÃO TÉCNICA	COOPERAÇÃO FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA NACIONAL	VALOR TOTAL US\$ 1.
PESSOAL				
EQUIPAMENTOS		7.000	54.782	54.782
TRANSPORTE:				7.000
ESTÁDIAS		6.200		6.200
MATERIAL DE				
CONSUMO		922		922
SERVIÇOS				
TERCEIROS		37.142		37.142
TOTAL		51.264	54.782	106.046

j) Impactos Previsíveis

- Disponibilidade de sementes de boa qualidade em escala comercial.
- Conhecimentos tecnológicos acerca do cultivo comercial do Urucum dentro das condições físicas do Estado do Acre.
- Cultivo do Urucum no Acre.

k) Experiências Anteriores

O Centro de Pesquisa Agroflorestais - CPAC-AC desenvolve atualmente várias pesquisas na área de agricultura, contando, para tanto, com um quadro de 26 pesquisadores, alguns com mestrado e doutorado.

2.5. Ampliação do Herbário e da Xiloteca da Fundação do Estado do Acre - FUNTAC.

a) Localização

Herbário/Xiloteca da FUNTAC.

b) Justificativa

A FUNTAC conta, desde a sua criação, com uma pequena estrutura de Herbário/Xiloteca, porém devido a ausência de técnicos devidamente treinados e de equipamentos, não foi possível realizar a identificação do material coletado, sendo os mesmos enviados para outro Estado. A identificação do material só volta a FUNTAC quatro à seis meses após o envio.

O processo de identificação é básico para os diversos trabalhos da área florestal e é importante que seja realizado na própria FUNTAC. Com isto haverá maior possibilidade de divulgação de conhecimentos florestais, muito escassos na região.

c) Objetivos

Geral

- Gerar o conhecimento da biodiversidade vegetal da floresta tropical, na própria região.

Específicos

- Ampliar o herbário/xiloteca
- Publicar e divulgar os trabalhos do herbário/xiloteca
- Utilizar os conhecimentos gerados para capacitação, em serviço, do corpo técnico.

d) Beneficiários

Todo o corpo técnico envolvido, direta e indiretamente, em projetos florestais ambientais, de desenvolvimento regional, e/ou de extensão/difusão tecnológica.

e) Descrição Sumária dos Trabalhos

- Aquisição de equipamentos complementares para viabilizar a ampliação do herbário/xiloteca da FUNTAC.
- Capacitação de dois técnicos da Fundação; um no Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica - INPA, em Manaus; o outro no Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo; esta capacitação de técnicos garantirá à FUNTAC condições efetivas de ampliação quanti-qualitativa do herbário e xiloteca.
- Identificação científica das várias espécies coletadas no Estado.
- Divulgação dos resultados.

f) Mutuário

O Governo do Estado do Acre, representado pela sua Secretaria de Planejamento.

g) Executor

A divisão da FUNTAC encarregada do herbário/xiloteca.

h) Prazo de Execução/Cronograma

Duração do projeto: 1 ano

ATIVIDADES	MÊS / ANO											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
-AMPLIAÇÃO DO HERBÁRIO/XILOTECA												
-CAPACITAÇÃO DE 2 TÉCNICOS: -NO INPA -NO IPT												
-IDENTIFICAÇÃO CIENTÍFICA DE MATERIAL BOTÂNICO												
-DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS												

i) Orçamento

ATIVIDADES	COOP.TÉCNICA	COOP.FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA (*)	VALOR TOTAL (DM)
PESSOAL			15,900	15,900
EQUIPAMENTOS		220,000	-	220,000
TRANSPORTE ESTADIA		10,590	-	10,590
MATERIAL DE CONSUMO		5,000	-	5,000
INFRA-ESTRUTURA			80,000	80,000
SERVICOS DE TERCEIROS (CONSULTORIA ETC)		15,000	-	15,000
TOTAL		250,590	95,900	346,790

j) Análise de Impactos Previsíveis

Um dos principais impactos previstos desse projeto está na geração de conhecimento, na própria região e na possibilidade da sua divulgação ampla junto ao corpo técnico, tornando acessíveis informações de nível profissional imediato, restritas até agora a técnicos de nível superior que tiveram formação acadêmica e/ou especialização fora do Estado.

Até o momento, a maioria do pessoal técnico atuando na área ambiental teve poucas condições de aprofundar conhecimentos específicos a área. O herbário,xiloteca deverá contribuir para suprir esses conhecimentos no que diz respeito a cobertura vegetal florestal.

k) Experiência Anterior

Como foi dito anteriormente a FUNTAC conta com uma pequena estrutura de Herbário/Xiloteca, pretendendo, com este projeto, ampliar seu conhecimento nesse campo.

QUADRO CONSOLIDADO DE CUSTOS

LISTAGEM		COOPERACAO TECNICO/ FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA	TOTAL (US\$ 1)
A.1.	APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DE COMUNIDADES			
2.	FLORESTA NACIONAL DO AMAPA	5,632,507		5,632,587
3.1.	ADENSAMENTO DE SERINGUEIRAS EM AREAS DOS "PROJETOS DE ADENSAMENTO EXTRATIVISTAS-PAE's" - SAO LUIS DO REMANSO E CACHOEIRA (AC)	3,345,281	588,120	3,933,401
3.2.	IMPLANTACAO DE UNIDADES PILOTO PARA BENEFICIAMENTO DE LATEX E CASTANHA	116,051	7,200	124,051
	SUB-TOTAL	9,829,281	30,492	765,054
B.1.	ZONEAMENTO APLICADO AS AREAS PILOTO DO PROGRAMA DE ECO-DESENVOLVIMENTO		625,812	10,455,093
2.	PROJETO REFLORESTAMENTO ECONOMICO CONSORCIADO E ADENSADO - RECA	1,705,286		2,387,400
3.1.	PROJETO PILOTO EDUCACAO AMBIENTAL NA FLORESTA ESTADUAL ANTIMARI	3,812,311	1,574,875	5,387,186
3.2.	EDUCACAO AMBIENTAL RURAL	141,621	75,935	217,556
3.3.	CURSO DE INTRODUCAO AS CIENCIAS FLORESTAIS	1,457,093	4,579	1,462,472
3.4.	VALIDACAO DE TECNOLOGIAS EM EXPLORACAO E MANEJO FLORESTAL NO ESTADO DO ACRE	260,000	250,000	510,000
3.5.	UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA TREINAMENTO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: SERINGUEIROS E COLONOS	85,000	27,337	112,337
3.6.	SISTEMA AGROFLORESTAL PARA CONTROLE DE QUEIMADAS E RECUPERACAO DE AREAS	358,650	291,609	650,259
	SUB-TOTAL	77,385	139,200	216,585
	SUB-TOTAL	7,898,146	3,045,649	10,943,795
C.1.	IMPLANTACAO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE RADIO-COMUNICACAO IBAMA			
2.1.	IMPLANTACAO DO SISTEMA ESTADUAL DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL	46,650,000		46,650,000
2.2.	MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO ESTADO DO ACRE	238,308	30,061	276,369
	SUB-TOTAL	713,500	660,053	1,373,553
	SUB-TOTAL	47,601,808	690,114	48,299,922
D.1.	PROTECAO AS AREAS INDIGENAS EM AREAS DE INTERFACE COM UNIDADES DE CONSERVACAO			
	SUB-TOTAL	7,995,000	3,150,000	11,145,000
	SUB-TOTAL	7,995,000	3,150,000	11,145,000
E.1.	EXPLORACAO SUSTENTAVEL DE RECURSOS MADEIREIROS E MERCADO EXPORTADOR EM RONDONIA			
2.1.	DETERMINACAO DE PERDAS DE SOLO E AGUA EM DIFERENTES CONDICoes DE SOLO E MANEJO	40,292	54,116	94,408
2.2.	DINAMICA DE NUTRIENTES EM TRES SOLOS SOMETIDOS A AGRICULTURA MIGRATORIA	61,166	54,116	115,262
2.3.	IMPLANTACAO DE BANCO ATIVO DE GERMOPLASMA - BAG DE CASTANHA DO BRASIL	25,000	44,000	69,000
2.4.	IMPLANTACAO DE BAG E FORMACAO DE CLONES DE URUCUM PARA INTRODUCAO EM SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS	51,264	54,752	105,016
2.5.	AMPLIACAO DO HERBARIO E DA XILOTECA DA FUNTAC	250,890	95,900	346,790
	SUB-TOTAL	428,592	302,884	731,476
	TOTAL	73,752,827	7,822,459	81,575,286

CUSTOS CONSOLIDADOS DO PROGRAMA ECODESENVOLVIMENTO DO ACRE

LISTAGEM		COOPERACAO TECNICO/ FINANCEIRA	CONTRAPARTIDA	TOTAL (US\$ 1)
A.3.1.	ADENSAMENTO DE SERINGUEIRAS EM AREAS DOS "PROJETOS DE ADENSAMENTO EXTRATIVISTAS-PAE's" - SAO LUIS DO REMANSO E CACHOEIRA (AC)			
3.2.	IMPLANTACAO DE UNIDADES PILOTO PARA BENEFICIAIMENTO DE LATEX E CASTANHA	116,851	7,200	124,051
B.1.	ZONEAMENTO APLICADO AS AREAS PILOTO DO PROGRAMA DE ECO-DESENVOLVIMENTO	734,562	30,492	765,054
3.1.	PROJETO PILOTO EDUCACAO AMBIENTAL NA FLORESTA ESTADUAL ANTIMARI			
3.2.	EDUCACAO AMBIENTAL RURAL	1,705,286	682,114	2,387,400
3.3.	CURSO DE INTRODUCAO AS CIENCIAS FLORESTAIS	141,621	75,935	217,556
3.4.	VALIDACAO DE TECNOLOGIAS EM EXPLORACAO E MANEJO FLORESTAL NO ESTADO DO ACRE	1,457,893	4,579	1,462,472
3.5.	UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA TREINAMENTO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: SERINGUEIROS E COLONOS	260,000	250,000	510,000
3.6.	SISTEMA AGROFLORESTAL PARA CONTROLE DE QUEIMADAS E RECUPERACAO DE AREAS	85,000	27,337	112,337
C.2.1.	IMPLANTACAO DO SISTEMA ESTADUAL DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL	358,650	291,609	650,259
2.2.	MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO ESTADO DO ACRE	77,385	139,200	216,585
E.2.1.	DETERMINACAO DE PERDAS DE SOLO E AGUA EM DIFERENTES CONDICOES DE SOLO E MANEJO	230,308	38,061	276,369
2.2.	DINAMICA DE NUTRIENTES EM TRES SOLOS SUJETOS A AGRICULTURA MIGRATORIA	713,500	660,053	1,373,553
2.3.	IMPLANTACAO DE BANCO ATIVO DE GERMOPLASMA - BAG DE CASTANHA DO BRASIL	40,292	54,116	94,408
2.4.	IMPLANTACAO DE BAG E FORMACAO DE CLONES DE URUCUM PARA INTRODUCAO EM SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS	61,146	54,116	115,262
2.5.	AMPLIACAO DO HERBARIO E DA XILOTECA DA FUNTAC	25,000	44,000	69,000
		51,264	54,752	106,016
		250,890	95,900	346,790
TOTAL		6,317,648	2,509,464	8,827,112

Encontro Mambã (14/12/91)

Afonso Francisco de Souza (comunidade São Miguel / corfins - município de Acailândia)

• sindicato fraco; pouco apoio → projeto do Banco do Nordeste [projeto do BID/BIRD?] financiamento e, fins antebancos; apoio no ter. como pagar e a ter. é - garantia

Luiz Gonzaga (Acailândia) → plta de terra e água
km 30

sindicato fraco; não comitaria por 3 anos em terras cedidas ~~para~~ lavradores - proprietários; arrendamento (dentro a mata e plantam capim } os feudeiros).

Nazari (cooperativa dos trabalhadores rurais; em condições de trabalho)

- 140 km de Acailândia [sem condus / sem terra]

acab. a mata, o povo vai pr. a cidade; não trabalham a sequeiro [1 lavrador "esgotou" sua terra - 5 alg. - terra que já pr. 5. Luis]; está diminuído a possibilidade de explorar [por arrendamento] terras de feudeiros.

+ 100 famílias

Tico (Novo Oriente / Acailândia) - mesmos problemas; pr. evitar crises de vendas - e a missão + resolveram desenvolver as culturas e culturas perenes (pimenta/abacaxi) (10 ha pimenta / 10 ha banana) - 40 pessoas ou 100 famílias (abacaxi)

- cantina comitê pr. evitar o "hangover" da mercadoria

Clube de Cantina

São Nunes (Tramã / MAB) - 4500 famílias nos

ilhas artificiais do lago; energia + casa do que nos cidades; mosquitos; 140 dias acampados em

Tramã; passa o dia discutindo Veneno / ecologia / Meio Ambiente

89 (banha + mata com a animais)

2

→ latifúndio, venenos, mcdlinhas [Ibama não faz nada; os times de Unis]; situação pra q o Parakana.
CCM [em terras da Unis - 'Aeronáutica detém a afetação de 140 mil ha; lá está a Comarca Comunitária Metais']

- Parasabeles (Antonio Souza - presidente STR)
 - patrocinada pela CVRD (Copejais) → financie e recebe os produtos; o excedente tb. é comprado a preços baixos (monopólio)
 - área de AFA c/ gossins → dispostos a não denunciar [máximo de 10 alg por lote; média 2 alg]
 - sem unes (iniciar 87) → sem assuntos em Curitiba em acordo entre STR/CVRD/INERA; ainda em
 - Chico (área de AFA) → tentando pagar as den. ^{andamento} e plantar pinus e semi-pinus; problema de transporte saúde, educação - problemas c/ o Ibama (consulte os pinus e lixeira os grandes)
 - projeto de "fim do produtor" - pra escapar da exigência de CVRD - "CVRD quer matar no canaco"

Ituziranga - luta pela permanência na terra (pa que descobriam que denunciam a mata p/ os produtores a promover as operações c/ cop... eles não ganhavam nada - o preço não ajudava → falta escola p/ escoar a produção, logs...); pensando em reflorestar p/ não virar pasto
→ problema c/ transporte [120 km de Marabá] => se não alguém [21 lotes de 30 alg.]

Marabá (Chico) - situação de saúde excessiva dos rios; produtos muito esforço p/ melhoria; ninguém das áreas de pedregal do qto de Unis das políticas governamentais: nada.

de os castanheiras? promessa de financiamento do BB (mas não tem colono c/ disponibilidade?)

então no financiamento [s/ escassez de estímulo]

São José do Angraia - (Alma) de propriedade e meio ambiente como prioridade de luta (castanhal Anaras); questões pendentes sobre desapropriação. história do Anaras; (CVR)/INCRA em cumprimento parte do acordo [saúde, escola].

Eldorado (pequenos produtores extrativistas) - omissos do governo, pressões das indústrias e o abate de castanheiras [sem recursos, é o meio de sobrevivência] - projeto Boca do Cardoso (?) outros castanheiras a 10 mil; a falta de castanheira até a 2 mil.

Pajacaré [Mãe Maria]

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará

delegados de Marabá - (Lader) (Tula).

ASEMA (Vermil) - 4 municípios do médio Alvará (Pedreiras) [Esperança, Linares, Lago do Turco e 2?].

Shirley Gougeon] danos / laborandi cooperativa de comercialização de babação (etapa final de uma luta que começou com a batalha de acesso ao coco).

unidade de produção de cultivos perenes em 12 unidades. processamento manual para extração de óleo [5 l/hora]

④

→ financiamento de NGO; governo made [FCNE: ...]

to p/ [previdência] → Projeto Nordeste ["mudanças verde"]: fracasso; Imore [manufatura de banana e abacaxi: ilusão → banana não tem mercado]

→ articulação c/ outros Estados (Tocantins - Fekpi) [Dare e Piarã]; passando pela questão de mulher

Associação Agrícola - Baixada Maranhense [problema c/ os búfalos; banco privado]

Trinjepe (Silvris) - Inparaniz/Açulândia: desmontando o Estado da metá-critica do Itapicuru/Maricó

- conflito de terra

SDDH - Judiciário [não sabe lidar de problemas sociais ou coletivos; dá o Estado a instância pr. tais e no Imore, no Ibarre etc. que legislam por portarias e resoluções] → existência de esvaziar o judiciário [aí o poder de polícia do Ibarre, Imore etc...]

→ não existe

CAI (Marrão) - 2 anos atrás → demanda dos STR sobre o que fazer c/ a terra ganha pelo MP agrária [25.000 famílias nos últimos 7 anos]; montado três programas [pesquisa, treinamento e assistência]

Grupo ①

→ criar GTA-Regional — CEPASP como referência

Recomendações / sugestões

→ reuniões no Maranhão

→ " " de conceitos / Redenções (sul do Pará)

→ incluir no programa

• programa de estudos vicinários

Grupo ②

→ GTA-Carajás — ^{regional} fórum e CEPASP como referência

Grupo ③

→ GTA-Regional → orgão coordenador CEPASP

Grupo ④

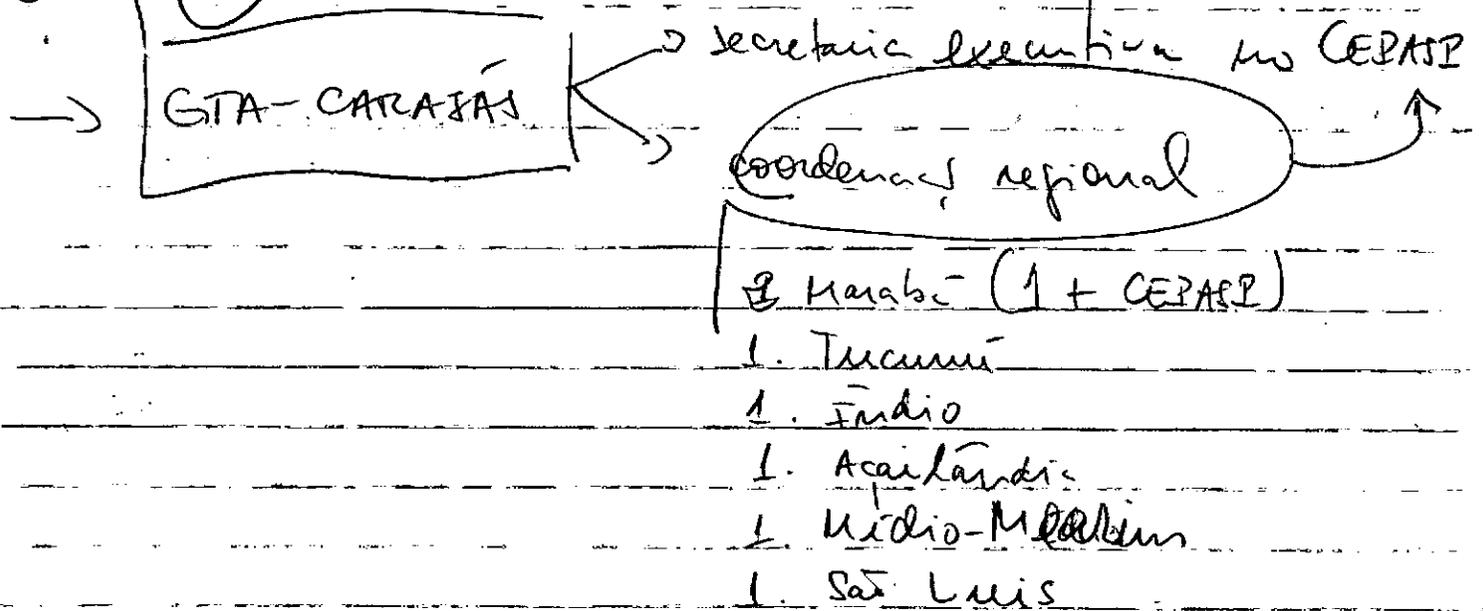
GTA-CARAJÁS → coordenação do CEPASP

fórum supra-regional [Pará]

recomendações: fazer "trajeto" dos OUGs [se apoiar básica/k nas organizaç. de base]

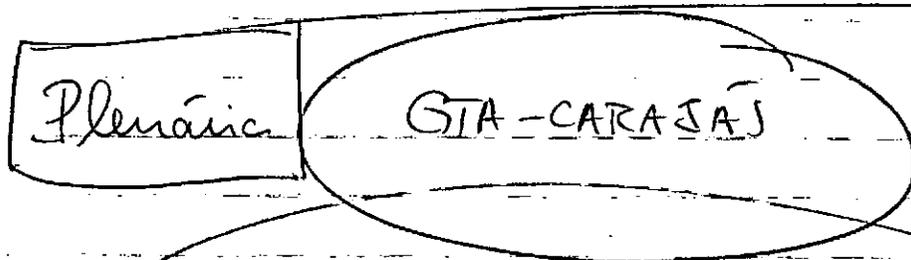
: encontro em Abril Geral em Maranhão

Grupo (5)



→ realizar outro seminário no Maranhão

→ relatório p/ todos, inclusive as que não compareceram



→ seminário no Médio Tocantins

→ seminário São Luís

→ proposta em totem do Grupo (5) qto a funcionalidade

→ foi permanente

→ Relatório